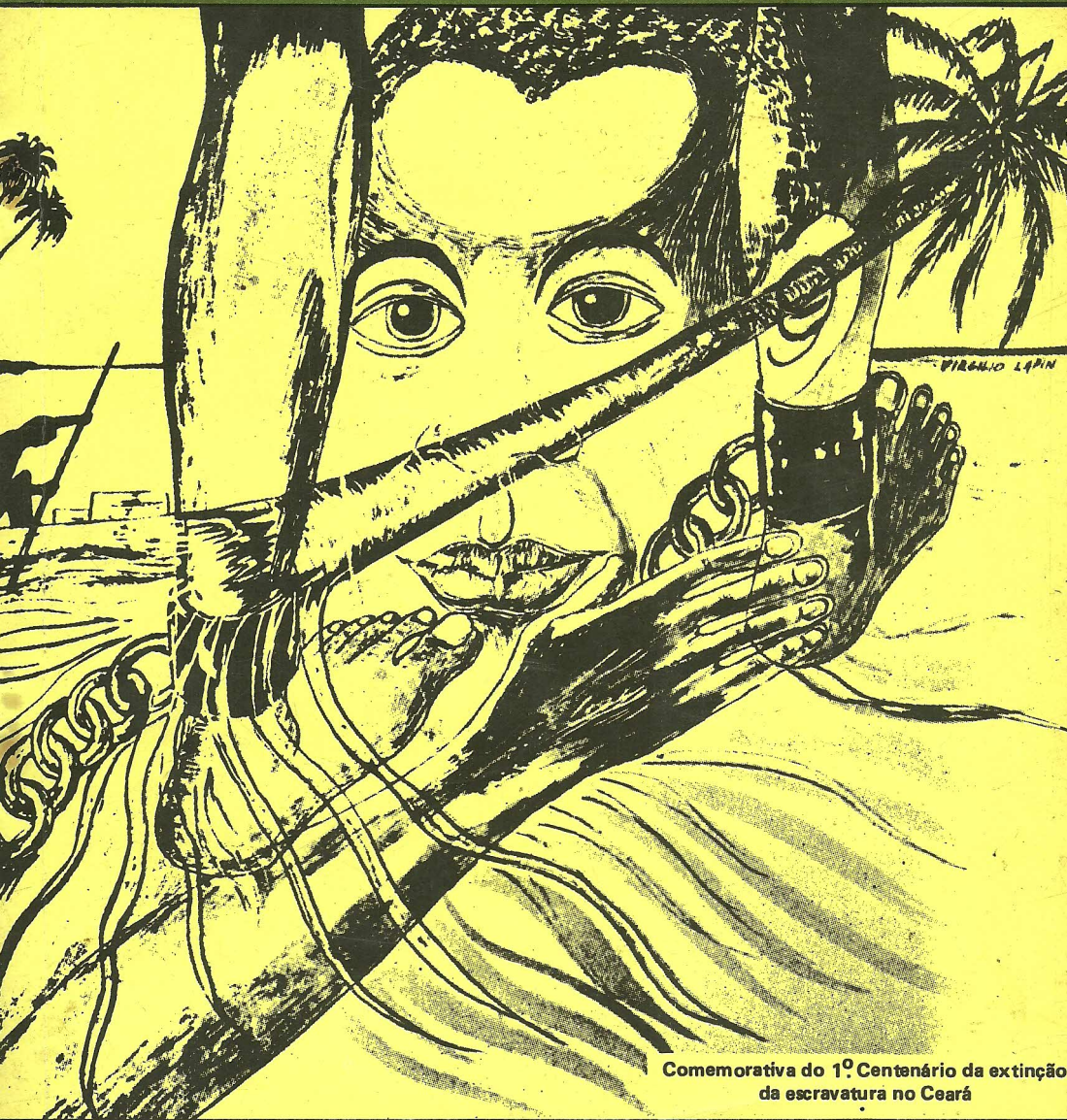


A ABOLIÇÃO NO CEARÁ

RAIMUNDO GIRÃO



Comemorativa do 1º Centenário da extinção
da escravidão no Ceará

Secretaria de Cultura e Desporto

3ª Edição Melhorada

1984

A ABOLIÇÃO NO CEARÁ

Raimundo Girão

A Abolição no Ceará

3ª EDIÇÃO MELHORADA

Fortaleza

1984

BRITISH MUSEUM

A Abolição no Ceará

DE J. J. DE ALMEIDA

ALVARO DE ALMEIDA
1881

**EDIÇÃO COMEMORATIVA DO 1.º CENTENÁRIO DA
EXTINÇÃO TOTAL DA ESCRAVATURA NO CEARÁ**

A reedição desta obra tornou-se possível graças ao apoio da Secretaria de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará.

Governador do Estado — LUIZ DE GONZAGA FONSECA
MOTA

Secretário de Cultura e Desporto — JOAQUIM LOBO DE
MACEDO (Joaryvar Macedo).

OBRAS DO AUTOR

- O Fenômeno Freudiano e a Criminologia* (Tese de Doutorado). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
- A Receita Pública — Aspecto Brasileiro*. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
- Esboço de Uma Generologia*. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
- Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.
- Fiscalização dos Gastos Públicos*. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
- O Ceará* (em colaboração com Antônio Martins Filho). 1.^a ed., 1939; 2.^a ed., 1945; 3.^a ed., 1966. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.
- O Comendador Machado e a sua Descendência*. Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.
- Coronel Tibúrcio Cavalcanti* (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.
- Cidade de Fortaleza*. Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.
- História Econômica do Ceará*. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.
- Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará*. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1949.
- Três Gerações (Ensaio)*. Fortaleza, Edições Clã, 1950.

- A Princesa Vestida de Baile.* Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.
- Pequena História do Ceará* Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953 (2.^a ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962), (3.^a ed., Imprensa Universitária do Ceará, 1971), 4.^a edição a sair.
- A Abolição no Ceará.* Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956. 2.^a ed., revista Imprensa Universitária, 1969.
- Antologia Cearense.* Fortaleza, Imprensa Oficial, 1957 (publicada sob os auspícios da Academia Cearense de Letras).
- Geografia Estética de Fortaleza.* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959, 2.^a ed., 1979, publicação do Banco do Nordeste do Brasil, S. A.
- História da Faculdade de Direito do Ceará.* Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.
- Matias Beck — Fundador de Fortaleza.* Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961.
- História Econômica Geral e do Brasil.* Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.
- Ecologia de um Poema.* Fortaleza, separata da Revista Clã, 1966.
- Vocabulário Popular Cearense.* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- Montes, Machados, Girões.* Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.
- Palestina, uma Agulha e as Saudades.* Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1972.
- Famílias de Fortaleza* (Apontamentos genealógicos). Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- A Academia de 1894.* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema,* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.

Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil.
Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.

O Senador Pompeu. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno,
1977.

Bichos Cearenses na Obra de Alencar. Fortaleza, Imprensa
Universitária do Ceará, 1977.

A Cidade do Pajeú. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno,
1982.

Páginas Exumadas. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Despor-
to, 1982.

Eduardo Henrique Girão. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1982.

Uma dignidade Militar. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1982.

Os Municípios Cearenses e Seus Distritos. Fortaleza, Imprensa
Oficial, 1983.

Fortaleza e a Crônica Histórica. Imprensa Universitária do Ce-
rá, 1983.

PREPARADOS:

Descrição da Cidade da Fortaleza, de Antônio Bezerra de Mene-
zes (Introdução e Notas de Raimundo Girão).

História Geral do Ceará (2 volumes).

*Aos idealistas que souberam fazer do Ceará a TERRA DA
LUZ. A leitura deste livro dirá quais foram.*

“O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda — o BRASIL DA LIBERDADE; mas modifica tão profundamente o BRASIL DA ESCRAVIDÃO, que se pode dizer que a sua nobre província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa do Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade.”

Joaquim Nabuco

"O que o L'Unité acaba de fazer não significa por certo
tanto -- o BRASIL DA LIBERDADE; mas significa tão pre-
cisamente o BRASIL DA ESCRAVIDÃO, que se pode dizer
que a sua morte próxima nos dá uma nova vida. A imensa
maioria da Norte já se destruiu na fúria do Sul. Não há
quase mais ninguém a trabalhar de novo amanhã."

INTRODUÇÃO

Antecipando-se na libertação dos seus escravos, indiscutivelmente escreveu o Ceará página de ouro na História Brasileira.

O gesto cearense surpreendeu. Foi estrondosa a repercussão do acontecimento em todo o Brasil e, como acentuou o presidente Sátiro Dias, por isso mesmo a reação escravista alçou o colo e nada poupou para o denegrir e amesquinhar.

Mas a verdade é gema preciosa que, suja como estiver, contém em si brilho fascinante. Basta lavá-la e seu fulgor lindamente se irradia.

Quiseram, ao tempo, denegrir e amesquinhar o feito épico da diminuta gente, porém mais forte que o despeito e o melindre dos contrariados é a limpeza das intenções e a desfantasiada realidade dos fatos.

E mais recentemente, Yaco Fernandes, escritor cearense radicado no Rio de Janeiro, onde faleceu, no seu livro NOTÍCIA DO POVO CEARENSE (Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977), publicado muitos anos após o preparo dos originais, inscreveu um capítulo (Cap.7) sob o título "Farça dos Libertadores", no qual, com a acritude costumeira dos seus conceitos, não raro destruidora, chega a afirmar que o movimento da libertação negra em nosso Estado, então Província, não foi mais que um barulho de pândegos intelectuais exaltados num vedetismo incontido, seguidos de alguns ingênuos burgueses de boa fé.

A afirmação é, como se vê, contundente e por demais fria, sem levar na menor conta os melhores sentimentos alheios.

Mesmo com esse espírito danado, Yaco Fernandes não cometeria tamanha injustiça se tivesse conhecido este nosso livro, cuja 1.^a edição é de 1956. Se o tivesse lido, convencer-se-ia da verdade verdadeira dos impulsos cívicos-humanos dos Libertadores, que não eram somente os que destemidamente comandaram a bela campanha, mas, sim, a quase totalidade do povo — homens, mulheres, crianças, brancos e mulatos, velhos e novos, ricos e pobres, cultos e analfabetos, todos dominados pela idéia da liberdade aos negros sofrendores, numa sintonia freneticamente contagiante.

Pena é que o insulto de Yaco não possa ser revidado com a mesma contundência com que o lançou assim tão gratiuta e injustamente pois que já a morte o levou, e em relação aos mortos não deve haver senão respeito às suas memórias. Mors omnia solvit.

E a História não é senão o escarpelo da análise daqueles fatos e dos atos humanos para que, efetivamente, representem a “pintura viva” da vida do homem na sua trajetória interminável do ontem para o hoje e do hoje para o amanhã.

A extinção da escravatura no Ceará, tão eloquentemente conquistada, não teve ainda o seu historiador, nem o sociólogo da sua interpretação.

Com este livro não nos aventuramos a ser nem uma coisa, nem a outra. Seria estultice pretendê-lo, nós que nos conhecemos.

Entretanto, guardamos a impressão de que a sua vinda à publicidade concorrerá para o melhor conhecimento do trabalho de aquecida fé e valentia de quantos se envolveram nas justas contra a escravidão.

Fizemos mais exposição do que história, de caso pensado, no desejo de colocar pontos nos ii e, por outro lado, perpetuar documentação que, de modo lastimável, está desaparecendo,

roída por essa desgraçada e resistente fauna das traças e dos cupins, que devora os arquivos negligenciados, favorecida pela ação do tempo, ainda mais destruidora.

Seja como for, já nos sentimos bastante aliviados na angústia da pequenez do nosso esforço com este estimulante parecer do Conselho Estadual de Educação, a cujo exame foi o livrinho originariamente submetido:

— “A leitura do trabalho do Dr. Raimundo Girão deixou a convicção de que a cultura cearense se opulenterá, ainda mais, com essa obra em que se completam, numa síntese feliz, a perfeição da forma e a abundância de pesquisas, revelando as circunstâncias de natureza social e os episódios, impressionantes, ainda ignorados pela geração atual, através dos quais se desenrolou o drama da escravatura e da abolição entre nós. É, sem dúvida, um livro que faltava ao Ceará, à sua cultura, aos que amam as tradições de civismo e bravura da gente cearense, que, libertando os escravos antes que o fizessem as demais províncias do Império, escreveu a página mais viva, mais humana e mais sugestiva da sua própria história”.

A nossa vaidade vai medir-se pela aceitação que a obra obtiver.

CAPÍTULO I

O COMÉRCIO D'ÁFRICA

A exploração mercantil do escravo negro foi negócio rentoso para os ingleses, franceses, flamengos, espanhóis e lusos. E “a mentalidade coletiva da Europa autorizava e sancionava as negociações relativas à mercadoria humana.”

A mesma Igreja Católica, talvez pela atitude de não poucos de seu padres, foi acusada de ter-se cumpliciado com o feio comércio, a começar pelo dominicano Las Casas e continuar com o inaciano Antônio Vieira que, na defesa dos índios, pleiteavam o recurso aos desgraçados afros, como remédio paradoxal às agruras e dores dos seus tutelados.

É bem conhecido que, ainda em 1808, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas e anteriormente de Pernambuco, onde fundara o Seminário de Olinda, não hesitava em mostrar a legitimidade da escravidão de africanos, reproduzindo quase todos, senão todos os sofismas com que a consciência dos escravocratas procurava tranqüilizar-se desde meado do século 16. (1) Joaquim Nabuco chegou a escrever que ela, a Igreja, nunca elevou no Brasil a sua voz em favor da emancipação. (2)

A Inglaterra, comerciante negreira, fez-se depois campeã do antiescravismo, movida pelas propostas de William Wil-

1) — Evaristo de Moraes. **A Escravidão Africana no Brasil**. Rio, *Brasiliense* nº XXIII, p. 21. Leia-se também: **A Defesa de D. Coutinho in Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 10, dezembro, fasc. 4, p. 895; *Anuário de Olinda*, dez. de 1955, p. 1.

2) — Joaquim Nabuco. **O Abolicionismo**. São Paulo, Inst. Progresso Editorial S.A., 1949, p. 18.

berforce no Parlamento, em 1787 e 88, e doutros corifeus obstinados, em anos sucessivos.

Antes deles, em 1758, era o brasileiro Dr. Manuel Ribeiro da Rocha, advogado em Salvador, que publicava em Lisboa opúsculo de protesto contra o tráfico, fazendo-se destemido “apóstolo da liberdade no foco então mais incandescente da escravidão africana” no Brasil — a Bahia.

O Marquês de Pombal havia decretado a libertação dos negros e mestiços no território português europeu, o que não evitou continuasse a escravidão nas colônias e no Brasil, onde a vinda de escravos cada vez mais se intensificava.

Após suprimir a importação negra para as suas colônias, em 1807, desenvolveu a Grã-Bretanha luta sem trégua para exterminá-la em relação às outras nações, a ponto de exigir que elas a apoiassem, fosse como fosse, sem levar em apreço as contingências de ordem econômica e social peculiares a cada uma. No tocante a Portugal, as imposições inglesas principiaram na Convenção de 22 de outubro daquele ano, a qual obrigava a assinatura, pelos governos britânico e português, de dois tratados: um de amizade e auxílio, outro de comércio, logo que o segundo chegasse ao Brasil, quando fugia às tropas invasoras de Napoleão.

Firmados em 1810, aliás simultaneamente, pelo último se confessa D. João VI “convencido da má política e injustiça do tráfico de escravos” e compromete-se a adotar “os mais eficazes meios para conseguir, em toda a extensão dos seus domínios, a gradual abolição do comércio de escravo”. E, também, a não permitir que seus súditos exercitassem tal comércio fora da África lusa. Só comprariam e venderiam negros nos domínios africanos da coroa de Portugal.

Vem daí o Alvará de 24 de novembro de 1813, que resume medidas atinentes à modificação da traficância negreira e se amplia, depois, em janeiro de 1815, com as duas convenções aceitas no Congresso de Viena, numa das quais se impõe ao governo lusitano o dever de por fim ao tráfico do norte do Equador, mediante providências terminantes.

As protelações no cumprimento dessa obrigação são responsáveis pelo contrato vexatório de 28 de julho de 1817, considerando ilícito o negócio ebânico além dos limites territoriais portugueses da costa d'África, mesmo ao sul da linha equatorial. Para a fiscalização devida, as embarcações de transporte transitariam munidas de passaportes e sujeitas à visita dos navios ingleses, que as podiam deter se, realmente, tivessem escravos a bordo. Era recíproco o direito dessas visitas em tempo de paz, mas, como observa Oliveira Lima, "a quem se detiver um instante a refletir na importância naval dos dois países, acudirá de pronto quão illusório era mais essa reciprocidade". (3)

Isto se dava justamente quando os desventurados independentista de Pernambuco inscreviam no código de sua Revolução política (1817), entre as necessidades essenciais do Brasil, o extermínio do cancro da escravidão, embora o quisessem "lento, regular e legal".

Comenta Joaquim Nabuco que a Revolução pernambucana mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra; essa alvorada do patriotismo brasileiro, que tem data de 6 de março de 1817, foi o início de todos os nossos movimentos nacionais em que homens que representam o país coraram de pejo, ou melhor, choraram de dor, ao ver que a escravidão dividia a nação em duas castas, das quais uma, apesar de partilhar da alegria e do entusiasmo da outra, não teria a mínima parte nos despojos da vitória. (4)

Aquela convenção adicional de 22 de outubro estava a desafiar execução integral, e tentou-a o Andrada José Bonifácio, preparando para ser votado na Assembléia Constituinte (1823) projeto, cujos dispositivos visavam à libertação gradual e a várias outras conquistas em favor dos pobres cativos.

A mesma Constituinte, no projeto de Lei Magna do incipiente Império, manifestou particular cuidado no criar estabelecimentos para a lenta emancipação dos negros e sua educação religiosa e industrial, "porém o desejo frustrou-se, por-

3) — Apud Evaristo de Moraes. Op. cit., p. 42.

4) — O Abolicionismo, cit., p. 46.

que — é Nabuco quem diz — a Assembléia entendeu ‘não dever nodoar o foral da emancipação política do País, aludindo à existência da escravidão no presente.’”

A Inglaterra, no entanto, com a sua intransigência, não nos deixava quietos, pois continuávamos a adiar a extinção do tráfico, apesar de não estarmos, como povo autônomo, subordinados aos pactos de Portugal. E tamanha pressão exerceu que, no intervalo das sessões da Câmara, teve Pedro I de assinar a convenção de 23 de novembro de 1826, inegavelmente uma das parcelas do preço no reconhecimento da Independência. “Premiadas pelas circunstâncias, tiveram as Câmaras de endossar o tratado com a sua aprovação.” (13 de maio de 1827)

Estaria, daí por diante, o nosso governo na obrigação de, três anos após a troca das ratificações, proibir em absoluto o tráfico da costa d’África por brasileiros, considerando crime de pirataria qualquer atentado à proibição. Para fornecer decisiva demonstração das suas intenções, promulgou o Brasil a Lei de 7 de novembro de 1831, obra um tanto tímida da Regência exercida pelos grandes patriotas Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho, sendo Ministro da Justiça, que referendou o decreto, o padre Diogo Feijó. (5)

Conquanto assim tímida, dessa lei pôde dizer Tavares Bastos que ela acabaria com o tráfico se a houvessem executado com o zelo e a inteligência necessários. (6) O seu teor é claro: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”, exceto os matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país onde a escravidão é permitida e os fugitivos do território ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem e reexportados para fora do Brasil. As medidas outras do decreto são igualmente severas contra os negreiros recalcitrantes. O disposto no art. 2.º fazia vigorar no Brasil os tratados de 1815 e 1817 entre a Inglaterra e Portugal. (7)

5) — Evaristo de Moraes. Op. cit., p. 51.

6) — Manuel Bonfim. **O Brasil**. Rio, **Brasiliana** nº XLVII, 1915, p. 267.

7) — **Livro do Estado Servil e Respectiva Libertação**. Org. por Luís Francisco da Veiga. Rio, Tip. Nacional, 1876, p. 3.

Entretanto, o comércio ilícito persistia. Em vez de diminuir, intensificava-se, a despeito dos esforços da Regência traduzidos em inúmeros atos de coerção. Em 1837, Feijó, ainda Regente, “pedia à Assembléia, cuja maioria lhe era hostil, uma lei de colonização para tornar desnecessária a escravatura, e pouco tempo depois volta ao assunto, insistindo por que lhe dêem os meios pretendidos para substituir o trabalho escravo e capazes de acabar com os protestos dos defensores da importação africana, o deslavado contrabando que a política condena e a humanidade detesta.” (8)

Faltava muito ainda para dar-se cabo aos contrabandistas. De 1837 em diante — afirma M. Bonfim — salvo os momentos de absoluta confusão, governa-se o Brasil com o ânimo dos escravizadores. Os grandes políticos assentavam a economia nacional na exploração da escravidão. (9)

Eis por que a emancipação era, pode dizer-se, *desejada*, porém não *querida*. Todos aceitavam ser preciso matar a hidra da escravatura, mas na hora justa de fazê-lo motivos choviam para sustentar a sua... inoportunidade. Tal inércia interesseira e manhosa trabalharia o adiamento da libertação a mais não poder. Tanto Conservadores como Liberais, nas alternativas maiores ou menores de sua atuação nos gabinetes, nas suas mútuas e incessantes acusações, não davam passo para precipitá-la.

Os dirigentes ingleses não escondiam a sua impaciência ante esse deixa-estar e forçavam a porta: primeiro, criando impostos exorbitantes para a entrada do açúcar fabricado pelo suor escravo, e o Brasil vivia do açúcar; depois, sem reboços, arrogando-se o direito de proceder contra aqueles que agissem *como piratas*, carregando negros, nos termos da Lei de 1831, visível insinuação ao governo brasileiro para renovar o tratado de 1817 (endossado pelo Brasil em 1845). O resultado foi o célebre *Bill Aberdeen*, de 8 de agosto de 1845, que encontrou forte reação de jornalistas, políticos e juristas nacionais.

8) — Manuel Bonfim. *Op. cit.*, p. 269.

9) — *Op. cit.*, p. 272.

Era, com efeito, absurdo jurídico o que *Bill* consagra: o direito, por deliberação unilateral, de visita e busca a navios alheios, com a agravante de submeter à jurisdição do Vice-Almirante britânico os barcos brasileiros, sua carga e tripulação, sob pretexto de reprimir as viagens negreiras. (10)

Isto não obstante, o tráfico recrudesceu. “Em cada um dos anos anteriores ao *Bill* a importação fora de 20 a 30.000 negros africanos. Pois bem, no ano de 1846 subiu a 50.000, no seguinte a 56.000 e, em 1848, a 60.000. Em 1848 baixou apenas, um pouco; entraram, todavia, 54.000 escravos por contrabando, zombando do cruzeiro inglês e de todo o aparelho de repressão que o *Bill* instituiu.” (11)

A opinião pública — esclarece Percy Alvin Martin — com raras exceções não somente tolerava, mas também apoiava o tráfico. Somas imensas, principalmente fornecidas por capitalistas portugueses, eram empregadas no financiamento desse comércio. (12)

Até que não foi mais possível temporizar e veio a Lei de 4 de setembro de 1850, n.º 581. Estabeleceu que as embarcações brasileiras, encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras, encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo ou havendo desembarcado escravos, cuja importação é proibida pela Lei de 7 de novembro de 1831, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e considerados importadores de escravos (art. 1.º). A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria (art. 2.º). Os escravos apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo (art. 6.º). Não se darão passaportes aos navios mercantes para os portos da costa d’África sem que seus donos, capitães ou mestres tenham assinado termo de não receberem, a bordo deles, escravo algum (art. 7.º). Prescrevem-se as penalidades e en-

10) — Evaristo de Moraes. *Op. cit.*, p. 73.

11) — *Op. cit.*, p. 82.

12) — *La Esclavitud y su Abolición en el Brasil*. Buenos Aires, Edición de la Revista Americana de Buenos Aires, 1936, p. 11.

tregam-se as punições às autoridades da Marinha, com recurso para o Conselho de Estado.

Paes Barreto disse, com certa razão, que essa lei foi *assinada* por Euzébio de Queirós, espírito altamente livre e largo coração, mas foi *motivada* pelo *Bill Aberdeen*, pelos canhões ingleses, pela atitude energicamente fleumática de Hudson. (13)

De fato, só nos três anos anteriores haviam sido destruídos ou aprisionados pelos cruzadores britânicos cerca de noventa navios brasileiros, acusados de fazerem o tráfico. A avidez dos lucros no imundo negócio não arrefecia, alimentada pelos dinheirocratas da lavoura, altamente representados nos partidos políticos.

O próprio Eusébio confessava: “o tráfico no Brasil prendia-se a interesses, para melhor dizer, a presumidos interesses dos nosso agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse a favor do tráfico.”

Tal era essa força, que ela mesma acabou exigindo um paradeiro às importações africanas. É ainda Eusébio que o põe a nu: “a princípio, acreditando que na compra de maior número de escravos consistia o aumento de seus lucros, os nossos agricultores, sem se advertirem do gravíssimo perigo que ameaçava o país, só tratavam da aquisição de novos braços, comprando-os a crédito, a pagamento de três a quatro anos, vencendo no intervalo juros mordentes. Assim os escravos morriam, mas as dívidas ficavam e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores, que compravam os africanos aos traficantes para revendê-los aos lavradores. Essa experiência despertou os nosso lavradores e fez-lhes conhecer que achavam sua ruína onde procuravam a riqueza, e ficou o tráfico, desde esse momento, definitivamente condenado.” (14)

13) — **A Abolição e a Federação no Brasil**. Paris, V. Giard e E. Brière, 1906, p. 40.

14) — Joaquim Nabuco. **Op. cit.**, p. 82.

Em todo caso, não se vá ao ponto de tirar o mérito de Eusébio que, no fim de contas, teve a coragem de liquidar com o abuso vergonhoso. Marcou, gloriosamente, com a sua lei, o começo de nova era da emancipação, que iria terminar trinta e oito anos depois.

Já em 1853 nenhum escravo entrou no Brasil. Porém só em 1869 a Inglaterra suspenderia o decreto *Aberdeen*.

CAPÍTULO II

TERGIVERSAÇÕES

O espírito de emancipação do elemento servil não havia de contentar-se com a lei de Eusébio de Queirós. A resistência dos escravocatas, principalmente a burguesia cafeeira, conquanto absorvente, teria de ser esmagada e fazia-se mister alcançá-lo no menor tempo possível. A vida econômica do País assentava, efetivamente, no braço escravo, mas o pudor nacional não suportava mais a humilhante situação.

As imposições do brio hão de ser sempre maiores que as do estômago. Reagia a consciência dos brasileiros: a sua leitura, através do seu romantismo, criava outra mentalidade, até sem indagar das conseqüências materiais da libertação. E, naquele mesmo ano de 1850, deu esta o primeiro vagido com o cearense do Aracati, Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Bacharel em direito, fora curador dos africanos livres de Fortaleza, por nomeação de 1839, depois juiz no Ceará e no Pará. Jornalista combativo até à crítica jocosa e à polêmica desassombrada, foi eleito deputado geral pela sua Província em duas legislaturas (8.^a e 9.^a).

Os anais do Parlamento registram que em sessão de 22 de março foi lido o projeto de Silva Guimarães, sem ter sido julgado objeto de liberação: — “Todos os nascidos de ventre escravo no Brasil serão livres a partir da data da lei (art. 1.^o). Os senhores de escravos ficam obrigados a libertá-los quando estes, pela sua alforria, derem quantia igual à pela qual foram comprados, doados ou havidos a qualquer título (art. 2.^o). O escravo casado não pode ser vendido ou alie-

nado de qualquer forma sem que o acompanhe o cônjuge, sob pena de nulidade da alienação” (art. 3.º) — eis a sua proposta, não aceita *tout court*.

Em agosto, na sessão de 2, vem ele novamente à fala, para dizer que muito de propósito não justificara o seu projeto, a fim de observar o efeito que produziria, na sensibilidade da Câmara, a “idéia que feria de perto os interesses do egoísmo mas idéia nobre, idéia filantrópica, aconselhada pelos ditames da religião santa que professamos, e ainda pela política e pelos progressos da civilização.”

Insistia no assunto e, agora, justificava a nova proposição, com estas palavras: — “Três são os pontos cardeais de meu projeto. No primeiro, trato da liberdade de todos que nasceram depois da data da lei; o segundo ponto é sobre aqueles que tendo numa soma para se alforriarem, todavia os seus senhores rejeitam dar-lhes cartas de liberdade; o terceiro ponto é sobre o casamento de escravos. Ora, quanto ao primeiro artigo, eu conheço, em verdade, que a sua matéria é de suma importância. A sua solução é, sem dúvida, muito difícil. Para o fundamentar, porém, tenho por certo muito boas razões, muito bons argumentos que podia tirar do direito natural, do direito das gentes, do direito civil, da religião e mesmo das conveniências políticas; mas não quero ser indiscreto, não quero desde já ocupar a Câmara com esses argumentos, porque pode ela entender que esta matéria deve ser tratada em sessão secreta. Quanto ao segundo ponto cardinal do meu projeto, entendi, Sr. Presidente, que é necessário tomemos uma medida a respeito daqueles senhores, aliás tão desumanos, tão avaros, tão desconhecedores do seu próprio interesse, que rejeitam receber dos escravos uma soma igual àquelas que lhes custaram; não querem forrar ou dar liberdade a seus escravos por preço algum, e no entanto, diz-se que temos lei que protege a liberdade dos escravos! É por isso que desejo que haja uma lei que providencie a esse respeito. O terceiro ponto é sobre o casamento dos escravos. Eu entendo, Sr. Presidente, que ou não devemos consentir que os escravos se casem, ou então nunca devemos consentir que um seja vendido sem que o outro consorte o acompanhe,

porque tem sucedido ou sucede freqüentemente que, de não se proibir a venda de um sem o outro, dá-se lugar a que continuada e indiretamente se concorra para o adultério entre escravos. Parece-nos, pois, que neste caso a lei civil está em contradição com a lei religiosa porque separa aqueles que a Igreja uniu, *quod Deus conjunxit homo non separet*. No entanto, o que sucede? Vemos continuamente que um senhor, ou obrigado por dívidas, ou mesmo porque tenha precisão de dinheiro para algum outro fim, tendo um casal de escravos, vende ou o marido ou a mulher, e assim os desune, fazendo que aquilo que a Igreja tem unido ele separa talvez para sempre..." (1).

Porém o escravismo era uma potência e velava: apenas quatro deputados, além do autor do projeto, votaram — enfrentando os protestos raivosos dos outros 78 presentes — por que o discutissem: Cassimiro de Moraes Sarmento, do Rio Grande do Norte; mons. Fernandes da Silveira, de Sergipe; padre Venâncio de Resende e Paula Batista, ambos de Pernambuco.

Em 1852, volta Pedro Pereira à carga com terceira indicação, embora convencido de nova derrota: — “muito embora não seja aceito, do que me persuado, quero ao menos fazer-lhe (ao projeto) as honras do enterro; quero que fiquem (as suas reflexões) para em todo tempo se lerem as razões que tenho para apresentá-lo neste augusto recinto.”

A iracúndia dos escravistas desabou tempestuosamente sobre o representante do Ceará. João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, com o peso do seu prestígio, comandou o ataque àquele homem que “não está em ordem”, — expressão que a maioria gritava, encolerizada.

A taquigrafia da Câmara Geral apanhou:

“O Sr. Silva Guimarães: — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Devo observar ao nobre deputado que a primeira parte da ordem do dia é consagrada à apresentação de projetos e indicações.

1) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 20, p. 197.

O Sr. *Silva Guimarães*: — É para apresentar um projeto.

O Sr. *Presidente*: — Tem a palavra.

O Sr. *Silva Guimarães*: — Na primeira sessão da atual legislatura, em 1850, tive a honra de apresentar a esta Augusta Câmara um projeto sobre a emancipação progressiva dos escravos, o qual não foi julgado objeto de deliberação. Tornei a apresentá-lo na segunda sessão daquele ano; e se bem que houvessem por ele votado membros cujos votos são para mim de grande peso, todavia, ainda dessa vez foi rejeitado e não pôde entrar em discussão. Hoje, Sr. Presidente, tenho de novamente oferecê-lo à consideração da Câmara.

O Sr. *Santos de Almeida*: — É força de convicção.

O Sr. *Silva Guimarães*: — ...acrescentando-o de outras disposições que não tinha. Mas antes de mandá-lo à Mesa farei algumas reflexões sobre a matéria, pois muito embora não seja aceito, do que não me persuado, quero ao menos fazer-lhe as honras do enterro; quero que fiquem estampadas para em todo o tempo se lerem as razões que tenho para apresentá-lo neste augusto recinto.

O Sr. *Figueira de Melo*: — Está em seu direito.

O Sr. *Silva Guimarães*: — Pedirei, portanto, licença a V. Exa. e a meus ilustres colegas para ocupar, por alguns momentos breves, a sua atenção certo de que não abusarei de sua bondade.

O Sr. *Aprígio*: — (com ironia) Gosto de ver uma insistência assim.

O Sr. *Silva Guimarães*: — Senhores, quando o governo do país, falo do governo transato (e espero que o atual seja seu digno sucessor nesta parte), tão desvelado se mostrou na inteira repressão do tráfico da escravidão africana, esse cancro roedor da prosperidade da nossa pátria, fazendo executar restritamente a lei de 4 de setembro de 1850, quando tão boas disposições se descobrem no ânimo dos brasileiros para se formarem em um povo homogêneo e livre; preciso é que aproveitemos essas aspirações louváveis, e desde já encetemos o novo caminho que devemos seguir, deixando essa estrada tor-

tuosa e errada, velha filha dos preconceitos de nossos pais e ainda de alguns de nós, que nos persuadimos que não podemos viver sem escravos; e se não tivermos de gozar da ventura de ver a nação brasileira livre desse enxame de homens diferentes de cor, teremos talvez a dita de vê-la ainda em nossos dias isenta da ignomínia de ter escravos entre si.

Conheço, Sr. Presidente, e confesso que o meu projeto vai no pensar de alguém ferir interesses pessoais, vai dar golpe sensível ao egoísmo de muitos, que, surdos à voz da humanidade, só querem amontar riquezas; mas eu procurarei mostrar em breves palavras que ele, bem longe de ofender nossos direitos, e desapossar-nos de alguma cousa que nos pertença, ao contrário, só tende a garantir nossa existência, consolidá-la mais e mais, selando um direito de natureza comum a todos os indivíduos, comum ao gênero humano, e apenas desconhecido por nós termos adotado nessa parte indevidamente o caduco direito romano, que autorizava a posse de escravos com o seu *Servus res, non persona*.

O Sr. Wanderley: — Esse homem não está em ordem.

Vozes: — Isso só em sessão secreta.

O Sr. Guimarães: — Estou justificando o meu projeto, estou fundamentando; isto é do regimento.

O Sr. Fernandes Chaves: — São matérias melindrosas que sempre tem sido tratadas em sessão secreta.

O Sr. Silva Guimarães: — Guardarei as reservas necessárias, não direi aquilo que não convém dizer em público, e somente o que pouco mais ou menos se tem publicado pelos jornais.

O Sr. Visconde de Baependi: — Desgraçadamente.

O Sr. Silva Guimarães: — O projeto que tenho a honra de submeter à sua consideração e ao seu patriotismo contém três partes distintas, mas todas elas relativas ou tendentes a um só fim, melhorar a condição da raça escrava entre nós. Na primeira parte trata-se, em minha humilde opinião, do meio menos gravoso à sociedade para emancipação daqueles

que têm de ser trazidos ao cativeiro pela infelicidade de terem nascido de um ventre escravo. Na segunda parte trata-se da emancipação daqueles que, já tidos e havidos em cativeiro, querem sair dele obtendo por dinheiro a sua liberdade. Na terceira e última parte do projeto trata-se de tomar providências para obstar o abuso da venda de escravos casados.

Ora, Sr. Presidente, eu podia citar alguns textos de caridade fraterna, tirados dos livros santos, contra os quais fazemos de criaturas humanas objeto de comércio; podia mostrar que, sendo os escravos homens como nós, tendo todos a mesma origem, é um contra-senso que uns tenham o nome de senhores, com um direito de quase vida e morte, e outros o nome de escravos com toda a humilhação e degradação que infelizmente se observa.

Vozes: — Não está na ordem, não está na ordem.

O Sr. Presidente: — Pego ao nobre deputado que se limite à apresentação do projeto. Quando ele tiver de ser discutido, exporá todas as razões que tem em seu favor.

O Sr. Silva Guimarães: — Eu não pretendo expor todas as razões que tinha a apresentar em abono do projeto; não quero fazer uma dissertação.

O Sr. Wanderley: — Mas está falando sem poder ser contrariado.

(Há outros muitos apartes. Rumor.)

O Sr. Silva Guimarães: — Senhores, eu não venho fazer uma dissertação sacra, fica isso a cargo dos Srs. eclesiásticos; eles que são fortes na palavra divina deviam exortar continuamente o resgate dos míseros cativos, eles que primeiro deviam dar exemplo de amor ao próximo ensinando-nos a ser pelo menos mais justos e humanos para com esses que a nossa cobiça reduziu ao ignóbil estado para que a natureza os não criou, e simplesmente dizer que é para admirar que no século XIX, em um país cristão, não esteja de todo extinto o cativeiro, e que alguém se scandalize, e julgue censurável a voz filantrópica que se levanta no meio dos representantes da nação em favor da escravidão!

Senhores, que devemos ir gradualmente acabando a escravatura no Brasil mandam-no a religião e a moral, aconselha-o a sã política, exige-o a prosperidade do Império, dita-o a humanidade, instam nossos próprios interesses; e não a artilharia do cruzeiro inglês.

Demais, Senhores, vós sabeis que hoje é questão que não admite dúvidas que a liberdade não é um direito de herança, mas sim um dom da natureza tão precioso ou mais do que a vida, dom do qual não podemos despojar os outros, nem a nós mesmos; ainda que seja para participar do preço da escravidão, o que posto é consequência lógica e natural que assim como se não pode suceder na liberdade, também não se pode suceder na escravidão; e por isso, para mim, nada mais estranho e absurdo em jurisprudência que esta duplicata denominação de pessoas e cousas, do que este princípio de direito romano do *partus sequitur ventrem* a respeito dos escravos considerados cousas para serem possuídos em propriedades, serem vendidos, doados, trocados etc., e pessoas para terem imputação de seus atos e sofrerem castigos e penas.

Se, pois, dizia eu, está hoje pela lei de 4 de setembro abolido com penas severas o poder de reduzir à escravidão os habitantes da Costa da África, e se pelo nosso código criminal, art. 199, é punido aquele que reduz à escravidão pessoa livre com 3 a 9 anos de prisão e multa correspondente à metade do tempo, não descubro razão plausível para que não sejam considerados livres aqueles que forem nascendo de ventre escravo e continuemos, contra o sentir das nações civilizadas, a considerar como escravos, não esses que foram comprados e que possuímos por um título oneroso ou gratuito até o presente, mas aqueles que deles descendem, e na verdade não se pode dizer que nos pertencem, porque ainda não nasceram.

Os ambiciosos e egoístas que possuem escravos como tropas de bestas de carga, sem dúvida gritarão contra essa salutar disposição do meu projeto; mas eu perguntarei a esses sórdidos avaros, inimigos da civilização e humanidade...

O Sr. Wanderley: — É bom falar-se nisso quando não se tem escravos. O nobre deputado quantos tem?

O Sr. Silva Guimarães: — Se o nobre deputado fosse juiz de órfãos, e estivesse agora tomando a inventário os meus bens, não podia deixar de o satisfazer, mas agora o não farei por não ser juiz competente.

O Sr. Wanderley: — Suponho que os não tem, porque, segundo suas idéias, se os teve, já os deve ter forrados todos.

O Sr. Silva Guimarães: — Por eu ter essas idéias, não se segue daí que eu não tenha escravos. Ouçam-me os nobres deputados, e se o meu projeto for julgado objeto de deliberação e tiver de entrar em discussão, estou pronto para aceitá-la em qualquer proposição por mim avançada, e julgo que poderei convencer aos nobres deputados.

Mas, continuando, perguntarei a esses egoístas: em que sois prejudicados? No que vós chamais vossas crias, isto é, os filhos de vossas escravas? E que direito tendes vós para chamar escravos aos filhos destas (Viva reclamação.) Fostes buscá-los à Costa da África, com sacrifício da vossa bolsa, com algum incômodo de vossas pessoas? (Ordem, ordem.)

O Sr. Presidente: — Quero observar ao nobre deputado que a sessão de hoje, em sua primeira parte, somente é consagrada à apresentação de projetos, e se o nobre deputado pretende absorver todo o tempo com a longa dissertação filosófica que está fazendo, então os outros Srs. deputados ficarão inibidos de apresentar alguns projetos que tenham. (Apoiados.)

O Sr. Silva Guimarães: — V. Exa. parece querer coarctar a liberdade que me dá o regimento de expor as razões do meu projeto. Parece querer bitolar os meus argumentos de justificação.

O Sr. Wanderley: — É inconvenientíssima a apresentação de tais razões. (Muitos apoiados.)

O Sr. Silva Guimarães: — Oh! Senhores, pois não estou no meu direito, e na letra do regulamento da casa justificando o projeto que pretendo mandar à Mesa?

O Sr. Fernandes Chaves: — Com o seu projeto, que a Câmara por duas vezes julgou indigno de ser atendido. (Apoiados.)

O Sr. Silva Guimarães: — Quero só ler este artigo.

O Sr. Aprígio: — É uma imprudência.

O Sr. Presidente: — Não posso consentir que o nobre deputado prossiga no seu discurso. (Apoiados.)

O Sr. Silva Guimarães: — Vou concluir. Nem ao menos posso ler as palavras da lei de 16 de janeiro de 1773? Eu peço ao Sr. taquígrafo que transcreva o que eu vou ler...

O Sr. Presidente: — O nobre deputado não tem mais a palavra, e se continuar a falar serei obrigado a mandá-lo sentar. (Apoiados.) Apenas pode ler o seu projeto e remetê-lo à Mesa para a Câmara decidir se ele é ou não objeto de deliberação. (Apoiados.)

O Sr. Silva Guimarães: — Quero só ler a lei...
(Vivas reclamações.)

Alguns Srs. Deputados: — Que imprudência!

O Sr. Wanderley: — Temos um novo Quacker! (Risadas.)

O Sr. Silva Guimarães: — Bem, eu me sento protestando contra esta nova rolha, e vou mandar à Mesa o meu projeto.

O Sr. Paula Cândido (1.º Secretário) lê o seguinte projeto:
A ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DECRETA:

“Art. 1.º — São livres da data da presente lei em diante todos os que no Brasil nascerem de ventre escravo.

“Art. 2.º — São igualmente considerados livres os que nascidos em outra parte vierem para o Brasil da mesma data em diante.

“Art. 3.º — Todo aquele que criar desde o nascimento até a idade de 7 anos qualquer dos nascidos no art. 1.º, o terá por outro tanto tempo para o servir, e só então aos 14 anos ficará emancipado para bem seguir a vida que lhe parecer.

“Art. 4.º — Todo o escravo que der em remissão de seu cativeiro uma soma igual ao preço que ele tiver custado a seu Senhor, ou este o houvesse por título oneroso ou gratuito, será o Senhor obrigado a passar carta de liberdade, sob pena do art. 139 do Código Criminal.

“Art. 5.º — Não havendo preço estipulado, o valor do escravo para ser alforriado será designado por árbitros, um dos quais será o promotor público da Comarca respectiva.

“Art. 6.º — Nenhum escravo casado será vendido, sem que seja igualmente à mesma pessoa o outro consorte.

“Art. 7.º — O governo fica autorizado a dar os regulamentos precisos para a boa execução da presente lei e igualmente a criar os estabelecimentos que forem necessários para a criação dos que nascidos da data desta lei em diante forem abandonados pelos Senhores dos escravos.

“Art. 8.º — Ficam revogadas as leis e disposições em contrário.

Paço da Câmara dos Deputados... de maio de 1852.

O Sr. Presidente: — Vou consultar a Câmara...

O Sr. Dias Carvalho: — (pela ordem) — Sr. Presidente, respeito muito as convicções do nobre deputado autor do projeto; não estranho que ele procure realizar o seu pensamento por meio de atos legislativos; mas a gravidade da matéria, a impressão que fez na casa o discurso do nobre deputado, mostram bem que o assunto é digno de séria consideração. Assim, apoiado no art. 118 do regimento, requeiro à Câmara que antes de julgar se o projeto é ou não objeto de deliberação, seja ele remetido a uma comissão, e eu indicarei a da Justiça Civil, para examiná-lo e dar parecer. (Não apoiados.)

Alguns Srs. Deputados: — Decida-se já, não é preciso ir a comissão alguma.

O Sr. Dias de Carvalho: — Se a comissão entender que a matéria é digna de ser considerada pela Câmara, di-lo-á em seu parecer; e se julgar que não convém que ela seja tratada em uma sessão pública, requererá uma sessão secreta. Como pois o regimento, em casos graves, autoriza o pedido que acabo de fazer, eu me animo a esperar de V. Exa. que haja de consultar à Câmara a este respeito.

Posto a votos este requerimento do Sr. Dias de Carvalho, não é aprovado, e consultada a Câmara se o projeto do

Sr. Silva Guimarães é objeto de deliberação, decide ela negativamente, votando a favor somente o Sr. Oliveira e o autor do projeto.” (2)

A libertação do nascituro, desde Silva Guimarães, não foge mais das mentes patrióticas e idealistas, tal como outras medidas tendentes a minorar o sofrimento físico e moral dos cativos: a proibição da sua venda em leilões, a de os possuírem os conventos, a de separarem, por efeito de alienação, os membros da mesma família — objeto de sugestões de Tavares Bastos e do senador Silveira da Mota.

Sobre a necessidade do ventre livre, as opiniões sucediam-se favoravelmente: Perdigão Malheiros (1863), Câmara Leal (1865), os Viscondes de Jequitinhonha, de Itaboraí, do Rio Branco, de Sapucaí, Eusébio de Queirós, os Conselheiros Sousa Franco, Nabuco de Araújo e Torres Homem.

Decreto de 28 de setembro de 1853, sob n.º 1.303, de Nabuco de Araújo, declarou emancipados, se quisessem, os africanos livres cujos serviços fossem arrematados por particulares depois de catorze anos, embora os obrigasse a residir em lugar designado pelo Governo e a tomar ocupação mediante salário. Esta medida da emancipação dos africanos livres completa-se em 1864 com o Decreto 3.310, de 24 de setembro, que encurta o prazo de catorze anos, declarando-os definitivamente libertos em todo o Império, passadas as cartas de liberdade, “com a maior brevidade e sem despesa alguma para eles.”

Outro, de 6 de novembro de 1866, concedeu liberdade gratuita ao escravo da Nação que pudesse servir no Exército, bem como título de nobreza ao senhor que fornecesse escravos para a caserna. (3) “Não era o Exército que o

2) — **Loc. cit.**, p. 201. Esse sr. Oliveira era o Deputado cearense André Bastos de Oliveira.

3) — Em virtude do citado decreto apareçam nos jornais anúncios como estes: “Joaquim da Cunha Freire & Irmão compram por bom preço para libertar, aqui ou no Rio de Janeiro, escravos aptos para o serviço de guerra.” (*Jornal do Ceará*, ed. de 18.2.1868, p. 4). — “Compram-se escravos, para libertar, de qualquer côr, de 18 a 35 anos, que sejam sadios e com todos os dentes; paga-se pelo melhor preço no escritório de Manuel Antônio da Rocha Júnior & Irmãos, na Rua Formosa, nº 77.” (Idem, ed. de 4.1.1868).

Governo humilhava, indo buscar soldados nas fileiras ínfimas dos escravos; eram os escravos todos que ele elevava” — comenta Joaquim Nabuco. “Desde esse dia — acrescenta — pelo menos o governo dera aos escravos uma classe social por aliada: o Exército.”

A guerra contra o Paraguai explica o sentido dessa deliberação governamental, mas já era manifestação mais clara das intenções da Coroa, que iria ser explícita com a Fala do Trono do ano seguinte: “O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunidade a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade rural e sem abalo profundo da nossa primeira indústria — a agricultura, sejam atingidos os altos interesses que se ligam à emancipação” — tais as sóbrias palavras do Monarca.

Todo cauteloso — e a burguesia dos cafezais continuava fortemente acastelada, — assim cauteloso, Pedro II feria o assunto, tocando evidentemente pelos termos da mensagem recebida da Junta de Emancipação da França, firmada por Cochin, Laboulaye, Guizot e outros grandes intelectuais franceses e a que o ministro Martim Francisco respondeu: — “A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, é somente uma questão de forma e oportunidade.” E dava como razão do adiamento as penosas circunstâncias em que se encontrava o País.

A campanha contra Solano Lopes, de fato, arrastara a Nação a seríssimos embarços e daí aquelas prudentes palavras do Imperador. Todavia, o desejo do governante era sincero e vemo-lo concretizado no ato significativo do seu genro — o Conde d’Eu, General-Chefe do Exército, impondo, como uma das condições ao vencido, a abolição da escravatura no Paraguai (1869).

Diz-se que Pedro II foi homem atrasado para o seu tempo. Sua mentalidade estreitamente familiar, de sábio-patriarca, tê-lo-ia impedido de incorporar-se na imensa série dos governos liberais que se colocavam à frente da nova era industrial da época. Mostrava-se, sobretudo, homem de gabinete a contemplar o curso dos fatos, tratando, com honesto desvê-lo, de contornar os acontecimentos mais profundos e ten-

tando vencer as mais graves crises com a firme tolerância, que não excluía a intransigência.

“Para ele — aprecia Lúdia Besouchet — para ele a coroa não simbolizava senão uma forma de reinar sobre um povo dócil, entregue à sua proteção e aos seus cuidados; porém não soube ou não quis reinar sobre um povo livre e trabalhador. Guardou sempre a idéia de que era possível conciliar a produção industrial com o sistema escravista do trabalho. Em momento algum da vida política do Brasil, Pedro II representou os interesses da burguesia industrial, antes simbolizou a ascensão, o esplendor e a decadência da burguesia rural escravista da fase cafeeira. As iniciativas do Estado tenderam sempre para manter o equilíbrio agrário e, quanto possível, a onda que às vezes conseguia agitar a superfície política.” (4)

Não será justo, entretanto, acusar o segundo Pedro se o colocarmos, imparcialmente, no clima político-econômico em que viveu, naqueles instantes de transição, para o Brasil, entre a rotina das fazendas e dos sítios de engenho e as novas solicitações do progresso da indústria, expandindo-se, a largos vãos, na Europa e nos Estados Unidos.

Afinal, ele *governava*, e governar para ele teria de ser equilíbrio, aferição, reajuste, consideradas as contingências territoriais, demográficas e educacionais do País.

Lúdia Besouchet traça-lhe bem a posição: — “Pessoalmente, estava a favor da extinção da escravatura, porém oficialmente agüentava o sistema, sem procurar meios para transformá-lo.”

Certa vez, interpelado pelo jornalista argentino Hector Varella, declarou resolutivo: — “Crê que haja no Brasil quem deseje a abolição mais ardentemente do que eu?” E, respondendo a si mesmo: — “Ninguém. E os primeiros a saberem como penso são os que estão à frente do belo movimento de emancipação. Alguns me atacam com tão clara injustiça, cren-

4) — Lúdia Besouchet. José Maria Paranhos — Visconde do Rio Branco. Buenos Aires, Editorial, 1944, pp. 147 e ss.

do que eu retarde a hora feliz do meu reinado, aquela em que eu pudesse anunciar ao mundo que já não existe um só escravo na minha Pátria, e que o último desses desgraçados é tão feliz como eu.” (5)

Noutra, dirigindo-se a uma comissão da Confederação Abolicionista, manifestou: — “Ninguém pode duvidar dos meus sentimentos em relação à causa abolicionista; e, se não compareço às festas de liberdade, é que esse procedimento poderá ser interpretado de modo diverso por algumas pessoas, em cujo meio não estão abolicionistas nem os que com eles pensam.” (6)

É, pois, nesse invencível constrangimento que se “mantém inalteravelmente apoiado por escravistas, ora Liberais, ora Conservadores, mas sempre escravistas, fugindo da livre discussão do problema.”

Daí a aparente indecisão, o jeito com que redigiu a citada Fala do Trono, a qual, no dizer de Nabuco, foi para a emancipação como um raio, saído de um céu sem nuvens, abrindo um período de ansiedade, incômoda para a lavoura e, para os escravos pela razão contrária, cheia de esperanças. (7)

Apesar disso, nas seguintes Falas desceu o silêncio quanto ao elemento servil, o que dá ensejo, em 1870, a uma interpelação, feita na sessão da Câmara (11 de maio) pelo deputado Teixeira Júnior, da Província do Rio de Janeiro: — “Qual o pensamento do governo imperial sobre a solução da grave questão do elemento servil do Império?” (8)

Na sessão de 14, o congressista interpelador desenvolve argumentos acerca da sua pergunta, ainda para indagar com insistência: — “Pretende ou não o governo imperial iniciar as medidas que exige a incerteza e a ansiedade em que estão todos os interesses da sociedade?”

5) — Pedro Calmon. **O Rei Filósofo**. **Brasília**, nº 120, p. 355.

6) — **O Nordeste**, de Fortaleza, ed. de 24.3.1934, p. 14. (Transcrito da **Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro).

7) — Joaquim Nabuco. **Op. cit.**, p. 60.

8) — **Anais do Parlamento Brasileiro**, 1870, p. 12.

A resposta do Presidente do Conselho, Visconde de Itaboraí, é a de estar convencido de “que não há, ou ao menos que são raros, muito raros, os brasileiros que não desejem ver extinta entre nós a escravidão... Mas a abolição da escravidão importa entre nós numa profunda transformação da vida social, e entende não só com direitos preexistentes à Constituição do Estado, respeitados e garantidos por ela, mas ainda com interesses essenciais da ordem pública.” E terminou, afirmando — não se pode dizer evasivamente, porém oferecendo a deixa ao Parlamento — que “os representantes da Nação têm mais direito, mais autoridade de fazê-lo do que o poder executivo.” (9)

Não havia dúvida: os brasileiros *desejavam* o extermínio da escravatura, mas na hora precisa havia o recuo, o freio, marcha à ré, sintoma de que na realidade não o *queriam*, chumbados ao seu *animus manendi* em relação ao escravo como valor patrimonial.

A discussão foi longa e quente, e dela resultou fosse nomeada, para estudar a matéria, uma Comissão especial, que saiu constituída dos deputados José Jerônimo Teixeira Júnior, Rodrigo A. da Silva, Domingos de Andrade Figueira, João José de Oliveira Junqueira e Francisco do Rego Barros Barreto. Esta Comissão, no dia 30, pede com urgência, da parte do governo, cópia dos projetos até então submetidos ao Conselho de Estado sobre a questão servil, nos anos de 1867 e 68, e também os pareceres dos Conselheiros e outros quaisquer trabalhos concernentes ao assunto. Solicita, igualmente, lhe sejam remetidos os projetos dessa natureza, oferecidos à Câmara. (10)

O parecer dessa Comissão foi lido na sessão de 16 de agosto. É meticoloso e erudito, com o voto em separado de Rodrigo Silva. Concluiu por que “a solução de uma questão tão difícil e complicada não pode, desde já, ser completamente satisfeita. É assunto a que se prendem todas as relações sociais e que o tempo e o progresso do País também con-

9) — Loc. cit., p. 25.

10) — Loc. cit., p. 90.

tribuirão para o seu desenlace... Cumpre aos poderes públicos acompanhar o desenvolvimento natural das necessidades e auxiliar gradualmente a realização de louvável desejo de todos os brasileiros: a substituição prudente e cautelosa do trabalho servil pelo trabalho livre, sem detrimento da riqueza pública e particular.” (11)

A Fala do Trono do ano posterior é bem mais incisiva: — “Considerações da maior importância aconselham que reforma da legislação sobre o estado servil não continue a ser uma aspiração indefinida e incerta. É tempo de resolver esta questão, e vossa esclarecida prudência saberá conciliar o respeito à propriedade existente com esse melhoramento social, que requerem nossa civilização e até o interesse dos proprietários. O governo mandar-vos-á oportunamente todo o seu pensamento sobre as reformas para o que tenho chamado a vossa atenção.” (12)

Na sessão de 12 de maio traz, efetivamente, o Governo à mesma Câmara, por intermédio do Ministro da Agricultura, a sua orientação: “Não convindo que continue indecisa a solução da questão servil, urge dirigí-la com acerto por causa da fortuna particular e pública.” E apresenta a proposta que, não podendo ser enviada àquela Comissão especial, visto como já se extinguiu o respectivo mandato, vai à nova Comissão, de que fazem parte Luís Antônio Pereira e Franco, mons. Joaquim Pinto de Campos, Raimundo Ferreira de Araújo Lima, João Mendes de Almeida e Ângelo Tomás do Amaral. (13)

O parecer desta segunda Comissão, cuidadosa e solidamente elaborada com farta argumentação e, em grande parte, inspirado no da anterior, estuda a questão servil em referência à religião, à humanidade, à pátria, aos escravos e aos senhores, e decide-se, como conclusão final, pela liberdade do ventre, respeitadas, no mais, os direitos dos proprietários dos escravos.

11) — Loc. cit., p. 178.

12) — Anais de 1871, p. 9.

13) — Loc. cit., p. 45.

Viajavam aí, na mais deslizando plenitude, as idéias do cearense Silva Guimarães, a despeito das rudes críticas sofridas no Parlamento, na imprensa escravocrata e nos chamados clubes de lavradores.

Surge, então herculizando-se, a figura do Visconde do Rio Branco, dia e noite a defender valentemente a lei sugerida, defrontando, em vinte e um discursos de alta eloquência, adversários como Perdígão Malheiros, Ferreira Viana, José de Alencar, Paulino de Sousa, Andrade Figueira, Zacarias de Góis, Itaboraí... que tumultuavam as reuniões a ponto de o injuriarem grosseiramente.

Da proccla resultaram 65 votos a favor e 45 contra, na Câmara dos Deputados. No Senado, o povo cobriu de flores o Visconde e seus companheiros de luta, após a provação do projeto, em 27 de setembro. No dia 28, a princesa Isabel expedia a Lei n.º 2.040: “Os filhos de mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.”

Mas a grande lei trazia no seu bojo a própria inconsistência, criada pelas *outros providências* que incluía. É de Nabuco: “Imperfeita, incompleta, injusta e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos que o bloqueio da escravidão.”

A imensa geração *atual* de escravos permaneceria escrava. Claramente, continuava a *desejar* a libertação, porém ainda não se *queria concretizá-la*, barrados todos os ardentes anseios pelo sagrado direito de propriedade e pelo medo infantil de escangalhar a economia rural. Até mesmo os filhos de escrava tornados livres pelo lei, ou seja, os ingênuos, não saíam das mãos dos senhores, na maior quantidade dos casos, senão depois de 21 anos, educados, assim, “na escravidão durante o tempo em que se formam o caráter moral, a inclinação e os hábitos dos indivíduos.”

E começou, então, o Abolicionismo radical. Não mais apenas emancipacionismo gradativo ou moderado.

“A política dos nossos homens de Estado foi toda, até hoje — escreve Nabuco —, inspirada no desejo de fazer a

escravidão desfazer-se insensivelmente no País. O abolicionismo é um pretexto contra essa triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política.” (14)

A lei havia criado um fundo de emancipação e todos esperavam, da generosidade dos senhores, as manumissões. No entanto, a libertação não andava. Burlava-se a decretação do ventre livre pelos mais imaginosos meios, tida nos congressos de agricultores como ruínosa à lavoura! (15)

E, por outro lado, a politicagem concorria para afrouxar-lhe a execução: — os Liberais, retornados ao poder em 1878, deliberadamente pouco fizeram por ela.

Foi o médico baiano Jerônimo Sodré Pereira que, em sessão de 5 de março de 1879, gritou destemidamente pela abolição *sem condições e sem delongas*. E na legislatura seguinte entra na arena o verbo de Joaquim Nabuco, daí por diante o guieiro maior do movimento.

“Neste ponto faço uma aliança com o futuro” — declarou. E fez.

Lutou sem medida contra “os interesses criados pelo trabalho do próprio escravo contra sua liberdade” e pôde colocar ao seu lado, nessa refrega cívica, os entusiasmos de outros corajosos — André Rebouças, Guzmão Lobo, Joaquim Serra, “formando, com as graças da inteligência, com as louçanias do estilo e com a riqueza da cultura, o cenário parlamentar do seu tempo.”

Já nessa época outro cérebro iluminado se agitava em prol da libertação dos negros. “É Patrocínio. E em torno dele, formando a sua igreja, o seu núcleo dileto, Ferreira de Menezes, Vicente de Sousa, Nicolau Moreira e João Clapp. Diversos na formação e no meio, as duas igrejas comungam o mesmo credo e se completam na aspiração. O grupo de Nabuco se dirige num caminho intelectual e filosófico, seduz as

14) — O Abolicionismo, cit., p. 7.

15) — Evaristo de Moraes. Op. cit., p. 151.

elites, une as inteligências, forma correntes de pensamento em benefício da causa redentora. O grupo de Patrocínio comanda as hostes populares, dá-lhes vibração e tonalidade, diretrizes e imagens, ritmos e espantos.” (16) E lá estava na plêiade do *Tigre* a companhia inseparável e a boêmia do cearense Paula Nei, com o seu másculo talento em desperdício, poeta e sátiro de clava em punho, pugnando pela abolição, em versos e discursos fustigantes e em suas admiráveis crônicas na *Gazeta de Notícias*, que era a grande forja deles, como a *Gazeta da Tarde* era a dos heróicos ferreiros nabucanos.

Corria o ano de 1880, num de cujos dias morreu o Visconde do Rio Branco, mas no mesmo pé de resistência sustentava-se a escravidão, escorada nos ombros dos donos de escravos.

Ainda não se *queria*, realmente, acabar com ela.

16) — Oswaldo Orico. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1931, p. 79.

CAPÍTULO III

O NEGRO NO CEARÁ

Para melhor interpretação, o estudo da História do Ceará deve ser feito com a advertência de que só depois de um século do descobrimento cabralino vieram os lusos tentar contato com a região.

Efetivamente, foi em 1603 que o açoriano Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba, chegou às virgens terras cearenses, dirigindo uma *bandeira* e “munido da patente de Capitão-mor das conquistas que fizer.” Constituía-se a expedição de soldados brancos e índios tabajaras e potiguaras; e saiu em julho, visando, de modo especial, à serra da Ibiapaba.

Em janeiro de 1604 defrontou-se com esta montanha, a meia-légua de cujo sopé encontrou a primeira resistência dos aborígenes que, aliados a alguns franceses, em número de dezesseis, o receberam a frechas, pedras e funda e tiros de mosquete, em combate indeciso. No dia seguinte, por meio de toque de corneta, manifestaram os inimigos o desejo de parlamentar, e foi por intermédio de um dos seus “línguas” — o mamaluco francês Tuim-mirim, que o Capitão ouviu deles a desconcertante declaração de que o tuxaua Diabo Grande (Jurupariçu) aceitava a paz. Com a condição, porém, de lhe serem entregues dois lugares-tenentes da *bandeira* — Manuel de Miranda e Pedro Cangatã, por exigência, dizia o emissário, de uns mulatos crioulos da Bahia, que com os locais se achavam; e, segundo a pinturesca expressão de Frei Vi-

cente do Salvador, eram “maiores diabos que o principal com quem andavam.” (1)

Inicia-se, pois, com a própria história cearense, a história do negro no Ceará. Os mulatos e mamalucos crioulos mencionados pelo frade historiador incontestavelmente representam esse início e dão a pensar como tão decisivamente influenciaram os índios da Ibiapaba, a ponto de, por imposição daqueles, deixarem de firmar-se os entendimentos dos beligerantes.

Ainda a narração de Frei Vicente adianta que, para melhor vencer os índios, Coelho de Sousa “mandou fazer uns paveses que cada qual ocupava vinte negros em o levar, e indo detrás deles a bagagem e alguma gente;” mas tudo faz supor que a palavra *negros* aí empregada não se refere aos homens de cor africana e sim a indígenas, como era usual na linguagem do tempo. Costumava-se distingui-los dos pretos, chamando-se a estes negros da Guiné. (2) Coelho não os trazia.

Fracassada a investida de Pero Coelho, com o seu martirólogo assaz conhecido, novamente se procura conquistar o território, desta vez cabendo a missão aos inacianos Francisco Pinto e Luís Figueira, saídos ambos de Pernambuco em janeiro de 1607. Não conduziam, como acompanhantes, senão índios — “obra de sessenta,” — inclusive muitos aprisionados por Pero Coelho, que iam ser restituídos aos seus parentes. Francisco Pinto foi assassinado, na Ibiapaba, pelos ferozes tocarijus, e Figueira, escape de morte igual, pôde escrever depois a *Relação do Maranhão*, minucioso relato daquela viagem de sacrifícios. Aí se nos depara a expressão: “Este negro Cobra Azul é grande feiticeiro...” alusiva ao chefe autóctone em cuja casa — diz textualmente — “não me faltaram purgas e travos bem amargos com que o Senhor foi servido de me exercitar em penitência de meus pecados.” (3) Mais

1) — Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*, 3a. ed., revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, p. 388.

2) — Brás Amaral. *Fatos da Vida do Brasil*. Bahia, Tip. Naval, 1941, p. 96.

3) — *Tricentenário da Vinda dos Portugueses ao Ceará*. Fortaleza, Tip. Minerva, 1903, p. 124.

uma prova da confusão feita pelos jesuítas ao designarem os indígenas, com referência à sua cor.

Sabe-se que até 1611 nenhuma nova maior tentativa se fez para colonizar o Ceará. Nesse ano é que, chegado em novembro, veio Martim Soares Moreno, seguido unicamente de seis soldados e do padre Baltasar João Correia, para não despertar qualquer animosidade dos nativos. Construiu o fortim de S. Sebastião, no mesmo local em que Pero Coelho levantara o pequeno reduto denominado São Tiago, e tratou de consolidar a posse lusitana do território. Desse seu trabalho nos dá notícia na *Relação do Seará*, escrita em 1618, pela qual se vê que desejava introduzir, no estabelecimento nascente, negros d'Angola, que viriam como parcela do pagamento aos soldados do presidio: "Os pagamentos desta gente que se lhe fazem em Pernambuco, será necessário que a metade se lhe faça em fazenda, para se vestirem, em preços acomodados, e a outra metade em negros de Angola. Com o trabalho destes escravos breve se fará muito e irão os dízimos em crescimento." São palavras suas. (4)

Posteriormente, já feito Capitão-mor do Ceará, mostrou outra vez Martim Soares a intenção de trazer escravos para sua Capitania. É datado de 26 de março de 1621 o parecer do Conselho de Fazenda sobre a concessão, a ele, de seis léguas de terra na Capitania: "Martim Soares Moreno fez petição neste Conselho a Vmgd. que ele foi o primeiro povoador e fundador da Capitania e fortaleza do Seará e por esse e outros serviços o despachou Vmgd. por dez anos para dita praça e porque ele suplicante leva sua casa e pretende meter fábrica na dita Capitania de criações e negros e um trapiche de açúcar, de que há de resultar grande proveito á fazenda Real e aos moradores daquelas partes." (5)

Mas não se conhece indício de que o hajam satisfeito.

Os holandeses, em 1637, tomaram aos portugueses o forte de São Sebastião, e entre os prisioneiros não figura a presença

4) — Loc. cit., p. 198.

5) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 19, p. 90.

de negros. Também não os havia entre os que compunham a expedição assaltante, comandada pelo major George Cartman, pois somente vieram 126 soldados e 25 índios.

Sacrificados em 1644 com a destruição daquele fortim pelos índios revoltados, de novo voltaram os flamengos a ocupar o Ceará, desta vez com intuítos mais definidos, quais os de explorar o minério de prata na serra da Taquara ou Itarema. O comando recaía em Matias Beck que, no dia 20 de março de 1649, saiu "em nome de Deus pelas oito horas da manhã do porto do Recife com os iates e embarcações," ao todo cinco, transportando 298 pessoas. Entre estas, 10 negros (peças), um dos quais chamado Domingos, "nascido no Siará e escravo muito fiel e mui versado na linguagem indígena," informa o próprio Beck. (6) Encontrou o chefe da expedição, pertencentes aos índios cearenses, outros diversos negros, um de nome João Malemba, escravo de um Sr. Cristóvão Eyserscheter, do Recife, e outro chamado Luís da Mota, de um francês do Rio Grande do Norte. Do mesmo Eyserscheter estavam quatro mais, todos ali morando, fazia muito tempo. Escaparam ao dono quando, num barco deste, eram levados ao Maranhão; e, tocando no Ceará o navio, foram de surpresa agarrados pelos indígenas que, apossando-se dele, mataram todos os tripulantes e passageiros (portugueses, tanto homens como mulheres) "e que a eles, por serem negros, os levaram cativos para servi-los, roubando também todo o dinheiro e mercadorias que haviam no mesmo barco."

Serviam-se dos negros os índios para guiá-los nas correrias contra os lusitanos — salienta Roberto Southey. (7)

Os negros de Beck prestaram-lhe bons serviços, ajudando-o no frustrado esforço de conseguir, em condições favoráveis, a prata procurada. Confirma-o no seu *Diário*, em boa hora descoberto pelo Dr. José Higino, ainda que em fragmentos no arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, em Haia, e tra-

6) — Sobre a atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão, leia-se Gonsalves de Melo Neto. **No Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1947, pp. 204 e 230.

7) — **História do Brasil**, trad. de Luís J. de Oliveira e Castro, t. 6º, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1862, p. 518.

duzido pelo historiador pernambucano Dr. Alfredo de Carvalho. (8)

Malgrado o tentame holandês, com a retirada de Matias Beck e sua gente, em consequência da capitulação da Taborda (janeiro de 1654), voltou a Capitania cearense, definitivamente, ao poder luso com o capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto e as suas quatro companhias de soldados e mais duas de índios e pretos, séquito na verdade avultado, porém indispensável, se levarmos em conta a numerosa indiada ainda simpatizante dos flamengos. (9)

Desde lá até o fim do século, quase nenhum progresso se verificou no povoamento do Ceará. (10)

Durante o século 18 é que a Capitania vai ser invadida até os confins pelos exploradores, gente de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, que se aventurava em busca das ótimas terras de criar, cuja fama logo se tornou notória.

A civilização, que aí se instalou, teve de fazer-se, por isso, em base econômica-social tipicamente pastoril; e, como observa Ferdinand Denis, “cedo se observou que os pretos eram em geral muito desmazelados para que fossem bons pastores; de sorte que os grandes rebanhos do sertão eram confiados a brancos afeitos ao clima e que podem suportar as fadigas; ou, antes, a homens de sangue misturado que descendem da aliança de europeus com indígenas, de preferência aos que provêm de brancos e pretos. Os mamelucos são essencialmente próprios para a vida do sertão.” (11)

Eis por que não é bastante apreciável a percentagem de elementos afros na urdidura econômica do Ceará, nem alto o índice de sua enxertia racial, no correr da mesma centúria.

8) — *Tricentenário*, cit., pp. 339-417.

9) — **Documentos Para a História do Brasil e Especialmente do Ceará**, coligidos pelo Barão de Studart. Fortaleza, Tip. Studart. — 3º vol., p. 219; 4º vol., p. 64.

10) — Na Carta Régia de 25 de janeiro de 1683 ao Governador de Pernambuco aconselhava-se aos Índios e Índias que servissem aos Missionários Religiosos “por não terem escravos da Guiné”. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 36, de 1922, p. 97.

11) — *Descrição Histórica do Brasil*, p. 123.

O crioulo, aqui, é mais da centúria 19, quando se intensificou um pouco a importação negra.

A crônica histórica daquele século é realmente pobre neste tocante. Não nos dá senão poucas referências. O Barão de Studart, tão insistente nas suas pesquisas, só nos transmite esta isolada informação, ao estudar a entrada, no Ceará, dos negros que vieram para as minas de S. José dos Cariris, em 1756: "Não foram estes com certeza os primeiros africanos que aportaram a nossas plagas; em 1742, por exemplo, arribou a Fortaleza o bergantim N.S. do Socorro, S. Antônio e Almas, contramestre Antônio Carvalho, vindo da costa da Guiné com carregamento de escravos." (12)

Quanto à história dessas minas, ao contrário, é minudente e esclarece como se organizou, trabalhou e tristemente findou a Companhia que pretendia a sua exploração. A *Lembrança das Entradas*, datada de 29 de outubro de 1755, mostra que do capital subscrito, no total de 8.211\$000, a cota constituída por escravo é de 6.211\$000. Eram 73, dos quais um morreu ainda no Recife. Tantos quantos retornaram a Pernambuco, finda a mineração, em agosto de 1758. (13)

Não se colhe melhor esclarecimento sobre o fato de no Ceará terem existido mocambos, salvo algumas pequenas aglomerações de negros foragidos nas vizinhanças das escavações. Deixa clara a existência desses ajuntamentos a carta que Jerônimo de Paz, Intendente das Minas dos Cariris, dirigiu ao tenente-coronel Correia de Sá, Governador de Pernambuco: "O padre Antônio Corrêa Vaz pede uma ordem para um crioulo chamado José Cardigo servir de Capitão do Campo nestes lugares e eu lhe dei em nome de V. Exa. pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prisões dos negros fugidos e criminosos que se acham nestes matos amucambados: e me consta que para parte dos Correntes têm saído negros dos mucambos e a algumas pessoas a roubar, e é preciso cuidar muito em destruir estes mucambos e outros que possam ir fazendo..." (14)

12) — *Notas Para a História do Ceará — Segunda Metade do Século XVIII.* Lisboa Tip. do Recreio, 1892, p. 64.

13) — *Loc. cit.*, p. 69.

14) — *Loc. cit.*

Os africanos vindos de Pernambuco e da Bahia ocupavam-se nas fazendas; eram preferentemente incluídos na criação e, como escreve João Brígido, “não conheciam o eito e a senzala dos latifúndios; faziam tão-somente de domésticos, em contato imediato com o senhor.” (15)

“Os distritos de gado — comenta a seu turno Henry Koster — empregavam poucos escravos e estes se ocupavam nas próprias casas. Dificilmente para eles, se não forem crioulos, é o tornar-se capazes de perseguir o gado, domar os pol-dros etc. Os escravos ficam em casa trabalhando em ocupações compatíveis com as suas habilidades.” (16)

Por isso, as fugas não eram comuns e as rebeldias muito raras.

Entretanto, convém lembrar o que escreve D. José Tupinambá no seu alentado documentário *História de Sobral*: “Eram bastante numerosos (os escravos) e vinham de Pernambuco, Maranhão e Bahia. Os senhores não costumavam praticar contra eles os horrores de que estão cheias as crônicas do tempo. Em agosto de 1881, havia no Ceará 24.193 escravos, dos quais Sobral tinha 1.984. Havia, contudo, alguns de coração endurecido e mau, que mandavam açoita-los cruelmente e depois retalhar-lhes as costas e sobre as feridas punham sal, aumentando indivizivelmente as torturas que padeciam aqueles indefesos cativos. Muitos enforcavam-se para abreviar os sofrimento.” (17)

Os mesmo autor nos propicia o teor de um documento de 1821, encontrado nos arquivos da Câmara Municipal de Sobral e em que se ordenavam providências para prevenir um levante de escravos denunciado ao Comandante da Vila. Encarregou este ao Sargento-mor, comandante do 1.º Batalhão de Milícias, Francisco Inácio da Costa, de os vigiar e cuidar da segurança da vila, e do Sargento-mor, comandante desta,

15) — João Brígido. *Ceará — Homens e Fatos*. Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frère, 1919, p. 308.

16) — *Viagens ao Nordeste do Brasil*, trad. de Luís da Câmara Cascudo. *Brasília*, nº 221, 1942, p. 521.

17) — *História de Sobral*. Fortaleza, Pia Sociedade de São Paulo, 1952, p. 603.

José Antônio da Silva, exigiu autorizasse, a cada um dos comandantes do Termo, a prisão dos negros que lhes constasse servirem de cabeças ou cúmplices da intentada rebelião. Adianta o documento que em janeiro seguinte se achavam os espíritos mais calmos e não havia mais temor da rebelião denunciada. (18)

Em referência ao assunto, é bom, também, não esquecer o ofício que, em data de 13 de setembro de 1841, dirigiu o Presidente da Província ao Ministro da Justiça para comunicar haver tomado medidas junto às autoridades policiais acerca das tentativas que se dizia estavam sendo feitas para sublevar os escravos africanos. Nesta mesma peça oficial o Presidente manifestava-se com bastantes razões para não crer na existência de emissários encarregados do receado levante. (19)

Não será fora de propósito lembrar aqui os casos de execução por enforcamento, no Ceará, de alguns cativos, cabendo maior destaque a dos pretos autores do hediondo crime do brigue-escuna "Laura 2.^a", proveniente do Maranhão com destino a Pernambuco, os quais, em junho de 1839, assassinaram quase todos os membros da tripulação, deram com o barco à praia do Arapaçu, em Aquirás, e foram justicados a 22 de outubro seguinte, em Fortaleza, no então Largo da Pólvora, hoje Passeio Público.

Outros escravos padeceram a morte da forca, por delito contra o senhor. (20) Abatido por um deles, morreu Antônio José Moreira Gomes, o negociante mais rico de Fortaleza, em seu tempo, e ao qual se devem o desenvolvimento do plantio de algodão no Ceará e o início do comércio cearense com a Europa, diretamente. (21)

18) — *Op. cit.*, p. 604.

19) — *Livro de Correspondência*, 1834, no Arquivo Público do Ceará, fls. 129.

20) — Sobre esses crimes consulte-se Paulino Nogueira, "Execuções da Pena de Morte no Ceará". *Rev. do Inst. do Ceará* vol. 8. p. 44; João Brígido, *op. cit.*, p. 317.

21) — Raimundo Girão. "O Comendador Machado e sua Descendência", in *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 56, p. 14.

De ordiário, as fazendas e os sítios de cana-de-açúcar possuíam escravos quase sempre comprados a preço mais baixo, principalmente em Pernambuco, em troca de bois, porque, atacados da *chigua* ou bicho, lá se desvalorizavam. Mas o ar do sertão sem demora os curava, readaptando-os integralmente para os diversos serviços — é outra nota de Koster. Também era comum que pessoas brancas e até de cor mantivessem dois ou três escravos partilhando com elas o produto do seu trabalho diário. Tais escravos eram geralmente criados nas próprias famílias, ou africanos adquiridos muito moços e por pequeno preço, sendo considerados membros da família, dividindo com esta quanto ganhavam. (22)

Excetuados aqueles negros da mineração dos Cariris e os quais eram assim conseguidos, até a primeira década de 1800 não entraram levas negreiras no Ceará. Comprova-o bem positivamente o ofício expedido pelo governo Barba Alardo de Meneses, em 25 de outubro de 1810, ao Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, que lhe havia recomendado, por ordem do Rei, a remessa anual de mapas demonstrativos do “número de escravos aqui aportados dos presídios de Bissau e Cacheu.” Pela resposta se vê que, dos referidos presídios, ainda não se anotavam nenhuns aportados diretamente a esta Capitania, tendo unicamente aparecido, até ali, “setenta dirigidos da Bahia, ao negociante Lourenço da Costa Dourado, o qual ainda este ano espera outra porção semelhante.” (23)

As missões jesuítas, se os tiveram, foi em quantidade mínima. Ao tempo da expulsão dos missionários, é certo que nenhuma figura na relação ou mapa geral do quanto produziram as cinco aldeias cearenses a eles tiradas em 1760 — Viçosa, Messejana, Soure, Monte-Mor-o-Novo e Arronches. Dito mapa registra 15 deles, mas pertencentes à vila de Extremoz, no Rio Grande do Norte. (24)

22) — Koster. *Op. cit.*, p. 524.

23) — *Livro do Registro de Correspondência, 1809-1819*. Arquivo Público do Estado do Ceará, fls. 7v-8. Sobre Costa Dourado, ver Koster, *op. cit.*, nota 18, p. 162.

24) — Barão de Studart. *Notas cit.*, p. 240.

Igualmente, os engenhos, pela sua geral pobreza, não os mantinham, a não ser um ou outro. Na *Descrição Geográfica da Capitania do Ceará*, imputada a Silva Paulet, mas indubitavelmente da autoria do ouvidor Rodrigues de Carvalho, lê-se que, à época de sua elaboração, havia, no território da vila de Aquirás, “28 engenhocas de fazer rapaduras, tão desaparelhadas que algumas nem escravos têm.” (25)

De tudo o Barão de Studart nos fornece este resumo, em sua *Geografia*: “No primeiro quartel do século XVII havia no Ceará escravos africanos e isso se vê dos inventários da época; seu preço então regulava 40, 45 e 47 bois, alto valor comparado com os índios que eram avaliados em 30\$000 a 50\$000. Esses negros vinham da Bahia e Pernambuco, por terra. Só nos princípios do século XIX é que se iniciara a importação direta da Costa d’África. O Governador Sampaio calcula hajam entrado, via Pernambuco, de 1813 a 1817, não menos de 350.” (26)

A fonte de consulta é a em que se inspirou Brígido: “O Governador (Sampaio) solicitou para o Ceará, em fevereiro de 1818, a graça de poder importar escravos d’África, como se tinha concedido à Capitania do Pará. Não foi, porém, concedida, porque ele mesmo, em outubro do ano seguinte, comunicava ao governo que, havendo entrado aqui o cúter “Sirene”, procedente da ilha Boa Vista, do arquipélago do Cabo Verde, com 30 africanos tirados da Costa d’África, donde era proibido exportar segundo o alvará de 26 de janeiro de 1818, ele os tinha apreendido, mandando processar os infratores.” (27)

25) — *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 12, p. 15.

26) — Barão de Studart. *Geografia do Ceará*. Fortaleza, Tip. Minerva, 1924, p. 278. Os escravos sempre tiveram alto preço. Por exemplo, no inventário de Vitoriano Correia Vieira, de 1740 (Quixeramobim), o valor do escravo bem formado era de 70\$000; o de um novo, 30\$000. Uma das escravas, de nome Valéria, foi avaliada em 220\$000. Ao passo que neste mesmo inventário um boi figura por 2\$500, uma vaca por 1\$600, um garrote por \$600, um cavalo de sela por 10\$000. Na segunda metade do século passado, o preço variava de 600\$000 a 1:200\$000.

27) — *Ceará — Homens e Fatos*, cit., pp. 217 e 478.

Todavia, é fora de discussão que, em 29 de abril do ano posterior (1819), a Junta da Real Fazenda mandou construir em terrenos do sítio Jacarecanga, de propriedade do brigadeiro Francisco Xavier Torres, à beira-mar, em Fortaleza, um lazareto, para que nele “sejam recolhidos os escravos que alguns negociantes começam a importar diretamente da África” e, mais ao centro do mesmo sítio, um hospital para bexigosos. Tal lazareto foi concluído em 27 de maio e se destinava à primeira localização de africanos desembarcados, quase sempre doentes ou molestados, fazendo-se aí a triagem necessária. (28)

Faltam referências acerca do mercado ou praça de venda de negros em Fortaleza, como, p.e., o da Rua dos Judeus, hoje do Bom Jesus, no Recife. Tudo indica que não houve.

Também não há estatísticas seguras sobre o montante numérico dos cativos. O presidente José Martiniano de Alencar (Senador Alencar) na sua primeira Fala ou Mensagem à Assembléia Provincial, de 1835, calculou, dizendo-se sem medo de errar, em 200 mil os habitantes da Província, destes “apenas a oitava parte escrava”. (29) Vale dizer: 25.000. Tomara o notável governante, por base, os arrolamentos de 1813, de iniciativa do Governador Sampaio, nos quais por certo se arrimou também Barba Alardo para afirmar, na sua conhecida *Memória* (1814): “eu tenho que toda a população em geral excede de 150.000 almas”, sem contudo aludir ao índice percentual de escravos. Na Fala de 1 de agosto de 1836, tal qual o fizera anteriormente, alegava Alencar que os males econômicos da Província “partem da falta de braços que se empregam na lavoura; o que, sendo geral em todo o Brasil, mais notável se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos”; e daí a necessidade de trazer colonos europeus para o Ceará, no que ele tanto se empenhou.

Nesta primeira gestão do mesmo Alencar, deram à barra do rio Ceará duas embarcações que se destinavam ao Cabo Branco, com um contrabando de 177 africanos, os quais fo-

28) — *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 13, p. 165.

29) — *Loc. cit.*, vol. 13, p. 165.

ram apreendidos, com exceção de sete. (30) Destes o Presidente empregou 30, “dos mais robustos”, em obras públicas. Confiou os outros a particulares, “excitando para isto a sua filantropia e caridade”, o que foi aprovado pelo Governo Central. (31)

No seu *Le Métissage au Brésil*, Artur Ramos, colhendo-os de Pandiá Calógeras, põe em destaque dados estatísticos publicados pelo conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, em 1819, segundo os quais o Ceará tinha 201.710 hab., sendo 145.731 livres e 55.439 escravos, ou seja, 27,6% a percentagem, somente não inferior à do Rio Grande do Norte (12,8%), Paraíba (17,4%) e Paraná (17,2%). A do Piauí era de 20,3%, e as maiores — a do Maranhão (66,6%), Goiás (42,5%), Mato Grosso (38,6%) e Alagoas (38,39%). (32)

Há exagero evidente nas cifras que o Conselheiro registrou no seu trabalho — *A Igreja do Brasil* — relativamente aos cativos existentes, então, no Ceará, porquanto o senador Pompeu, homem de prudentes assertos, nos assegura ser de 400.065 habitantes a população cearense de 1854, apenas incluídos 32.229 escravos (16.317 homens e 15.912 mulheres), conclusão a que chegou jogando com o crescimento demográfico de 1839 àquele ano. Se exagerado para mais o cálculo de Veloso, muito mais o é, para menos, o apontado por Eugênio Ega, em nota a Armitage, segundo a qual a população livre do Ceará, em 1831, era de 150.000 almas, enquanto a escrava atingia 10.000. (33)

O censo de 1851 encontra 28.546.

Para 1857 o quadro, a seu ver, seria este:

Livres	447.276
Escravos	35.011

482.287

30) — Barão de Studart. *Datas e Fatos*, vol. 2, p. 102. — **Coleção Studart**, vol. não numerado, no qual se contém cópia do ofício dirigido por Alencar ao Ministro da Justiça, datado de 1.10.1835.

31) — *Revista do Instituto do Ceará*, vol 61, p. 287.

32) — *Le Métissage ou Brésil*. Paris, Hermann et Cie. Editeurs, 1952, p. 22.

33) — Armitage. *História do Brasil*, 3ª ed. brasileira. Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1943, p. 207.

Mais chocantes com os do conselheiro Veloso são os dados da Secretaria da Presidência, levantados como preliminares do recenseamento a ser feito em 1841 e que insinuam contar o Ceará, em 1839, com 208.087 pessoas, delas apenas 14.881 não livres, pois que nada explica houvessem estes decrescido tanto.

Por sua vez, esse cômputo não contém exatidão, visto como o cálculo de 1870 orçava em 25.727 a gente escrava, e o censo geral de 1872 fixou-a em 31.913 (14.941 homens e 16.972 mulheres), já bem abaixo dos números aceitos pelo Senador Pompeu, no seu *Ensaio Estatístico*, (34) isto é, 35.441, em 1860.

E não é de subestimar que em 1845-46 sofreu o Ceará terrível seca, de cujos efeitos o historiógrafo Théberge dá testemunho pessoal: “O comércio que se alimenta, na província, do produto do gado e dos animais cavalares sofreu um abalo irreparável; as casas de negócio, não recebendo dos compradores os produtos das suas vendas, também não puderam cumprir seus tratos e afinal quebraram. Além disto, grande parte da escravatura da província foi vendida para remir as necessidades dos seus possuidores sendo exportados para outras províncias do Império; o que deu causa a definharem ainda mais a pouca agricultura nela adotada.” (35)

O mencionado censo geral de 1872 traz os seguintes detalhes, no tocante ao Ceará:

Livres: 689.773, sendo 350.906 homens e 338.867 mulheres; Escravos: 31.913, sendo 14.941 homens e 16.972 mulheres. Total: 721.686, sendo 365.847 homens e 355.839 mulheres.

ESCRAVOS:

Solteiros

Casados

13.870 Solteiras

919 Casadas

ESCRAVAS:

15.797

979

34) — *Ensaio Estatístico do Ceará*. Fortaleza, Tip. Brasileira, 1863, p. 295.

35) — Pedro Théberge. *Esbôço Histórico Sobre a Província do Ceará*, 3 partes editadas em épocas diferentes, 3ª parte. Fortaleza, Tip. Studart, 1895, p. 217.

Viúvos	152	Viúvas	196
Pardos	8.539	Pardas	9.715
Pretos	6.402	Pretas	7.257
Brasileiros	14.904	Brasileiras	16.910
Estrangeiros	37	Estrangeiras	62
Analfabetos	14.906	Analfabetas	16.960
Ler e escrever	35	Ler e escrever	12
(36)			

Este total negro de 31.913 não aumentaria mais. A lei do ventre livre viera estancar a reprodução cativa e, pelo diploma legislativo provincial n.º 1.254, de 28 de dezembro de 1868, muitas manumissões se faziam todos os anos. Ao lado disso, a exportação para o sul do País cada vez mais se incrementava com a necessidade de braços na cultura do café.

Pelo porto de Fortaleza, em 1872, embarcaram 291; 505 em 73; 710 em 74; 894 em 75; e 768 em 76. Ao todo 3.168. Sobreveio a seca de 1877-79 e durante ela saíram mais, pelo mesmo porto: 1.725 em 77; 2.909 em 78; e 1.925 em 79, elevando aquele total para 8.727.

Rodolfo Teófilo descreve como os senhores, esgotados os recursos — o gado e a venda do último objeto de valor — passaram a vender os seus negros aos especuladores que “percorriam os sertões trocando um escravo por uma carga de farinha. Os mascates e entre eles os italianos, que nos tempos normais viviam de vender quinquilharias no centro, abandonaram a caixa de miçanga e se entregaram ao tráfico de escravos. Rara era a semana em que não entrassem bandos de cativos do interior, que os italianos compravam por pouco mais ou nada e tornavam a vender às casas negreiras, que os remetiam para os mercados do sul.” (37)

Na capital cearense tiveram destaques, neste negócio condenável, comerciantes de alta importância e conceito que, pelos jornais, sem qualquer escândalo, anunciavam a compra nefanda. Os franceses Jacob Cahn, estabelecido desde 1848,

36) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 25, p. 50.

37) — Rodolfo Teófilo. *História da Sêsa do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, pp. 139 e 360.

Henrique Walkmann e Josef Alcain; Telésforo Caetano de Abreu, Manuel Cornélio Ximenes, as firmas Luís Ribeiro da Cunha & Sobrinhos, Francisco Coelho da Fonseca & Irmão, Joaquim da Cunha Freire & Irmão, Viúva Salgado, Sousa & Cia., são nomes que freqüentemente aparecem como compradores nos livros de escrituras abertos nos cartórios da cidade, *ex vi* do Dec. 2.699, de 28 de novembro de 1860, e hoje guardados no Arquivo Público do Estado (ns. 356 a 362).

Faziam-se as vendas, na mor parte, para conveniência dos intermediários ou traficantes, por meio de recibos passados a estes e de procuração que lhes autorizava a venda no Rio de Janeiro. Se, no trajeto do sertão para Fortaleza, alguém oferecesse vantagens compensadoras, transferia-lhe o traficante a procuração e, desta forma, acontecia que o escravo, antes de chegar ao destino, já estivera na posse de diversos donos, com lucros para cada qual, mas prejuízo para a Fazenda da Província, que somente receberia a sisa por ocasião da última barganha (38)

Conforme quadro estatístico levantado pelo presidente Sancho de Barros Pimentel e remetido ao Ministro da Agricultura, o elemento servil no Ceará, em agosto de 1881, já estava reduzido a 24.463 cativos e 7.436 ingênuos, contra a população total de 721.600. A redução — acrescenta o governante — decorria do “grande comércio de exportação deles para as províncias do sul; da propaganda da manumissão a título oneroso ou gratuito; dos óbitos ordinários e extraordinários; das epidemias reinantes no longo período da seca e da corrente de emigração que se estabeleceu naquela época anormal.” (39)

O *Libertador* de 1 de janeiro de 1884 registra como sendo de 31.516 a população escrava do Ceará, assim distribuída pelos diversos municípios: Fortaleza-Messejana, 1.273; Aracati-União (Jaguaruana), 1.159; Granja-Palma (Coreaú), 1.240; Acaraú, 440; Aquirás, 449; Acarape (Redenção), 115; Assaré,

38) — *Libertador*. Fortaleza, ed. de 10.11.1882.

39) — Djacir Menezes. *O Outro Nordeste*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937, cap. IV.

512; Barbalha-Missão Velha, 711; Baturité, 789; Canindé-Pentecoste, 516; Cascavel, 807; Crato, 835; Icó, 731; Ipu, 736; Imperatriz (Itapipocá), 882; Jardim, 446; Jaguaribe-Cachoeira (Solonópole), 608; Limoeiro (do Norte), 608; Lavras, 768; Maranguape-Soure (Caucaia), 847; Maria Pereira (Mombaça), 438; Milagres, 586; Morada Nova, 367; Pedra Branca, 157; Pacatuba, 298; Pereiro, 465; Quixeramobim, 1.924; Quixadá, 298; S. Francisco (Itapajé), 427; S. Bernardo (Russas), 1.972; Santa Quitéria, 820; Santana do Acaraú, 941; São Mateus (Juacás), 499; Saboeiro-Brejo Seco (Brejo Santo), 1.130; São João do Príncipe (Tauá)-Arneirós, 1.956; S. Benedito-Ibiapina, 135; Telha (Iguatu), 251; Trairi, 249; Tamboril, 614; Viçosa (do Ceará), 323; Várzea Alegre, 153.

Aceita o Barão de Studart que no dia da libertação total, em 1884, havia na Província 30.000 escravos, (40) ao passo que Sousa Pinto os estima em 31.754. (41) Em 30.000 mais acertadamente calculava Rodolfo Teófilo os existentes ao começar a seca de 1877-79. (42) Na verdade, os 31.913 do censo de 1872, em virtude dos fatores apontados por Barros Pimentel, não podiam ser, no momento inicial da batalha libertadora, senão aqueles por ele indicados.

Daí por diante, os libertadores fariam esse número cair ao zero.

40) — Geografia, cit., p. 278.

41) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 48, p. 185.

42) — História da Seca, cit., p. 138.

CAPÍTULO IV

OS PRÓDOMOS

Não era pois, o Ceará campo favorável à planta azeviche das Guinés. Desde cedo, mostrou-se o cearense paladino da luta contra a exploração do homem pelo homem, como besta de carga.

Pedro Pereira Guimarães, Deputado à Câmara Geral, como já ficou visto, deixara desde 1850, nos Anais do Parlamento brasileiro, o traço vivo dessa predisposição da raça contra toda sorte de opressão.

Antes, o grande padre Martiniano de Alencar, governante de olhos de lince, dera os mais decididos passos para que a sua Província fosse arroteada pelo suor de colonos estrangeiros, em substituição ao trabalho das senzalas. (1)

As alforrias espontâneas de cativos ficaram, logo mais, em uso e estimularam-se após a emancipação norte-americana de 1865.

Em 1868, com a Resolução n.º 1.254, sancionada em 28 de dezembro pelo presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, a Assembléia Provincial autorizava o Executivo a “despender a quantia de quinze contos de réis (15:000\$) com a emancipação de cem escravos que forem nascendo, de preferência os do sexo feminino, os quais serão libertados na pia, cem mil réis cada um” (art. 1.º). O Governo deveria distribuir aquela quantia pelas diferente comarcas da Província, disso encarregada em cada Termo uma comissão consti-

1) — Raimundo Girão. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1947, cap. XII.

tuída do pároco, do juiz municipal e do presidente da Câmara do Município (art. 2.º). A emancipação seria feita por termo assinado pelo senhor do escravo e pela comissão, em livros próprios (art. 3.º), e no qual se estipulasse ficar o escravo emancipado a cargo do senhor da mãe, com a obrigação de sustentá-lo e mantê-lo até a idade de 14 anos (art. 4.º). Cabia ao Presidente da Província informar à Assembléia, nos seus Relatórios anuais, o número dos escravos libertados e a sua localização, para o que lhe incumbia baixar o necessário regulamento (art. 5.º).

A regulamentação, entretanto, somente saiu em 8 de novembro do ano seguinte, expedida pelo presidente João Antônio de Araújo Freitas Henriques, que a executou não sem advertir à Assembléia a inconveniência da fixação rígida do preço do escravinho a libertar e a dar abrigação do seu batismo. (2)

A comissão nomeada, na Capital, compôs-se do padre Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (depois Visconde de Jaguaribe), Joaquim da Cunha Freire (mais tarde Barão de Ibiapaba), padre Antônio Pereira de Alencar, José Francisco da Silva Albano (depois Barão de Aratanha) e cônego (posteriormente monsenhor) Hipólito Gomes Brasil.

Entendendo que a intenção do “legislador fora tanto libertar as pagãs como as batizadas e certamente estas por maioria de razão, contanto que a sua indenização não excedesse ao quantitativo marcado na lei, abriu concurso para todos indistintamente e aceitou as propostas neste sentido”, — tendo, afinal, liberado 33 escravos, dos quais 20 por conta da cota provincial e 13 por conta da generosidade de particulares.

Foram distribuídas as cotas às seguintes comarcas: Capital — 3:000\$; Aracati — 1:050\$; Sobral — 1:050\$; Crato — 1:050\$; Icó — 1:050\$; Baturité — 900\$; Quixeramobim — 900\$; Granja — 900\$; Ipueiras — 300\$; Aquirás — 750\$;

2) — Relatório de 1º de setembro de 1869, p. 38.

Santana — 750\$; S. João do Príncipe (Tauá) — 750\$; Imperatriz (Itapipoca) — 750\$; Jardim — 750\$; Saboeiro — 750\$. (As manumissões do Crato e Saboeiro não se efetuaram porque as cotas não foram entregues no devido tempo).

O acontecimento era, de fato, quase inédito na história do Brasil, pois só o Piauí praticara ato igual.

O Senador Pompeu, relator da comissão de Fortaleza, ressaltava-lhe a importância: “Aproxima-se o dia, somente retardado por circunstâncias e falta de oportunidade, em que os altos poderes do Estado têm de reduzir a decreto o sentimento que se propaga geralmente no País. Enquanto, porém, não chega o dia dessa grande redenção, a assembléia provincial do Ceará, traduzindo este sentimento, apressou-se em concorrer com uma cota proporcional à renda provincial e ao elemento servil da província para a emancipação gradual, mandando libertar anualmente cem crianças por meio de indenização módica a seus senhores, contando com a filantropia dos mesmos; e parece que não se enganou em sua esperança, pois o resultado obtido nesta Comarca prova de sobejo que não se apelou em vão para os sentimentos caridosos de seus habitantes.” E conclui: “Hoje, portanto, 33 criaturas passam do estado de cousa, segundo a expressão jurídica, ao de personalidade e entram no gozo de um direito natural, que um fato social lhes recusava, e vêm em homenagem ao dia de hoje (2 de dezembro, data do aniversário natalício do Imperador) receber das mãos do Exmo. Presidente esses diplomas, que os fazem entrar no seio da sociedade.” (3)

Realizou-se a festa no Palácio do Governo ao meio-dia, “momento solene e festivo, em que a província dera o seu primeiro passo, tomando um posto de honra na vanguarda da propaganda emancipadora” — anunciava, vaticinando um dos órgãos da imprensa local (4)

Nas comarcas do sertão os resultados se igualaram aos da capital. No Aracati, a comissão composta de Francisco Ber-

3) — **Jornal de Fortaleza**, de orientação liberal, dirigido pelo bel. Benvindo Gurgel do Amaral, ed. de 5.12.1869.

4) — **Loc. cit.**, de 4 de dezembro. Falou também por ocasião da solenidade o Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal.

nardo de Carvalho, José Teixeira de Castro, pe. João Francisco de Sá e Silvestre Ferreira dos Santos Caminha deu cartas de alforria (25 de dezembro) a 10 escravos, sendo 7 pela cota oficial, 2 por sua generosidade própria e 1 pelo cidadão Manuel Nogueira da Costa. Em Sobral, a comissão era formada pelo juiz Silvino Soares de Melo, Presidente da Câmara Joaquim Ribeiro da Silva, o vigário Vicente Jorge de Sousa, e alforriou 11, com o excesso de 430\$ sobre a cota legal (2 de dezembro). A da Comarca de Icó, formada pelo juiz interino Manuel Coelho Cintra Júnior, o presidente camarário José Boaventura Bastos, o juiz municipal Francisco Dias e o vigário Manuel Francisco da Frota, deu alforria (25 de dezembro) a 6 por conta da Província e a 4 pela generosidade dos particulares: Ana Rufino do Sacramento, Rosalina Enéias Rabelo, Ângela Severino Franco e Rita Joaquina do Sacramento. Em Baturité somaram 6 as emancipações. Em Quixeramobim 10, metade pela cota e metade por pessoas generosas: Manuel Jacinto de Barros Leal, Antônio Francisco Saraiva, Justino Ferreira da Silva, Francisco Firmo Feliciano, Maria Matilde da Conceição, Josefa Maria da Silva e vários outros. A comissão formou-se do juiz municipal Antônio Pinto de Mendonça, do Juiz de Direito Francisco de Assis Bezerra de Meneses, do pe. José da Cunha Pereira e do Dr. Cornélio José Fernandes, presidente da Câmara.

Em Santana do Acaraú constituíram a comissão o pe. Francisco Xavier Nogueira, Vigário colado, o Dr. Antônio Borges da Fonseca Júnior, Juiz Municipal, e José Bernardino Ferreira Gomes de Maria, Presidente da Câmara. Encerrou os respectivos trabalhos com a entrega (1.º de fevereiro de 76) de 7 cartas de liberdade (4 pela cota oficial e 3 pela boa vontade de Alexandre José de Araújo, Jerônimo Bezerra de Araújo, Francisca Joana Bezerra). Na Vila de São João do Príncipe alforriaram-se 5 (31 de dezembro) e na da Imperatriz 5 (2 de dezembro). Em Granja, 6. No Ipu foram indenizados 2 (2 de fevereiro de 70). No Aquirás, 6.

Ao todo 112 os primeiros efeitos daquela Lei de 28 de dezembro de 1868; porém muito mais teria de sair da inicia-

tiva extra-oficial em campanha que havia de tomar mais a mais amplitude dominadora. (5)

Efetivamente, a qualquer pretexto, nas festas de batizados, casamentos, aniversários, atos religiosos, reuniões maçônicas, sucediam-se as libertações. Os jornais da Capital noticiavam-nas com destaque e transcreviam notícias doutras Províncias, pondo em saliência os gestos de abnegação e solidariedade à idéia da extinção da escravatura.

Atitudes mais ousadas, como belos exemplos, provocavam a emulação, tais como aquela do casal octogenário João José de Farias-Bernardina Maria do Amor Divino, residente no lugar Patu, da vila de Maria Pereira (Mombaça), que, duma vez só, quebrou os grilhões aos seus 35 negros, bem como aqueloutra, eloqüentíssima, dos irmãos Manuel Francisco e Antônio Duarte de Queirós, fazendeiros na freguesia de Quixadá e chefes, ali, do partido liberal, que fizeram o mesmo em relação aos 84 de sua co-propriedade. (6)

Valentim Gomes Pimenta, de Quixeramobim, também fazendeiro, libertou 12, tantos quantos possuía, (7) Maria Francisca de Jesus, moradora no sítio Volta, em Assaré, libertou, dum turno, os seus 8.

Pessoas da mais fina posição social cotizavam-se, para comprar liberdades. Associações de caráter diverso igualmente concorriam para a quebra das gargalheiras infamantes: a Loja Maçônica Fraternidade Cearense, a sociedade mútua 17 de Janeiro, fundada por cearenses no Recife, mediante sua comissão em Fortaleza, outra de semelhante feição criada em Belém e muitas mais. Desta última era Presidente o Dr. Esmerino Gomes Parente; vice, o Dr. Antônio Rufino de Sousa Uchoa; 1.º secretário, Dr. Francisco Mendes Pereira; 2.º secretário, M. F. Mendonça; Tesoureiro, João C. de Albuquerque Torres.

5) — Consulte-se o Quadra nº 13, anexo ao **Relatório do Presidente Freitas Henriques**, de 1.9.1870. Fortaleza, Tip. Constitucional, p. 170.

6) — **Cearense**, jornal de Fortaleza, ed. nº 104, de 16.6.1870.

7) — **Loc. cit.**, ed. de 10.6.1870.

Surge então no Ceará a primeira sociedade libertadora — a de Baturité, organizada em 25 de maio de 1870 e instalada em 29 de junho por elementos de legítima expressão intelectual: Presidente, padre (depois cônego) Raimundo Francisco Ribeiro (vigário); Vice-Presidente, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli (Juiz Municipal); 1.^o secretário, Dr. Pergentino de Castro Lobo; Ajudantes de secretário, advogado Manuel Rodrigues Martins e Dr. Francisco José de Matos; Orador, Dr. Virgílio de Moraes; Tesoureiro, farmacêutico João Francisco Sampaio (este o iniciador da agremiação); Adjuntos, prof. Antônio Nogueira de Freitas e João Câmara. O tabelião Raimundo Antônio de Freitas, Geraldo Correia Lima e Balduino José de Oliveira eram colaboradores assíduos e fortemente auxiliaram a sociedade nas suas atividades benfeitoras.

Ao mesmo tempo funda-se outra em Sobral — a Sociedade Manumissora Sobralense (25 de junho), reunindo no paço da Câmara Municipal “grande número de pessoas gradadas, com o louvável fim de instalar-se uma sociedade que tem por fim libertar crianças do sexo feminino.” Os estatutos sociais foram preparados pelos Srs. José Antônio Moreira da Rocha (depois comendador) e Dr. Vicente Alves de Paula Pessoa (depois Senador do Império). (8)

Evidentemente, não se suportava mais nos climas cearenses a continuação da escravatura. Os contemplativos no assunto passaram a ser olhados como suspeitos.

Na Assembléia Legislativa agitou os ânimos o deputado Manuel Ambrósio Portugal com o projeto que tomou o n.^o 5, de 9 de setembro (1870) e tinha esta redação: “Artigo único: — Fica em vigor a Resolução n.^o 1.254, de 28 de dezembro de 1868, com as seguintes alterações:

§ 1.^o — Fica o presidente da província autorizado a despendar anualmente a quantia de 20:000\$ com alforrias de escravos, cuja idade não exceder a sete anos;

§ 2.^o — Os do sexo feminino serão alforriados de preferência aos do sexo masculino;

8) — Pedro II, jornal de Fortaleza, ed. de 2.7.1870.

§ 3.º — Cada escravo dos que tratam os parágrafos antecedentes será libertado por preço nunca excedente de 120\$.”

Aprovado em primeira discussão na sessão de 12 e, em segunda, na de 14 sem qualquer discussão, teve a sua terceira (dia 15) adiada por oito dias e somente na sessão de 30 veio a ser apreciado, já acrescida de duas emendas: uma do deputado Joaquim Mendes da Cruz Guimarães Filho e outra do próprio autor do projeto. A primeira reduzia, de 20 para 15 contos de réis, o total da autorização, e a segunda elevava para 150\$ o preço da liberdade de cada escravo a remir.

Sofreu a proposição de Torres Portugal aceso combate dos Srs. Manuel Soares da Silva Bezerra e Gustavo Gurgulino de Sousa, os quais, aceitando em tese a necessidade da abolição, se opunham àquele meio de obtê-la por via de indenização com dinheiros públicos.

Sustentava Soares Bezerra que “podemos modificar a escravidão, mas não destruí-la, porque ela tem a sua origem no princípio do mundo, e é da natureza humana, para quem tem este mundo por um mundo de expiação.” E ajuntava, ao fogo de constantes apartes: “Sou amigo da liberdade do escravo, porque tenho coração de homem, porque não reconheço o direito de um homem sobre outro, e porque o evangelho me diz — ama o teu próximo como a ti mesmo — mas isso não quer dizer que forriemos já os escravos todos.” Mais ainda: “O que seria do Brasil com essa multidão de homens sem educação, sem sentimentos, sem brios, como são os escravos, feitos de repente cidadãos e gozando de todos os direitos? Homens acostumados ao trabalho forçado, porque têm senhor que lhes dá o comer e vestiário; a que não ficaria exposta a nossa propriedade? Eu creio, senhores, que seria o maior mal que se poderia fazer ao Brasil.”

Falava o deputado opositor, apesar de fervoroso católico, a linguagem dos que, presos aos interesses patrimoniais, *desjavam* sentimentalmente a liberdade dos negros, porém na realidade não *queriam* efetivá-la. A tecla dava o mesmo som: a Província estava em déficit e melhor seria aplicar o dinheiro

na construção de estradas, pois ao Império e não a ela cabia gastar com tal negócio. Pura vaidade — acrescentava-se — pretender manumitir escravos com as arcas do tesouro provincial!

O projeto, entretanto, foi vibrantemente defendido pelo seu inspirador: “Feliz para o Brasil será o dia em que dos ventres das mulheres, que hoje são escravas, não saiam senão defensores da liberdade e obreiros do progresso.” Sensatamente explicava: “Senhores, o fim do projeto não é libertar de chofre, de uma vez só, todos os escravos da Província, não; nem o cofre provincial tem força para tanto; é fazer alguma coisa em bem do elemento servil.”

E um aparte ajudou-o: “A província do Piauí foi a primeira que votou uma verba para a liberdade de escravos... cabe-lhe esta glória; e se o Ceará for a primeira província que extinguir a escravidão, terá também uma grande glória.” (9)

A despeito da oposição recebida, veio o projeto a converter-se, com as emendas, na Lei n.º 1.334, de 22 de outubro, anunciada pelo presidente João Antônio de Araújo Freitas Henriques.

CAPÍTULO V

A PERSEVERANÇA E PORVIR

Em nada se alterava, nos fins de 1879, o quadro de sofrimento da gente cearense. A seca dos três anos anteriores fora o mais atordoante golpe que jamais recebera, tantas as desgraças acumuladas — a fome, as pestes, a desordem dos malfetores, e desorganização em tudo, trazendo o afrouxamento das energias físicas e das virtudes inerentes ao povo do sertão.

Não havia limites ao doloroso flagelo. Dir-se-ia o homem totalmente esquecido de Deus, ou mais que isto, alvo das iras divinas. E, por cima de tudo, o escárnio dos administradores do Sul, da Corte, onde se duvidava, sem-cerimoniosamente, da hecatombe de que era teatro o Nordeste. No Parlamento do Império, deputados e senadores negavam a existência da estiagem maldita ou friamente lhe restringiam a extensão, para assim se esquivarem à remessa de dinheiros e gêneros alimentícios que mitigassem a dor enorme de milhões de nordestinos, reduzidos à ínfima expressão sob o látigo impiedoso do seu destino de provações.

Obstinadamente, não se aceitava haverem-se esgotado as derradeiras reservas do corpo e da moral de uma população de valentes, agora quase toda de luto na alma, porque não podia vestir-se fisicamente de preto, à falta de qualquer possibilidade econômica.

Dois anos de supremas e irreparáveis angústias, por isso que terminara o “terrível ano de 1878 amaldiçoado por uma geração inteira, deixando ao povo cearense as mais dolorosas recordações de sua passagem fatal! Não havia família em toda

a Província que, em tão calamitosa período, não tivesse pranteado a morte de um parente, de um amigo. Ele principiou com a fome e terminou com a peste! A febre biliosa, o beribéri, a anasarca, a disenteria, a varíola haviam superlotado os cemitérios. Na cidade de Fortaleza, em doze meses, sepultaram-se nos cemitérios de S. João Batista e da Lagoa Funda, 56.791 pessoas, mortandade espantosa para uma população de 124 mil almas” (1) — população adventícia em mais de dois terços, chegada do interior e abarracada ao léu.

Na data de 10 de dezembro morreram de varíola, na Capital, 1.012 indivíduos, tantos que os coveiros, de extenuados, não os puderam sepultar no mesmo dia; ficando à espera da cova, para a manhã seguinte, 230 cadáveres. A 31, falecia a esposa do Presidente da Província, D. Marieta Gabaglia de Albuquerque Barros, vítima da doença. “A saída de um enterro da casa da primeira autoridade incutiu, no espírito da população e principalmente na classe ignorante, um grande terror!” (2)

Mas os parlamentares do Rio de Janeiro não sentiam tamanho desconjuntamento na vida da pequena Província e, sem mais razões, suspendiam os socorros oficiais, que vinham em espécie, as mais das vezes, criminosamente deteriorados. Resolveram, por fim, na sua cegueira, acabar por decreto a seca nas províncias do Norte e proibir se continuasse fazendo despesas, não orçadas, por conta da verba Socorros Públicos. “De julho em diante não é possível o tesouro continuar a fazer semelhantes suprimentos” — dizia em ofício o conselheiro Afonso Celso, Ministro da Fazenda, ao seu colega de Ministério, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho.

Foi preciso que o Imperador lhes fizesse ver que “o Brasil não está em condições de deixar morrer de fome uma província,” para que, na realidade, a hecatombe não assumisse proporções mais arrasadoras. A continuação dos socorros do Governo e a emigração a granel para outras regiões aliviavam

1) — Rodolfo Teófilo. *História da Sêca do Ceará (1877-1880)*, Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, p. 245.

2) — *Op. cit.*, p. 242.

a pressão, como remédio de paliativo, porém a ferida não sarava.

Nesse ambiente de verdadeira desagregação econômico-social, a cidade assistia aos embarques de pobres escravos, vendidos para as senzalas dos cafezais do Paaraíba do Sul. Rodolfo Teófilo, testemunha presencial dos fatos, conta-nos assim aquelas cenas dilacerantes: "Abriam-se alguns escritórios de compra de escravos para se aproveitarem torpemente do último recurso que restava ao infeliz matuto. A mercadoria era comprada no interior por baixo preço; as peças custavam às vezes duas sacas de farinha ao magarefe italiano, que afrontava os perigos das longas travessias. Saíram durante o ano de 1877, pelo porto de Fortaleza, 2.909 escravos para o sul do Império. Era um quadro desolador o embarque desses desgraçados. Todos uniformizados de fazenda azul de algodão, acompanhados pelo corretor, espécie de hiena domesticada, seguiam para o ponto de embarque. Não havia nenhuma dessas vítimas da barbaridade humana que, ao por o pé na jangada, não olhasse com os olhos úmidos de pranto para o azul do céu de sua terra. Todos choravam, mas suas lágrimas corriam despercebidas: eram lágrimas de escravos. Ninguém tinha dó deles! Quem podia ouvir eram os desgraçados também agriolhados nas senzalas dos grandes da terra." (3)

E foi com a visão confrangente de espetáculos tais, que dez moços de fé se uniram numa sociedade de fins econômicos, em molde de cooperativa, cujos lucros, em parte, se destinavam à manumissão de pretos escravizados.

Surgiu para os fastos do abolicionismo brasileiro a Perseverança e Porvir, instalada no dia 28 de setembro, em homenagem, expressamente declarada, ao oitavo aniversário da Lei do Ventre Livre. A sessão efetuou-se na casa então n.º 100 da Rua Formosa (hoje e desde 1909 Rua Barão do Rio Branco), presentes os "sócios instaladores:" José Correia do Amaral, José Teodorico de Castro, Joaquim José de Oliveira Filho, Antônio Dias Martins Júnior, Antônio Cruz Saldanha,

3) — Op. cit., p. 250.

José Barros da Silva, Francisco Florêncio de Araújo, Antônio Soares Teixeira Júnior, Manuel Albano Filho e Alfredo Salgado.

Pelos estatutos organizados por Martins Júnior e aprovados, com emendas, na reunião de 19 de outubro, a sociedade manteria um fundo de emancipação, que ia sendo alimentado com a contribuição espontânea dos associados e uma percentagem nos ganhos obtidos em cada operação mercantil. A primeira diretoria de mandato semestral, foi eleita na mesma reunião: Presidente — José do Amaral (7 votos); Vice-presidente — José Teodorico (5 votos); Tesoureiro — Joaquim de Oliveira Filho (7 votos); Secretário — Alfredo Salgado (8 votos); Diretores — Antônio Cruz (7 votos) e Barros da Silva (5 votos). Já se achava ausente o sócio Teixeira Júnior, de viagem para Lisboa, em tratamento de saúde.

Continuou a interessante associação as suas reuniões em lugares diversos, ora na Rua Amélia (hoje Senador Pompeu) n.º 125, ora numa das salas do Hotel de l'Univers, na citada Rua Formosa, ora na Rua Conde d'Eu, até que, de 11 de julho de 1880 em diante, passou a funcionar na sua sede do "Castelo da Rocha Negra," dependência da casa de residência do presidente José do Amaral, "recentemente edificada," na mesma Rua Formosa, no quarteirão adiante do prédio onde se instalara. A esse tempo já se havia retirado para Belém do Pará o sócio Teixeira Júnior, pois, voltando da Europa, "não lhe fora possível obter um emprego condigno." Em sessão de 27 de junho fizera ele a declaração de sua retirada do Ceará e a sociedade, por seu presidente, explicou terem sido improfícuos os trabalhos para a consecução do emprego, "em vista da calamitosa crise comercial que tanto tem amesquinhado a nossa praça."

A Perseverança e Porvir promoveu e efetivou, em 28 de setembro, sessão comemorativa do seu primeiro aniversário de fundação, com alforria de uma escravinha de 10 anos de idade. Falaram Nabor Albion Chagas, presidente da sociedade "Liberdade e Heroísmo," em vigoroso discurso; o Dr. Frederico Borges e Francisco Dias Martins, este recitando

versos alusivos ao ato. Firmam a ata da sessão muitos daqueles, cavalheiros e damas, que vão mais tarde desenvolver brava ingerência nas desabusadas lutas da libertação. Além das dos 9 sócios, acham-se firmemente gravadas as assinaturas de Frederico Augusto Borges, Francisco Carneiro Monteiro, João Lopes Ferreira Filho, José Antônio de Castro e Silva, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, Antônio Rodrigues da Siva Siqueira, Adolfo Barroso, José Alves Ferreira, Francisco Dias Martins, José Gomes Barbosa, Joaquim Carneiro da Costa Filho, Alfredo Borges, Bento Leite de Albuquerque, Catão Pais da Cunha Mamede, Francisco R. Salgado, Nabor Albion Chagas, Joaquim José de Oliveira, Arnulfo Pamplona, Eugênio Marçal, Pedro Augusto Borges, Vitoriano Augusto Borges, Amarílio Olinda de Vasconcelos, Luduvina Borges, Elvira Pinho, Júlia Amaral, Ana Joaquina do Rego, Maria Teófilo Martins, Francisca Nunes da Cruz, Joana Peres de Farias, Francisca Borges da Cunha Mamede, Maria Farias de Oliveira, Maria Teófilo Padilha, Maria Teófilo Moraes, Joana Girard de Barros, Maria dos Santos Castro, Raquel Amaral, Teresa Adelaide Carneiro do Couto, Maria Cruz Saldanha e Adelaide Girard.

Na sessão de 3 de outubro “tratou-se do projeto de criação de uma sociedade humanitária, beneficente, sob os auspícios da Perseverança e Porvir, entre senhoras, cujo fim é oferecerem, além de módicas jóias e mensalidades, trabalhos de sua manufatura, que serão anual ou semestralmente vendidos em leilão público e os seus produtos reverterão em partes iguais para benefício da dita projetada sociedade e da emancipação de escravos.” Ficou decidido que se procurasse levar adiante essa idéia, encarregando-se o senhor Secretário de fazer um plano de estatutos e de convites a algumas senhoras, particularmente por intermédio da Diretoria, para instalar-se a sociedade, caso seja aceita a proposta.

Não se tem notícias da fundação dessa sociedade, mas a idéia iria concretizar-se, mais adiante, com a das “Cearenses Libertadoras, como se verá depois.

As atas de 8 do aludido mês de outubro e de 1 de novembro seguinte são de iniciação, em caráter magno, de dois

novos irmãos — Raimundo Maciel e Luís Xavier da Silva e Castro, os quais haviam anteriormente obtido a unanimidade da votação nas esferas amarelas e prestaram o sacramental juramento do art. 11 dos Estatutos: “Juro perante Deus, a Lei e os sócios presentes guardar, com honra e religião, os deveres de sócio da sociedade Perseverança e Porvir, para cujo grêmio entro livre e voluntariamente, tendo em vista os deveres e o progresso comum social, como o meu próprio interesse.” Maciel morava na vila de Aracoiaba e por este motivo esteve dispensado da assiduidade estatutária.

É na sessão de 28 de novembro que se acertam as providências para a “reunião de 8 de dezembro seguinte, dia aprazado para a inauguração da sociedade Cearense Libertadora, ficando combinado que todos os sócios tomariam parte ativa na promoção da festa, prestando-se de comum acordo para os preparativos de salões do Palacete d’Assembléia Provincial e mais outras precisões relativas ao dito fim.”

A Perseverança e Porvir acendia o estopim do barril de pólvora que será a Libertadora, nas explosões de sua ação destemerosa e afoita, obstinada, exacerbada ao calor dos entusiasmos, às vezes sem freio, que ardem em feridas ou arrepentam Bastilhas, mas constróem princípios de justiça e gloriosas diretivas de beleza cívica, profundamente humanas e niveladoras.

Oliveira Viana divide em três fases a evolução do grande pensamento da libertação servil. A *primeira*, que se inicia em 1865 e culmina em 1871, com a lei Rio Branco, estabelecendo a liberdade dos nascituros, de caráter tipicamente moderado. A *segunda*, que começa com a aparição de Joaquim Nabuco no cenário parlamentar, trazendo idéias francamente radicais, e vem encerrar-se em 1885 com o fracasso do conselheiro Dantas, não querendo senão, ainda moderadamente, completar a lei de libertação dos nascituros com o seu projeto de libertação dos morituros, ou seja, os escravos sexagenários. E finalmente uma *terceira*, a da libertação imediata, que chega ao fim da campanha: “A idéia abolicionista, atingindo o máximo de expansão, tem todas as características da

incoercibilidade, da irresistibilidade, da fatalidade”, e “deixara a Abolição de ser uma questão de partidos para ser uma questão nacional”. (4)

A rapaziada da Libertadora vivia, antecipadamente, a derradeira fase, quando na Corte o movimento ainda não perdera o tom da emancipação lenta, toda respeitosa, dos direitos dos senhores de cativos. Só muito depois, como se verá, o radicalismo abolicionista adquiriu o impulso decisivo, já o Ceará podendo oferecer à Nação o exemplo do seu 25 de março

4) — **O Ocaso do Império**. S. Paulo, Companhia Melhoramentos, 1925, p. 71.

CAPÍTULO VI

"OS DOZE APÓSTOLOS DA SANTA CAUSA"

A expressão é de um deles — Antônio Martins, no discurso pronunciado no ato de fundação da Libertadora.

A iniciação de Raimundo Maciel e Luís Xavier completara a dezena da mocidade idealista, sem faltar, sequer o menos-um iscariótico, que a tanto as circunstâncias adversas obrigaram, empurrando um deles para fora.

Eram todos jovens. José Teodorico de Castro, o mais velho, com 36 anos. Dos outros mais idosos, José do Amaral e Joaquim de Oliveira Filho contavam 32 anos. O mais moço, Manuel Albano Filho, 21.

Entre todos, o mais destacado era José Correia do Amaral. Nasceu em Fortaleza, no dia 23 de agosto de 1847, filho do português João Antônio do Amaral, de quem foi sócio na sua casa de comércio de ferragens, a primeira deste gênero, na Capital. A mãe, também lusa, Maria Correia de Melo, viera de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, para o Ceará, em 1840, trazida pelos pais, o "patriarca da Ipioca" (sítio em Maranguape), Antônio José Correia, falecido aos 81 anos, considerado e respeitado, tal como sua mulher, D. Eugênia Rosa Bandeira. José do Amaral, de temperamento arrebatado e inquebrantável ânimo, impôs-se desde o começo à estima dos seus consócios da Perseverança, a qual sempre presidiu, em sucessivas reeleições. Foi o elemento constante na direção da sociedade e soube conduzi-la com acerto e eficiência. Fez-lhe a sede em sua própria residência, batizada "Castelo da Rocha Negra", e deu-lhe tudo quanto estava em suas forças, no seu ardor pela campanha que o empolgava. Deu muito de si e

muito de sua fazenda, gastando talvez mais do que podia, nela interessando diretamente a mãe, os irmãos Arão e Isac e as irmãs Eugênia, Júlia, Judite e Raquel, cujos nomes nunca serão esquecidos, como valiosas coadjuvantes da memorável batalha redencionista. Transmitia o seu entusiasmo à própria filhinha única, do seu primeiro casamento com Maria Júlia Teles de Meneses Alves, a menina Abigail, que veio a ser a esposa do des. José Moreira da Rocha, Presidente do Ceará no período de 1924-1928. Quando da criação da Libertadora, José do Amaral passou a servi-la com ainda maior disposição, eleito 1.º vice-presidente sem contudo deixar a presidência da sua querida Perseverança. Define-o este conceito de Júlio César da Fonseca: — “Abnegado e intransigente, pode-se dizer sem errar, constituiu o seu expoente (da Libertadora) máximo. Jamais consentiu que a causa que abraçou fosse maculada, um só instante sequer, por qualquer estigma ignominioso. Era um todo inamolgável de renúncias batalhadoras. O seu pensamento, o seu conceito, o seu sistema, o seu programa, tudo nele era um conjunto homogêneo de forças. Não sabia o que era a hesitação, só sabia o que era a decisão. Era a ação, a ação e a ação, como se elas fossem audácias dantônicas.” (1) Faleceu na capital cearense em 26 de junho de 1929, aos 82 anos, portanto.

Depois de Amaral, o homem de maior atuação e prestígio na original agremiação é Antônio Cruz Saldanha, nascido em Canindé, em 24 de abril de 1852, da tradicional estirpe dos Barbosa Cordeiro. Associado ao irmão Francisco, montou casa de negócios comerciais em Fortaleza e, como comerciante, largamente desfrutou da mais destacada consideração. Na Perseverança, a sua experiência da vida mercantil era uma orientação para todos. Retidão de caráter e coragem, bom senso e inteireza de atitudes foram os seus grandes traços, na vida privada e na vida pública. Republicano convicto, nunca faltou ao seu posto nas pugnas da implantação do novo sistema de governo no País. Político militante, nem uma vez só desertou da linha avançada, na fér-

1) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 38, de 1924, pp. 357-358.



JOSE CORREIA DO AMARAL

ABOLICIONISTA



rea oposição ao regime oligárquico plantado, com raízes fundadas, no Ceará, pelo comendador Nogueira Acióli. Nos entrevistos da abolição ninguém o superou no esforço e na abnegação, prestando-lhe inestimáveis serviços. Dele, dentro da Perseverança, é que partiu o pensamento de fundar-se uma sociedade antiescravocrata de maior amplitude — que seria a Libertadora. (2) Faleceu na sua fazenda de criar, em Canindé, a 26 de julho de 1908.

José Teodorico de Castro viera do Aracati, onde nasceu em 8 de outubro de 1843, filho de Raimundo Teodorico de Castro e Maria Malveira. Ocupou, sempre, cargos na diretoria da Perseverança, da qual foi solícito animador. Exercia funções comerciais e acabou empregado na Casa Boris Feres. Falecido em Parangaba no dia 19 de março de 1901.

José Barros da Silva, de quem não pudemos colher melhores notícias, muito concorreu para a vitória da Abolição. Fez do seu estabelecimento, denominado “Bolsa do Comércio”, quartel animado das reuniões dos libertadores. (3) Também nunca deixou de figurar na direção da sociedade, salvo depois que se retirou definitivamente para o Pará, em meços de 1882.

De Francisco Florêncio de Araújo sabe-se que nasceu na serra da Meruoca, zona norte do Estado, em 27 de outubro de 1855 e, vindo para Fortaleza, abriu casa de comércio de tecidos na Praça do Ferreira, em local ocupado, em parte, pelo antigo Abrigo Central. Depois liquidou o negócio e empregou-se na Companhia Ferrocarril, da qual saiu para ingressar como auxiliar da Casa Boris, posto em que faleceu no dia 6 de maio de 1918. Casara-se em 1879 com Maria da Cunha Araújo. Era filho de Florêncio Lopes de Araújo e Maria Rita de Araújo.

2) — Antônio Bezerra. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza, Tip. Minerva, 1906.

3) — Informa Antônio Bezerra que a Bolsa do Comércio estava situada na então Praça José de Alencar, atualmente muito reduzida de área, com a construção dos edifícios dos Correios e Telégrafos, Banco do Brasil S.A. e Palácio do Comércio. (**Op. cit.**, p. 43).

Manuel Albano Filho, o Manezinho na alcunha carinhosa, o benjamim da plêiade, viera de Pacatuba, onde nasceu na tarde de 9 de maio de 1858, filho de Manuel Francisco da Silva Albano e Maria Teófilo Albano. O pai era um dos três irmãos Manuel Francisco, José Francisco e Antônio Francisco, os dois primeiros dos quais se estabeleceram na Capital com a loja "Libertadora", sob a firma Albano & Irmão, uma das mais austeras e importantes casas importadoras em todo o Ceará. Marcado, como o irmão seu consócio, de forte inclinação filantrópica, recebeu José o título de Barão de Aratanha. Albano Filho exercia a gerência da casa e, pela distinção de maneiras e simpatia pessoal, conquistou a popularidade e a afeição dos que o conheciam. O seu idealismo teve campo fácil nas façanhas libertárias, a começar pela Perseverança e Porvir. "Foi um dos mais valentes e dedicados companheiros d'armas na luta incruenta, porém vigorosa e tenaz, da liberdade dos cativos." Faleceu aos 29 anos de idade, na manhã de 8 de agosto de 1887, em Parangaba. "Tinha nalma espartana as virtudes de patriota e de cavaleiro antigo" — são palavras de Antônio Martins, ao fazer-lhe o necrológio. "Ao lado dos nossos mais fortes, ele tornou-se distinto e nunca, no seu entusiasmo juvenil, brilhou mais esplêndida e cívica irradiação de su'alma do que nos gloriosos tempos em que foi nosso camarada, nessa campanha de heroica abnegação, de que ainda hoje poucos conhecem o valor patriótico. Ele era o mais moço nessa legião e entretanto foi o primeiro a deixar-nos."

Joaquim José de Oliveira Filho era livreiro, sócio do pai, o velho e respeitado lisboeta chegado ao Ceará, mocinho de 19 anos, e o primeiro a montar em Fortaleza casa de venda de livros, a reputada Livraria Oliveira, na Praça do Ferreira. (4) Nasceu em Fortaleza em 21 de março de 1847. Embora não titulado, conhecia bem diversas línguas, o que muito o ajudava no seu ramo comercial. Já velho e cego ainda o dirigia pessoalmente, podendo pelo tato distinguir com precisão os livros que lhe pediam em compra. Espírito caridoso,

4) — Estava situada no local em que se acha o Edifício S. Luís.

a sua “Chácara de Pelotas”, na Rua General Clarindo (entre a Avenida do Imperador e a Rua D. Isabel), passou a ser um pequeno asilo de pobres. Nessa mesma chácara, algo arredia e conhecida por “Furna Encantada”, reuniam-se repetidamente os conspiradores da Abolição. Muito o auxiliou nessas conspirações a esposa, D. Maria de Araripe Faria, irmã do inditoso advogado e professor Xilderico de Faria e senhora de ânimo varonil. A mãe de Oliveira Filho, D. Angélica Ambrosina de Oliveira, era cearense. Morreu o denodado abolicionista em 15 de março de 1913, na casa de residência do seu genro Joaquim Costa Sousa, na Rua Major Facundo. (5)

Depois de José do Amaral e de Cruz Saldanha, quem mais projeção alcançou no seio da Perseverança foi Antônio Dias Martins Júnior, nome que jamais deixaria de estar na dianteira, onde houvesse uma agitação qualquer dos *liberteiros*.

Nasceu em Fortaleza no dia 16 de junho de 1852, filho de Antônio Dias Martins e Francisca Xavier de Albuquerque. Foi caixeiro de escrita e, depois, funcionário da Alfândega. Jornalista de pulso, dirigiu vários órgãos de imprensa na Capital. Era admirável cronista e com o pseudônimo Delisle tornou disputados os folhetins do jornal *Constituição* e, mais tarde, no *Libertador*, com João Lopes Ferreira Filho, os sueltos que saíam com o título — “A Semana”. Com Antônio Bezerra e Justiniano de Serpa publicou *As Três Liras*, livro de versos da propaganda abolicionista. Usando o criptônimo de Pery, trazia para os jornais as mais delicadas crônicas.

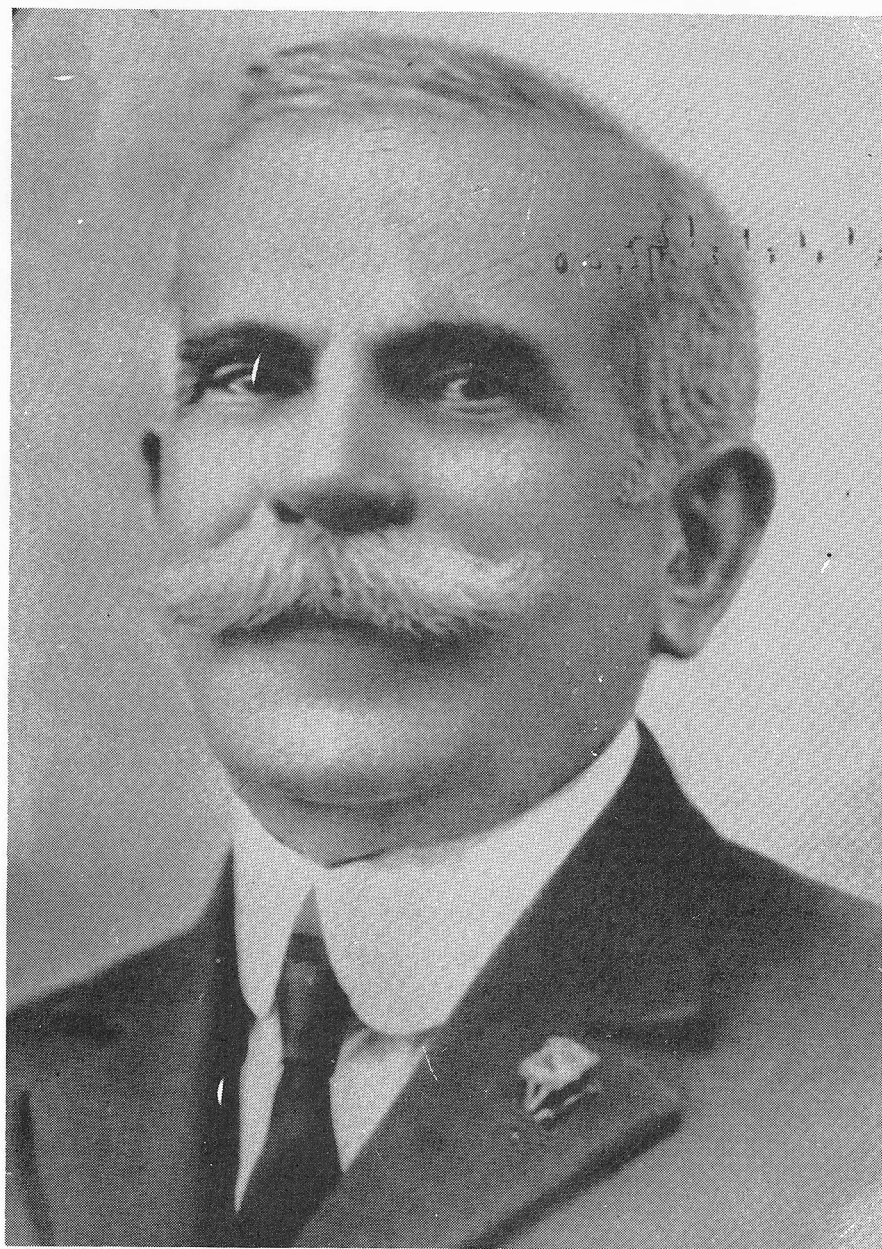
De todos o que mais viveu foi Alfredo Salgado, secretário a mor parte da vida da Perseverança. Ao tempo exercia o emprego de caixa da Casa Inglesa (Singlehurst & Cia., de Liverpool, com filial em Fortaleza), tendo sido antes guardalivros da firma Viúva Salgado, Sousa & Cia., de que era sócia sua genitora, D. Virgínia da Rocha Salgado. Seu pai chamou-se Francisco Luís Salgado. Nascido em Fortaleza no dia 1 de setembro de 1855, aos 14 anos de idade Alfredo transportou-se, a fim de estudar, para a Europa, formando-se em

5) — Local em que se ergue o Edifício do INPS.

Comércio na Inglaterra. Finamente educado, cavalheiresco, sempre brumelicamente trajado, mesmo durante a velhice, gozou de grande relevo social, e no seio das classes comerciais manteve-se como figura de alto acatamento. Ocupou por longos anos o cargo de intérprete do comércio para os idiomas inglês, francês e alemão. “Alto, de ombros largos, compleição atlética, cabeça branca, bigodes fartos e alvíssimos, sempre vestido com uma roupa ainda mais branca, eis de brusco a figura excepcionalmente simpática do ilustre morto” — escreveu o cronista Nogueira Lima, ao fazer-lhe o retrato, com o título sugestivo de “Morre um Jequitibá”.

Viveu os últimos anos da existência (faleceu em 13 de abril de 1947, aos 92 anos de idade) como “solitário da Itapuçu”, nome que dera à sua confortável vivenda, no centro de mimoso jardim, cercado de gradis artísticos, que o guardavam como representante de um passado de venerações. Casara-se, a primeira vez, em julho de 1875, com Alexandrina Ribeiro, que ele viu morrer mal começadas as atividades da Perseverança. De novo se casou, em setembro de 1885, com Estefânia Nunes, falecida em 7 de março de 1919. Salgado foi um desses raros que nunca sofrem a doença da tristeza nem se vencem da tristeza cética dos esnobes.

O undécimo do valoroso grêmio, pelos próprios sócios denominado Escudo da Amizade, foi Raimundo Maciel. Residia na antiga povoação de Canoa, hoje cidade de Aracoiaba, num sítio denominado Jitirana. Aí nasceu em 25 de novembro de 1851, filho de Miguel Ferreira Maciel e Felícia Ferreira, e aí se fez comerciante. Transferindo a residência para Baturité, levou o seu comércio, a que juntou as atividades agrícolas do sítio Brejo, atualmente com o nome de Bela Vista, ainda no domínio da família. De pouca instrução, mas de seu natural inclinado às coisas do espírito, inteligente e ativo, educou todos os filhos, que foram muitos, e chegou a exercer notável influência na política baturiteense, como um dos chefes do partido orientado pelo conselheiro Rodrigues Júnior, em oposição ao comendador Nogueira Acióli. Durante algum tempo negociou em Fortaleza, com armazem de gêneros, especialmente o café, associado a um irmão, porem com



Alfredo Salgado



a morte deste voltou para Baturité e retomou as suas antigas ocupações serranas. Honra-lhe o nome prole ilustre que formou, dela se destacando os filhos Francisco Maciel, médico, Godofredo Maciel, reconhecido orador, que governou o Território do Acre e foi Prefeito de Fortaleza, e Júlio Maciel, magistrado e fino poeta. Faleceu Raimundo Maciel na capital cearense em 24 de agosto de 1921, aos 70 anos de idade.

O derradeiro a entrar — Luís Xavier da Silva e Castro. Nasceu em Fortaleza no dia 1 de julho de 1848, na casa de seus pais, José Xavier de Castro e Silva e Antônia Josefina de Castro, na Rua do Quartel, n.º 4, hoje Rua General Bezerril. Casou-se em 18 de janeiro de 1870, tendo sido antes professor em Tucunduba, município de Caucaia, até 1869. No ano seguinte nomearam-no professor primário para Tamboril, onde permaneceu até 1876. A seca de 77 obrigou-o a emigrar, vindo novamente para Tucunduba e logo mais para a capital. Conseguiu o cargo de escrevente do Cartório de Órfãos, ocupado por Antônio Felino Barroso e dele se transferiu para o do tabelião Joaquim Feijó de Melo, também como escrevente juramentado. Com a morte de Feijó, foi nomeado tabelião, funções em que o encontrou a morte, em 17 de dezembro de 1918. A sua casa de residência, na Rua D. Teresa Cristina, n.º 306, foi outro pequeno quartel dos soldados do abolicionismo.

CAPÍTULO VII

A CEARENSE LIBERTADORA

Os sócios da Perseverança e Porvir souberam engalanar o salão de honra da Assembléia Legislativa para a magna solenidade de instalação da Cearense Libertadora por eles projetada. Muitas flores, a beleza da mulher, a vibração das almas, o *suspense* dos momentos augustos e fortemente espirituais.

As 11 horas já se achava tudo pronto, a casa plena de gente e de corações em ansiedade, na tensão nervosa das grandes expectativas. O dia 8 de dezembro de 1880 iria, inquestionavelmente, assinalar “uma data de ouro para o calendário da idéia abolicionista”. E, apesar das escusas, que apresentaram os organizadores, sobre “as imperfeições que se deram na sessão, faltas que se desculpam atendendo-se a nosso pequeno número de sócios e à pouca prática nesses assuntos”, nada se omitiu na espontaneidade da bela e inspiradora tertúlia.

Não nos foi possível encontrar o livro de atas e o das inscrições de sócios da agremiação que naquela hora se fundava, mas os fatos se recompõem por miúdo em nosso espírito através das palavras dirigidas no ofício do dia 13 seguinte, pela Diretoria da Perseverança e Porvir, aos Diretores provisórios da sociedade recém-criada e, notadamente, pelo Relatório ou Sinopse Histórica do secretário Antônio Dias Martins a eles oferecido.

No citado ofício se exaltava: — ... “O resultado não poderia ser mais compensador, nem mais auspicioso para nós e para vós: — a libertação de três adultos, sendo uma mãe

com três filhos, uma mulher e um homem e, mais que tudo, a inscrição de 225 sócios. Se os nossos pequenos esforços produziram tão imensos resultados, vós que encetais a vida da sociedade Cearense Libertadora, tão cheia de adesões sinceras, tão rica de esperanças e tão santa de aspirações, com o vosso elevado conceito e dedicação de patriotas provados e cearenses distintos que sois e que estremeceis o querido torrão natal, vós, como dizíamos, tereis muito maior colheita nesta seara luxuriante que enriquece de patriotismo o coração do generoso e nobre povo cearense”...

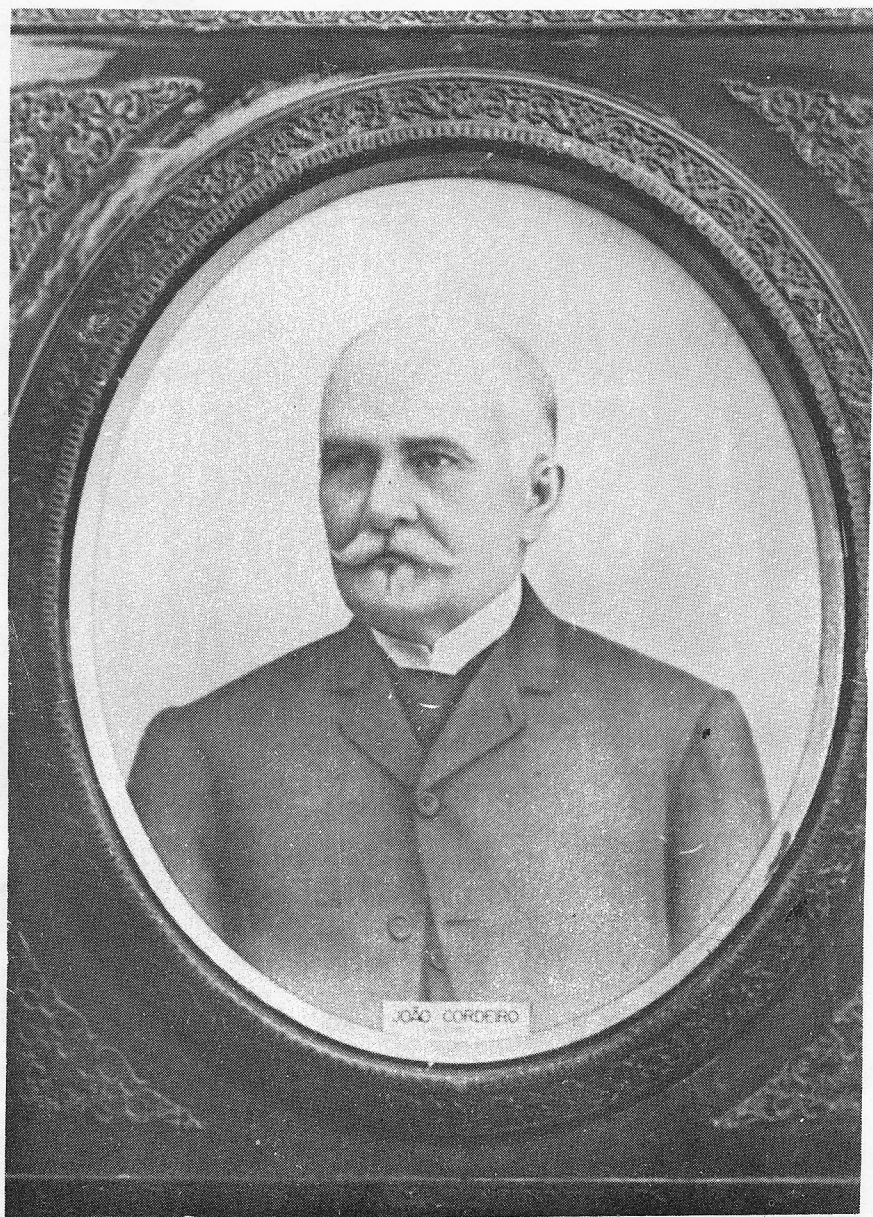
Convém deixar transpaginada a descrição da brilhante festividade feita pelo mesmo secretário Martins, com a linguagem de quem fervorosamente sentia o memorável acontecimento.

“As 11 horas do dia, quando estávamos prontos a encetar os trabalhos, veio às mãos uma nota do Exmo. Sr. Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, honrado Presidente da Província, anunciando-nos àquela mesma hora uma audiência que no dia anterior lhe havíamos pedido, por não ter sido possível, em consequência dos fatos eleitorais do momento que tanto careciam da atenção de S. Exa. fazer-lhe o devido convite oficial.

“Fomos imediatamente a palácio e ali recebidos por S. Exa. que prestou-nos toda atenção, significando-nos sua simpatia à nossa causa e oferecendo-lhe seus serviços no que estivesse no seu alcance, discorrendo com sabedoria e profusão sobre tão elevado assunto, observou-nos que era mister prestar toda a atenção para o ponto moral da idéia — a proteção e educação dos libertos, especialmente os infantes e as mulheres, e que estas deviam ser muito mais cuidadas como pontos preliminares da educação da família.

“Dissemos-lhe que tínhamos emitido essa mesma opinião no nosso projeto de estatutos e que era de esperar todo cuidado na execução dela.

“S. Exa. fez-nos ainda algumas considerações, lembrando-nos o método adotado na Inglaterra por pequenas asso-



JOÃO CORDEIRO

ciações na criação de pequenos estabelecimentos de instrução literária ou profissional, tão bem e sabiamente organizadas que a filantropia de outros os vão progressivamente alargando a produzir resultados vantajosos para a sociedade. Que tinha boas esperanças de que fosse o Ceará a primeira província emancipada e que muito era de esperar da associação Cearense Libertadora.

“Finalmente expôs-nos os motivos, que o inibiam de assistir e abrir a nossa sessão, motivos que reconhecemos justos.

“As 11½ chegamos à Assembléia, onde já um crescido número de senhoras e cavalheiros ornava o belo e esplêndido salão das discussões; ainda porém lá estavam chegando convidados e era esperada a distinta corporação representante dos Cavalheiros do Prazer e, chegada esta, começaram-se os trabalhos justamente ao meio-dia.

“Lidos o discurso do nosso Presidente, Sr. José Correia do Amaral, e o projeto de Estatutos, tomei a palavra; mas, incomodado como estava, muito mal desempenhei a leitura do singelo discurso que ofereci aos sócios da Cearense Libertadora, impresso, como do exemplar anexo sob n.º 1.

“Ao terminar o meu discurso, deu-se carta de liberdade ao escravo Ricardo, em nome de sua senhora, a Exma. Sra. D. Maria Correia do Amaral, mãe do nosso digno Presidente, que nos quis assim significar a sua profunda adesão à nossa causa.

“O ilustrado Sr. Gonçalo de Almeida Souto tomou a palavra e pronunciou um belo discurso; do seu estilo elegante, porém, destacou-se a sua doutrina particular, declarando-se católico de crença firme e abolicionista calmo, espectador dos feitos benéficos da lei de 28 de setembro de 1871, abolicionista que respeita a propriedade, reconhecida embora a infame procedência dela. S. Sa. saúda a sociedade Cearense Libertadora, augura-lhe os merecidos resultados e termina bradando-lhe: Avante!

“Sucedeu-lhe na tribuna o ilustre Secretário da Beneficente Portuguesa 2 de Fevereiro que, representando a sua

benemérita associação, traz-nos dela a sincera adesão que tributamos a todos os acontecimentos em que a liberdade, ao sol benéfico de todas as sociedades de todas as nações, irradiava-se nos horizontes onde assinalam o Progresso e a Civilização; o orador retira-se da tribuna ao som de palmas.

“Seguiu-o uma produção poética do Sr. João Batista Perdigão de Oliveira, distinto representante da sociedade anônima Democracia e Extermínio que, análoga ao ato e cheia de primorosas figuras, foi acolhida com merecidas palmas.

“O Sr. Antônio Papi Júnior, que se secundou ao Sr. Perdigão, elevou-se ainda mais nas inspirações da sua musa arrebatada e meiga, em belos versos que lhe recomendavam a firmada reputação de poeta.

“Tomou em seguida a tribuna o simpático e ilustrado Dr. Frederico Borges, digno 1.º Secretário da sociedade Libertadora.

“O jovem tribuno, tão simpatizado já nos comícios populares, mereceu sinais de atenção e respeito do pomposo auditório.

“Seu discurso foi todo cheio de entusiasmo e patriotismo. Cada frase que proferia era uma lâmina de fogo cortante, e valente aniquilava os últimos redutos dos escravistas.

“Muitos aplausos, muitos bravos lhe entremeavam a palavra.

“Elevando-se numa peroração fascinante, S. Sa. anematizou a propriedade do cativo e a esse Gabinete liberal, que protege aos apóstolos da escravidão. S. Sa. lastima, condena o procedimento ingrato daqueles que tão mal viram apagar-se o astro luminoso da pátria, o imortal progenitor da lei de 28 de setembro de 1871, o ilustre Visconde do Rio Branco, que nas últimas palavras pedia-lhes ainda: “não perturbeis a lei do elemento servil”; e prosseguindo ainda em brilhantes frases, terminou por entre uma salva de palmas, que juntou aos louros já colhidos na tribuna.

“Foram seus sucessores na tribuna os talentosos estudantes Raimundo Brito e Francisco Dias Martins, lendo aquele um ardente discurso e este uma mimosa poesia.



Almino Afonso

“Subiu à tribuna então o ilustrado Padre Dr. João Augusto da Frota, digno Diretor da Instrução Pública (profundo respeito e sensação no auditório). S. Revma. declara que vem à tribuna obrigado pelas suas idéias: inesperadamente para si, convidam-no a fazer-se orador e, sem ao menos ter pensado no que deveria dizer, arriscava-se, por amor da idéia santa da liberdade, a proferir palavras desalinhas, mas o faria inspirado pelo coração; S. Revma. em frases eloquentes repassadas de generoso entusiasmo declara-se abolicionista, não admite demora na emancipação... (explosão de palmas e bravos: o orador é forçado a interromper-se)... que, quanto mais breve for executada a emancipação, tanto mais rápido há de ser a aquisição de seus cidadãos violentados ao ostracismo; que sendo abolicionista sincero e convicto, não é retardatário, não (aplausos, bravos e palmas); saúda, portanto, a idéia da emancipação, vê nela um grande bem para o país e para a humanidade e, nada tendo de si que possa engrandecer a sociedade Libertadora, nada podendo dispor, senão da sua cabeça que pensa e do seu coração que sente, põe-nos à disposição da idéia, oferece sinceramente os seus serviços.

“O orador é freneticamente aplaudido.

“A Diretoria da sociedade Perseverança e Porvir saúda-o de pé.

“Por entre palmas surgiu na tribuna o simpático Dr. G. Studart, como representante do Gabinete Cearense de Leitura.

“De estilo dourado de todas essas filigranas poéticas de que o ilustrado e jovem médico sabe revestir as suas produções literárias, devia, como o foi, seu discurso ser uma prece; uma súplica ao coração sensível da mulher.

“O ilustre orador primou pela escolha desse objeto amado, como meio legítimo de realizar um formidável contingente à cruzada abolicionista.

“De forma sublime surgiam da sua prosa brilhante notas dulcíssimas e que, entremeadas de uma mimosa carta de C. Alves em perfeita analogia com o seu discurso, fê-lo colher merecidas palmas, entusiásticos bravos.

“Como representante da distinta sociedade Cavalheiros do Prazer, surgiu na tribuna o nosso laureado poeta Antônio Bezerra de Meneses, 2.^o Secretário da sociedade Cearense Libertadora e, em frases concisas e simples, mas ricas de patriotismo, demonstrou a necessidade da emancipação e, concluindo, saudou a sociedade Perseverança e Porvir pelo seu belo pensamento, retirando-se coberto de aplausos.

“Estava terminado o número de oradores inscritos quando o ilustríssimo Sr. Tenente Filipe de Araújo Sampaio pediu a palavra como presidente da sociedade Artística Beneficente Conservadora e seu verbo eloquente, que lhe ditava o entusiasmo, resumiu a sua adesão à sociedade Cearense Libertadora, dando carta de liberdade à sua escrava Joana, de 25 anos de idade, que sabe ler e escrever, sendo lida a carta pelo nosso confrade Sr. Luís Xavier da Silva Castro, que em seguida leu a carta de liberdade da escrava Filomena, de 23 anos com 3 filhos ingênuos, libertada pelos membros da Perseverança e Porvir.

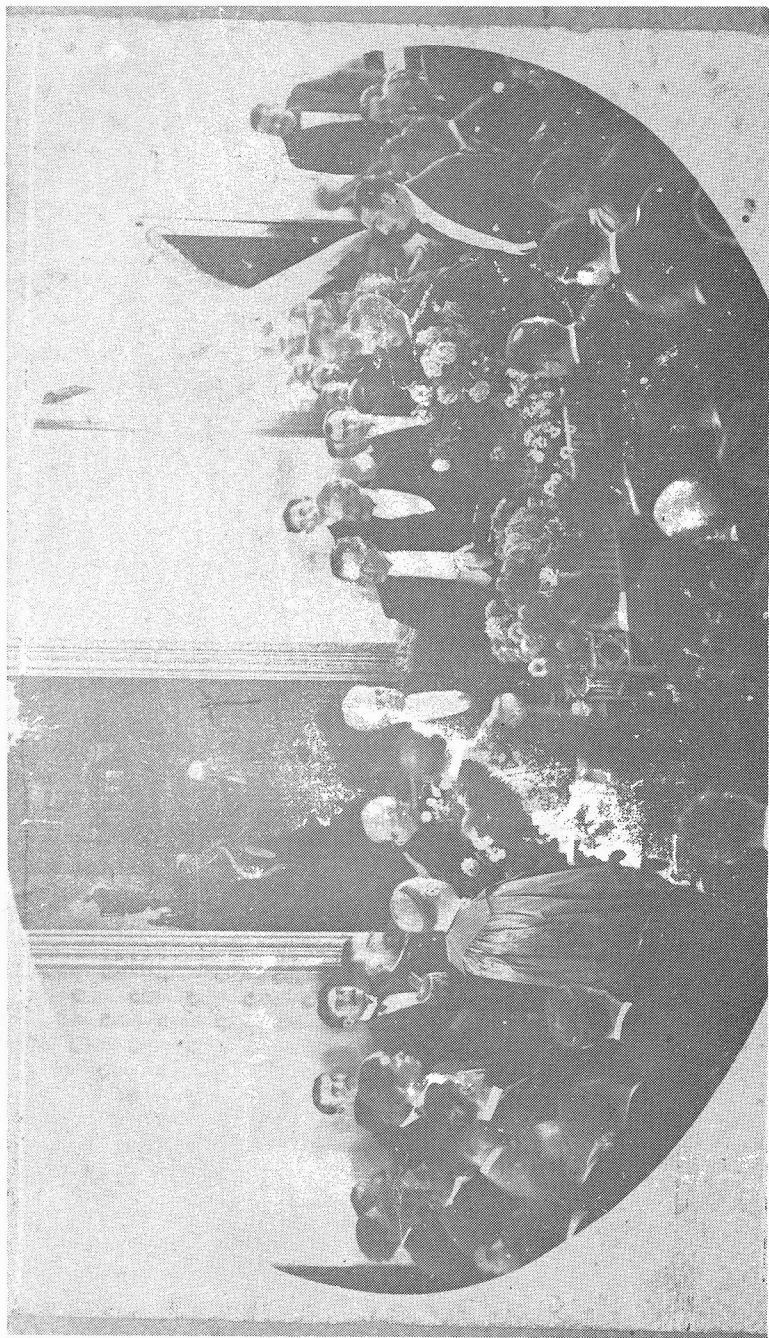
“Com verdadeiro frenesi e tocante entusiasmo à assembléia fez-se uma verdadeira explosão de palmas, de bravos e mil aplausos.

“O ilustre Dr. Picanço ofereceu em adesão à causa da emancipação o produto de benefício da récita da opereta *Madame Angot na Munguba*, de que é autor, e lhe foi oferecido pelo empresário do Teatro S. José e cujo produto deverá ser aplicado à libertação de um escravo.

“O Sr. Pedro Hipólito Girard, cidadão francês, ofereceu o produto da venda de uma noite no seu quiosque-botequim do Passeio Público, admitindo a escolha do dia no mês de janeiro próximo e promovendo uma festa de acordo entre si e a diretoria da Libertadora.

“O distinto Venerável da Loja Maçônica Fraternidade Cearense ofereceu a quantia de 50\$000 mil réis produzido pelo tronco beneficente daquela loja em benefício da sociedade Cearense Libertadora.

“O ilustre Sr. César de la Camp, digno Cônsul d'Alemanha, ofereceu a quantia de 20\$000 mil réis que punha à dis-



Justiniano de Serpa toma posse do cargo de presidente do Estado (período 1920-1924)

posição da sociedade Libertadora em benefício da liberdade dos escravos.

“Estava concluída a sessão, quando o nosso Presidente, tomando a palavra, apresentou à ilustre assembléia os nomes que escolhera a sociedade Perseverança e Porvir para formar a diretoria da sociedade Cearense Libertadora, sendo:

“Presidente, o cidadão João Cordeiro; Vice-presidente o cidadão José Correia do Amaral; 1.º Secretário, Dr. Frederico A. Borges; 2.º Secretário, cidadão Antônio Bezerra de Menezes; Advogados, Dr. Manuel A. da S.T. Portugal e capitão Justino Francisco Xavier; Tesoureiro, capitão João Crisóstomo da Silva Jataí; Procuradores, cidadão José Caetano da Costa, João Carlos da Silva Jataí, João Batista Perdigão de Oliveira e Eugênio Marçal.

“Apaudida a escolha pela assembléia, tomou a palavra o Sr. J. J. Teles Marrocos que, significando a sua adesão à escolha feita e que era ela muito bem inspirada, tanto mais quanto era o Presidente o Ilmo. Sr. João Cordeiro, extremado democrata e que mais uma vez tem mostrado a sua adesão à soberania do povo e seu pensamento pela causa da liberdade.

“Todos os discursos eram terminados no meio de aplausos gerais, unidos às harmonias das bandas militares da Polícia e do 15.º Batalhão, que tocavam no salão próximo.

“Encerrada a sessão às 3 horas da tarde, começou a inscrição de sócios, que elevou-se ao número de 227, não se elevando a mais porque a sessão durou 3 horas e já se tinham retirado muitas pessoas.

“Corre-nos o grato dever de pedir-vos um voto de agradecimento ao distinto cidadão João Lopes Ferreira Filho, digno Secretário da Assembléia Provincial, que com grande satisfação cedeu os salões do palacete da Assembléia Provincial para a sessão, e outro tanto aos Ilmos. Srs. Tenentes-Coronéis Comandantes do 15.º Batalhão e do Corpo de Polícia, concedendo-nos de bom grado as bandas de música que tanto brilhantismo deram ao ato.

“Em toda a sessão reinou muita ordem e nem uma voz se ergueu que não fosse para aplaudir.

“Assim ficou inaugurada a grande empresa abolicionista, de que patrioticamente aceitastes a direção provisória e que na minha opinião deveis ser os efetivos e esforçados diretores até encaminhá-la no verdadeiro e luminoso caminho da realização do seu sublime *desideratum*. Possais colher as coroas que merecem os dedicados cidadãos da santa causa da emancipação do país, e que não longe esteja a aurora da liberdade em que o sol da nossa terra vos banhe de luz, e das bênçãos da província que em prantos de gratidão vos beije os músculos esforçados com que quebrastes as algemas torpes do cativoiro de nossos irmãos.

“Nesse belo dia, que não vem longe, peço-vos que não esqueçais o vosso humilde adepto e sincero amigo.

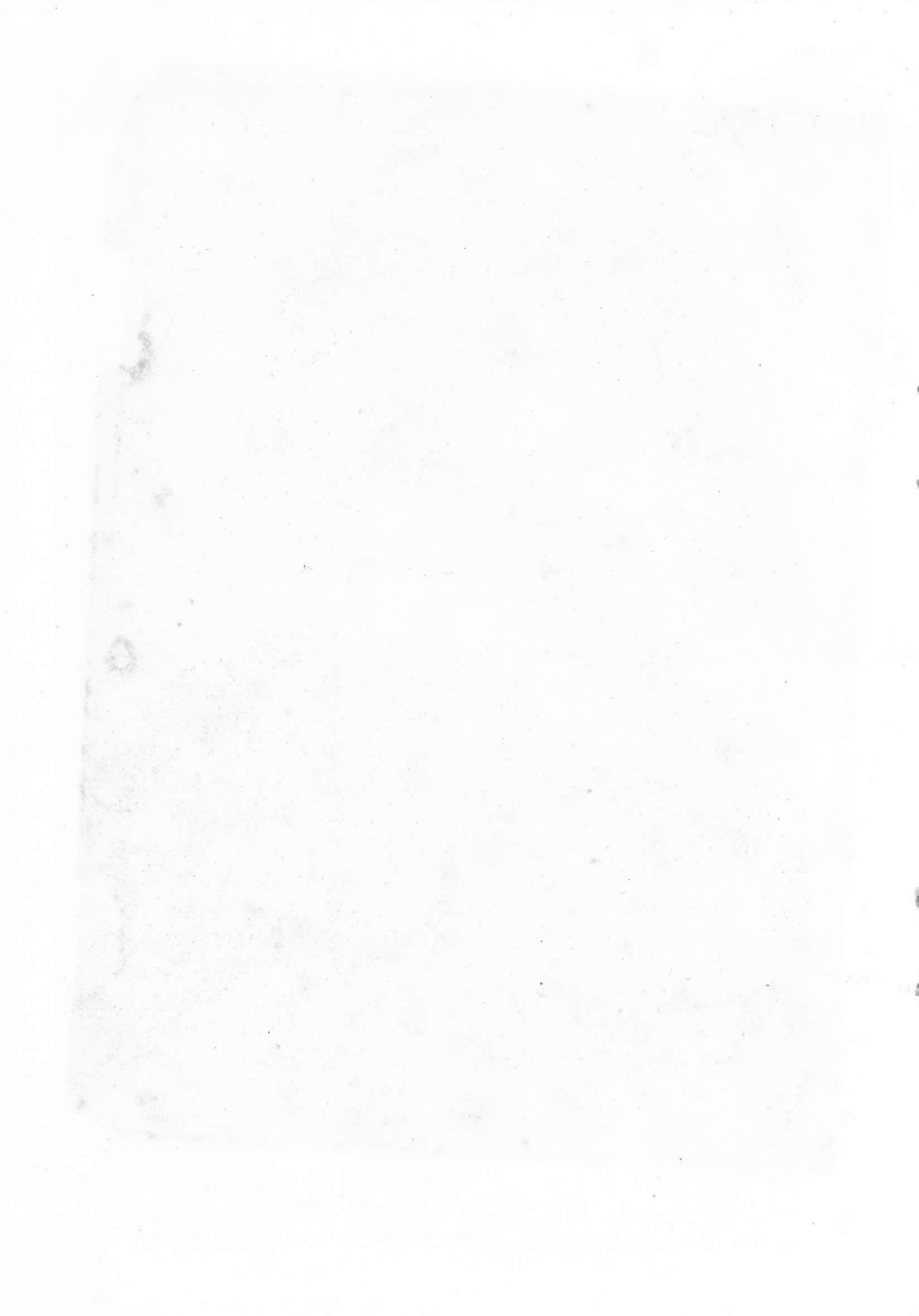
Antônio Martins.”

Com efeito, retemperavam-se, nesses instantes de grande eloquência cívica, as energias dos que batalhavam numa cruzada tão ingente e gloriosa, qual a de jogar por terra o Adamastor horrendo do escravismo, sustentado pelas mil forças da inércia acomodatória de uns e pelos interesses materiais de muitos.

Mas a glória também divide, e não iria ser uma, maciça, a marcha contra o inimigo comum a vencer. Lastimavelmente, não foi possível evitar que se abrisse o ângulo das divergências de opinião, gerando a divergência das diretrizes e dos métodos de proceder.



João Batista Perdigão de Oliveira



CAPÍTULO VIII

OS DOIS CAMINHOS

Aqui está o testemunho de Antônio Bezerra: — “Constitui o ato de eleição da nova diretoria (da Libertadora) uma das páginas mais belas da história cearense, e por isso não nos podemos furtar ao desejo de a lembrar. Tendo-se por mais de uma vez suspenso as sessões por tumultuárias, em consequência do desacordo entre uns sócios que queriam se fizessem estatutos e outros que a eles se opunham, foi pelo presidente provisório João Cordeiro designado o dia 30 de janeiro de 1881 para se decidir esse assunto. No domingo mais próximo, ao meio-dia, compareceram uns vinte sócios na antiga Bolsa do Comércio, à Praça José de Alencar, e logo João Cordeiro fê-los entrar para uma sala ao lado daquela casa de comércio, adrede preparada, a que havia ele dado o nome de Sala de Aço. Ali achava-se uma mesa grande, coberta com um pano preto, duas lanternas nos extremos e vinte cadeiras em torno. Depois de fechada a porta da entrada e acesas as velas das lanternas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se e, arrancando da cava do colete um punhal, atira-o com força no meio da mesa, onde ficou cravado, oscilando sinistramente ao reflexo das luzes, e disse: — ‘Meus amigos, exijo de cada um de nós um juramento sobre este punhal, para matar ou morrer, se for preciso, em bem da abolição dos escravos. Vamos travar uma luta horrível com o governo, e por isso está em tempo de se retirar aquele que for amigo do mesmo governo ou dele for dependente. Quem não tiver coragem para tanto pode sair, que ainda sai em tempo; e logo se retiraram onze, cujos nomes por conveniência ocultamos do desprezo público.’”

Acrescenta Bezerra que juraram, de conformidade com o cargo que cada um exercia provisoriamente, o presidente João Cordeiro, o vice-presidente José do Amaral, o 1.º secretário Dr. Frederico Borges, o 2.º dito Antônio Bezerra, os diretores Antônio Martins, José Teodorico, José Barros, José Marrocos e Isac do Amaral. E que João Cordeiro lhe ditou, e ele escreveu, os seguintes desconcertantes estatutos: — “Art. 1.º — Um por todos e todos por um. § Único — A sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance.” Datados na Sala de Aço, em 30 de janeiro de 1881, referidos estatutos foram assinados pelos presentes.

De outras providências tratou João Cordeiro, principalmente com o fim de poderem agir mais livremente nos furtos de cativos em que, sem reboços, iam empenhar-se. Tomaram criptônimos e, desta forma, Amaral passou a chamar-se Joarez; Frederico Borges, Spartacus; Bezerril, Risakf; Martins, Peri; Marrocos, O’Connel etc.; — e adotaram escrita especial, secreta, de modo que o *a* valesse *z* e o *b* valesse *x*, e assim por diante, recuando-se sempre uma letra. (1)

João Cordeiro, nas memórias que escreveu, ao correr do lápis, esclarece que foi convidado por alguns sócios da Perseverança e Porvir para fundarem uma sociedade que se ocupasse da propoganda e da abolição dos escravizados. Aceitou o convite com grande entusiasmo, e com os rapazes da Perseverança convocou, para o palacete da Assembléia da Província, uma reunião dos abolicionistas para a fundação de uma associação, que se instalou com o nome de Cearense Libertadora. Compareceu grande número de abolicionistas e ele, João Cordeiro, foi aclamado presidente e, tomando posse do cargo, deu por instalada a sociedade e nomeou uma comissão para organizar os estatutos. Dias depois, reuniram-se associados para ouvir a leitura destes e aprová-los; mas houve longa discussão e, para cortá-la, Cordeiro declarou: — “O projeto de estatutos que acaba de ser lido não convém. Nós queremos uma sociedade carbonária, sem ligações com o governo, que ocupe-se revolucionariamente da libertação dos

1) — Antônio Bezerra. **O Ceará e os Cearenses**, cit., pp. 43-45.

escravos por todos os meios ao alcance dos nossos recursos pecuniários, da nossa inteligência e da nossa energia. Os estatutos que nos convém devem ser simplesmente estes: — “Art. 1.º — Libertar escravos, seja por que meio for. Art. 2.º — Todos por um e um por todos.” Dissolveu-se a reunião, ficando apenas duas dúzias de abolicionistas dispostos á luta que deu em resultado a libertação dos escravos no Ceará. (2)

Outro partícipe do concerto libertador, Isac do Amaral, transmite-nos que a fórmula dos revolucionários estatutos foi proposta por Antônio Bezerra: “A idéia triunfou e se formou um grupo de resistência que prosseguiu na luta, sendo de justiça destacar os nomes do punhado desse núcleo: João Cordeiro, Antônio Cruz, Antônio Martins, Antônio Bezerra, José Teodorico de Castro, Padre Frota, Alfredo Salgado, Frederico Borges, Pedro Borges, Almino Álvares Afonso, Manuel Albano Filho, João e José Albano, José Barros J. W. Ayres, João Carlos Jataí, José Marrocos, J. Cândido Maia; Justiniano de Serpa, Rodolfo Teófilo, Filipe Sampaio e Isac do Amaral.” E adianta: “Eram estes os *tais dez libertadores*, frase de mofa para traduzir a insignificância da força que pretendia demolir a torre Malakoff do escravismo.”

Não parece certo que os nomes indicados por Isac do Amaral sejam os dos que ficaram na hora decisiva do juramento pedido por João Cordeiro, mas a verdade é que todos eles não saem do agitado palco em que se encena o complicado drama do extermínio da escravatura.

“Do lado da Libertadora — é ainda Isac do Amaral que o diz — ficamos com a maioria do povo, e do lado dos legalistas, tendo à frente o então Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), Júlio César da Fonseca Filho, João Lopes Ferreira Filho, Antônio Miranda e muitos outros filiados, ficou o apoio oficial e grande parte do funcionalismo público e dos proprietários, que não se queriam aventurar em lutas subversivas, que atentavam contra a Constituição do Império. Mas todos trabalhavam pela mesma causa, faça-se justiça.” (3)

2) — **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 59, de 1945, p. 270.

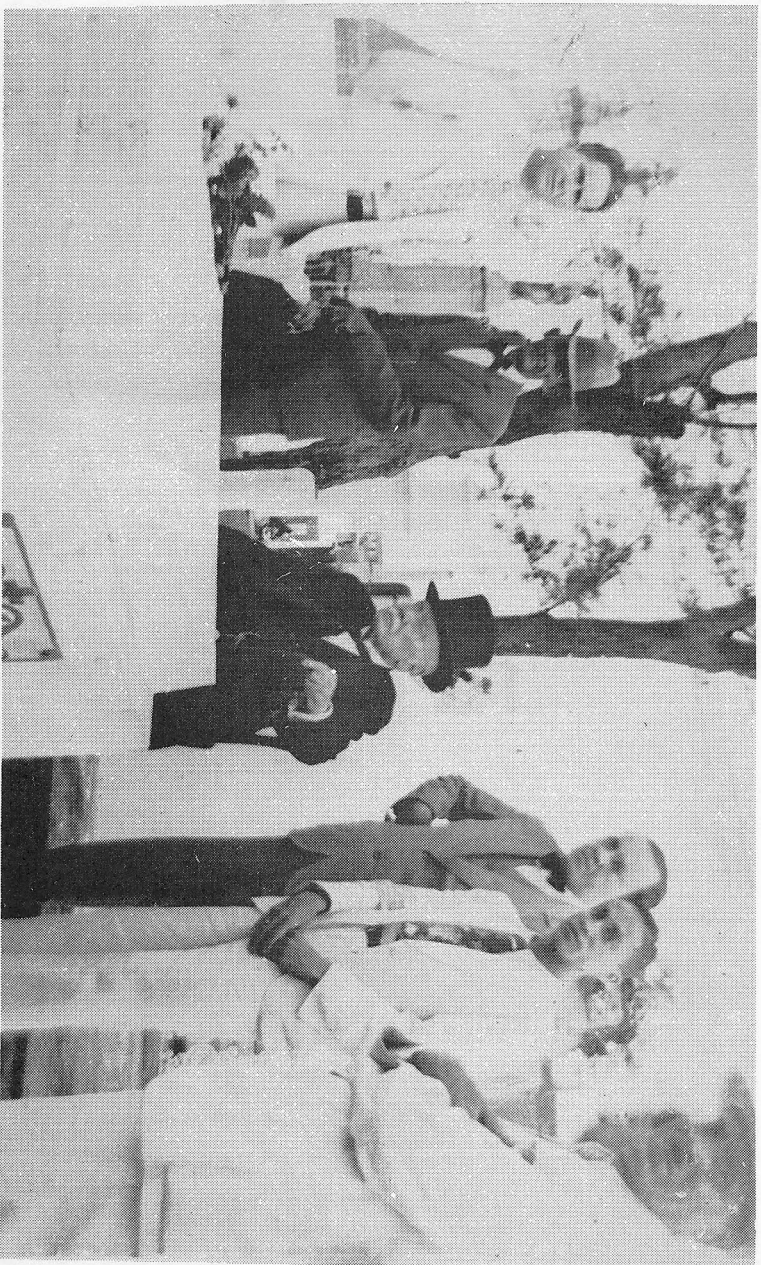
3) — Entrevista no jornal **O Nordeste**, de Fortaleza, ed. de 24.3.1934, .. 5.

Polarizar-se-iam mais tarde estes legalistas no Centro Abolicionista, que mais adiante estudaremos.

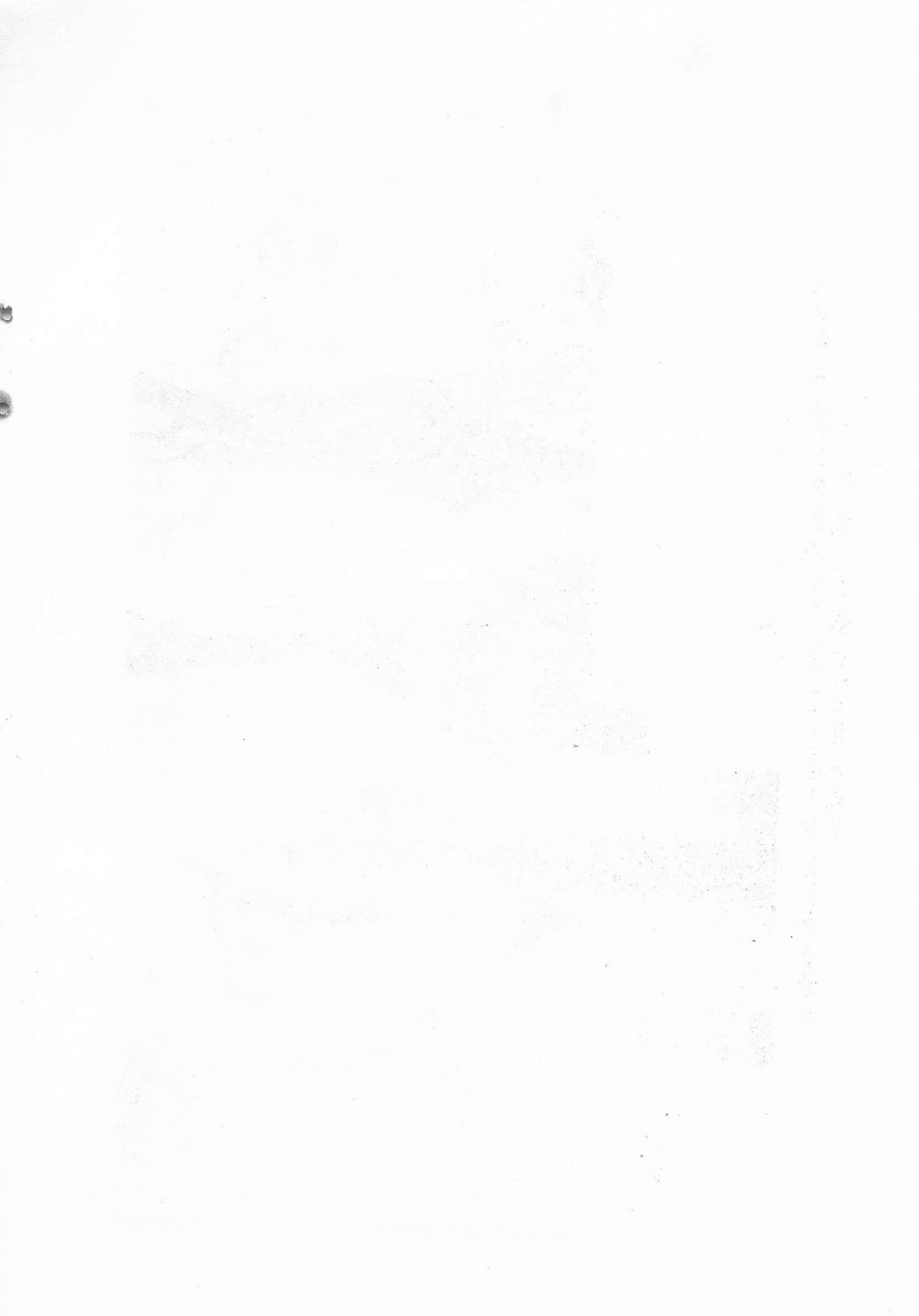
Os dois caminhos iriam dar na mesma vila, porém cortavam topografia bem diferente.

O grupo arrojado da Libertadora não mais sossegou nem parou. Sem demora fundaram um jornal “destinado à propaganda e interesses abolicionistas” e cujo primeiro número circulou no dia 1.º de janeiro seguinte ao da fundação da sociedade. Chamaram o jornal de *Libertador* e adotaram o lema de Jesus — Ama a teu próximo como a ti mesmo. O Programa um tanto condoreiro: — “Com o país que se levanta em prol da mais santa das causas, vem hoje o *Libertador* inscrever-se na liça de seus combatentes. A sua missão é de amor, mas não vem trazer a paz. A liberdade só combate com a espada, porque a tirania não cede à razão e nem conhece o direito. Onde estiver o oprimido, aí estaremos nós. Ficam suspensas as garantias dos potentados. Contestamo-lhes o direito de serem os únicos que têm razão. Liberdade, igualdade, fraternidade é a legenda de nosso estandarte. A consciência humana também não conhece outro princípio. Ao reflexo da nova aurora, ao clarão da luz que tem iluminado as páginas da história, começamos, pois, a nossa romagem. No seu apostolado, *Libertador* não restringe a sua esfera de ação. Levanta o escravo e coloca o homem ao lado do homem. Sopeia o algoz e liberta a vítima. Tritura o orgulho do enfatuado e eleva o mérito real do filho do povo. E no vasto domínio da mentalidade humana, todo o assunto lhe é próprio. Marcha com o seu século, tem o mesmo movimento, e na luta faz a sua profissão de fé. Ou vencer ou morrer!...”

Como prometeram, onde esteve o oprimido estiveram eles de fato, com o seu denôdo e a sua composição de *jazz band* em ritmo barulhento, mas de qualquer forma harmonioso. “Assemelhava-se — como para Isac do Amaral — a uma orquestra com um grande coro a acompanhá-la, desde a voz cristalina de Celicina Rolim ao baixo profundo do vate Juvenal Galeno; e, para aplaudi-la, o grande público, que era quase Fortaleza em peso, nos primeiros atos, e, no epílogo,



O Barão de Studart numa de suas visitas aos humilhos dos sócios falecidos do Instituto do Ceará, do qual era presidente



todo o Ceará. Não havia papelório. O Livro Caixa estava sempre em branco. A bolsa dos sócios e dos amigos faziam de cofres-fortes. Cada um gastava o que podia e... até o que não podiam!”

Reunidos, em 22 de dezembro, os diretores da Cearense Libertadora e os da Perseverança e Porvir resolveram promover um “bazar expositor de prendas,” como reforço da festa de benefício que ao movimento redencionista aferecia o súdito francês Pedro Hipólito Girard, dono de freqüentado quiosque-botequim no Passeio Público, rico e aprazível logradouro em que a operosidade de Tito Rocha havia transformado a ariosa Praça dos Mártires, antigo largo do Paiol. E deliberaram, outrossim, que os donativos deviam ser angariados por duas comissões de senhoras e duas outras de cavalheiros, o que, de logo, dava à mulher cearense direta responsabilidade que lhe ia ser admiravelmente imposta, na extraordinária jornada.

Da primeira comissão fizeram parte: Virgínia da Rocha Salgado, mãe de Alfredo Salgado; Maria Faria d'Oliveira e Francisca Borges Mamede, respectivamente esposa de Joaquim José de Oliveira Filho e de Catão Pais da Cunha Mamede; Isabel Vieira Teófilo, Sabina Teófilo Padilha, Celicina de Moura Rolim e Estefânia Nunes de Melo — a última, futura esposa de Salgado. Da segunda: Francisca Correia da Cunha; Luduvina Borges, senhora do Dr. Pedro Borges; Maria José Mendes Pacheco, Antônia Vieira da Cunha, Maria Borges da Cunha. A primeira comissão de cavalheiros constituía-se de José Caetano da Costa, João Baltazar Lopes Ferreira, João Tibúrcio Albano, Manuel Rodrigues Santiago e José Joaquim Teles Marrocos. A outra, do Dr. Pedro Augusto Borges, Benjamim Contâncio de Moura, Confúcio Pamplona, João Carlos da Silva Jataí e Augusto Xavier de Castro.

Os resultado do bazar, realizado com o concurso de banda de música do 15.º Batalhão de Infantaria e de vários intelectuais, e terminado com banquete e sarau dançante na residência de Girard, “o bom do senhor Hipólito,” foram de incentivante efeito: 2.961\$000, a que se ajuntariam outras so-

mas decorrentes de novas festividades, inclusive a renda da representação, no teatro S. José, da opereta *Madame Angot na Munguba*, de autoria do Dr. Francisco Picango, e do concerto, no salão nobre da Assembléia Provincial, da reputada pianista brasileira Idália França. (4)

Outras dádivas se sucediam. O *Libertador* de 7 de fevereiro registrava “com especial agrado:”

Da Sociedade Dramática Maranguapense	100\$
Da Sociedade Fraternidade Cearense	50\$
Do abolicionista Benoit Levy	30\$
Do abolicionista Frederico C. Hull, capitão do lugar “May Monroe”	25\$
Do abolicionista César de la Camp	20\$
Do abolicionista F. J. Kenwerthy	10\$
Do abolicionista anônimo	2\$
— —	
	237\$

Ao mesmo tempo que despertava nos espíritos mais humanitários o entusiasmo pelas manumissões (o referido *Libertador*, de 7, noticiava a conquista de 16 delas), os libertadores procuravam dar maior intensidade à reação antinegreira, vencendo ou pelo menos contornando as dificuldades da lei, que permitia a desgraçada mercancia. Necessário, antes de tudo, fechar as portas de saída da nefária mercadoria, e a mais larga era o desembarcadouro de Fortaleza. Por ele não devia transitar mais nenhuma, e os vendedores por aí andavam a providenciar solertemente na remessa de outras levas para o Sul.

Em boletins soltos pela cidade, o *Libertador* denunciava-o em linguagem candente. No que se dizia anexo ao n.º 2 do jornal de 15 de janeiro, apontava os vendedores Raimundo Gomes, Antônio e João Gurgel do Amaral como “negociantes de carne humana, iguais ao seu modelo primitivo — Judas;” e pedia ao povo corresse à praia, no ponto dos embarques.

4) — O concerto realizou-se na noite de 20 de janeiro, com o concurso de Suzet Hughes, Branca Rolim, Judite Amaral, Celicina Rolim, Carmesina Dória e Joaquina França Júnior.



Júlio César da Fonseca Filho

Novos boletins, agora precursores do n.º 3, indicavam, do mesmo modo, à execração, os “matutos Neutel Pinheiro Bastos e Joaquim Aurélio de Meneses, das bandas de Uruburetama,” bem como José e João da Fonseca Barbosa, Telésforo Caetano de Abreu e Galdino Francisco Linhares, “homens sem entranhas, uns *hokers* compradores de criaturas humanas.” Contra Manuel Melo Marinho, de Ipu, e Vicente Ferreira & Irmão, “italianos residentes na Cachoeira do Riacho do Sangue,” as objurgatórias não eram menos duras.

Que o povo se levantasse e protestasse contra semelhante ignomínia.

CAPÍTULO IX

“NO PORTO DO CEARÁ NÃO SE EMBARCA MAIS ESCRAVOS!”

Aparece então o nome de Pedro Artur de Vasconcelos.

Cearense de Fortaleza, filho de Manuel José de Vasconcelos e Lina Josefa de Vasconcelos, nasceu em 29 de junho de 1851. Havia estudado no Seminário Diocesano e agora exercia a função no escritório da Casa Inglesa. Guarda-livros, colega de trabalho de Alfredo Salgado, contagiou-se do “espírito de liberdade” e várias vezes fez comícios pela extinção da nódoa ebânica. Num desses, na Praça da Estrada de Ferro (Praça Castro Carreira), concitou os ouvintes a impedirem os envios de cativos para fora da Província. Doutra vez — e foi no teatrinho S. Luís, noite de 26 de janeiro — falou de igual maneira, pois era hábito nos intervalos das peças teatrais fazerem-se discursos e recitarem-se poesias. Nas suas concitações lembrou que se poderia conseguir dos jangadeiros não transportarem para bordo dos navios escravo algum.

José do Amaral achava-se presente e tomou a deixa.

Também já estava Júlio César da Fonseca, que testemunhou depois: “Pedro Artur de Vasconcelos, tão esquecido, foi o iniciador do movimento, José do Amaral foi a alma. O toque de clarim cabe ao primeiro, o comando das forças ao segundo. O primeiro levantou o grito, o segundo uniu fileiras. Acudiram logo com o seu apoio e o seu aplauso, para dar corpo à aspiração, diversas pessoas. No Ceará não embarcará mais escravo! Era o lema, o moto do novo lábaro; e com ele, somente, seria vencida a escravidão. Foi no intervalo da representação de um drama, do teatro São Luís, que Pedro

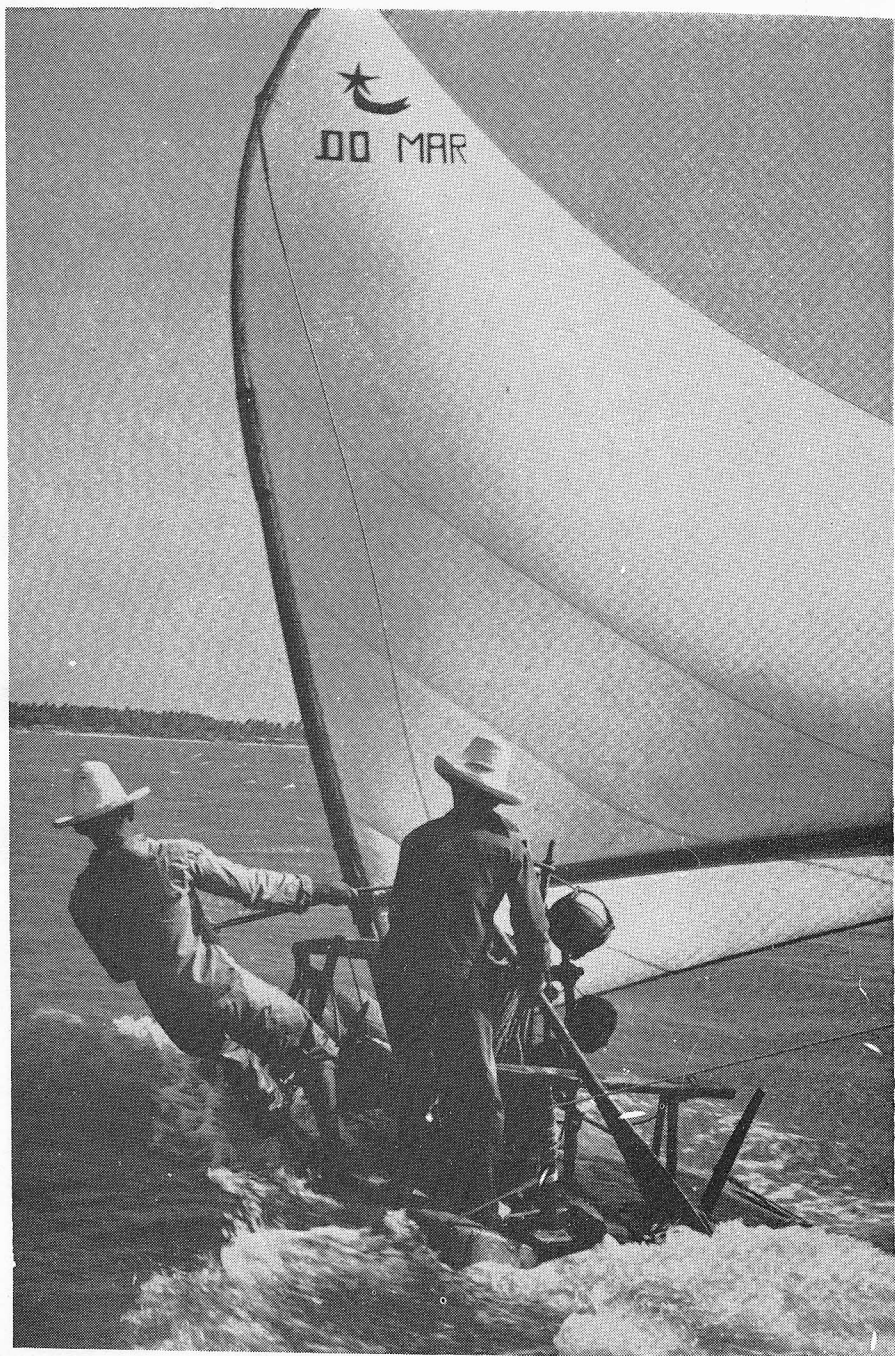
Artur lembrou a necessidade do movimento e que se apelasse para os jangadeiros. O sonho tornou-se realidade. E das brancas e pandas velas das jangadas, alcíones da liberdade, se fizeram bandeiras de combate.” (1)

Certo número de escravos devia seguir pelo vapor “Espírito Santo”, da antiga Companhia Brasileira de Navegação, a zarpar no dia 27. Pedro Artur e José do Amaral depressa recorreram ao liberto José Luís Napoleão, chefe de capatazia no porto e detentor das simpatias dos companheiros de serviço e dos jangadeiros em geral, graças à sua bondade e prestimosidade, assim como à de sua mulher, a preta tia Simoa, “de coração angelical e alma pura, que acabou seus dias recebendo os carinhos da família de Henrique José de Oliveira.” (2)

Napoleão comprara a própria liberdade e, com as economias que chegou a juntar, também a de quatro irmãs, bem como a de outros co-mártires do cativeiro. Toda a submissa bondade africana como que se apurava no cadinho do seu coração generoso. E por isso não recusou o convite, antes

1) — *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 38, p. 358. Pedro Artur, já velho e quase cego, morreu estupidamente assassinado por soldados da Polícia, jagunços assim vestidos pela Revolução do Juazeiro. Noite de 6 de julho de 1914. Em 1882 mudara de residência para Manaus, onde fez parte da firma Freitas Sobrinho & Cia., exportadores. Não assistiu, assim, à vitória de 25 de março de 1884. Muito depois voltou para o Ceará.

2) — *Loc. cit.*, vol. 48, p. 144. Isac do Amaral, por engano, dá a Napoleão o nome de Antônio José e o afirma capataz da Casa Boris. São palavras suas: — “Nos memoráveis dias das greves dos jangadeiros, 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, Francisco José do Nascimento, depois cognominado Dragão do Mar, nenhuma parte tomou no trancamento do porto de Fortaleza e sim Antônio José Napoleão, um liberto, chefe das capatazias da Casa Boris Frères e pessoa de grande prestígio entre a classe marítima praieira, com o concurso de Pedro Artur de Vasconcelos, empregado da Casa Singlehurst, e também prestigioso e influente entre os trabalhadores do mar, que prestou o primeiro maior serviço ao meu irmão José do Amaral e aos seus poucos companheiros, conseguindo o resultado colimado — a greve, o que deu colossal realce à cruzada abolicionista, surpreendendo todo o País.” (*O Nordeste*, ed. de 24.3.1934). Noticiando os fatos do dia 26, a *Gazeta do Norte* destaca: — “À frente da greve dos lancheiros contra o embarque de escravos achava-se o liberto José Napoleão que, há poucos anos tendo conquistado sua liberdade, consagrou-se com incansável dedicação ao sublime dever de libertar suas quatro irmãs, o que conseguiu à custa de esforçadas lides.”



aceitou o apelo com ostensivo e sereno gosto e mais satisfação íntima por ver-se instrumento também do sagrado desígnio de acabar de vez a dor e a vergonha dos grilhões e do tronco.

A noite de 26 não os deixou dormir, nem a muitos mais — Antônio Cruz, Antônio Martins, José Teodorico, Antônio Bezerra, Isac do Amaral, João Carlos Jataí. Aos três últimos coube aliciar gente, em maior quantidade possível, para achar-se na praia na hora do embarque. Da greve dos jangadeiros se encarregaram os outros. E, se viesse a falhar, aos elementos aliciados do povo tocaria promover desordem momentânea, de modo a poderem fugir os escravos.

Mais de mil e quinhentas pessoas “de todas as classes e condições” afluíram ao local no dia 27 e foi com o espanto dos traficantes de negros que se ouviu o clamor — “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”

“Esta resposta terminante e decisiva — comenta o *Libertador* — partiu ao mesmo tempo de todos os lábios. Não se sabe quem primeiro a proferisse. Era uma idéia que estava em todas as inteligências, um sentimento que brotava em todos os corações.

“É de ver como desapontados ficaram aqueles indesejados negociantes e, por mais que recorressem a oferecimentos de toda sorte, até mesmo às ameaças, nada obtiveram. Repelidos, vaiados, provocaram a interferência oficial para garantir-lhes o direito de mandar a sua *mercadoria* e para tanto veio à praia um oficial, com praças da polícia, mas sem proveito qualquer. Apenas, muito cedo, haviam embarcado nove *peças*, porém dessas os libertadores, por meios legais, retiraram algumas, entre elas, do vapor “Pará,” uma infeliz mãe ‘semi-nua e quase morta a fome,’ com quatro filhas, despachadas no Maranhão para o Rio de Janeiro — todos desembarcados ‘debaixo da bandeira brasileira, ao som da música e ao ri-bombar de foguetes.”

No dia 30 havia de levantar ferro o “Espírito Santo” e — descreve ainda o *Libertador* — lá acorreram à praia os srs. Telésforo Caetano de Abreu, José da Fonseca Barbosa e os italianos Vicente Ferreira e irmão, levando consigo 38 cria-

turas humanas para exportá-las ao mercado do Sul. Novamente se recusaram os marítimos, apesar de pingues promessas de suborno e a cena se reproduz, com a vinda dos policiais, que nada adiantam. O próprio Inspetor da Alfândega e o Agente da Polícia Marítima se negam a transportar nas suas lanchas aqueles infelizes.

Houve a acusação de que os da Libertadora haviam subornado os jangadeiros mediante dinheiro farto. Porém nada mais se deu do que natural recompensa de prejuízos ocasionados pela suspensão dos seus trabalhos lucrativos, do seu pobre ganha-pão. E o dinheiro não foi abundante, pois Isac do Amaral confessa que, para tal fim, os libertadores se cotizaram, cabendo a José do Amaral e João Cordeiro quinhentos mil réis, cada um, e, também a cada um, duzentos mil réis a Pedro Borges, Frederico Borges, João Jataí, Antônio Bezerra e a ele Isac. (3)

“O povo celebrou a vitória da liberdade — utilizemos novamente a notícia do mesmo jornal, — percorrendo em passeata todas as ruas da cidade. A praia, que fora o teatro do acontecimento, viu ainda uma enorme massa de povo levantando vivas e cantando hosanas aos homens do mar. Mereciam essas homenagens eles que se elevaram acima de todos os interesses do dinheiro. Obraram por inspiração de sua própria dignidade e sentiram mais honra na estopa do jangadeiro do que nos panos finos do negreiro. Mais tarde, soava meia-noite, o povo repousava; e apenas os vedetas da liberdade rondavam o mar e velavam pela inviolabilidade do porto. Como ladrão noturno, o subdelegado da Conceição, Domingos Barbosa, vem à praia espaldeirar algumas pessoas enermes que ainda lá estavam.” (4)

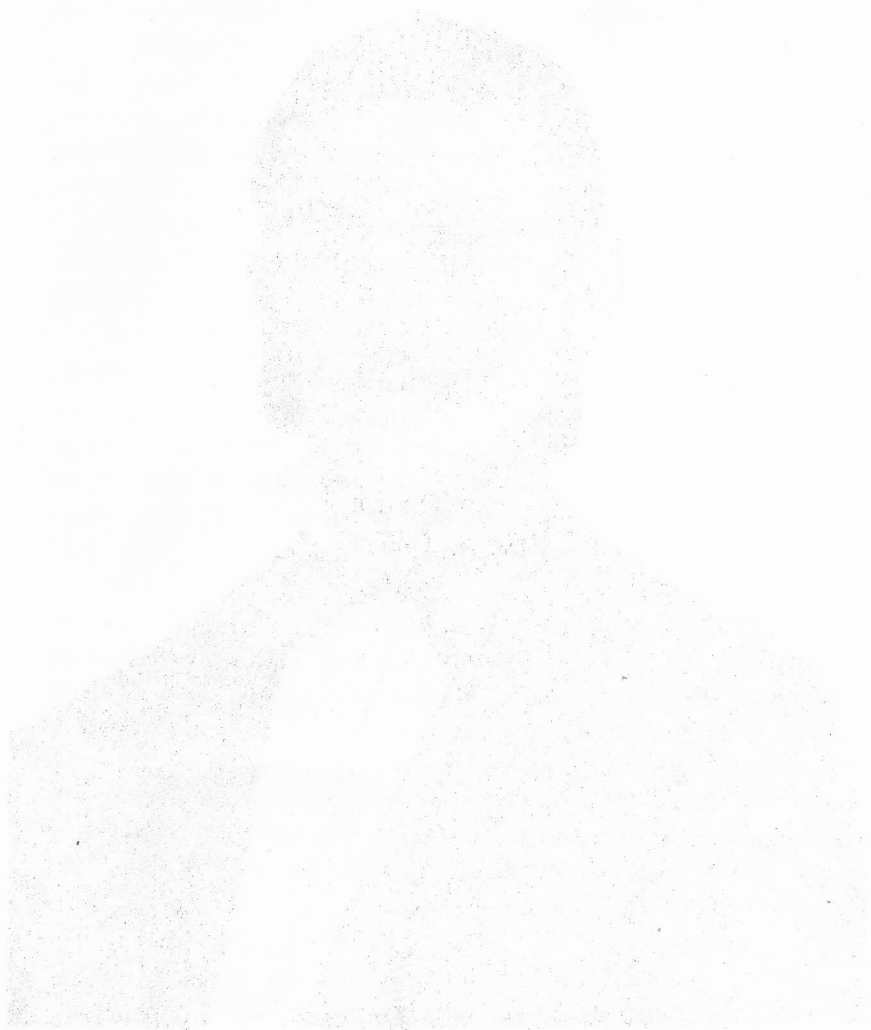
Restava aos negros melhor destino e os *liberteiros* o deram. Jataí, Bezerra e Isac — os três mosqueteiros, como eram apelidados, — souberam-nos guardados em prédio situado na esquina das atuais avenidas Pessoa Anta e Alberto Nepomuceno; e, noite avançada, penetram ali, pelos fundos da casa,

3) — Entrevista no jornal **O Nordeste**, de 24.3.1934.

4) — Citada edição de 7 de fevereiro.



PEDRO ARTHUR DE VASCONCELOS



00195740-00000000-0000

ocupados por um capinzal. Comunicando-se, em silêncio, com os escravos, acertaram com eles encher a casa de capim seco e simular um incêndio, ao mesmo passo que outros da Libertadora, principalmente José Marrocos, conjuravam tipos populares (José Basófia, José da Hora e Piau) para, na hora do fogo, provocarem o alarme.

Pela madrugada o incêndio começou. E, ao repicar dos sinos da Sé e da Igreja da Prainha, e ainda ao som das cornetas da Polícia, o povo se aglomerou em torno. Arriombadas as portas, verificou-se, com maior decepção dos traficantes, constantemente apupados, que a *mercadoria* havia fugido.

O “Espírito Santo” não os levou, e alguns que não estavam no incêndio foram transportados para Aracati, em cujo porto pretendiam embarcá-los.

Pedro Artur e José Napoleão alcançaram aquela vitória, mas a tradição lhes perdeu os nomes, que é preciso repor no lugar devido. Instado por José do Amaral para dirigir a campanha no campo praieiro, escusou-se o liberto escondido na sua exagerada modéstia, com esta resposta: “Seu Zezinho, tem aqui um que serve para o que o senhor quer: — é o Chico da Matilde.”

Chico da Matilde não era outro que Francisco José do Nascimento, aracatiense, homem de cor, exercendo o mister de Prático da Barra e encarregado do serviço de lanchas do comendador Luís Ribeiro da Cunha. Napoleão empurrava-o para a fama desde aquele momento, porque, consultado sobre a sua solidariedade à cruzada redentora, sem demora Nascimento a deu, embora com a reserva de que não poderia ir muito adiante, considerada a natureza do seu emprego. No entanto, pôs, ali mesmo, à disposição da causa, as duas jangadas que possuía.

Vale a pena ler este outro depoimento de Isac do Amaral: — “Nas greves da praia em 1881 tivemos, como principal mentor dos jangadeiros, o liberto Antônio Napoleão, caráter adamantino de abolicionista e de altruísmo fora do comum. Com o seu titânico esforço conseguiu, vintém a vintém, juntados avarentamente, até com sacrifício da alimentação, obter carta de alforria. Longe, todavia, de gozar mais folga-



Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar)

CAPÍTULO X

OS PRIMEIROS FRUTOS

A intensificação do espírito emancipador na alma da cidade, fortemente exacerbado pelos fatos de 27 a 30 de janeiro, patenteada nos inteligentes modos como se foram angariando numerários para o cofre das manumissões e nas alforrias gratuitamente feitas por donos de escravos, proporcionou aos libertadores a realização da magnífica festa de 25 de março.

Para guardar o sabor original das impressões, é melhor trazer para aqui, integralmente copiada, a sua descrição produzida pela pena elegante de José Teles Marrocos, um dos redatores do *Libertador*, sob o título — “No dia da pátria e da liberdade — A festa da libertação de 35 escravos.” (1)

“Graças a Deus!”

“Esteve pomposa e deslumbrante a festa que a sociedade Cearense Libertadora realizou no dia 25 de março.

“Jamais em seus cometimentos teve o Ceará uma adesão tão solene. Excedeu mesmo toda a expectativa o ato que num momento chamou a si todas as atenções e cativou todas as simpatias.

“Esboçamo-lo ao correr da pena.

“As cinco e meia da tarde, já uma multidão se agitava sob as comoções de uma grande novidade que preocupava todos os espíritos.

1) — *Liberador*, de Fortaleza, nº 7, de 3 de abril — Antônio Bezerra. **Op. cit.**

“Duas mil pessoas, seguramente, se achavam apinhadas desde as naves da Igreja do Rosário até o adro da praça.

“Ao ribombar dos foguetes que iam repetir aos ares o eco do alvoroço de um povo inteiro, a música da polícia desprendia as vibrações ruidosas de suas harmonias.

“De repente fez-se silêncio, e como no Sinai a multidão emudece para ouvir o verbo que irrompe dos penetrais do santuário.

“Era o Revmo. Dr. João Augusto da Frota que, em nome do Deus da liberdade, lançava a bênção à bandeira que os libertadores tinham de oferecer aos seus libertados.

“Em número de 35 formaram-se em semicírculo em derredor do altar e, de joelhos, imploraram aos Céus a confirmação do que se fazia na terra.

“Paraninfos do ato, os Srs. João Cordeiro e Luís Xavier de Castro recebiam do sacerdote e entregavam à veneração dos libertandos o estandarte abençoado.

“Saudaram-nos o povo com os ósculos de sua piedade, a música com a melodia de seus hinos; mais de uma cearense distinta desprendia do peito o cravo, a rosa, a dália. a sempre-viva para adornar de flores a bandeira da liberdade.

* * *

“No meio da comoção geral, grave, mas expansivo, assoma à tribuna, na porta principal da Igreja, o Revmo. Dr. Frota.

“Ele felicita aos libertandos pelo grande acontecimento que vai ter lugar, e roborando-lhes a fé na providência adorável de Deus, mostra-lhes que naquela mesma Igreja, onde choravam as amarguras do cativo e da proscrição, nasciam agora as flores da redenção e da liberdade. *Venciam os mártires!* — disse o orador; e na posse dos direitos políticos que lhes iam ser outorgados cumpria que cada um dos libertandos se elevasse tanto mais alto no conceito público quanto menos humano era o juízo que a respeito de escravos externam os defensores da escravidão.

“Sempre n’altura do assunto o orador falou eloquentemente sobre a necessidade do trabalho e da virtude como complemento característico da liberdade: terminou debaixo de uma chuva de palmas, ovações e cumprimentos.

* * *

“Desfilou então o povo em direção ao Pesseio Público.

“Marchavam à frente os 35 libertandos à sombra da bandeira que portava o seu representante, Ponciano Francisco de Paula.

“Em seu trajeto pelas ruas d’Assembléia e Formosa, receberam a mais bela e carinhosa ovação.

“Ao estampido de tantos foguetes, as melodias mais sonoras da música se vinham juntar às exclamações de um povo delirante de entusiasmo.

“Jovens cearenses, formosas deidades, sacudiam flores e acenavam com seus lenços brancos, enquanto o prolongado viva dos mais distintos cavalheiros reboava no espaço.

“A muitos veio a lágrima nos olhos denunciar a consolação interna que lhes transbordava n’alma.

“Ó! Viva a liberdade! E o eco estendeu-se até a amplidão dos mares.

“Era o solene momento. Nada faltou no concerto universal de tantas harmonias.

“Trovejou o canhão na fortaleza, saudando, ainda uma vez, o dia da pátria e da liberdade. Repicaram alegremente os sinos: o bronze sagrado também tomava parte da festa popular.

* * *

“O Passeio Público trajava todas as galas da mais pomposa solenidade. Seu pavimento tapetava-se de flores, suas árvores hasteavam bandeiras de todas as nacionalidades, suas alamedas adornavam-se de arcadas trinufais. Uma iluminação *giorno* e a capricho deslumbrava o espetáculo.

Três mil pessoas ali se apinhavam e ansiosas esperavam receber os libertandos. Ei-los que chegam acompanhados des-

de a igreja do Rosário pela música da polícia e pelo povo. Duas multidões se encontravam e se desafiavam em seu regozijo, nas expansões tumultuosas de seu entusiasmo. Tocavam as duas músicas, os vivas se trocavam simultaneamente e os fogos se revezavam no espaço.

“Era um desafio e uma porfia — ninguém quer ceder a palma.

“E por entre o imenso alarido sobe à tribuna o denodado abolicionista Antônio Bezerra. Seu discurso de recepção aos libertandos reverberava todo o calor do fogo sagrado da liberdade.

“— Entrem, meus amigos, exclama o orador; aqui é o templo da liberdade; não há senhores nem escravos: são irmãos que recebem irmãos, que vêm a luz da liberdade depois de longa e pavorosa noite de escravidão. Foram frenéticos os aplausos: Antônio Bezerra descia da tribuna nos braços dos amigos que o cumprimentavam.

“Outra voz se fez ouvir: em nome de Antônio Martins exclamava o sr. Frederico Severo:

‘Eis-vos aqui irmãos! — Pobres precitos,
Andastes presos à gleba do infortúnio,

Como o judeu da lenda...

Passastes quase a nado o Mar Vermelho!

Ó! Bendito sois vós, pai dos cativos,

Que nos destes uma tenda!

Entrai, irmãos! Chegai-vos à lareira:

É nosso todo o teto americano,

Como é nosso este ar e o coração.

Erguei bem alto a fronte — olhai em frente,

Ei-vos em face da família inteira;

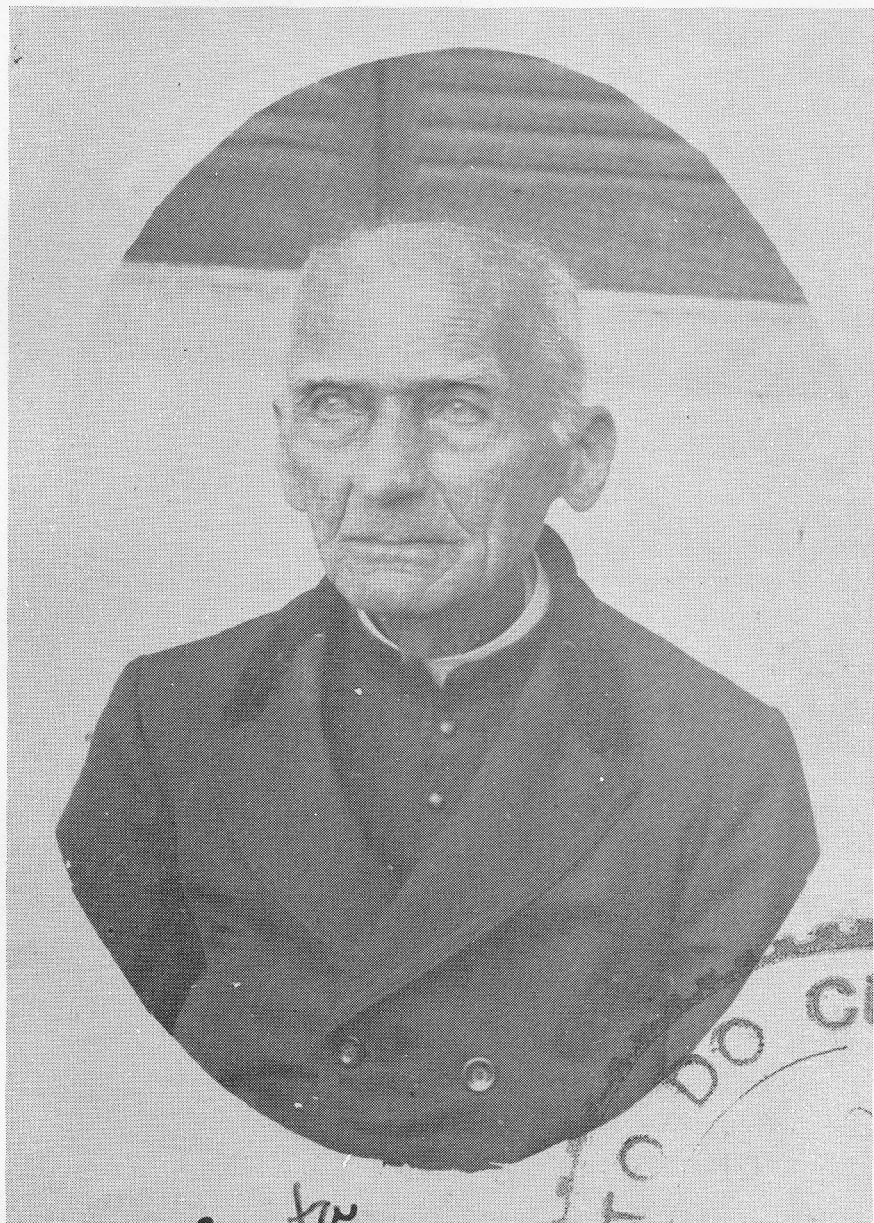
Este povo também é vosso irmão.

Vós fostes naufragados ao desterro

Em que o nosso batel vos foi tomar;

É esta a vossa pátria; o vosso berço

O Céu sereno, o serro azul e o mar!



Pe. João Augusto da Frota

E nós vamos de novo a pedra negra
Do caminho da pátria demolir;
Francos obreiros aos poucos aluindo,
Temos fé que ela em breve há de cair.”

“Uma estrepitosa chuva de palmas saudou Antônio Martins; prolongados aplausos laureavam o poeta e o abolicionista.

“O imenso auditório expandia-se ainda em sua manifestação de apreço, quando a palavra demostênica do Sr. Júlio César lhe conciliou a atenção.

“Subindo à tribuna, disse o orador:

“— Que contemplava o mais grandioso espetáculo! Que de um lado via o espectro da tirania a fugir de abismo em abismo, diante de um látego sanguinolento, como o condenado do inferno dantesco; do outro o arcanjo da liberdade, de pé sobre o dragão da escravidão a derramar a água lustral do batismo social em trinta e cinco frentes, há pouco cheias de estigmas e horrores, e agora cingidas de auréolas e visões fulgurantes; e por cima do espectro e do arcanjo, a imagem serena e ativa da pátria, apontando, aos cânticos e hosanas do progresso, o caminho do futuro.

— “Que o troféu vitorioso de tão sublime conquista da paz universal, empreendida em cruzada pelos batalhadores da santa causa da verdade humana, vale mais do que os despojos opimos acumulados por todas as gerações guerreiras, porque é o lábaro incruento de um povo; que a nódoa que as lâminas de azorrague imprimiam na face do mísero escravo é hoje a estrela dos novos Magos, que vão em busca do novo Redentor.

“— Que a missão da Libertadora Cearense é grande, muito grande, porque quebrar grilhões, despedaçar algemas, arrancar mordanças, demolir bastilhas, é a tarefa da luz, o mandato da geração moderna, que sai aos ímpetos oceânicos das revoluções, a levantar barricadas quando se forjam cadeias.

“— Que trinta e cinco escravos livres é uma constelação do progresso, queria dizer, trinta e cinco operários para a

luta gigantesca do século, que vê tiranos para os amaldiçoar com o verbo flamejante do anátema social.

“— Que a obra da Libertadora, cimentada de dedicações acrisoladas, é uma das estrofes do poema da humanidade, que será cantada pelos heróis de todos os tempos: pelos Tirteus de todos os povos.

“— Que, se os abolicionistas cearenses, intrépidos legionários da fraternidade humana, algum dia, por sobre as ruínas desta maldita instituição de trevas, encontrarem uma figura majestosa, a derramar dos olhos uma torrente de luz e dos lábios uma torrente de bênçãos, curvem-se perante ela. Será a pátria, a nova Cornélia, a bendizer os esforços de seus filhos, Gracos da liberdade, indicando com o gládio da justiça o céu da história.

“E concluindo:

“— Que a Libertadora Cearense soltasse aos ventos da América sua bandeira, essa bandeira feita de corações, que é a púrpura da mais esplêndida realeza — a realeza do bem; e batalhasse sem cessar até que pudesse dizer ao mundo inteiro: — No Brasil não há mais escravos.

“Ingente ovação felicitava ao valente tribuno, e já outra cena comovente se desenrolava aos olhos do espectador enternecido.

“Disputava-se a honra de dar o braço aos 35 libertandos e introduzi-los no Passeio Público. E eis o préstito imponente que desfila por uma alameda alcatifada de flores.

“Ao charivari harmonioso de duas músicas que tocavam a desafio e ao estampido atroador de mil fogos, se acotovelavam e se apinhavam duas multidões. Uma: que se havia concentrado no Passeio Público, precedia ao préstito. Outra: que estacionara do lado da Rua do Major Facundo, em frente ao arco triunfal da entrada, vinda após abrindo passagem entre os dois grupos, que do lado do quartel do 15.º e do teatro S. Luís também demandavam entrada no seio do imenso congresso.

* * *

“Chegou-se finalmente ao cenário que se havia preparado junto ao coreto da música e em frente ao botequim do Mr. Girard.

“Sobre o alto estrado que dominava toda a cena, senta-se o digno presidente da Sociedade Cearense Libertadora, o sr. João Cordeiro.

“Dispostos em semicírculo, rodeiam-no os membros da diretoria, d’um lado e d’outro, e à sua frente, a coluna dos libertadores.

“Abriu-se a sessão: em frases concisas mas que tudo diziam, o presidente fez ver que estava no domínio público o fim da esplêndida reunião.

“Seguiu-se-lhe na tribuna o Dr. Frederico Borges que falou inspirado. A frase rojou-lhe dos lábios veemente, impetuosa e arrebatadora. O orador demonstrou os valorosos serviços da Sociedade Cearense Libertadora, a atitude original e inimitável dos cearenses em face à questão do dia; e apelando para o — *res non verba* — condenou a infâmia dos negreiros que por inveja, despeito e interesses contrariados caluniavam os abolicionistas.

“Interrompido muitas vezes por estrondosos aplausos, desceu da tribuna debaixo de uma chuva de flores e de *bouquets* que lhe foram sacudidos à direita e à esquerda.

* * *

“Aos arroubos da prosa seguiram-se os mimosos eflúvios da poesia.

“O jovem acadêmico Antônio Olímpio colhia palmas exclamando:

“Pátria, Brasil, ergue um brado

Um brado augusto de luz,

Que nesta festa sublime

Vê-se a filha de Jesus!

É a virtude predileta

A redentora dileta

Que se chama — Caridade!

Que com suas asas douradas
Cobre essas frentes magoadas
E lhes dá a liberdade!

Sim! que esses pobres escravos
Nossos legítimos irmãos,
Que a tanto tempo choravam
São agora cidadãos!

— Têm já a liberdade
Lhes deu ela a caridade
Qu'em vossas almas germina!

— Salve sempre a caridade
Que lhes trouxe a liberdade
— Sublime deusa divina!

.....

Aos detentores mil palmas

.....,

“E mil palmas rebentaram frenéticas e estridentes.

“A multidão delirava de satisfação quando, à ordem do presidente, o Sr. José Teodorico de Castro, proclamou que iam ser libertados 35 escravos, cujos nomes omitimos por desnecessário ao nosso fim.

“Houve um momento de silêncio geral: ouviu-se apenas o marulhar das vagas do oceano.

“Uma surpresa invadira os ânimos e atacava de momentâneo torpor a tumultuária agitação daquela massa enorme.

“— Libertar 35 escravos de uma só vez era um cometimento de sacrifício que só a Libertadora Cearense tinha realizado!

“De todas as sociedades abolicionistas do Império, nenhuma fizera tanto em províncias mais ricas. A própria corte estava debaixo do Ceará.

* * *

“Comovido pela grandeza do acontecimento e penhorado pelo grande benefício, tomou a palavra o libertando Ponciano Francisco de Paulo.

“Lágrimas de reconhecimento cingem-lhe a palavra e orvalham a bandeira que ele, em nome de sua classe, oferece à Sociedade Cearense Libertadora.

“Beijando o estandarte da liberdade, quer entregá-lo de joelhos e oscular a mão do presidente da Libertadora. Mas não, ele não o consente: levanta-se, recebe o estandarte e abraça o oferente.

“Todos os libertandos inclinaram-se profundamente ante essa cena da igualdade humana — e as senhoras cearenses, umas acenavam com o branco lenço, outras sacudiam flores.

“É sob a emoção deste espetáculo novo que sobe à tribuna o Dr. João Lopes Filho. Confessando-se maravilhado por ver realizado naquele ato o mais belo e o mais poético de todos os sonhos — o da igualdade humana —, maravilhou também ao seu auditório o elegante orador.

“Não lhe faltaram nem palmas nem flores. Justa homenagem. Nunca se disse tão bem sobre as vantagens do trabalho livre e sobre o mútuo auxílio do homem ao homem sob a inspiração da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

* * *

“Prorrompeu então, com toda a majestade das grandes harmonias, e com a harmonia das grandes orquestras, o hino da Sociedade Cearense Libertadora:

‘Eia! às armas soldados dos livres,
Na vanguarda já soa o tambor!
Eis o mote do nosso estandarte:
— Liberdade aos cativos e amor.

CORO

Para sempre se apague da face
Da formosa auriverde bandeira,
Esse negro borrão que nos mancha
E que avilta a nação brasileira.

.....
Todo o mundo que atento nos ouve
Bate palmas aos nossos heróis,
Quando vir que não há mais senhores
Nem escravos na pátria dos sóis.’

“E um coro harmonioso e brilhante das melhores vozes repetia com a mais arrebatadora mestria:

‘Para sempre se apague da face
Da formosa auriverde bandeira,
Esse negro borrão que nos mancha
E que avilta a nação brasileira.’

“Alegre, marcial, poética e arrebatadora, a música do hino fez furor: o entusiasmo tocou ao delírio.

“Repetição! repetição! — foi o brado que partiu de todos os lábios. Momento supremo! Consumava-se a grande obra da redenção. Repete-se o hino.

“Entraram para o concerto as aclamações das turbas populares.

“O presidente vai, ao som da ruidosa harmonia, entregando uma a uma as 35 cartas da liberdade. Recebendo o precioso quirógrafo os libertandos lhe imprimiam o ósculo de seu amor, e depunham aos pés do Sr. João Cordeiro um lindo *bouquet* de flores.

“Vítimas de impetuosa sensação de alegria e de felicidade, alguns libertandos pareciam desmaiar ao contato deslumbrante da liberdade. Foi preciso ampará-los: ou duvidavam de sua felicidade, ou ela matava-os de contentamento inefável.

“E quando o estandarte da Sociedade Cearense Libertadora tremulava às brisas do mar, também espalhava-se no espaço a última estrofe do hino:

‘E que a água altaneira que voa
Pelo dorso dos cerros azuis,
Leve aos astros, na garra gigante,
A bandeira banhada de luz!’

“(A música e poesia desse hino são uma inspiração de Frederico Severo).

“Ouviu-se então um ruído sonoro, profundo e imenso como a voz do trovão que retumbasse de um polo a outro.

“Eram vivas a João Cordeiro, José Amaral, Antônio Bezerra, aos Albanos, José Barros, aos jangadeiros e a toda a Sociedade Cearense Libertadora.

“Seguiu-se a passeata no quadro do Passeio Público.

“Cinco mil pessoas, para marcharem, se dividiram ainda: uns à frente da música do 15.º Batalhão desfilavam à direita, outros com a música da Polícia à esquerda. As duas multidões encontraram-se, dá-se a fusão e eis um só povo e uma só passeata. Eram nove horas e meia da noite e o ato havia começado às 5½ da tarde.”

CAPÍTULO XI

O LIBERTADOR

Difícilmente se alui a opinião pública sem a alavanca da imprensa e bem o compreenderam os da Libertadora. Trataram de fazer o seu jornal e o lançaram corajosamente no dia 1.º de janeiro, menos de um mês decorrido da fundação da sociedade: “Por entre as brumas misteriosas da eternidade, o tempo fez sua evolução, e a terra nas expansões do seu júbilo saúda o Novo Ano. Aos primeiros albores de sua aurora celeste também surge na imprensa cearense um novo órgão de publicidade. Romeiro da esfera terrestre, cumprimenta o mensageiro celeste e, como ele, tem seu círculo a percorrer e sua missão a cumprir. Traça-lhes sua posição o programa que tem representado o jornalismo brasileiro. Nas suas lutas se debateram todos os interesses: a política e o comércio, as ciências e as artes, a indústria e a lavoura continuam a ter seus paladinos. Apenas foi esquecido quem tinha mais direito à solicitude do coração humano — o proscrito! Conviva infeliz, sentou-se ao banquete da vida para sofrer e morrer. A fera indomável da cobiça humana fez dele a sua vítima. Escravidou-o, vendeu-o, torturou-o e matou-o. Um milhão e quinhentos mil desses infelizes, crismados com o nome de cativos, ainda hoje não respiram livremente na pátria livre. 1822 negou-lhes o batismo da liberdade! Mais tarde mistificou-se, em seu detrimento, a lei de 7 de novembro de 1831 e prosseguiu terrorosa a mesma opressão. A consciência pública revoltou-se e a liberdade reclamou justiça. Entretanto, a lei de 28 de setembro de 1871 aludia à questão, mas não solvia a dificuldade. Com o país que se levanta em prol da mais santa das causas,

vem hoje o *Libertador* inscrever-se na liça de seus combatentes.” São estas as primeiras palavras da sua apresentação.

“De publicação quinzenal, este jornal é destinado à propaganda e interesses abolicionistas. Órgão da sociedade Cearense Libertadora, ele aceita qualquer publicação concebida nos termos do seu programa. Cada número avulso, 40 réis. Impresso na Tipografia Brasileira até o n.º 6, passando à Tipografia Cearense, mesmo local, rua Formosa, 19. Impressor: Joaquim Lopes Verçosa. Formato: 21,5x30 cm., 8 páginas. Seções: *Libertador*, *Gazetilha*, *Expediente*, *Folhetim*, *Literatura* e *Página do Povo*.

“Redatores: Antônio Martins, Antônio Bezerra de Menezes e José Teles Marrocos. Colaboradores, entre outros: Frederico Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, Almino Álvares Afonso, Abel Garcia e João Lopes.

“Manteve a sua publicação regular até o número 18, de 26 de agosto. Mais um número, em 28 de setembro, comemorativo da Lei do Ventre Livre e da fundação da Perseverança e Porvir; e outro, n.º 20, em 8 de dezembro, primeiro aniversário da Cearense Libertadora, nascida assim sob os auspícios da Imaculada Virgem, “mãe do louro sonhador da Galiléia.”

Esta explicação inicial: - “Não tem podido sair regularmente, como pretendíamos, o nosso órgão — o *Libertador*, em consequência da afluência de serviço na tipografia onde se imprime. Na quadra anormal que atravessamos, em que só se respira o ar mefítico da política, atarefadas que se acham as outras oficinas, cada qual mais empenhada em encarecer os bons ofícios de seus candidatos à apresentação nacional. A vista disto tratamos da aquisição de um prelo para a publicação diária do *Libertador*, que se ocupará da propaganda abolicionista, dos interesses do comércio, indústria e agricultura etc. Não se intrometerá com a política, essa asfixia da dignidade da nação, porque só curará de bem servir o país. Montada convenientemente a empresa, como esperamos, não terão mais os nossos assinantes razão de queixa pela irregularidade da publicação e desde já comprometemo-nos manter

ileza a integridade do nosso programa. Mais alguns dias e estaremos em campo ao lado dos grandes batalhadores, pugnando pelos interesses de todos. Havemos de cumprir a nossa palavra.”

Iria suspender fogo, por mais tempo que o esperado, o canhão abolicionista, porque somente voltou a falar em novembro de 1882.

“O *Libertador* volta hoje à imprensa — é do seu primo-editorial do n.º 1, segunda fase. Nas mesmas idéias do seu programa de 1 de janeiro de 1881, apresenta suas credenciais ao país e amplia sua esfera de ação. Com direitos a exercer e deveres a cumprir, abraça todo o assunto próprio da mentalidade humana. Exibindo, pois, n’arena não dissimula nas flores iniciadoras da retórica a sinceridade de sua missão e nem confia à sedução do estilo a exposição do seu pensamento. O *Libertador* fala a verdade nua e crua. Não quer enganar a ninguém nem ser enganado. Não enflora e nem enfeita o seu programa: codifica o *mandatum* que tem a desempenhar.”

E após outras considerações, termina: — “É esta a nossa bandeira. Depois de longos meses de ausência retemperamos n’adversidade e na luta a nossa coragem para hasteá-la bem alto. Mas cumprimos a nossa missão? E o que nos impedirá? Se o *Libertador* volta à imprensa, é porque tem todos os meios de independência na sua empresa tipográfica, na qual está sintetizada a Sociedade Cearense Libertadora. Seu órgão na imprensa não é instrumento de especulação alguma, política ou mercantil. Não visa lucros materiais e nem ambiciona o poder. Empenha-se, sim, com todas as suas forças, por todos os melhoramentos da sociedade e bem-estar do país que agniza à minguia de patriotismo. Ajude-nos a Providência e seja conosco o civismo cearense.”

Noutra coluna explicava: — “Fazendo sua estréia jornalística no 1 de janeiro de 1881, continuou sua publicação regularmente até 26 de agosto do mesmo ano. Mas inquieto na casa de mercenário, comprara muito caro o seu foro de cidadão na imprensa que também editava o expediente do

governo. Contando assim 18 números apenas, despendido tinha já de sobra quanto lhe bastava para a aquisição do melhor prelo manual. Todos os sacrifícios que lhe deviam valer sua independência, não podiam sequer ao menos garantir-lhe o direito de liberdade de imprensa. E depois os acontecimentos de 30 de agosto, traçando a linha divisória entre a vontade soberana do povo e o poder arbitrário do governo, acentuaram profundamente a necessidade de conferir ao *Libertador* todos os elementos de vida própria. Ele devia, pois, ter seu lar e sua tenda. A imprensa política é um oceano em tempestade. Qualquer jornal, estranho a suas lutas, que aí desfraldar seu estandarte aos ventos da publicidade, será sempre o ludíbrio do fluxo e refluxo de alheios interesses. O *Libertador* suspendendo sua publicação, nada mais fez que cumprir o seu dever. Bem longa, porém, foi a noite que passou sobre o povo abolicionista que proscrito, como o israelita, afirmava entretanto sua vitalidade à opressão de Babilônia...” E, mais para o fim: “O jornal que ontem não tinha onde reclinar a cabeça, dispõe hoje da mais completa oficina tipográfica da província. Mais longa também é a base do seu programa: não exclui a ninguém dos seus comícios e nem olvida o direito do proscrito que inscreve no número dos seus comitentes. Ressurgindo, pois, à publicidade, o *Libertador* já tem todas as condições de vida própria e, para viver, não precisa matar ninguém. Cesse, pois, toda prevenção. Como o Nathchez, ele acende o *calumet* da paz e saúda fraternalmente todos os seus colegas da imprensa.”

Reaparecera, com efeito, o *Libertador* em formato grande, de circulação diária e vespertina. Assinatura: 10\$000 por ano, na capital ou fora dela. Número do dia: 40 réis. Número já arquivado: 200 réis.

A sua tipografia, na Rua Major Facundo n.º 56, oferecia-se para preparar com prontidão qualquer trabalho concernente à arte tipográfica, com magnífico prelo a vapor, um prelo manual e uma máquina Magan, tudo material novo, sob a direção do mesmo Joaquim Lopes Verçosa. O prelo Standard Double Crown, fabricado por Fréderik Ullmer, viera de Londres pelo navio “Amazonense” e chegara ao Ceará

em 27 de agosto anterior. Foi o mestre Antônio da Rosa e Oliveira que o montou, com toda a perfeição e sem querer pagamento, alegando que o fazia por “estar prestando um pequeníssimo serviço à redenção dos cativos”. A chegada do mesmo prelo foi anunciada pela Libertadora em boletim, que terminava com estas quadras:

Na torpe selvageria
Da treva na escuridão
De raiva torcem-se os vis
NEGREIROS desta nação.

Deste povo cearense
Chegou no “Amazonense”
A voz da opinião.
Os ecos digam na serra:
De Alencar sobre a terra
Ressurge a luta em ação.

Os tipos e o prelo novo
Arcias pisam de cá.
Viva o povo cearense!
Viva o livre Ceará!
Salve, pois, libertadores,
Punhado altivo de bravos!
Nesta terra das palmeiras
Não pode haver mais escravos. (1)

Esteve o jornal sempre fiel aos princípios abolicionistas e após a vitória continuou a circular como órgão do Centro Republicano. Com o advento da República fundiu-se ao *Estado do Ceará*, órgão da União Republicana (partido da coligação comendador Acióli — Barão de Aquirás), para formarem *A República*, cujo primeiro número é de 9 de abril de 1892. O Partido Federalista resultou da contração do Centro e da União aludidos.

1) — Barão de Studart. *Para a História do Jornalismo Cearense — 1824-1924*. Fortaleza, Tjp. Minerva, de F. Carneiro, 1924, p. 76.

Durante o período de 1880-1884, começo e fim da guerra antiescravocrata, circulavam em Fortaleza, ora em paz, ora às turras com o *Libertador*, mas simpatizantes declarados da causa, os jornais *A Constituição*, *Pedro II*, *Gazeta do Norte* e também, mas em terreno contrário, o *Cearense*.

A Constituição, da ala do Partido Conservador chefiado pelo Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire) e um quase aliado, era dirigido por libertadores indúteis como Frederico Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, Almino Alvares Afonso. Tinha como redator-chefe Paulino Nogueira. Velha e tradicional folha diária, editava-se desde 24 de setembro de 1863.

Pedro II, o mais antigo, vinha de 12 de setembro de 1840 e nele escreviam, naquele tempo, Torres Portugal, Gustavo Gurgulino de Sousa, Luís de Miranda, Gonçalves de Lagos e Paurilo Fernandes Bastos. Era órgão dos conservadores partidários do Barão de Aquirás (Gonçalo Batista Vieira), alcunhados de *miúdos*.

A Gazeta do Norte, do Partido Liberal, facção no Ceará chamada *Pompeus*, porque era dirigida pelo Senador Tomás Pompeu e depois pelo seu genro Antônio Pinto Nogueira Acióli, tinha como redatores Tomás Pompeu Filho, João Lopes, Júlio César, João Brígido, Virgílio Brígido e João Câmara. Viera à publicidade em 8 de julho de 1880 e, com o triunfo republicano, transformou-se n' *O Estado do Ceará*, a partir de 21 de julho de 1890.

O *Cearense*, quase tão antigo como o *Pedro II*, pois começara a circular em 4 de outubro de 1846, era o jornal dos liberais obedientes ao Dr. Paula Pessoa e ao conselheiro Rodrigues Júnior. "Fazia oposição sistemática à campanha, no Ceará."

CAPÍTULO XII

O 30 DE AGOSTO

Os fatos ocorridos em 30 de agosto consolidaram o tranqueamento do porto de Fortaleza ao comércio espúrio. Governava o Ceará o Dr. Pedro Leão Veloso, que não ia muito com as ousadias dos libertadores, apesar de ter sancionado a resolução da Assembléia Provincial, sujeitando, nas estações fiscaes, a averbação de escravos que entrassem para a Província ou, a qualquer título alienatório, dela saíssem. (1)

Aconteceu que, tendo vindo a Fortaleza, o Sr. Camerino de Castro Meneses, filho do Major Facundo e residente no Pará, adquiriu duas escravas para seu serviço doméstico e pretendeu com elas voltar para Belém. Mas, sabendo da disposição dos *liberteiros* em relação ao embarque das negras, contratou o respectivo envio pelo porto do Acaraú, a fim de recebê-las no Maranhão.

Houvesse o que houvesse, os abolicionistas, reunidos em sessão, deliberaram que nenhum marítimo iria à praia no dia da chegada do vapor do Sul, medida — diziam eles — que visava a ressalvar o Sr. Camerino de qualquer odiosidade ou responsabilidade, em positiva homenagem aos manes de Facundo, seu pai e mártir da liberdade. José Luís Napoleão, auxiliado por Francisco Nascimento, fomentava a greve dos praieiros e arrancava as pedras dos calçamentos, postas em rumas, para dificultar a ação official, na passagem para a beiramar.

1) — A averbação custava 1:000\$000 no primeiro caso e 50\$000 no segundo.

Encontrava-se na capital cearense, por sua vez, um Sr. Magalhães, do Pará, que se esforçava por mandar para a mesma cidade de Belém alguns escravos comprados, tendo interessado no caso, por intermédio de João Brígido, a Chefatura de Polícia, não sem algumas relutâncias da parte desta.

Entretanto, o Dr. Torquato Mendes Viana, chefe da repartição, acabou cedendo e tomou a si efetivar o despacho de todos os negros, com o que afinal Camerino de Castro concordou.

Naquele dia 30, achava-se no porto o navio “Espírito Santo”, coincidentemente o mesmo dos acontecimentos de 27 e 30 de janeiro, e aos poucos o povo se aglomerou na praia.

Começaram os protestos contra o aparato militar do Chefe de Polícia. Se ele havia imposto — “ou os escravos embarcam ou corre sangue”, aí estava a resposta em boletim espalhado pela cidade: “Pois corra sangue!”

E a questão se colocou no ponto exato em que esteve nos passados dias de janeiro, quando, menos intransigente, presidia à Província o conselheiro André Augusto Pádua Fleury e era Chefe de Polícia o Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Faro. A solução só poderia ser a mesma: — não embarcar.

Duzentas e dez praças (guardas civis, polícias e soldados do 15.º Batalhão) postavam-se para manter o “princípio da autoridade”; mas os libertadores respondiam que 210 era, sem tirar nem por, o número de infelizes negros até aquele instante por eles declarados livres!

No auge da confusão, presente o próprio Dr. Torquato, as duas pretas do Sr. Camerino, sub-repticiamente, são metidas por João Carlos Jataí num carro trazido pelo *liberteiro* Cândido Maia e fogem todos em desabalada carreira.

O desapontamento da autoridade sobe ao desespero, quando verificava a fuga insólita, porém nada mais lhe é possível ordenar, naquela conjuntura. Uma desmoralização, aquele roubo! Excelente pasto à exploração pelos políticos da situação governista aquele desrespeito!

Elas por elas, reclamavam. Da tipografia dos abolicionistas saiu em boletim a “Torquatada”, versos chistosos e despretativos.

Do lado do governo, a reação andou célere, zangada agora, também, contra a oficialidade do Batalhão do Exército, que ostensivamente aderira ao emancipacionismo.

Foi que na noite de 25 se comemorava o aniversário natalício do Comandante, Coronel Lima e Silva, e os libertadores receberam atencioso convite para a festa a realizar-se na sua residência (Rua Major Facundo, esquina com a hoje Rua Pedro Pereira, n.º 131). Lá estiveram José do Amaral, Frederico Borges, Antônio Martins, José Marrocos, Francisco José do Nascimento e Antônio Bezerra, recebidos, ao entrarem, com um “Viva a Sociedade Cearense Libertadora!”, no qual “prorromperam, num brado forte e estridente”, os oficiais homenageantes.

“Sendo alta noite — narra Antônio Bezerra — ergueu-se da cadeira o Coronel Lima e Silva, e com a altivez de porte que lhe é peculiar, transportado ao mais nobre entusiasmo, falou e disse: — Senhores da Sociedade Libertadora: Adepto das mesmas idéias que sustentais em prol da liberdade dos escravos, eu empenho minha honra militar, garantindo-vos que a força sob meu comando não disparará um tiro sobre os libertadores —. Suas palavras foram acolhidas com uma salva de palmas. Os libertadores não cabiam em si de contentes; estava vencida a maior dificuldade da situação. Dentro em pouco se despediram levando os corações cheios de legítimo contentamento.”

“Na rua, pouco abaixo daquela casa, à mesma hora, pararam os libertadores — é Bezerra ainda quem escreve — e acordaram sobre a posição que se deveria tomar, caso morresse algum dos companheiros vitimados pelas balas do governo e ficou assentado sob juramento que Francisco do Nascimento, que não tinha filhos, assassinaria o Chefe de Polícia; e ele prometeu por sua honra. E na ocasião em que se pretendia embarcar as escravas ele, convenientemente armado, acompanhou sempre aquela autoridade em todos os seus

passos no trapiche, até que, partindo do porto o vapor “Espírito Santo” se retira a força, e o chefe dela que, ainda hoje é opinião nossa, fugiu por medo que não vira as escravas na ocasião em que passaram do interior do trapiche para o carro. Na praia havia não menos de seis mil pessoas que até o último instante gritavam desesperadamente: — No porto do Ceará não embarcam mais escravos! O Coronel Lima e Silva cumpriu a sua palavra. Não confiando o Dr. Torquato Viana na tropa de polícia às suas ordens para oferecer frente ao ajuntamento do povo apinhado nos arredores, mandou o empregado de sua Secretaria, Francisco Martins de Castro, ao Coronel Lima e Silva, a fim de que lhe enviasse as praças de que precisava, cujo número ignoramos, encarecendo urgência; mas o Coronel respondeu-lhe que sendo comandante de um Batalhão não recebia recados, e que tinha direito a que se lhe fizesse qualquer requisição tendente a serviço público por meio de ofício. Exacerbou-se o Chefe de Polícia e fez logo a remessa do ofício exigido. O comandante mandou tocar reunir, e só depois das quatro horas desceu a força de linha sob as ordens do Tenente José Joaquim Aires do Nascimento, que nos comunicou levava na bainha um pedaço de espada. Quando tomou posição na Rua da Praia, em frente ao mar, as negras já andavam longe, sendo agasalhadas em casa de Francisco Januário, à Rua de S. Sebastião, com fundos para a igreja de S. Benedito, de onde as tirou ainda Jataí para a casa da preta velha conhecida pelo nome de Tia Esperança, no corredor da Jacarecanga, entre o sítio do Comendador Luís Ribeiro e o de D. Virgínia Salgado. A polícia cercou e deu busca em casa de Januário, mas voltou, como se pode imaginar, de crista caída.” (2)

No relatório que apresentou ao Presidente Leão Veloso justifica-se Torquato Viana: — ... “Tratei logo de certificarme do que havia com relação ao embarque do Major Camerino e o encontrei com a família no trapiche, do lado oposto ao quarto do Guarda-mor e cercado por muitas pessoas, a maior parte conhecidas e suspeitas de parciais como pertencen-

2) — O Ceará e os Cearenses, cit., p. 60.

tes àquela sociedade ou partilhando suas idéias, segundo vim a saber depois.

“A frente dessa gente achava-se o Dr. Promotor Público, 2.º Vice-Presidente da Libertadora, e foi este quem com modo insólito se dirigiu a mim para fazer prevalecer esta Chefatura a desistência que ele e a gente da Libertadora tinham arrancado ao Major Camerino, por meio de vaías e ameaças que tinham sido postas em prática, justamente no momento em que tiveram aviso de que eu me aproximava.

“Em seguida, ronda-me o Guarda-mor da Alfândega, fazendo-me considerações sobre a conveniência de se aceitar a desistência do Major Camerino, no que o mesmo Guarda-mor se mostrava sobremodo interessado, alegando ser acertado evitar-se derramamento de sangue, que haveria infalivelmente se o embarque fosse realizado. Nesse ínterim, e sem que eu tivesse conhecimento, por um golpe, ao que parece, estratégico de que fui distraído por aquele aparte, fizeram desaparecer as duas escravas que ali se achavam sem eu saber e fora do alcance da minha vista, sendo conduzidas em um carro, sem que os agentes policiais pusessem-lhe qualquer embaraço nem tampouco me comunicassem isso.

“Convencido depois de que a concessão feita pelo Major Camerino fora até certo ponto constrangida, mandei dizer-lhe a bordo para onde já tinha seguido com a família, que efetuasse o embarque das duas escravas, certificando-me as suas respostas de que ele obrara sem inteira liberdade, por ter, além de tudo mais, incluído em seu âmbito as comoções por que passara, antes e depois de minha chegada, a família, a que os da Libertadora fizeram, como depois vim a saber, recordar a morte trágica do Major Facundo, pai do Major Camerino.

“A convicção da existência desse constrangimento ainda se me tornou maior quando, procurando saber onde existiam as escravas para fazê-las vir à minha presença, fui informado de que ali se achava com as praças da polícia quando teve lugar a retirada das escravas, estive bem longe de corresponder à minha expectativa e a ela principalmente devo

imputar o mau caminho que as cousas levaram, merecendo menos desculpa, pelo modo por que se houveram os intendentes Francisco Siqueira Mano e Francisco Ferreira do Vale"... (3)

O Chefe de Polícia indicava claramente, no seu ofício-relatório, o nome de alguns que deveriam ser punidos pelo delito da liberdade.

O Dr. Frederico Borges foi demitido da Promotoria (4), mas a causa não perdeu muito com isso porque ele passou a redator-chefe do jornal *A Constituição* e aí continuou a auxiliá-la fervorosamente. Demitidos foram igualmente Siqueira Mano e Ferreira do Vale, oficiais da guarda cívica. A Francisco do Nascimento cassaram as funções de prático e prático-mor da barra, bem como ao Dr. Almino Afonso as de Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda Geral. O Dr. Pedro Borges, que era médico do Corpo de Saúde do Exército, foi removido para a Colônia Chopin, no Rio Grande do Sul. Outros sofreram suspensão nos seus cargos e até corte nos vencimentos.

No entanto, o que mais feriu a sensibilidade cívica do povo foi a acintosa nomeação do Dr. Torquato Viana para 1.º Vice-Presidente da Província e a transferência do 15.º Batalhão para Belém.

A oficialidade desse Batalhão, na sua maioria contaminada do virus da libertação, havia organizado o Clube Militar Abolicionista e o mantinha animadamente. "Será erro supor-se que viemos colocar espada de Brenus em uma das conchas da balança em que se libra a opinião pública dividida em duas facções, e dizer com arrogância zaubra: *vae adversariis nostris* — declamava um seu representante na solenidade da libertação dos escravos de Pacatuba. "Não, nós fomos envolvidos pela onda irresistível da idéia, contra a qua

3) — Edmar Morel. *Dragão do Mar — O Jangadeiro da Abolição*, cit., pp. 83-85.

4) — Duque Estrada narra esses acontecimentos de maneira muito claudicante. (*A Abolição — Esboço Histórico, 1881-1888*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro Maurilo Editôres, 1918, p. 111).

tes àquela sociedade ou partilhando suas idéias, segundo vim a saber depois.

“A frente dessa gente achava-se o Dr. Promotor Público, 2.º Vice-Presidente da Libertadora, e foi este quem com modo insólito se dirigiu a mim para fazer prevalecer esta Chefatura a desistência que ele e a gente da Libertadora tinham arrancado ao Major Camerino, por meio de vaías e ameaças que tinham sido postas em prática, justamente no momento em que tiveram aviso de que eu me aproximava.

“Em seguida, ronda-me o Guarda-mor da Alfândega, fazendo-me considerações sobre a conveniência de se aceitar a desistência do Major Camerino, no que o mesmo Guarda-mor se mostrava sobremodo interessado, alegando ser acertado evitar-se derramamento de sangue, que haveria infalivelmente se o embarque fosse realizado. Nesse ínterim, e sem que eu tivesse conhecimento, por um golpe, ao que parece, estratégico de que fui distraído por aquele aparte, fizeram desaparecer as duas escravas que ali se achavam sem eu saber e fora do alcance da minha vista, sendo conduzidas em um carro, sem que os agentes policiais pusessem-lhe qualquer embaraço nem tampouco me comunicassem isso.

“Convencido depois de que a concessão feita pelo Major Camerino fora até certo ponto constrangida, mandei dizer-lhe a bordo para onde já tinha seguido com a família, que efetuasse o embarque das duas escravas, certificando-me as suas respostas de que ele obrara sem inteira liberdade, por ter, além de tudo mais, incluído em seu âmbito as comoções por que passara, antes e depois de minha chegada, a família, a que os da Libertadora fizeram, como depois vim a saber, recordar a morte trágica do Major Facundo, pai do Major Camerino.

“A convicção da existência desse constrangimento ainda se me tornou maior quando, procurando saber onde existiam as escravas para fazê-las vir à minha presença, fui informado de que ali se achava com as praças da polícia quando teve lugar a retirada das escravas, estive bem longe de corresponder à minha expectativa e a ela principalmente devo

imputar o mau caminho que as cousas levaram, merecendo menos desculpa, pelo modo por que se houveram os intendentes Francisco Siqueira Mano e Francisco Ferreira do Vale"... (3)

O Chefe de Polícia indicava claramente, no seu ofício-relatório, o nome de alguns que deveriam ser punidos pelo delito da liberdade.

O Dr. Frederico Borges foi demitido da Promotoria (4), mas a causa não perdeu muito com isso porque ele passou a redator-chefe do jornal *A Constituição* e aí continuou a auxiliá-la fervorosamente. Demitidos foram igualmente Siqueira Mano e Ferreira do Vale, oficiais da guarda cívica. A Francisco do Nascimento cassaram as funções de prático e prático-mor da barra, bem como ao Dr. Almino Afonso as de Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda Geral. O Dr. Pedro Borges, que era médico do Corpo de Saúde do Exército, foi removido para a Colônia Chopin, no Rio Grande do Sul. Outros sofreram suspensão nos seus cargos e até corte nos vencimentos.

No entanto, o que mais feriu a sensibilidade cívica do povo foi a acintosa nomeação do Dr. Torquato Viana para 1.º Vice-Presidente da Província e a transferência do 15.º Batalhão para Belém.

A oficialidade desse Batalhão, na sua maioria contaminada do vírus da libertação, havia organizado o Clube Militar Abolicionista e o mantinha animadamente. "Será erro supor-se que viemos colocar espada de Brenus em uma das conchas da balança em que se libra a opinião pública dividida em duas facções, e dizer com arrogância zaubra: *vae adversariis nostris* — declamava um seu representante na solenidade da libertação dos escravos de Pacatuba. "Não, nós fomos envolvidos pela onda irresistível da idéia, contra a qua

3) — Edmar Morel. *Dragão do Mar — O Jangadeiro da Abolição*, cit., pp. 83-85.

4) — Duque Estrada narra esses acontecimentos de maneira muito claudicante. (*A Abolição — Esboço Histórico, 1881-1888*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro Maurilo Editores, 1918, p. 111).

as nossas baionetas seriam diques fraquíssimos e a quem não nos era materialmente possível fuzilar na praça pública com as balas fundidas à custa do suor do povo que é soberano.”

Serviu de pretexto para a remoção esse entusiasmo, sem qualquer sombra de ilegitimidade, por um pensamento que se verificava, instante a instante, até na cabeça veneranda do Imperador. O Batalhão teve que seguir. A imprensa verberou contundentemente o ato do Ministro da Guerra: o *Libertador* e *A Constituição* rebatiam com veemência as justificações que O *Cearense* e a *Gazeta do Norte* ensaiavam em defesa da decisão ministerial e da atitude complacente do novo Presidente da Província, Dr. Domingos Antônio Rayol, no fazer embarcar, quanto antes, aquele corpo de tropa.

Para nada prestou o telegrama que as Senhoras Libertadoras dirigiram ao Monarca pedindo a revogação do decreto, nem o gesto do povo colocando-se ao lado dos soldados com a intenção ingênua de os não deixar retirara-se.

Na manhã de 6 de março de 1883 o transporte de guerra “Purus”, vindo especialmente para isto, recebeu-os e levou-os acenando eles os seus lenços de despedida aos carenses, à Cearense Libertadora, às Libertadoras Cearenses, ao Clube dos Libertos, todos na praia testemunhando-lhes as suas homenagens e manifestações de saudade.

O Pará, pelo seu jornal *Diário do Grão-Pará*, de 14 daquele mês, saudava-os: — “Os leitores conhecem já os motivos que determinaram a troca desse corpo (o 15.º) com o 11.º que estacionava nesta Província. O 15.º Batalhão vem degredado em virtude da atitude, francamente abolicionista, que tomou no grandioso movimento que glorifica a terra de José de Alencar. Soldados da Nação, defensores das instituições e guardas dos mais elevados interesses, oficiais e praças do batalhão compreenderam perfeitamente o seu posto quando o mais santo entusiasmo proclamava a libertação do Aca-rape, S. Francisco, Pacatuba e preparava a da Capital. Eis todo o seu crime. Veio por isso degredado para a Amazônia, como se nesta região a idéia abolicionista não precisasse do poderoso concurso dos herói desterrados. Aqui vem o brioso

batalhão encontrar a mesma família e nós em nome dos abolicionistas da Amazônia, saudamo-lo com expressão da mais viva simpatia.”

Serviu de pretexto para a remoção esse entusiasmo, sem qualquer sombra de hesitação, por um pensamento que se verificava, instante a instante, até na cabeça veneranda do Imperador. O Batalhão teve que seguir. A imprensa verborrágica e o Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Guerra, o Congresso, a Constituição, a opinião pública, as instituições que o Brasil e a Gazeta do Norte ensaiavam em defesa da desobediência ministerial e da atitude complacente do novo Presidente da Província, Dr. Domingos Antônio Rayol, no fazer cumprir, quanto antes, aquele corpo de tropa.

Para nada preteriu o telegrama que as Senhoras Libertadoras dirigiram ao Monarca pedindo a revogação do decreto, nem o gesto do povo colocando-se ao lado dos soldados com a intenção ingénua de os não deixar retirar-se.

No manhã de 6 de março de 1883 o transporte de guerra “Purus”, vindo especialmente para isto, recebeu os e levou-os acenando eles os seus lenços de despedida aos carneses, às Garças Libertadoras, às Libertadoras Carneses, ao Clube dos Libertos, todos na praia testemunhando-lhes as suas homenagens e manifestações de saudades.

O País pelo seu jornal Diário do Grão-Pará, de 14 de quele mês, saudava-os: — “Os leitores conhecem já os motivos que determinaram a tua desobediência (o 15º) com o 11º, que estacionava nesta Província. O 15º Batalhão vem de longe em virtude da atitude francamente abolicionista, que tomou no grandioso movimento que glorifica a terra de José de Alencar. Soldados da Nação, detentores das instituições e guardas dos mais elevados interesses, oficiais e praças do batalhão compreenderam perfeitamente o seu posto quando o mais santo entusiasmo proclamava a libertação do Acre, do S. Francisco, Pará e do Brasil. Vio por isso deitado para a Amazônia, todo o seu crime. Vio por isso deitado para a Amazônia, como se nesta região a ideia abolicionista não precisasse do poderoso concurso dos heróis de lá. Aqui vem o prisioneiro

CAPÍTULO XIII

NÃO SE ESCOLHERIAM MEIOS

Enquanto não reaparecia o *Libertador*, os bravos luzeiros da libertação assanhavam os seus métodos de conseguir alforrias.

Era dos estatutos que “um por todos e todos por um” e que não se escolhessem meios para atingir o fim.

Cada vez mais se angulavam os dois caminhos — o dos *carbonários* e o dos *à sombra da legalidade*, como passaram a ser denominados ou outros, os menos assomados. *Miranhas*, como lhes chamavam, acomodatícios, ou na verdade escravocratas. A denominação pejorativa popularizou-se, e o velho Piauí, um desses curiosos tipos de rua, “pau para toda obra,” era bem o símbolo dessa popularidade humilhante. Vivia o Piauí a vender frutas, em enorme tabuleiro à cabeça, e “apregoaava com muito chiste pelas ruas da Capital, com voz que era ouvida em todo o quarteirão:

Que pinhas bonitas

Que pinhas tamanhas!

Eu dou aos amigos

E não vendo aos MIRANHAS.” (1)

Não dormiam os da Libertadora e não perdoavam, que a luta era de “matar ou morrer.” E também de roubos e furtos da *mercadoria* execrável.

Os Amarais, José e Isac, com a velha mãe e as irmãs, distinguiram-se nesses “crimes”. Transformaram a sua chácara

1) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 48, p. 45.

do Benfica (2) e os sítios dos Barreiros e Porangabuçu em esconderijo dos “objetos roubados.”

Isac dedicava-se ao mister de construtor e, como tal, mantinha contato com muitos operários e estabelecia muitas relações de negócios e de amizade. Seria, necessariamente, elemento da primeira ordem nas investidas e excursões “criminosas,” e a sua atuação devia ser mais subterrânea que frontal, para não por muito a nu a estratégia do grupo.

Outro de ação destemerosa era José Marrocos, redator do jornal, jeitoso para os disfarces e manobras de detetive, tão expedito para certos golpes como Carlos Jataí, Cândido Maia e Antônio Bezerra.

D. Maria Correia do Amaral potrocinava os desvios de cativos e ajudava a escondê-los. Nos fundos da Casa-Grande (a chácara referida) fazia-se a primeira localização dos “roubados”, que dali saíam para a mata dos Barreiros e do Porangabuçu. Quando necessário, eram retirados para o interior, principalmente para sítios nas serras de Aratanha e Maranguape. O “São Francisco”, de Terto Cabral; o engenho “Rio Formoso”, de José Correia de Melo; o “Ipioca”, dos avós maternos dos Amarais; o “Macapá”, de Manuel Antônio de Figueiredo, eram lugares de depositar as peças deviadas dos seus donos. As comunicações telegráficas, sempre cifradas.

Escravos roubados na Capital eram mandados geralmente para aludidos sítios ou outros de confiança. Os do interior, guardados nos Barreiros e Porangabuçu. *Baldeação* é como se conhecia esse sistema de despistamento e de maior segurança. *Libambo* era a ação de roubar.

Não davam folga aos senhores os turbulentos “ladrões”, e tanto fizeram estes que se meteram em processo criminal rumoroso. Intentou-o, já farto de enormes prejuízos, o Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, norte-rio-grandense de Vila Flor, depois cidade de Canguaretama, porém já radicado em Fortaleza, aonde chegou a ser vereador, presidente da Câmara Municipal, deputado provincial e tesoureiro da Se-

2) — Hoje ocupada pelo Dispensário dos Pobres.

cretaria da Fazenda. Pai do Des. Joaquim Olímpio de Paiva e do General Vicente Osório de Paiva, cearenses ilustres.

Teies Marrocos, por mais de uma feita, trajado de guarda urbano, investiu contra a “propriedade” do Cel. Paiva e dizem que numa dessas sofreu bengaladas do Dr. Joaquim Olímpio, a esse tempo juiz substituto de Fortaleza. Mas acabou com êxito pleno, numa Quinta-feira Maior, noite em que, com Isac do Amaral, Carlos Jataí e Cândido Maia, “lunfaram” 5 escravos, com eles fugindo em cinco cavalos convenientemente arreados.

Notas deixadas à família por Isac do Amaral esclarecem que um destes possantes animais se chamava “Albatroz” e outro “Vapor,” e que a comitiva negra partiu para Maranguape com uma carta de instrução do Cel. Antônio Ribeiro do Nascimento, para encaminhá-los ao “Ipioca”. Não obstante seguidos pela polícia, chegou a bom termo a jornada perigosa.

Adiantam mencionadas notas que, dos cinco escravos do Cel. Paiva, um ficou nos Barreiros, porque não pôde acompanhar a mãe, e seguiu depois num carro de bois, escondido numa barrica de trigo vazia.

O processo do Cel. Brito Paiva encheu de comentários e interesse a Capital. Eram réus Marrocos, Francisco José do Nascimento, Antônio Bezerra, Isac do Amaral e Francisco Perdigão. Deviam responder pelo delito de furto e por indenização de dano.

Advogava o autor João Brígido dos Santos, e respondiam pela defesa dos acusados os Drs. Almino Afonso e Frederico Borges. As audiências, nos baixos do prédio do Intendência (local leste do antigo Abrigo Central), despertaram o máximo das atenções. Para aumentar o escândalo, os “delinquentes” apresentaram um rol de mais de dez testemunhas, instruídas para toda sorte de perguntas e respostas, no intuito de delongar e desmoralizar o estranho processo, já no espírito do povo considerado peça mais que burlesca.

Tornaram-se as mesmas audiências intermináveis e barulhentas, e João Brígido toda espécie de reclamação fazia

ao juiz, que ordenava providências, afinal inócuas. Uma chalaça os depoimentos, tudo agravado com o expediente engendrado por Isac do Amaral de mandar passar repetidas vezes pela porta do forum carroças de sua propriedade cheias de objetos de flandres, numa barulheira de ensurdecer. A um pretexto de Brígido contra semelhante desrespeito, alegou o juiz não lhe ser dado intervir no tráfico de veículos fora da sala da justiça. Testemunhas como José Basófia, Zé da Hora e Piauí depunham debaixo da mais desmedida hilaridade, eternizando a ação intentada, tais as suspensões e os adiamentos.

Até que onerado de despesas e saturado de dissabores, o Cel. Paiva recorreu aos bons ofícios de José do Amaral, de quem era amigo particular, e pôs término ao seu libelo, do que resultou a conquista de largo terreno para a campanha da Libertadora.

E assim aumentavam, hora a hora, as vitórias sobre o mal negro e foi dessa forma que a Libertadora se reencontrou com o *Libertador* em 2 de novembro de 1882.

As manumissões sucediam-se, gratuitas ou indenizadas, ampliando-se o movimento pelo interior da Província, calorosamente aceito.

Por outro lado, procurava-se dar golpe mais profundo, tornando o escravo economicamente inegociável.

Na Assembléia Provincial (sessão de 12 de julho), o deputado Raimundo Carlos da Silva Peixoto, representante do distrito do Aracati, submetia à apreciação da Casa projeto elevando para 1:500\$000 a taxa de exportação de cada escravo, fosse o dono domiciliado na Província ou não. Defendia a sua proposição relembrando que fora o aracatiense Pedro Pereira Guimarães o primeiro a cogitar, na Câmara Geral, da liberdade do ventre; que em 1868, na Assembléia Provincial, outro filho do Aracati — o deputado João Pinto de Mendonça propunha e se adotava a verba de 20:000\$000 para ser empregada em manumissões; e que ainda aracatiense era Júlio César da Fonseca Filho, no ano precedente autor do projeto convertido, afinal, na Lei n.º 1.937, de 5 de agosto,

obrigando e onerando a averbação de cativos entrados no Ceará, ou que a qualquer título mudassem de residência, de um para outro Município da Província.

O Projeto Peixoto entra em segunda discussão no dia 18, mas esta é adiada. Volta à baila no dia 24, quando uma proposta do deputado José Mendes Pereira de Vasconcelos o enxerta de emenda destinada a harmonizá-lo com a Lei n.º 1.937, citada.

Somente na sessão de 30 de agosto volta a Assembléia a apreciá-lo em terceira discussão.

Os Anais da Casa Legislativa não trazem o discurso do autor, porque ele não o devolveu. Mas incluem o de Justiniano de Serpa, em defesa da proposição e contrário a uma emenda de Francisco Marçal de Oliveira Gondim, que introduzia limitações à disposição primitiva do projeto “abrindo as portas aos abusos e crimes de que tem vivido a escravidão”. Chegava, de logo à conclusão: — O projeto visa a dar morte ao tráfico e a emenda morte ao projeto, e por isso a combatia.

Fê-lo com segurança de argumentação e arroubo d'alma, mostrando que às Assembléias Provinciais era reconhecida, constitucionalmente, competência para decretar impostos como o do projeto, e demonstrando que a “escravidão não se legitima perante as leis da natureza, nem tampouco perante a civilização moderna.”

“Devemos — afirmou entre aplausos — empregar todos os meios a nosso alcance para aproximarmo-nos do dia feliz e desejado em que se possa dizer numa estrofe de amor e de luz solta aos ventos do Céu: — no Ceará não há mais escravos!”

Relembrou a atitude dos moços da Libertadora em conjugação com os jangadeiros, enfrentando os arsenais de guerra do governo transportados para a praia e proclamou “sublime a ilegalidade do patriotismo cearense”, se ilegal fora a reação abolicionista.

Os deputados João Paulino de Barros Leal, Francisco Marçal, Antônio Gurgel do Amaral Valente não ofereciam des-

canso ao jovem aquiraense, porém ao seu lado firmemente discutiam Filipe Sampaio, Francisco da Mota Sousa Angelim e Martinho Rodrigues de Sousa.

“Quem pode legislar contra a Constituição pode acabar duma vez com a escravidão” — replicava João Paulino. “O escravo não é cidadão, não faz parte da comunhão brasileira, não pode ser votante” — gritava da sua cadeira Marçal. “Se a Constituição vale alguma coisa, ele não tem cidadania” — era a réplica de Amaral Valente.

“Se não é — treplicava Serpa — não demorará em sê-lo. Felizmente a geração que se levanta compreendeu que é tempo de furtar às justas censuras das nações civilizadas a nossa cara pátria. Já não está muito longe o dia do nosso júbilo — o da igualdade de todos os cidadãos.”

Quando Serpa se referia aos “nosso irmãos escravos” Marçal respondia que não era parente de nenhum. João Paulino pretendia com palavras sinuosas convencer que o imposto de 1:500\$000 por escravo era um roubo, um furto por meio violento, e Raimundo Peixoto retrucava que roubo é matar a liberdade.

Martinho Rodrigues doutrinava: — “O indivíduo que encontra em qualquer lugar aquilo que é seu, aquilo que lhe roubaram, tem o incontestável direito de reivindicar a sua propriedade. Pois o que nós queremos fazer é restituir aos cativos a liberdade que lhes foi tirada violentamente.”

Peixoto requereu, no fim, a votação nominal. O projeto é aprovado, mas com a emenda. A favor desta: — Arcádio Fortuna, José Mendes, Miguel Soares e Silva, Francisco Barbosa de Paula Pessoa, João Paulino, Francisco Marçal, Pedro Onofre de Farias, Francisco Delfino Ribeiro Montesuma, Belisário Cícero Alexandrino, Custódio Ribeiro Guimarães, Amaral Valente, José Gonçalves da Costa, Róseo de Oliveira Jamacaru e Antônio Pereira da Cunha Calou.

Contra a emenda: — Serpa, Martinho Rodrigues, Filipe Sampaio, Sousa Angelim, Luís Lamartine Nogueira, Pedro Jaime de Alencar Araripe, Antônio Moreira de Sousa, João

Carlos Augusto, Raimundo Peixoto, Sizenando Marcos de Castro e Silva, João Mendes da Rocha e José Martiniano Peixoto de Alencar. (3)

Na aludida legislatura de 1882 e sessão de 18 de julho o mesmo Serpa, avançando a sua audácia, requereu fosse enviada pela Mesa aos poderes públicos gerais a representação que, nos termos da indicação apresentada pelo deputado Júlio César da Fonseca, a Assembléia aprovara no ano anterior (10 de agosto), pedindo a abolição completa da escravatura no Brasil.

Ficara esquecida aquela indicação, mas era preciso levar à Corte o eco altamente ressonante da agitação libertária da pequena província do Norte.

“Indico que se represente aos poderes gerais sobre a necessidade da abolição imediata, definitiva e radical da escravatura, como meio de desenvolver o espírito do progresso, satisfazendo o direito, a justiça e a mais legítima aspiração do país e conciliando os interesses das raças pelo regime do trabalho livre.”

A idéia dilatava-se mais e mais, e a compressão só mais energia lhe podia imprimir. Na procela já se divisava o porto franco e alvissareiro dos triunfos delirantes.

Naqueles fins de 1882 já os *libertadeiros* ensaiavam consumir a liberdade total da primeira vila — a do Acarape, enquanto os outros, os da *sombra da legalidade*, se ajustavam na criação do seu núcleo catalítico — o Centro Abolicionista. Como resposta a este, a mulher cearense entrelaçava os corações e as energias nas esperanças e decisões da Sociedade das Libertadoras e, para fermentação maior, já cortava os mares, em busca do Mucuripe, o *Tigre da Abolição*.

3) — Anais da Assembléia Provincial do Ceará, t. XVI, 1882, pp. 446-458.

CAPÍTULO XIV

JOSÉ DO PATROCÍNIO NO CEARÁ

O crioulo procedente da Tia Justina e do Padre João Carlos Monteiro acedera de bom gosto à sugestão de Paula Nei, de ir ao Norte, até o Ceará, e aconchegar-se ali aos que, sem nenhum temor, combatiam a serpente lérnica da escravidão.

Chegou a Fortaleza com Alípio Teixeira, seu colega de redação na *Gazeta da Tarde*. (1) Ao Ceará vinha trazido pelo vapor "Ceará", que o povo, do trapiche de desembarque, olhava curiosa e ansiosamente, de modo bem diverso de quantas outras vezes o vira ancorar, na rotina de receber e entregar carga e passageiros. Era a manhã do dia 30 de novembro.

Com o povo e como componentes daquela gente singular, estavam a Libertadora Cearense e o Clube dos Libertos, que receberam o *Tigre* no abraço amplo e transbordante das chegadas. Desembarcava nas plagas cearenses a palavra mágica, o mar cheio dos triângulos brancos das jangadas, que comboiavam o navio.

"Quando ele pulou na ponte — recorda Elvira Pinho — um escravo o beijou e nós lhe cobrimos a cabeça de rosas, o que havia de melhor nos jardins da cidade. Chamaram-lhe de *Marechal Negro*. Lembro-me do seu encontro com Chico da Matilde. Os dois tinham quase a mesma estatura, sendo que a barba de Patrocínio era mais fechada. O tribuno co-

1) — Ao contrário do que afirmam Oswaldo Orico (*O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1931, p. 97) e Raimundo Meneses (*A Vida Boêmia de Paula Nei*. São Paulo, Livraria Martins Editora (S.A.) Paula Nei não acompanhou Patrocínio ao Ceará.

nheceu o chefe dos jangadeiros na sede da Libertadora — ‘Então, companheiro, o porto está mesmo bloqueado?’ Nascimento responde com firmeza: — ‘Não há força neste mundo que o faça reabrir ao tráfico negreiro!’ (2)

No Hotel do Norte, (3) diante o Passeio Público, ao som da música da Polícia, a recepção é fremente. Durante o almoço, em tom de banquete, Patrocínio é saudado por Frederico Borges, por Almino Álvares Afonso, Lourenço Pessoa e o médico João da Rocha Moreira, em rasgados elogios. O Dr. Moreira, dando o cunho simbólico da festa, alforriou o seu escravo Antônio.

Os agradecimentos do homenageado, “trêmulo de emoção”, talvez não possam ser descritos, naquele efeito arrebatador das orações dos grandes tribunos, quando falam dominados pelas grandes emoções e dominando ou melhor, excitando as emoções dos grandes auditórios, predispostos à exaltação.

“Em seguida o nosso ilustre amigo, acompanhado pelas sociedades Cearense Libertadora e Clube dos Libertos e grande concurso do povo — noticia o *Libertador* — dirigiu-se ao nosso escritório, onde foram, uma e muitas vezes, levantados vivas — calorosos e entusiásticos — à abolição da escravatura, à Cearense Libertadora, ao Clube dos Libertos, ao povo de Acarape, a José do Patrocínio...”

O gesto do Dr. João Moreira, libertando o seu escravo naquele repasto, foi tocante ao sentimento do *Tigre*, que lhe dedicou o soneto:

“Estávamos em festa. O riso, as expansões

D’entusiasmo e fé queimavam corações.

A vanguarda da luz, brilhante como aurora,

Era a um tempo águia e pomba gemedora.

Tinha a expressão gentil de uma paixão que chora;

Do moço Desmoulins a frase atrojadora.

E a Marselhesa, a voz das grandes revoluções,

Ribombava idéias em meio às explosões.

2) — Edmar Morel, *op. cit.*, p. 103.

3) — Hoje sede da Companhia de Eletrificação do Ceará (COELCE).

Nisto apareceu: Modesto companheiro,
O filho do Equador, no lábio hospitaleiro
Tinha um quê de alvorada; e ele assim falou:

‘Por vós e pelos meus, na festa da igualdade
Compareço também — e inteira liberdade
A um que foi escravo, ao pobre Antônio dou!’”

E a ele, José do Patrocínio, no jornal do dia 2 de dezembro, ofereceram estes outros versos, escritos com brasa, por um anônimo:

“Quando ele apareceu no campo das batalhas,
Saíram dos covis, das lúgubres sentinas,
Os negreiros cruéis, os trépidos canalhas
E amaram contra este as ‘cóleras divinas.’

— Aos fanchalhos do rir, às faces dos sicários
Opôs o peito nu, intrépido, valente,
E sem ouvir sequer os torpes mercenários
Foi vergastando a cara à fina flor da gente’.

— Da pena fez um gládio um rígido montante
Para quebar do escravo as gargalheiras vis,
E do verbo eloqüente a clava flamejante
Com que vai esmagando a turba dos servis.

— E quando ele aparece, as multidões da praça
Se curvam com respeito, admiração e amor.
José do Patrocínio — o novo redentor.”

Bem se pode calcular o júbilo dos libertadores com a presença do admirável Demóstenes nas flamejações da sua retórica derramadas a cada instante e nas conferências que pronunciava no pequeno Teatro São Luís, sempre rodeado de comissões da Libertadora e desenvolvendo temas alusivos à escravatura e à urgência de exterminá-la. As entradas eram pagas e o produto destinado às despesas com a indenização dos últimos escravos do Acarape.

As saídas triunfais formavam verdadeira massa humana, da porta do teatro à do Hotel, delirantemente aplaudindo o Negro sob as notas patrióticas da banda do 15.^o Batalhão.

No dia 13 — estamos em dezembro — chega a Fortaleza, vindo do Rio Grande do Norte em missão do Ministério da Guerra, o General Tibúrcio Ferreira de Sousa, convicto abolicionista e homem de cultura reconhecida, o que dá impulso às animações reinantes. Vinha com o seu secretário, igualmente amigo da abolição, Cap. José Joaquim Vasconcelos.

A Libertadora, quase em sessão contínua, aprestava as coisas para a solenidade do Acarape no dia do Ano-Bom, já muito próximo.

Abria-se uma subscrição popular e as contradições, maiores ou menores, não se interrompiam.

Lá estava numa das colunas do *Libertador*: “Para auxiliar o generoso e nobilíssimo movimento dos ilustres concidadãos do Acarape, abrimos hoje neste diário uma subscrição em favor da liberdade dos escravos que restam naquela florescente vila, destinado a ser o primeiro município livre da Província e do Império. Apelamos para a grandeza do povo cearense e muito confiamos que a sua generosidade se faça admirar neste cometimento que será a maior das glórias para o Ceará que, segundo reconhece toda a imprensa do Sul e do Norte, é a primeira província abolicionista do Brasil. Aceitamos com todo prazer e reconhecimento qualquer óbolo, que registraremos com a maior satisfação em homenagem ao nome cearense. A subscrição é de todos e só não contribuirá o desgraçado, cuja sorte é ser insensível a todo o sentido bom e humanitário em favor de uma idéia que, na frase do *Cearnense*, não conta um só inimigo.”

A relação é aberta pelo jornal com 200\$000 e o Clube dos Libertos assina 100\$000. Geminiano Maia, futuro Barão de Camucim, 50\$000. José Barbosa, Domingos Bento de Abreu, Vitoriano A. Borges, Cândido Maia e Sebastião Mestrinho, 10\$000 cada um. E em dias subseqüentes a lista cresce. A população do Acarape remete 300\$000. As conferências de Patrocínio tinham rendido 260\$000. O Cel. José Francisco da

Silva Albano (depois Barão de Aratanha) assinou 100\$000. Oficiais do 15.º Batalhão, 60\$000. Empregados da companhia de bondes “Ferrocarriil”, 28\$000. A capatazia de Antônio Paulo de Sousa, 12\$000. José Luís Napoleão e a sua capatazia, 50\$000. Um inimigo do trono e da senzala, 100\$000. Comendador Luís Seixas Correia, 50\$000. O Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva subscreveu 20\$000. Um sem-número de adesões.

Acarape havia sido escolhida para início das libertações coletivas pela sua relativa proximidade da Capital e facilidade dos transportes, por estrada de ferro, e porque era o município em que restava o menor número de cativos a alforriar. Trinta e dois apenas. (5)

O primo-editorial da edição de 25 de novembro era um apêlo aos acarapenses: “Depressa! Enquanto bruxoleia (a luz) do subsolo enegrecido, trevoso e resvaladio daqueles cérebros que tendem de todo a perder-se em uma desesperada escuridão sem termo — estendei-lhes a mão! . . .”

Na edição de 30 historia-se a visita no dia 26, àquela vila, da caravana da Libertadora: João Cordeiro, José do Amaral, Frederico Borges, Almino Afonso, Antônio Martins, José Marrocos — recebida no salão de honra da Câmara Municipal com flores, mimos e discursos impetuosos do advogado Deocleciano Ribeiro Menezes e do vigário Padre Luís Bezerra da Rocha. Depois, com fraternal almoço na casa de Antônio da Silva Matos e novas comedorias na do Cap. Francisco Benvido de Vasconcelos, onde falou o Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes. O jovem acadêmico Antônio de Matos Forte havia discursado por ocasião do almoço, fazendo a entrega de uma carta de liberdade.

Não havia tempo a perder nos preparativos da majestosa festividade. Do Acarape, a 28, chegou a Fortaleza uma comitiva que vinha combinar com os libertadores o programa respectivo: Gil Ferreira Gomes de Maria, José Raimundo Maravalho, Henrique Mendes Cavalcante, Antônio Guedes Souto Maior, Antônio da Silva Matos, Ismael Benvido de Vascon-

5) — Doc. cit., em 16 de dezembro, p. 2.

celos, Horácio de Holanda, José Barros Coelho, José Ildelfonso e Jacó de Castro e Silva.

O Libertador nesse mesmo dia dá férias aos seus operários e somente circulará a 1 de janeiro. Mas os redatores não dormem de tanto ir e vir, no *fervet opus* do seu trabalho organizador.

Patrocínio comunga de todos esses pequenos deveres e familiariza-se com a situação.

No dia 1, segunda-feira, o “órgão da liberdade” sai em formato e papel diferentes, com a primeira página toda em letras garrafais ocupada pelo quadro diretor da Libertadora:

FUNDADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 1880

DIRETORIA

João Cordeiro, Presidente; José Correia do Amaral, 1.º Vice-presidente; Dr. Frederico Borges, 2.º Vice-presidente; Antônio Bezerra de Menezes, 1.º Secretário; Antônio Dias Martins, 2.º Secretário; José Teodorico de Castro, Tesoureiro.

ADVOGADOS

Justino Francisco Xavier, Dr. Almino Álvares Afonso, Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes.

DIRETORES

Dr. Pedro Augusto Borges, Padre João Augusto da Frota, A. Cruz Saldanha, Isac do Amaral, José Albano Filho, Joaquim Lopes Verçosa, Alfredo R. Salgado, José Barros Silva, Auto Amâncio de Oliveira e Silva, José Joaquim Teles Marrocos, Padre Bruno Rodrigues de Figueiredo, Francisco José do Nascimento, João Carlos da Silva Jataí, Manuel Albano Filho, Demétrio de Castro Menezes, Francisco Lopes de Assis, Justiniano de Serpa e Teodorico Vitoriano de Brito.

SUPLENTES

Joaquim Dias da Rocha, Lourenço Pessoa, Filipe d'Araújo Sampaio, Antônio Amaral, Francisco Florêncio de Araújo, W. J. Ayres, Antônio de Oliveira, Joaquim Francisco dos Santos, Raimundo Matos e Raimundo Maciel.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

José do Patrocínio e Antônio da Rosa e Oliveira.

Na segunda página, artigo de fundo com ligeiro histórico da vida da Sociedade e a exaltação do que se vai passar no Acarape. Artigo de Almino Afonso com a epígrafe -- *Dies albo notando lapillo*. Versos de Antônio Martins à *redenção do Acarape* e suelto sobre a Perseverança e Porvir. Compromisso de que a sociedade das Cearenses Libertadoras daquela data em diante tomaria a si a tarefa de promover a liberdade completa do Município da Capital.

Na terceira, outro quadro destacado, com as diretorias, em grandes tipos das sociedades Cearense Libertadora, Sociedade Redentora Acarapense, Clube dos Libertos e Libertadora Artística Acarapense.

Na última, os nomes daqueles que aderiram à subscrição em favor da alforria dos últimos escravos do Acarape, com a nota de *continua*.

CAPÍTULO XV

O CENTRO ABOLICIONISTA E A CEARENSES LIBERTADORAS

As grandes aspirações muita vez se concretizam com o extravazamento dos ódios ou quebrando-se os diques do respeito às normas habitudinárias. Será preciso utilizar ferro candente ou violentar o sereno curso das ações e dos fatos e ir para diante, esmagando o lírio dos campos.

Os que não se adptam ao pisa-e-quebra dos sapadores de vanguarda tiveram que suportar a violência.

O ideal era o mesmo, elevado e profundamente humano, nem o negavam esses que se escudavam no seus *chi va sano, va lontano*; não sabiam safar-se das garras de interesses imediatistas e forçosamente haviam de aparecer aos olhos dos outros como reacionários ou indiferentes.

Eis por que nasceu o Centro Abolicionista. Como necessidade não mais adiável de congregar num organismo de maior solidez quantos o índice dos impacientes e tumultuosos apontava como embuçados e insinceros, jocosamente apelidados de *miranhas*, quixotes negreiros, inimigos da liberdade.

Fundou-se o novo grêmio em 19 do último mês do ano de 1882, nos salões do *Reform Club*, com o nome de Centro Abolicionista 25 de Dezembro.

No dia 21 o *Libertador*, sob o título mordente de “Sombras da Legalidade”, aponta os seus diretores: João Lopes Ferreira Filho, Júlio Cesar da Fonseca Filho, Joaquim Domingues da Silva, Dr. Meton da França Alencar, Joaquim Catunda, Antônio Leal de Miranda, Cônego João Paulo Bar-

bosa, Antônio Afonso de Albuquerque, Joaquim Januário Jefferson de Araújo, Dr. Guilherme Studart, Major Bento Luís da Gama, Dr Ernesto A. Lassance Cunha, Comendador Teodorico da Costa, Cel. José F. da Silva Albano, Antônio Pereira de Brito Paiva, Comendador Luís Ribeiro da Cunha, Padre Liberato Dionísio da Costa, Fausto Domingues da Silva, F. A. Garcia, Comendador Luís Seixas Correia, Tenente F. Pordeus da Costa Lima, Dr. Firmino José Dória e João da Fonseca Barbosa.

“Não se pode, porém, desconhecer, por um só momento, que foi um fator poderosíssimo da derrocada da escravidão”, escreve Júlio César. É preciso render-lhe a justiça que a História há de proclamar sem cessar como um canto da grande epopéia. “O Centro queria que a libertação fosse uma festa de concórdia, uma sinfonia de amor, e não um produto de discórdia uma pocema selvagem; queria que todos os brasileiros, irmanados e confundidos, numa união cordial, abrissem uma era, em ciclos áureos, à luz do Cruzeiro do Sul, fazendo do nosso patriotismo um monumento perena de grandeza moral. As cartas da liberdade, que ele conseguiu, contam-se por centenas muitas centenas.” (1)

Já agora, portanto, três eram os grupos de combatentes na Capital, cada um com a sua roupa e a sua fanfarra: a Libertadora, o Clube dos Libertos que se fundara, em 20 de maio (1882) e o Centro. (2) No interior, formara-se, em 8 de dezembro, a Sociedade Redentora Acarapense; em 14, a Libertadora Artística Acarapense.

Viria outro mais, o da valentia feminina, que já tardava.

A idéia de uma associação de senhoras incorporadas à campanha remontada aos dias embrionários da Perseverança e Porvir, e nem era crível faltassem na arena de tão bela

1) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 32, cit., p. 355.

2) — O Centro Abolicionista publicou em 13 de abril de 1883 enérgico manifesto, escrito por Guilherme Studart e no qual “encarece as múltiplas e grandiosas vantagens que acarretará à família humana a extirpação do cancro infeccionador do nosso organismo social, a extirpação da verruga que se implanta na nvea face da hodierna civilização”.

(Datas e Fatos, cit., p. 308-311).

competição, os encantos e o espírito das mães, esposas e filhas dos guerreiros da refrega abençoada.

A imprensa convidava-as, e a quem mais quisesse, para uma reunião, em a noite de 18, na chácara de José do Amaral, no Benfica a fim de organizar-se “uma sociedade abolicionista das distintas filhas do Ceará, das dignas irmãs de Iracema.”

A reunião efetivou-se e surgiu o novo exército, o “da grandeza da mulher com todas as suas fascinações.” Patrocínio, presente, soltou a frase: “É preciso fazer da fraqueza da mulher o mais forte de todos os poderes, a evangelização pelo encanto, a libertação pela magia da sua graça.”

Foi aclamada uma diretoria provisória: Diretora-Geral — Maria Tomásia Figueira Lima; 1.^o Vice-diretora — Carolina Cordeiro; 2.^a Vice — Luduvina Borges; 1.^a Secretária — Jacinta Augusto Souto; 2.^a dita — Elvira Pinho; Tesoureira — Eugênia Amaral; Diretoras — Virgínia Salgado, Maria Faria de Oliveira, Joana Antônia Bezerra, Isabel Rabelo Silva, Francisca Rangel Bezerra, Luísa Torres de Albuquerque, Francisca Borges da Cunha Mamede, Isabel Vieira Teófilo, Jovina Jataí, Branca Rolim, Francisca Nunes da Cruz, Francisca Jacuina do Nascimento, Jesuína de Paula Pimentel, Maria d’Assução dos Santos Castro, Maria Teófilo Martins, Stefânia Nunes de Melo, Marieta Pio de Castro, Nerina Martins de Sá.

A reunião terminou às duas e meia da manhã e durante ela foram dadas cartas de liberdade a seis escravos, em homenagem ao acontecimento.

O *Libertador* de 21 consagra-lhe o editorial mais importante: “Vós, Exmas. Senhoras Libertadoras, viestes completar, apressar o dia da nossa vitória. A alferena a ariverde da liberdade, por vossas mãos desfraldada aos ventos do céu, é um novo incentivo ao esforço e heroísmo, um talismã de graça e humanidade. A última luz de um vosso sorriso, a magia arrebatadora do vosso denodo civilizador e humanitário, acendem de novo, nos peitos dos combatentes, o amor da glória. Ao iluminado ambiente de vossa energia dissipam-se as últi-

mas brumas que toldam o céu de nossa Província, e nos horizontes repintados de flores aperolam-se as auroras boreais da Igualdade.”

Maria Tomásia era sobralense, descendente das tradicionais famílias Figueira de Melo, Xerez e Viriato de Medeiros, e em segundas núpcias casada com o abolicionista Francisco de Paula de Oliveira Lima. Apesar de não possuir grande cultura, tinha fáceis dons oratórios e sabia impor-se à consideração geral pelos seus dotes morais e presença de espírito. Não se fatigava no trabalho que lhe confiavam, inclusive este de dirigir uma associação como a recém-instalada. Deia disse Elvira Pinho: — “Era mulher extraordinária, intrépida e incansável a presidente das Senhoras Libertadoras. O seu papel no movimento abolicionista só se pode descrever satisfatoriamente em volume especial. Mulher dinâmica e ilustrada, Maria Tomásia foi a alma da campanha feminina desse feito que enobreceu o Ceará.” (3) Deve ser lido, de Gisela Paschen Schimmeppfeng — *Maria Tomásia — O Amor à Liberdade*, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1980).

Elvira Pinho, sua companheira de todos os minutos, nascera maranguapense, em 12 de julho de 1860, filha de Reginaldo Benévolo Ferreira de Pinho, sobralense, e Eugênia Correia de Pinha, pais, igualmente, de Jaime Benévolo, do General Francisco Benévolo e de Odilon Benévolo, oficiais do Exército Nacional, muito conhecido o primeiro pela decisiva interferência na proclamação da República, secretário que era do Marechal Deodoro. O último foi comandante do Batalhão Acadêmico na revolta de Custódio José de Melo. (4)

No momento da criação da sociedade, tinha Elvira, portanto, 22 anos de idade e exercia o professorado público primário na Capital. Dedicou-se mais tarde ao ensino de piano, mister em que se manteve até a velhice, pode dizer-se até a sua morte em 27 de agosto de 1946. Várias obras de assistência social contaram com os seus serviços, sempre altruisticamente prestados.

3) — **O Nordeste**, ed. de 24.3.1934, p. 14.

4) — Barão de Studart. **Dicionário Biobibliográfico Cearense**, vol. 1º, Fortaleza, Tipo-Litografia a vapor, 1910, p. 391.

Carolina Carlota Cordeiro, primeira consorte de João Cordeiro, teve como genitores o médico José Lourenço de Castro e Silva, que deixou renome nos anais da medicina e da política no Ceará, e Maria Amélia de Brito, do Rio de Janeiro. Nasceu em 19 de junho de 1852. Casou-se em 23 de janeiro de 1875 e faleceu em 4 de fevereiro de 1884, mãe de seis filhos, o último com apenas um mês de nascido. (5)

Eugênia Amaral, que veio a ser a esposa do comerciante Francisco Laurindo Souto Maior, era irmã de José do Amaral e prima de Elvira Pinho.

Jacinta Augusto Souto, mais conhecida por Dondon Souto, era de alta inteligência e superiormente instruída. Filha do Dr. Gonçalo Souto, que foi Senador Estadual e Deputado Federal em várias legislaturas.

A instalação solene da Cearenses Libertadoras efetuou-se no epifânico dia 6 de janeiro (1883), nos salões do Clube Cearense. Ocupada a mesa pelas Diretoras principais, começou a sessão com o hino da Libertadora, tocado pela música do 15.º Batalhão. D. Tomásia pronunciou “breve e lindo discurso” e a ela seguiram-se Jacinta Souto e Maria Augusta Ferreira de Sousa, consorte do General Tibúrcio. “Filha do Sul, a ilustre Senhora disse que sentia o mais intenso contentamento em trazer suas saudações às suas irmãs do Norte naquele concerto divinal das paixões patrióticas do coração da mulher.”

Depois veio à tribuna Emília Freitas, (6) beletриста inspirada, que “arrancou do auditório frenéticos aplausos” e cedeu a palavra ao Conselheiro José Liberato. O General Tibúrcio falou, logo após, “com a eloquência do gênio das vitórias e com a sinceridade da alma do soldado brioso, bravo e intrépido que é”.

5) — O **Libertador** dedicou-lhe toda a ed. especial de 5 de fevereiro.

6) — Sobre Emília Freitas leia-se Barão de Studart. **Dicionário**, cit., p. 242. O **Liberador** de 9 de janeiro publicou os discursos de Maria Tomásia. Dondon Souto e Maria Augusta. No jornal do dia 10 está a alocução de Emília Freitas.

Chegou a vez de José do Patrocínio e o silêncio, ouviu cada sílaba da sua oração coriscante. "Sua palavra ora causticava, com ferro em brasa, as consciências fementidas, ora subia às regiões do belo e encantava como uma música desenhada e doce."

Em nome do Centro Abolicionista, e entre palmas, o Dr. Guilherme Studart entregou, com precisas palavras, às Cearenses Libertadoras, uma carta de liberdade, que simbolizava a homenagem cordial do mesmo Centro.

Ouviram-se outros oradores: Almino Afonso, que deixou sobre a mesa, vibrantemente aplaudido, uma carta de liberdade oferecida em nome do Clube 22 de Dezembro e mais oito que, por seu intermédio, mandava, em honra da festa, o Sr. Barão de Ibiapaba. Antônio Bezerra, pela sociedade Mutualidade Auxiliadora, traz outra carta, o que também fez José Marrocos, tendo à mão outra, oferecimento de D. Eugênia Amaral, Tesoureira da Sociedade, que não pudera comparecer.

Discursou Frederico Borges para explicar que naquele dia Carolina Cordeiro, Luduvina Borges, Jovina Jataí e Maria Tomásia haviam, cada uma, obtido a alforria de uma vítima do cativeiro. Antônio Martins foi o intermediário de mais dois diplomas de libertação, um enviado para aquele momento festivo por D. Francisca Nunes da Cruz, esposa de Cruz Saldanha, e outro pela sociedade Perseverança e Porvir. Justiniano de Serpa interpretou os sentimentos da solidariedade do casal Joaquim Aurélio de Meneses, trazendo, em nome dele, a renúncia sobre a escrava Conrada.

Falaram, ainda, o acadêmico Jorge Vítor Neto; o Tenente Carlos de Alencar, este com a saudação da Sociedade Libertadora de Manaus; (7) João Cordeiro, portador de uma con-

7) — A Libertadora de Manaus fora instalada em sessão realizada em 24 de novembro de 1882 e presidida pelo Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da Província. A sua primeira Diretoria constituiu-se assim. Presidente — Tte. Carlos A. Peixoto de Alencar; 1º Secretário — M. Brígido dos Santos; 2º Secretário — M. J. Guedes; Tesoureiro — F.M. de Vasconcelos; Procurador — Antônio Cosme de Oliveira.



Maria Thomazia

cessão de alforria feita pela Sra. Edelvita Bezerra; Guilherme Perdigão, três cartas em nome de D. Aurélia Bomílcar, filha de Fenelon Bomílcar.

Novamente orou o Dr. Almino para depositar, nas mãos de Maria Tomásia, doze cartas concedidas pela Exmas. Sras. Francisca Monteiro Lima, Maria Emília Freire, Florinda Amaral, Francisca Rangel Bezerra, Rosa e Adelaide Figueiredo, filhas de Manuel Figueiredo, Joaquina Moreira Taborda, e pelos Srs. Des. João de Carvalho Fernandes Vieira, João Amaro Roque, Dr. Antônio Teodorico Filho, Major José Bernardo Teixeira e Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Meneses.

O *Cearense* esteve presente por seu redator Dr. José Pompeu; e uma comissão da Beneficente Portuguesa, felicitando-se pela instalação da ilustre sociedade, ofereceu a quantia de cem mil réis.

Já eram, até ali, setenta e duas as cartas conseguidas pela novel agremiação — dizia por fim João Cordeiro em voz alta, “num fluido elétrico que veio estremecer nos recessos daquelas almas inundadas da luz celestial do bem”.

cessão de alforria feita pela Sr.^a Edelvita Bezerra; Guilherme Perdigão, três cartas em nome de D. Aurélia Bomilcar, filha de Fendelon Bomilcar.

Novamente ouvi o Dr. Almino para depositar, nas mãos de Maria Tomázis, doze cartas concedidas pela Ex.^{ma} Srs. Francisca Monteiro Lima, Maria Emilia Freire, Florinda Amaral, Francisca Rangel Bezerra, Rosa e Adelaide Figueiredo, e filhas de Manuel Figueiredo, Josphina Moreira Taborda, e pelos Srs. Des. João de Carvalho Fernandes Vieira, João Amador Rodas, Dr. Antônio Teodorico Filho, Major José Bernardino Teixeira e Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes.

O Carente esteve presente por seu redator Dr. José Pompeu; e uma comissão da Beneficente Portuguesa, felicitando-se pela instalação da illustre sociedade, ofereceram a quantia de cem mil réis.

Já eram, até ali, setenta e duas as cartas conseguidas pela novel agremiação — dizia por fim João Cordeiro em voz alta, "num fluido eléctrico que veio estremecer nos recessos daquelas almas inundadas da luz celestial do bem".

CAPÍTULO XVI

ROSAL DA LIBERDADE

Foi o professor e jornalista Perboyre e Silva que a qualificou assim. A pequena vila do Acarape, no centro da planície que o rio Pacoti verdecera em cana-de-açúcar e pomares abundantes, oferecia-se como oásis florido, terno recanto de aprazimento aos olhos dos que a procuravam fugindo à agrestia do sertão combusto.

A etimologia opina seja indígena o nome, síntese de dois elementos mórficos: *acará* peixe e *pe* caminho ou canal (Martius); ou, segundo a interpretação de José de Alencar, “caminho das garças”, em língua tupi. Sendo o rio pobre de peixe — adverte Paulino Nogueira — é mais natural a última versão. (1) Mais tarde havia de chamar-se, necessariamente, *Redenção*, e o foi quando elevada à categoria de cidade, por lei provincial, n.º 2.167, de 1889. A sugestão deve-se ao bacharel Deocleciano Ribeiro de Meneses, advogado rio-grandense-do-norte, que ali fixara a sua vida de profissional e se familiarizara, no democrático apelido de Deó, aos costumes e necessidades dos habitantes simples do lugar.

Fora o Acarape escolhido para nele fincar-se, no solo da pátria enodada de escravatura, o primeiro alicerce da peanha da libertação. E marcada, como a orquestral introdução da Grande Festa que não tardaria, a data da confraternização dos povos.

1 de janeiro do ano de 1883.

1) — Revista do Instituto do Ceará, vol. 1, 1887, p. 212.

Manuel Fernandes de Araújo, escrivão das rendas gerais no Município, tivera que vir a Fortaleza recolher saldos na Tesouraria da Fazenda. Na Capital viu como avançava o movimento emancipador e, ao voltar, comunicou ao coletor Joaquim Agostinho Fraga o que observara e ambos transmitiram ao coletor provincial Antônio da Silva Matos a intenção de fazer-se algo mais positivo em prol dos escravizados. E deram os passos iniciais, o próprio Matos alforriando os três que possuía, exemplo imitado, espontaneamente, pelos outros senhores — Simeão Teles de Meneses Jurumenha, Gil Ferreira Gomes de Maria, Emiliano Cavalcante... (2)

A visita de membros da Cearense Libertadora completou o resto, pois o que faltava aos acarapenses de boa vontade — dinheiro para algumas manumissões, ela pressurosamente forneceu.

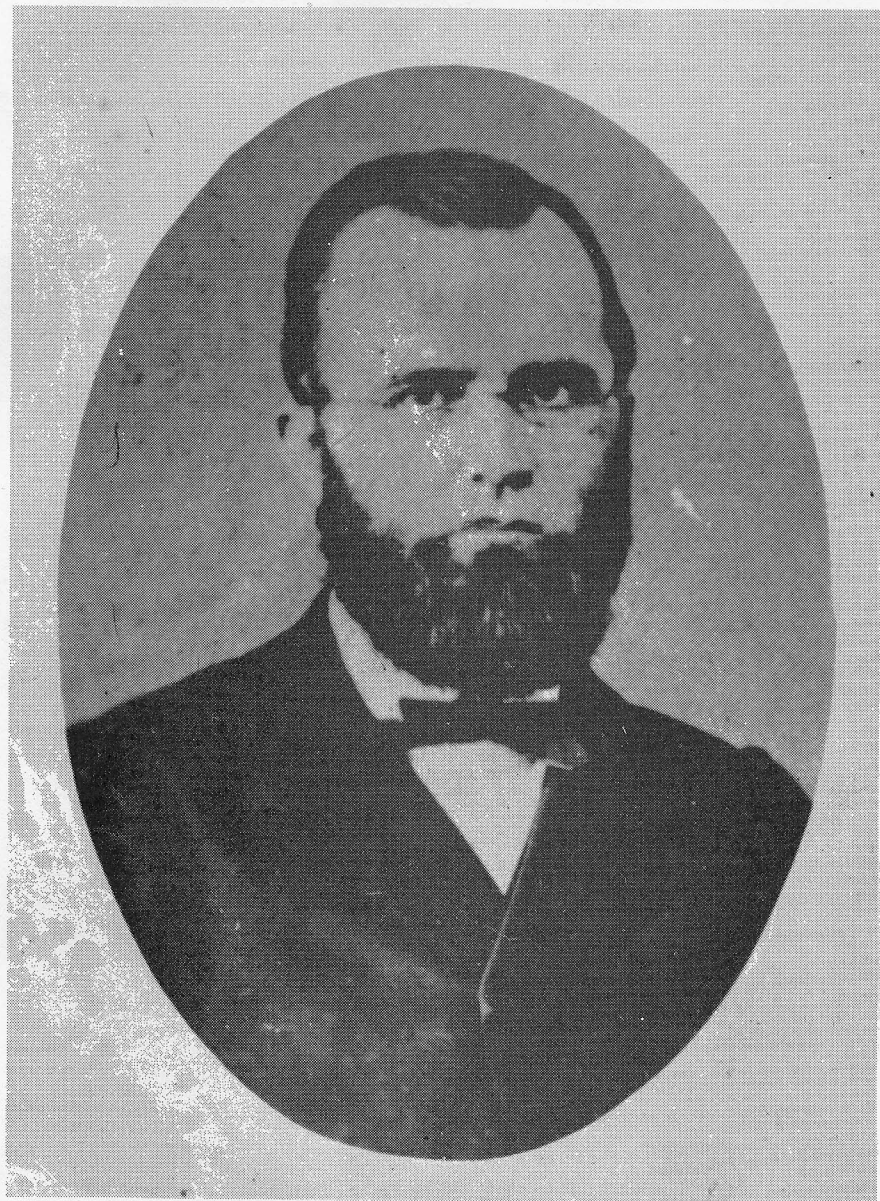
“Raiou afinal o dia ansiosamente esperado”. Para os brasileiros, uma data de simbolização orgulhosa, o dilúculo duma era nova da nacionalidade limpa do estigma que a diminuía no conceito mundial das gentes.

Cavava-se o primeiro chanfro na fortaleza contemptível e ainda inabalada que defendia, de unhas e dentes, a perversidade do homem de reduzir o semelhante à condição de bicho, na mais insolente afronta aos preceitos amoráveis de Cristo.

A mensagem de fé e de igualdade, como a de São Paulo aos coríntios, levando-lhes a essência dos novos evangelhos, iria ser trazida para o rosal virente pelos inquietos apóstolos da Libertadora, nos vagões da estrada de ferro puxados pela “Sinimbu”, que era também um símbolo de primazia, a número-um das locomotivas da empresa, e repletos de flores, de música, de perfumadas damas e cavalheiros de distinção.

Saída de Fortaleza às sete da manhã, às dez e meia tinha vencido a composição os 66 quilômetros da distância, derramando na estaçãozinha do Cala-Boca (hoje denominado Aca-rape), aquele grupo de predestinados.

2) — Entrevista de Joaquim Fraga no jornal **O Estado**, de Fortaleza, ed. de 25.3.1945.



Conselheiro José Liberato Barroso

Não é possível descrever o que de esperanças e confiança fervia no peito dos viajores e dos que afetuosamente os recepcionavam. Nem a confusão jovial da jornada, a cavalo e a carro de bois, em sucessivas levas, dali para o vilarejo feliz, a três quilômetros mais além. Nem os vamos-vamos das apresentações e das acomodações hospedeiras, que os anfitriões exageravam na incontinência da sua alegria.

“A Praça da Matriz semelhava um jardim: leques, palmeiras, crótons, arbustos floridos, bandeiras de variegadas cores a tremular nas fachadas dos prédios.”

As notas do Hino da Libertação cantavam no ouvido da turba, já plenamente cheia da própria música do seu arrebatamento.

Viera povo de todos os sítios e das localidades vizinhas.

Começou a sessão que iria solenizar a conquista alcançada. A cadeira da presidência é oferecida ao General Tibúrcio, que declina das honras porque deseja vê-la ocupada por um cearense altamente ilustre, estadista do Império, intelectual e jurisconsulto — o Conselheiro José Liberato Barroso, outro aracatiense que pusera à disposição da peleja todo o seu valioso penhor.

É, pois, o Conselheiro que dirige a assembléia, “uma festa de progresso e de civilização” — nas suas palavras mesmas.

Patrocínio fala: — “Para se conhecer da grandeza desta festa, basta vermos à cabeceira da mesa o Parlamento, representado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Liberato Barroso — o Parlamento é a idéia. A sua direita está a espada vencedora — o Exército Brasileiro, representado na pessoa do insigne General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa. À sua esquerda, a Igreja Católica, que convence das verdades eternas, representada condignamente pelo Revmo. Padre Silveira Guerra. Portanto, senhores, temos aqui três coisas distintas: a idéia que ilumina, a espada que vence e o sacerdote que convence.”

Depois vem Justiniano de Serpa: — “Estamos em plena Canaã da Liberdade!” Depois vem Almino Afonso, “a águia do Rio Grande”: — “Nenhum homem terá direito de pro-

priedade sobre outro!” Depois vêm mais oradores inflamados do entusiasmo que, em ocasiões como essa, os multiplica em número e os inspira em verbo.

No jantar-banquete, minutos depois, é que a retórica e a poesia se guindaram aos páramos da exaltação, num acúmulo de brindes e saudações, excitados pelos vinhos. As reportagens indicam:

“— Do Exmo. Conselheiro José Liberato ao brioso, denodado e heróico Município do Acarape.

“— Do ilustre deputado provincial Justiniano de Serpa aos Exmos. Srs. Conselheiros Liberato e General Tibúrcio.

“— Do preclaro General Tibúrcio à benemérita e invencível Sociedade Cearense Libertadora, que iniciou na Província e elevou ao mais esplêndido fastígio o movimento abolicionista.

“— Do Sr. Antônio Bezerra de Menezes aos intrépidos abolicionistas do Sul, solidários com os libertadores cearenses e representados dignamente na pessoa do eminente tribuno e jornalista José do Patrocínio.

“— Do Sr. João Cordeiro, como presidente da S.C. Libertadora, ao bravo e invicto General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa.

“— Do ilustre e talentoso vigário Luís Bezerra da Rocha, em nome do Município do Acarape, ao generoso povo libertador da Capital, representado dignamente na soleníssima festa da liberdade pelos convivas ali presentes.

“— Do distinto deputado provincial Martinho Rodrigues às Senhoras Libertadoras Cearenses, por seu amor e dedicação à causa sagrada da honra da pátria na redenção dos cativos.

“— Do Sr. Justiniano de Serpa ao eminente orador e grande abolicionista José do Patrocínio.

“— Do Sr. José do Patrocínio à Sociedade Cearense Libertadora, nas pessoas dos seus consórcios João Cordeiro, José do Amaral, Dr. Frederico Borges, Antônio Bezerra, Dr. Pedro

Borges, Antônio Martins, José Marrocos e aos dignos deputados abolicionistas Filipe Sampaio, Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa.

“— Do Dr. Frederico Augusto Borges à distinta Sociedade das Cearenses Libertadoras, na pessoa de suas digníssimas consócias Maria Tomásia Figueira Lima e Maria Correia do Amaral.

“— Do sr. Raimundo Teodorico, Secretário do Clube dos Libertos do Ceará, ao Clube dos Libertos de Niterói, na pessoa de seu benemérito presidente João Fernandes Clapp.

“— Do presidente da Libertadora Cearense, de Manaus, á Caixa Emancipadora Pedro Pereira, do Recife, e à Abolicionista Cearense, do Rio de Janeiro.

“— Do Dr. Almino Álvares Afonso às sociedades abolicionistas da Corte, que tantas provas de adesão e solidariedade têm exibido ao movimento libertador da Província do Ceará.

“— Do Sr. Justiniano de Serpa às sociedades Redentora Acarapense e Libertadora Artística, representadas tão brilhantemente pelos seus consórcios Gil Ferreira Gomes de Maria, Antônio da Silva Matos, José Raimundo de Maravalho e Deocleciano Ribeiro de Meneses.

Eram 4 e meia da tarde e o jantar havia começado às 2.

Coube então ao Exmo. Sr. General A. Tibúcio levantar o brinde de honra à imprensa cearense na pessoa dos ilustres jornalistas Dr. Frederico Borges, José do Patrocínio, Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa.” (3)

Na casa de residência de Silva Matos, a mesa de guloseimas não cessava de ser abastecida a cada instante, enquanto na rua a passeata não parava de porta em porta homenageando bolicionistas mais evidentes.

A volta da comitiva fez-se com a mesma animação, e no Cala-Boca os discursos continuaram.

3) — *Libertador*, ed. de 5 de janeiro.

Na Capital, o povo a aguardava com ansiedade na estação de Baturité, para aclamá-la e conduzi-la à redação do *Libertador*, onde as manifestações se prolongaram até mais de meia-noite.

Descontadas as hipérboles naturais nas exteriorizações de sentimentos, vê-se, na rememoração desses fatos, que a campanha libertadora domina realmente a alma popular, e ganha as energias indispensáveis às vitórias difíceis.

“As idéias triunfam mais que as armas” — e era sem armas bélicas, sem feridas de sangue que o cearense principiava a dar ao Brasil a expressiva mostra da sua decisão de acabar com o cativoiro, sem se incomodar com as censuras e os remoques de ninguém.

O dia do Acarape abria no Ceará um calendário novo, cuja última hora iria ser a da meia-noite de 25 de março de 84.

O poeta, outro filho da gleba, cantou:

.....

Realizara-se, então, o grande sonho loiro,
que a pena não descreve e o pincel não define,
sonho em que mergulhou, como num ciclo de oiro
o espírito imortal de um Ângelo Agostini!

Era o toque final do clarim da vitória,
que ecoava da cidade aos longínquos desertos.
Uns riam de prazer — outros a extinta escória
dos déspotas, depois, achincalham, libertos!

Foram férreos titãs da odisséia gloriosa
cinco anos a seguir, Nabuco, Sousa Dantas,
Paranhos, Nascimento, Amaral, Rui Barbosa
e a Princesa Isabel — a mais santa das santas!

.....

Terminara o furor ciclópico dos relhos,
Fora Perseu que vendo a vil megera intrusa,
sem auxílio sequer de mágicos espelhos,
decepara a cabeça horrível de Medusa!

Foi um dia de festa e regozijo. As praças
Regurgitavam. É o grande ideal que venceu...
O apóstolo de Deus a missa canta, em graças
do instante mais feliz que Acarape viveu!

E os seus cabelos, salamândricas serpentes,
que se estorcem, venenosas, pelo chão,
semelhavam, depois, as tétricas correntes
cujos elos quebrou, sozinha, Redenção!

(Otacílio de Azevedo).

Foi um dia de festa e regozijo. As praças
Regurgitavam. É o grande ideal que vencer...
O apóstolo de Deus a missa canta, em graças
do instante mais feliz que Acatapê viver!

E os seus cabelos, salamandricas serpentes,
que se estorcem, venenosas, pelo chão,
semelhavam, depois, as ténicas correntes
cujos elos quebrou, sozinha, Redenção!

(Otacilio de Azevedo).

CAPÍTULO XVII

OS CORCÊIS DE APOLO

Cavalgava nos espaços o deus das vitórias e agora acelerava a marcha luminosa dos corcêis da redenção.

De todos os lados afluíam as solidariedades de mil espécies, que reforçavam o ardente desejo de por termo à luta, com a total derrota do inimigo recalcitrante.

Clero, nobreza e povo andavam juntos. Sim, o apoio da Igreja não tinha mais hesitações. Os padres Bruno e Frota, exemplos de rasgada ousadia, aos poucos provocavam a emulação. A est'hora, era o clero da Capital que, na maioria, se incorporava à idéia sem receios de comprometer a sotaina respeitosa.

O *Libertador* noticiava com efusão: "Foi hoje a vez da democracia redentora dos sacerdotes da religião da verdade. Eles também vieram, também comungam conosco. Cearenses, o cristianismo falou pela boca dos seus sacerdotes. Desceram das serranias de Masfa trazendo os botões das roseiras de Hiericunte, os vasos cheirosos do nardo celestial da fraternidade humana, o cinamomo das valadas da Bíblia, para ungir a fronte da deusa da liberdade.

"Muitos sacerdotes, jovens e anciãos, que acabam de solenizar, com dez cartas de liberdade, o derradeiro ágape do Retiro Espiritual, compareceram à redação do jornal para congratular-se pelo generoso cometimento que empreendiam os libertadores. Por todos falou o Padre Belarmino José de Sousa: 'Os poderes constituídos poderão legalizar a escravidão; mas o que eles não puderam foi legitimá-la!' Bem podia,

portanto, ‘falar em nome de todo o clero do Episcopado Cearense!’

“Agradeceu José do Patrocínio que, de modo eloquente e felicíssimo, mostrou toda a grandeza do apostolado da fé associada à caridosa cruzada dos redetores dos cativos”.

“Liberdade e Cruz — remata a notícia — seja em todos os ângulos da Província o mote sublimado dos dignos missionários de Cristo!” (1)

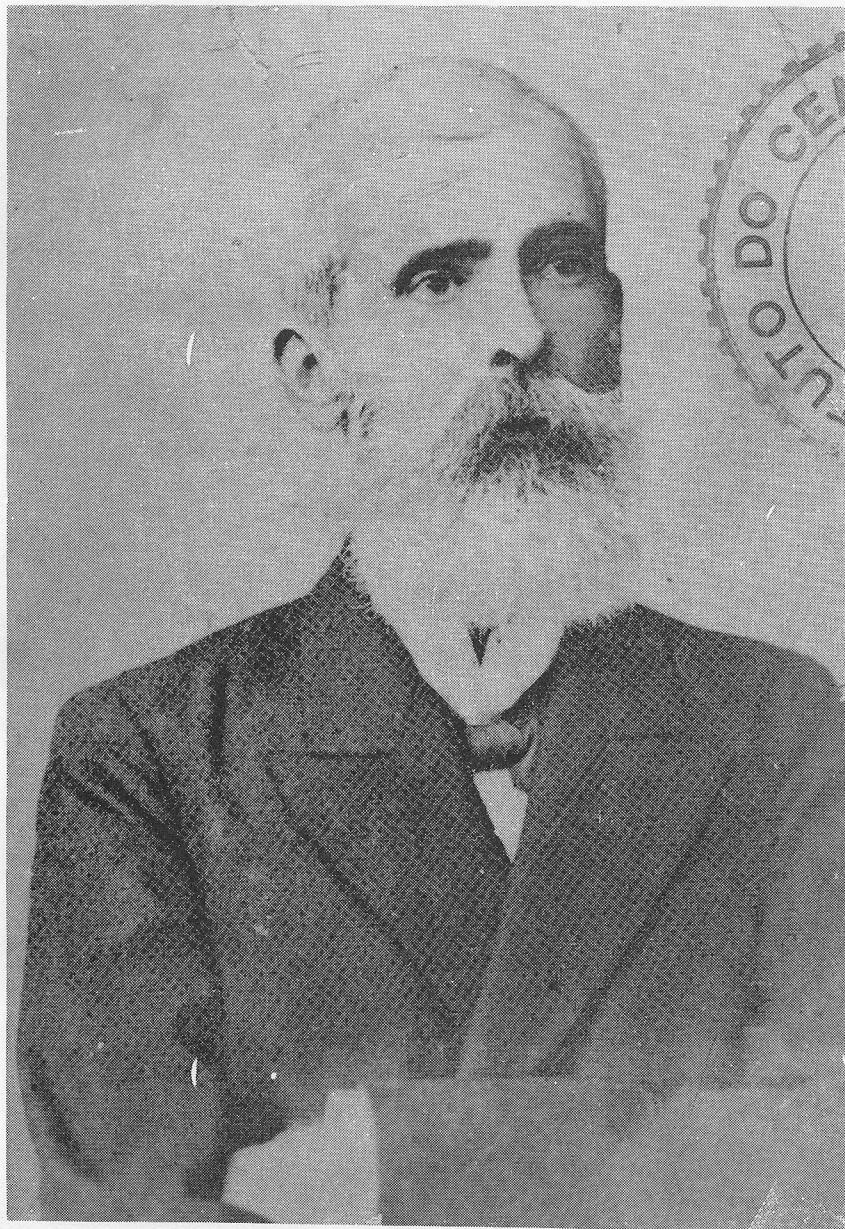
Também os caixeiros se moviam para solidariedade mais consistente, fundando, no salão nobre do *Reform Club*, o seu grêmio — o Clube Abolicionista Caixeiral, na noite de 8 de janeiro, “não adeso, nem hostil a nenhuma outra sociedade do seu gênero, tendo bem firmado o seu programa na legenda — *Libertas super omnia*”. Antônio Papi Júnior tomara a frente e foi o seu 1.º Secretário. Presidente — Olímpio Barreto; 2.º Secretário — Francisco Carneiro Monteiro; Tesoureiro — Francisco Teófilo; Diretores — Joaquim J. Jefferson d’Araújo, Antônio Alves Brasil, Manuel A. Sampaio, Demétrio de Castro Meneses, Artur Gurgel Napoleão, José Eugênio, José Abílio e Francisco Braga Filho. (2)

De sua vez, os militares associavam-se, reunidos no Clube Cearense, na manhã do dia 11, sob a presidência do Padre João Leite de Oliveira. Criaram o Clube Abolicionista Militar e elegeram a diretoria: Presidente — Dr. Pedro Augusto Borges; 1.º Vice — Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior; 2.º Dito — Padre João Leite de Oliveira; 1.º Secretário — Te. Alfredo Weyne; 2.º Secretário — José Eulálio Martins; Tesoureiro — Dr. Henrique Théberge; Diretores — José Lourenço da Silva Milanez, João Ferreira Panasco, Cap. José Joaquim de Vasconcelos, Raimundo de Vasconcelos, José Martiniano Peixoto de Alencar, Frederico Lisboa de Mara e José Joaquim Aires do Nascimento. (3)

1) — Edição de 29 de janeiro.

2) — Edições de 9 e 13 de janeiro. Para a formação do Clube reuniram-se sócios do **Reform Club**, da Sociedade Liberdade e Heroísmo, da Beneficente Caixeiral, da Sociedade Oito de Dezembro e do Grêmio Caixeiral.

3) -- Edição de 13.



Rodolfo Teófilo

Repetiam-se nas páginas dos jornais as referências aos preparatórios da redenção em Pacatuba e S. Francisco (hoje Itapajé), vilas serranas da Aratanha e da Uruburetama.

Na primeira, Rodolfo Teófilo servia de corifeu maior, e na segunda, Filipe Sampaio. Comissões da Libertadora coligavam as forças e abriam-se subscrições para auxiliar as liberdades.

A Pacatuba foi uma daquelas, luzida, de que faziam parte, entre vários outros, Maria Tomásia e o Dr. João da Rocha Moreira. Para S. Francisco, a cavalo, em viagem algo penosa, seguiram, no dia 28, José do Amaral, Filipe Sampaio, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Isac do Amaral, José Marrocos e José do Patrocínio, que chegaram a 30 e trataram de todas as medidas necessárias à solenização do dia 2 de fevereiro. “Desde o dia 30, que pisou a terra de S. Francisco a Comissão Libertadora, a vila se conservou em festa. Sublime espetáculo! Os ódios políticos haviam desaparecido; os principais cidadãos da localidade, o povo em massa, se congratulavam com os seus irmãos da Capital. O regozijo público era comovedor. Parecia que de súbito havia arreventado das montanhas uma cidade fantasma. Tal era o efeito das ruas arborizadas e iluminadas em toda a sua extensão por lampiões variegados, das aclamações estrepitosas, do espocar dos foguetes, das cadências da música.”

O dia 2 de fevereiro havia de ser a reprodução do Acarape. O *Libertador* enfeitou-se em número de luxo, pondo em destaque os municípios de Acarape, Pacatuba e S. Francisco e recordando os fatos de 27, 30 e 31 de janeiro (fazia dois anos). Apontava ao escárnio da posteridade os nomes do ex-presidente Pedro Leão Veloso e seu Chefe de Polícia Torquato Viana, que, “para fazer recuar a Libertadora, havia demitido dos seus cargos, em 1881, Frederico Borges, Francisco do Nascimento, Francisco Cerqueira Mano e Francisco Ferreira do Vale. O mesmo Veloso, que se havia retratado, fazendo-se agora abertamente abolicionista, e o mesmo Viana, que fora exilado para os confins de Goiás.”

208 Artigos de Frederico Borges, José Liberato Barroço, Almino Afonso, General Tibúrcio, Justiniano de Serpa, Álvaro Gurgel de Alencar, Gil Amora, Padre Belarmino José de Sousa; saudações a Pacatuba e S. Francisco, do Clube Militar, da Sociedade das Cearenses Libertadoras, da Perseverança e Porvir, da Loja Caridade, e versos laudatórios de Serpa e Rodolfo Teófilo enchiam páginas, a última das quais estampavam as diretorias das diversas associações abolicionistas; a Libertadora, a Redentora Acarapense, o Clube dos Libertos, a Libertadora Artística Acarapense, a Libertadora de S. Francisco, a Sociedade Abilicionista de Pacatuba, a Libertadora Baturiteense, o Clube Abolicionista Caixeiral, o Clube Emancipador Aracatiense, a Libertadora Messejanense, a Libertadora Maranguapense, o Clube Abolicionista Caixeiral, o Clube Abolicionista de Soure, a Libertadora Aquirasense, a Libertadora de Russas, a Libertadora da Conceição (Guaramiranga).

Em Pacatuba, as coisas passaram-se assim, conforme narra *Libertador*: — "...depois das recíprocas felicitações, abraços os mais cordiais, formou-se imensa procissão, levando à sua frente a banda de música do 15.º de Infantaria, seguido do retrato do nosso dedicado amigo Rodolfo Teófilo, que tornou-se infatigável na realização de tão formoso acontecimento, e sucessivamente acompanhada por numerozo concurso de distintas senhoras e cavalheiros.

"Chegados todos ao sobrado, preparado pela comissão para hospedar seus convidados, situado, na Praça do General Tibúrcio, caprichosamente ornada de palmeiras e galhardetes, já servida uma ligeira refeição, durante a qual se apreciava a um tempo a cordialidade da franca hospitalidade e a delicadeza do serviço. Terminada a refeição, todos incorporados se dirigiam à matriz da freguesia, e aí assistiram ao sacrifício da missa, fazendo-se ouvir, da tribuna sagrada, em frases análogas ao ato, o Revmo. Vigário, nosso respeitável amigo Padre Memória. Finda a missa, ao som da música e reunidos senhoras e cavalheiros, todos se dirigiram ao vasto salão em que funciona a escola pública do sexo masculino, e onde devia ter lugar a sessão magna da sociedade Abolicionista Pacatubana, para o fim de declarar livre de escravos o

patriótico município de Pacatuba. Esse salão estava regularmente decorado e, entre os estandartes da Libertadora e outros, se achava colocado o retrato do nosso prezado amigo e consócio Rodolfo Teófilo. Ato contínuo, às 11 do dia, designado para presidir à sessão o nosso ilustre e respeitável amigo Tenente-coronel José Albano, assumiu a presidência, convidando para os lugares da mesa a Exma. Sra. Maria Tomásia Figueira Lima, Diretora-Geral da Sociedade das Cearenses Libertadoras, e os Exmos. Srs. Conselheiros José Liberato, General Tibúrcio, Major Luís Carneiro, presidente da Abolicionista Pacatubana; João Cordeiro, presidente da Cearense Libertadora; Gil Ferreira Gomes, presidente da Libertadora Artística Acarapense; Matias Tristão Madeira, presidente do Clube dos Libertos; Auto Amâncio, representante da Classe Tipográfica; Guilherme Franco, representante da Libertadora Maranguapense; José Teodorico de Castro, representante da Sociedade Perseverança e Porvir; Joaquim Martins Júnior, representante do Clube Abolicionista Militar, e Joaquim Bezerra da Costa Mendes, presidente da Libertadora Mosso-roense.

“Acomodadas as senhoras e demais cavalheiros em lugares previamente designados, deu-se começo à sessão, sendo concedida a palavra a diversos oradores e representantes das várias associações na ordem que se segue: D. Maria Tomásia, por parte da Sociedade das Cearenses Libertadoras; Conselheiro José Liberato; General Tibúrcio; Joaquim Francisco da Costa que, em nome de uma sua inocente filhinha, ofereceu uma carta da liberdade; Dr. Frederico Borges, orador da Cearense Libertadora; Antônio Mavignier; Dr. Guilherme Stuardt, orador do Centro Abolicionista que, por parte da sociedade Emancipadora de Soure, apresentou duas cartas de liberdade; Raimundo Teodorico, representante do Clube dos Libertos; José Teodorico de Castro, pela Perseverança e Porvir; Capitão Vasconcelos, pelo Clube Abolicionista Militar; Dr. Almino, pelo Acarape; Oscar Amaral; Tenente Alfredo Weyne; vigário Memória, que pelo seu digno irmão, o nosso amigo João Memória, entregou duas cartas de liberdade; Dr. Manuel Juvenal, Juiz de Direito da Comarca; Guilherme Franco, pela

Libertadora de Maranguape, que saudou a Pacatuba com duas cartas de liberdade... Recitaram belas poesias os nossos estimáveis consócios Rodolfo Teófilo, Dr. Almino, uma do distinto poeta cearense Juvenal Galeno; e Cerqueira Mano, uma inspirada produção poética de Castro Alves. Finalmente, o nosso honrado amigo o Coronel José Albano, depois de declarar livre o Município de Pacatuba, que com o Acarape passava a ser a primeira comarca livre do Imperio, encerrou a esplêndida sessão, sendo concedidas 95 cartas de liberdade, inclusive as libertações concedidas na ocasião”...

Mais tarde houve grande banquete, com outros discursos e saudações, e também outras manumissões. Esteve presente Francisco José do Nascimento que, por este motivo foi suspenso por 15 dias, de suas funções de prático-mor, às quais voltara. Publicou, então, a seguinte nota: “AO PÚBLICO: Sou libertador da primeira fila. Por ocasião do movimento libertador de 30 de agosto de 1881 fui demitido do cargo de prático-mor. Ontem fui à de Pacatuba e hoje recebi uma suspensão por 15 dias, do lugar de prático da barra! A minha dignidade impõe-me a obrigação de recusar-me a aceitar essa ordem, porque ela não assenta em lei, nem em razão plausível. Prefiro, pois, a demissão, que me nobilita perante os meus colegas e perante os homens de bem, a obedecer à ordem ilegal que me suspendeu por 15 dias. Estou, portanto, demitido; resta-me agora fechar minhas contas com os meus gratuitos e covardes inimigos. Fortaleza, 3 de fevereiro de 1883.”

A demissão foi-lhe dada em 1 pelo Capitão dos Portos Severiano Nunes.

Em S. Francisco não foi menor o arrebatamento: a comitiva da Libertadora, que aguardava, na povoação do Arraial (hoje cidade de Uruburetama), os amigos que a viriam receber, deu entrada na Vila às sete horas da noite, debaixo de flores, música e ovações febris. Ao descer de seu cavalo, falou Patrocínio, “abrindo com a magia de sua palavra o coração do povo”, que o saudava vibrantemente.

No dia seguinte a Câmara Municipal muda o nome das ruas do Comércio e dos Caratiús para “2 de Fevereiro” e “Fi-



Em pé, da direita para a esquerda: Frederico Borges, Antônio Bezerra, Antônio Cruz Saldanha, (?) e José Marrocos

lipe Sampaio”, e concede a Patrocínio o título de cidadão san-franciscuense.

A 2, as estrondosas festividades, começadas ao ronco de 21 tiros pela madrugada, abafando a vozeria das músicas, dos sinos e foguetes. A vilazinha toda em gala não cabia em, si no seu júbilo justificado, e a sua igreja como que inflava com o átrio e as calçadas para comportar toda aquela população que ia assistir à esperada solenidade.

O presidente da Sociedade Libertadora de S. Francisco, Dr. Antônio Ferreira de Melo Santiago, disse dos fins da sessão e deu a presidência a José do Amaral que declina da honra em favor de Filipe Sampaio. Este exige que ela fique com Patrocínio, mas o *Tigre*, explicando estar ali “quem dispunha da balança e da espada”, o magistrado Antônio Colombaíno de Assis Carvalho, pede-lhe que aceite a direção dos trabalhos.

O primeiro a discursar foi o presidente da Câmara, João Januário Barreto, que declara “oficialmente extinto no Município o elemento escravo”. Outros oradores externaram os seus sentimentos: João Oto do Amaral Henrique, Antônio Martins, José do Patrocínio, Antônio Bezerra, José Marrocos e Raimundo Vóssio Brígido.

Pela segunda vez usavam da palavra: Antônio Martins, para recitar a poesia em que Rodolfo Teófilo cantava as glórias daquela terra, agora mais feliz; Antônio Bezerra, duas outras composições poéticas, uma de José Galeano e outra de Bernardino de Sales; e José Marrocos, para dizer que trazia as flores do coração das Cearenses Libertadoras a fim de depô-las nas mãos das senhoras libertadoras de S. Francisco.

Patrocínio foi obrigado a orar diversas vezes e pôde gritar de pulmões cheios: — “Hoje cada pegada dos legionários da Liberdade é um pedaço de território livre! Bradando o *fiat* do alto das montanhas do Acarape, embaixo surgiu a vila da Redenção. Os ecos foram ressoar na cordilheira da Uruburetama e na serra da Aratanha e S. Francisco e Pacatuba ofereceram mais dois pedaços de território livre a essa pátria de escravos.”

Por último, entregaram-se as cartas dos 112 libertos. Baile à noite com a mesma animação fervente.

Não mais havia proscritos aos olhos do gigante de pedra que Antônio Martins cantou inspiradamente, num crepúsculo de amavios: “Era da tarde ao fim, que o vi de perto!...”

A comitiva retornou a 3, dirigindo-se para Itapipoca, na sua cruzada civilizadora. Aí fundará, a 4, a Sociedade Libertadora da Imperatriz (antigo topônimo da cidade).

Impossível agora por diante, conter a corrente do rio, transbordada pelo Ceará todo, molhando-o com as águas refrescantes da fraternidade. Brotavam com a rega feliz sociedades manumissoras por toda parte.

Patrocínio voltou para o Rio a 10, levando no espírito as mais alvissareiras esperanças. De Londres Nabuco concitava os libertadores a novas investidas. “É pena que o Ceará não se possa derramar no Brasil, invadir os baluartes da Escravidão, onde ela é realmente poderosa e julga ter as nossas instituições como reféns.” (4)

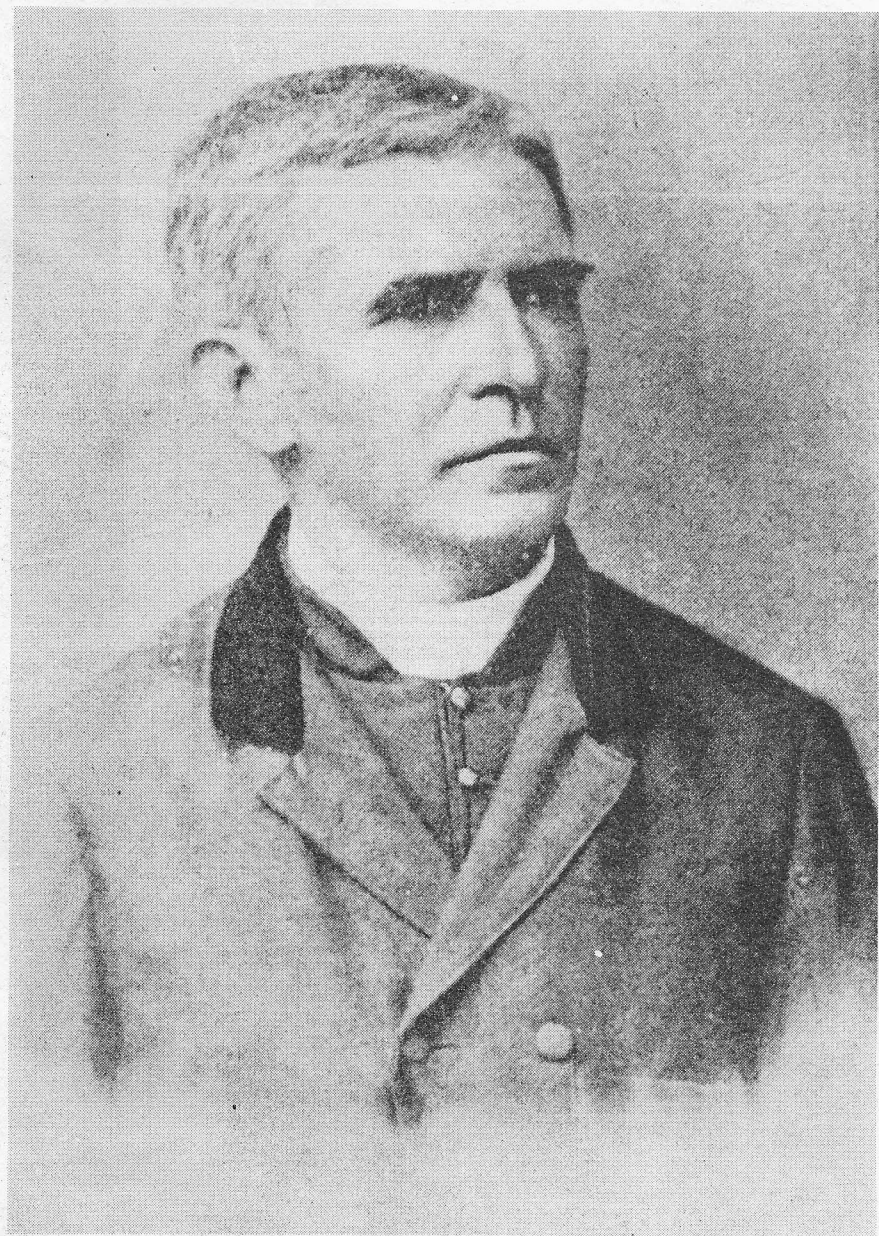
Canoa (depois Aracoiaba), no dia 4 de março; Baturité e Icó, no dia 25; Tauá, no dia 25 de abril; Maranguape e Messejana, a 20 de maio; e Aquirás, a 23 — pontilhavam a estrada percorrida, com outros roseirais, onde os servos respiravam o aroma da liberdade, ombro a ombro, com o senhor.

Em Baturité, a “Princesa das Montanhas,” deveu-se a vitória, entre muitos outros, a Martinho Rodrigues, Guilherme Vieira Perdigão, Joaquim Correia Sombra, José de Alencar Matos, Alberto Álvaro Ferreira, Cândido Taumaturgo e Fausto Augusto de Castro Meneses — da Libertadora Baturiteense; e ao Cônego Raimundo Francisco Ribeiro, Epifânio Ferreira Lima, Antônio Alves de Carvalho, Francisco Inácio de Queirós, Francisco Soares Bezerra e Joaquim José de Assis — da Redentora Baturiteense. (5)

3) — Edição de 13.

4) — Libertador, de 2 de abril. Carta de 7 de março.

5) — Loc. cit., ed. de 29 de março.



Mons. Bruno Figueiredo

Na cidade de Icó, a “Princesa do Sertão,” preparado o terreno por uma comissão da Libertadora (Frederico Borges, Carlos de Alencar e José Marrocos), a extinção foi solemnizada em festas na sala da Câmara, graças ao trabalho corajoso das senhoras icoenses: Joaquina Rabelo, Maria Pinto, Joana Sampaio, Inácia Matos Dias, Josefa de Albuquerque e Maria Teresa Bandeira; e dos da Libertadora local — João Nogueira Rabelo, Dr. Inácio de Sousa Dias, João Jacinto Sampaio, Padre Dr. Francisco Ferreira Antero, Padre Manuel Francisco da Frota, Antônio Moreira de Sousa, Manuel Freire Bandeira, José Pinto Coelho de Albuquerque e Antônio Ferreira Antero Filho. (6)

No Tauá (antiga S. João do Príncipe) tudo correu à conta do devotamento e iniciativa do Dr. José Baltasar Ferreira Facó, juiz de Direito, poucos dias mais tarde tão inditoso; do Dr. Joaquim Citó de Araújo Primeiro, juiz Municipal, e do Vigário Padre Alexandre Ferreira Barreto. (7)

Em Maranguape, a presença dos libertadores João Cordeiro, Frederico Borges, Pe. João Augusto da Frota, Pe. Bruno de Figueiredo, W. Hardy e Joaquim Dias da Rocha, além da de Maria Tomásia e dos representantes dos jornais da Capital — Dr. Gonçalo de Lagos, pelo *Pedro II*; Frederico Borges, pela *Constituição* e pelo *Libertador*; Alfredo Bomfincar, pela *Gazeta do Norte*; Manuel Cantuária, pela *Gazeta de Notícias*, do Pará — emprestou grande brilho aos festejos. (8)

Os de Messejana, para cujo auspicioso êxito muito concorreram o então acadêmico Alvaro Gurgel do Amaral e o Cel. Tristão Antunes de Alencar, fizeram-se com comparecimento de José do Amaral, Serpa, Manuel Bezerra e Manuel de Oliveira Paiva — todos da Libertadora. As Libertadoras Messejanenses tinham como Diretora-Geral — Adelaide A. Gurgel; Vice-Diretora — Isabel A. da Cuha Lage; 1.^a Secretária — Semíramis de Alencar Acauã; 2.^a Secretária — Maria L. d’Anunciação; e Tesoureira — Ana Aurélia d’Alencar.

6) — Loc. cit., eds. de 7, 9, 10 e 11 de abril.

7) — Loc. cit., ed. de 10 de maio.

8) — Loc. cit., ed. de 21 de maio. Dedicou o jornal um número de luxo em homenagem a Maranguape e Messejana no dia 20. *ho dia del* — (9)

Aquirás escreveu a sua bela página tudo admiravelmente disposto em quatro dias apenas, quase de surpresa. Justiniano de Serpa, chegado a 17, como libertador intransigente e aqui-rasense de nascimento, apressou o resultado das providências manumitivas e pôde, no dia 19, declarar a abolição total na vila, e no dia seguinte, a da povoação do Monte-Mor (hoje cidade de Pacajus). (9)

9) — Loc. cit., ed. de 29, com reportagem circunstanciada da festa.

CAPÍTULO XVIII

24 DE MAIO

Patrocínio deixara multiplicada a levedura da fermentação e o exílio do 15.^o doera demasiado na sensibilidade moral da população que, do trapiche, vira embarcar, entre lágrimas, o seu comandante e a oficialidade, ostensivos amigos da ousada causa.

Annibal ad portas! fora a epígrafe do artigo-cabeça do *Libertador*, de 12 de fevereiro: “Chegou talvez, o grande ensejo da luta. Descem das alturas os nevoeiros pesados, que ameaçam tomar posse do campo da Liberdade. Negrejam fulvos e coléricos os sapadores armados do machado da reação. Estalam, cedendo ao peso dos infinitos amigos oficiais, os degraus da escadaria, que leva à divina presença do delegado de César. Encontram-se, acotovelam-se nas ante-salas os Ulisses e os Negreiros. O rei dos reis cedeu; está entregue, sitiado, abatido.”

Direta alusão ao procedimento do Presidente da Província, Dr. Domingos Antônio Rayol, Barão de Guajará, parcializado em favor dos políticos ripardos, orientados pelo jornal *Cearense*, sempre contrário às aspirações daqueles a quem o *Tigre*, ao despedir-se, chamara de “grandes batedores da glória da Província e da regeneração do País”.

Não havia mais como sofrer a idéia. O gesto do Imperador, incentivando-a por ocasião dos festejos do Acarape

com o envio dum donativo e palavras de simpatia, (1) fora confortante e auspicioso e já agora outras disposições de mocidade e agitação a reforçavam — a classe dos estudantes, concentrada na Libertadora Estudantal.

Os alunos do Liceu, os do Ateneu Cearense do Dr. Torres Portugal, os do Instituto Cearense de Humanidades do Pe. Bruno de Figueiredo, os dos outros estabelecimentos de ensino constituíram esta sociedade, elegendo a diretoria efetiva em 16 de abril: Presidente — Manuel de Oliveira Paim; 1.º Vice-Presidente — Galdino de Castro e Silva; 2.º Vice — José A.G. de Angelim; 1.º Secretário — Solon Pinheiro; 2.º Secretário — José da Cunha Fontenele Filho; Tesoureiro — Francisco de Freitas Ramos; Procuradores — Antônio Monteiro do Nascimento Silva, Raimundo Chaves Ramos e Manuel Xavier; Agenciadores — Luís Braga, Eduardo Dias Nogueira, Manuel Camargo Filho, José Leocádio da Costa Sedrim e Antônio J. de Carvalho Júnior; Oradores — Antônio de Matos Forte, Joaquim Fabrício de Barros, Félix Cândido de Sousa Carvalho e Antonino da Cunha Fontenele.

Voz nova engrossava, assim, o formoso coral da libertação.

Cada hora mais perdia o movimento o sentido simplesmente emocional ou sentimentalista para converter-se em verdadeira e firme consciência emancipadora.

Chegava, pois, o tempo de precipitar o desfecho e disto se incumbiu a imprensa de Fortaleza, conclamando o povo a vencer a diferença e pôr-se em busca de sua plena virilidade cívica.

“Será, pois, dentro em poucos dias a ‘Princesa do Norte’ a primeira capital livre do Império, e então se poderá dizer,

(1) — Eis o teor da comunicação da Mordomia da Casa Imperial datada de 12 de janeiro: “De ordem de S.M. o Imperador, remeto a V. Exa. a inclusa 1ª via de uma letra, do valor de (1:000\$000) um conto de réis, sacada do Banco do Brasil contra os Srs. Pereira Carneiro & Cia., de Pernambuco, a fim de que V. Exa. se digne de mandar entregar o respectivo produto à Sociedade Cearense Libertadora como donativo que o mesmo Augusto Senhor lhe faz, para auxiliar a alforria de escravos no município do Acarape, dessa Província. Deus guarde etc. (a) Barão de Nogueira da Gama.” (No **Libertador**, de 27 de janeiro).



General Tibúrcio, um dos heróis da campanha do Paraguai

repetindo a frase da imprensa da Corte — ‘O Ceará é a terra da luz’, — bradava aos quatro ventos o *Libertador* de 19 de abril.

Pela primeira vez se ouvia a consagradora expressão: *Terra da Luz!* atribuída a Patrocínio.

Em conciso manifesto — *Aos Cearenses* — desde 11 de janeiro se haviam dirigido ao povo da cidade as destemidas lutadoras Maria Tomásia, Carolina Cordeiro, Luduvina Borges, Jacinta Souto, Elvira Pinho e Eugênia Amaral, chamando-o “ao maior dos cometimentos a que podeis ligar no presente o vosso nome — a libertação geral da Capital”.

No Paço do Legislativo, no dia 15, dera-se a reunião de caráter popular, convocada pelas redações dos jornais abolicionistas. “Estavam ali representadas todas as classes sociais, formando um quadro admirável, iluminado pela presença de ilustres senhoras.”

O Dr. Gonçalo de Lagos, do decano *Pedro II*; o Dr. Frederico Borges, da *Constituição*; o Dr. Nogueira Acióli e Júlio César da Fonseca Filho, da *Gazeta do Norte*; João Cordeiro, Almino Afonso, Fenelon Bomílcar e Antônio Bezerra, do *Libertador*, — formavam a mesa, junto à qual também se sentavam Maria Tomásia e o Padre João Augusto da Frota. Só não haviam comparecido os redatores do *Cearense*.

Deliberou-se, depois de muitos discursos e algumas declarações de liberdade, que o próximo 24 de maio havia de marcar a alforria total do Município de N. Senhora d’Assunção. E que, para obter as renúncias ou indenizações dos senhores escravos, fossem desde já nomeadas as comissões indispensáveis.

Dezoito delas o foram, conforme a rua em que residiam os seus membros, e mais a Comissão da Imprensa, constituída dos Drs. Nogueira Acióli, Frederico Borges, Gonçalo de Lagos e de João Cordeiro. (2)

2) — Ver *Libertador* de 16, que regista a composição das mesmas Comissões.

Maria Tomásia argumentou peremptoriamente: “Se esta heróica cidade foi o quartel-general do pensamento emancipador, a seus generosos habitantes corre, neste momento, o glorioso dever de reduzir a estilhaços os ferros dos poucos cativos que ainda protestam contra a lei que, há três séculos, os têm seqüestrado das comunhões civis e políticas.”

E nem um minuto perderam essas comissões no seu afã de, rua em rua, quarteirão a quarteirão, deixar, até o dia aprazado, a Capital purificada do feio pecado negroiro.

A 4 de maio, no Clube Cearense, as Comissões, reunidas, dão-se conta das suas atividades: raros haviam sido os apelos não satisfeitos, e em grande parte independentemente de paga.

Para as indenizações exigidas pelos obstinados, que se abrissem subscrições, e sem demora os óbolos caíram na bolsa da comissão especial para tal fim nomeada: — Desembargador Farias Lemos, Vitoriano Borges, Comendador Luís Ribeiro da Cunha, General Tibúrcio, Comendador Nogueira Acióli, Coronel José Albano, engenheiro Lassance Cunha, Manuel Teófilo. Nova reunião a 13. O General Tibúrcio, presidente, expõe que o total obtido ainda era pouco para cobrir os pagamentos, principalmente a órfãos e viúvas pobres possuidores de escravos.

Imprescindíveis para tanto cinco contos mais, e — para João Cordeiro — “um amigo do Presidente da Província pediu a palavra e ofereceu o dinheiro que faltava, mandando dar pelo *cofre de órfãos*. João Carlos Jataí em voz forte e enérgica disse que, sendo o governo inimigo dos abolicionistas, estes recusavam-se formalmente a receber qualquer contribuição dada pelo governo. A Assembléia agitou-se e de toda parte se ouviam protestos contra esse oferecimento. D. Carolina, esposa de João Cordeiro e vice-presidente da Sociedade das Senhoras Libertadoras, tirou das orelhas os brincos de brilhante, os anéis dos dedos e um colar de pérolas, levantou-se, dirigiu-se à mesa do presidente da reunião e, depositando nas mãos deste, declarou em voz alta e enérgica: — Eis aqui a minha contribuição! Palmas e vozes de aplausos retumbaram na sala por alguns momentos. Todas as senhoras,

em grande número, que se achavam na sala, fizeram a mesma coisa. João Cordeiro colocou no chapéu todos esses objetos e nomeou uma comissão para arrecadar na cidade a quantia que faltava para a libertação do Município no dia marcado.

“No dia seguinte essa Comissão (ele, José do Amaral e José Teodorico de Castro) foi ao escritório de João Cordeiro e pediu-lhe que com ela fosse à Casa Boris a fim de começar por esta a arrecadação do dinheiro que faltava. Logo que a comissão entrou no escritório, Isaías Boris veio recebê-la, dando a João Cordeiro entusiásticos parabéns pelo procedimento de sua esposa. João Cordeiro apresentou-lhe a comissão e pediu-lhe que contribuísse com alguma coisa para a Abolição. Isaías Boris mandou que João Cordeiro escrevesse, na subscrição, a quantia que lhe cabia dar. João Cordeiro recusou-se, mas em vista da insistência de Isaías, escreveu 1:000\$000. Isaías imediatamente mandou o caixa pagar esta quantia e a comissão retirou-se satisfeita. Foi ao escritório do Barão de Ibiapaba, que deu 500\$000; ao do Comendador Luís Ribeiro, que deu 300\$000; correndo depois diversas casas que iam dando de 50\$000 a 20\$000. Às 11 horas a comissão chegou ao escritório de J. Cordeiro, entregando 6:000\$000.” (3)

O General Tibúrcio, João Cordeiro e Alfredo Salgado ficaram encarregados do programa da grande festividade e, de fato, o organizaram meticulosa e ricamente movimentado, a ser posto em prática por meio de várias comissões especiais.

A cidade em peso, na eloquência da suas expansões jubilosas, não dormiria mais desde a vépera, 23, com o espetáculo de gala da Companhia Lima Penante, no Tetrro S. Luís, até o fim das comemorações, no dia 26, com o baile de encerramento no Clube Cearense. Nunca se adornara nem se iluminara assim, cada qual dos seus habitantes se esmerando nas homenagens, até nas areias ou subúrbios, onde os pobres nada mais podiam fazer que fincar no chão, em frente aos seus casebres, uma vela de cera de carnaúba, a arder votivamente.

3) — Revista do Instituto do Ceará, nº 59, p. 291.

A sessão magna, às 12 horas, no salão nobre da Assembléia Provincial, teria de ser a grande nota do harmonioso dia. O Presidente interino da Província, Comendador Antônio Teodorico da Costa, ladeado pelos quatro componentes da Comissão Central, inaugurou-a em ligeiras palavras.

São cantados o Hino da Redenção e o Hino 24 de Maio, bem como, pelos alunos do Ateneu Cearense, o da Independência e o Hino Nacional, Jornalista de Belem — Lima Barata, pela *Província do Pará*, e Manuel Cantuária, pelo *Diário de Notícias* especialmente enviados para “o grande acontecimento,” falam em primeiro lugar e são imediatamente seguidos por João Brígido, em nome doutro órgão guajarinense — o *Diário do Grão-Pará*, e por José Marrocos, representante do jornal católico *Boa Nova*, também paraense.

A oração de Maria Tomásia, pelo calor com que foi pronunciada, valeu por uma convulsão. Francisca Clotilde, recitando poesia sua, não arrancou efeito menor.

Muitos oradores falam pelas diversas Sociedades Libertadoras, e já ia por mais de quatro horas da tarde quando o Comendador Teodorico encerra a sessão, cuja ata vai assinar com a pena de oiro oferecida pelo joalheiro J. Weill.

As 5 horas, na Catedral, o *Te Deum* congratatório, com a oração do Padre Frota, que “não fez um discurso: ergueu um monumento à palavra sagrada e elevou-se acima de si mesmo.”

Depois, o “préstito dos estandartes,” percorrendo as ruas em marche *aux flambeaux*.

Em frente ao Quartel da Força de Linha, a multidão impõe-se a si própria o silêncio de comovente protesto contra a injustiça da transferência do 15.º Batalhão.

Os estandartes inclinaram-se a meio pau, apagaram-se as lanternas e o povo calou por minutos e seu arroubo.

A apoteótica procissão seguiu o seu itinerário, atravessando arcos triunfais de quanto feito havia, pisando as flores que tapetavam os calçamentos, até chegar ao Passeio Público, onde devia terminar.

A descrição das festas de 24, pelos jornais da época, se alonga nas mínimas referências e transporta-nos aos olhos, bem vivas, aquelas cenas da mais estuante alegria.

As dos dias subseqüentes — 25 e 26 — revestiram igual intensidade jubilosa, com repetidas homenagens, notadamente aos jangadeiros, prestadas no trapiche de embarque pela Libertadora, pelo Centro Abolicionista e pela Perseverança e Porvir, assim como aos jornalistas do Pará e aos da cidade, (4) aos quais se ofereceram profusos “copos d’água”, engolidos em incendida discurseria.

A louçania e a elegância do baile no Clube Cearense são o fecho de oiro de tantas festividades.

A *Fortaleza Liberta* podiam doravante cantá-la os seus poetas, endeusando as heroínas e os heróis do majestoso triunfo. (5)

Sousa Melo declamou, em cálidos versos:

.....
Ó mártir glorioso do cruzeiro!

Tu foste o que fizeste ouvir primeiro,

Nas vibrações elétricas da luz,

Os vagidos do amor, o eterno brado,

Que o Cândido Cordeiro Imaculado,

Há dois mil anos, exalou na Cruz!

Com este SOL DIVINO, apedrejado,

Redimira o velho mundo acorrentado

Aos seus quarenta séculos de opressão,

Assim redimirás a nova idade,

Que já vê nesta doce claridade

Do novo mundo o sol da redenção!

4) — O *Libertador*, em números sucessivos, traz essa descrição.

5) — O pintor cearense José Irineu de Sousa, em tela magnífica, existente no Palácio da Abolição, fixou para a posteridade o grande feito.

Fonte fecunda de idéias grandes,
Tu, que assoberbas as regiões dos Andes,
Qual imenso Jordão Americano,
Nas torrentes do céu, que Deus t'envia,
Bem mostra que serás lá fora um dia
Do batismo lustral do grande Oceano!

Então partindo as campas, os libertos
Surgirão das cidades e desertos,
Como Lázaro, ao verbo de Jesus;
E embarcando nas praias da Igualdade
Irão na grande nau da Liberdade
Novos climas buscar de amor e luz!

Pátria dos áureos sonhos de Iracema,
Vê como nos deslubre o teu diadema
VINTE E QUATRO DE MAIO — O Imortal!
Como nos céus da idéia triunfante,
Rutila o sol esplêndido e brilhante
Da tua eterna glória nacional!

Tu, revocando à vida os teus escravos,
Neste dia, em que a morte dos teus bravos
Revoca mil saudades à memória,
Na fama de cem tubas, imortal,
Irás dizer ao mundo universal
Que atua redenção é — Deus na história!

CAPÍTULO XIX

“FORTALEZA LIBERTA”

Inquieta, a personalidade de José Irineu de Sousa, cearense nascido em Fortaleza no dia 25 de março de 1852. Menino pobre, fez aqui os primeiros estudos, foi caixeiro de loja comercial e, insatisfeito dessa condição, que lhe não agradava, em 1872 procurou o Rio de Janeiro para tentar coisa melhor. Aprendera o Desenho e o muito que ali pôde obter, no início, foi o lugar de pintor de decoração, com ordenado ínfimo. Passou daí, a ajudante de uma Fotografia, com expediente capaz de permiti-lo a frequentar o então Imperial Liceu de Artes e Ofícios, onde venceu concurso, premiado com medalha honrosa. Não conseguiu, todavia, ingressar na Academia de Belas Artes, por ser maior de dezoito anos, idade limite para a respectiva matrícula. Aperfeiçoou-se bastante com as lições de grande mestres da Pintura, como Vítor Meireles, Ângelo Agostini e outros ao mesmo tempo que, na Escola Normal Carneiro, se preparava mais do Idioma Nacional, na Geografia e na História Geral. Em 1882 voltou para o Ceará, onde pintou retratos e produziu o mais perfeito dos seus trabalhos, a grande tela FORTALEZA-LIBERTA (1883), adquirida pelo governo da Província mediante o preço de cinco contos de réis, pagáveis em doze prestações mensais. Também de seu pincel foi o admirável retrato em corpo inteiro do Marechal Floriano Peixoto, que substituiu o do Imperador Pedro II na parede de fundo da sala das sessões da Assembléia Legislativa e onde permaneceu até mais recentemente, sendo retirado para ter o fim melancólico de uma destruição total, jogado à poeira e à desarrumação criminosa do arquivo daquela casa parla-

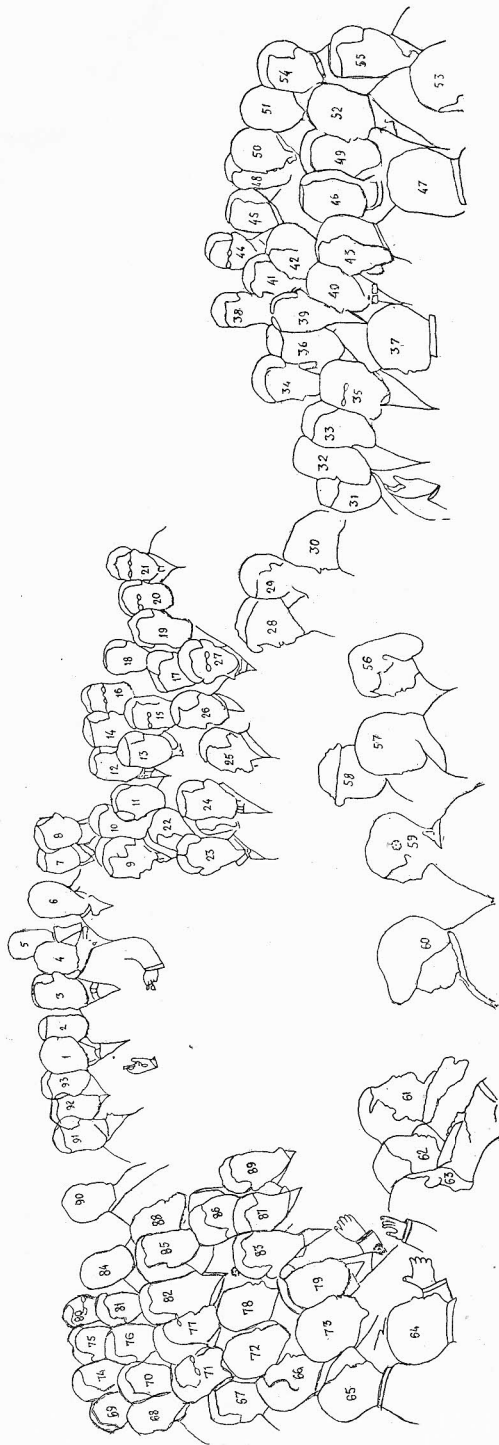
mentar. Quando Secretário de Cultura, tentei recuperá-lo mas, em verdade, somente o encontrei aos pedaços. José Irineu andou pela Amazônia, demorou muito tempo em Belém do Pará, a ponto de ter sido por alguns considerado paraense.

FORTALEZA-LIBERTA, em moldura artística e rica, mede 2,65m x 2,65m e com ela desejou José Irineu reproduzir e perpetuar a magna sessão em que se declarou a liberdade total dos escravos da capital cearense, realizada em 24 de maio de 1883 no salão nobre do Paço do Legislativo. Seis meses gastou o artista para terminá-la, trazendo para as tintas o ambiente festivo daquela comemoração e as figuras mais destacadas da vida pública e social da cidade, que ali estiveram presentes.

Obteve resultado que surpreendeu, e a crítica o elogiou como bem merecia. "Impressiona vivamente a naturalidade da cena e a vista do observador, elevando-se à extremidade superior da tela, reconhece logo a linda paisagem que dali se descortina na praça da Assembléia, o que foi apanhado com toda a felicidade." Desse modo se expressa colaboração do jornal LIBERTADOR, na qual se dedicam quatro artigos ao exame do quadro famoso.

Nesta minuciosa apreciação, o colaborador da valente folha abolicionista discrimina as pessoas com esclarecedores detalhes, de modo a serem facilmente reconhecíveis, pois foram retratadas com toda a fidelidade. A muitas delas, na maioria, o pintor convidava ao seu atelier e lhes colhia os traços da maneira mais autêntica. O fato histórico vem, assim, aos nossos olhos como se a ele tivéssemos assistido. Muitas dessas pessoas eu ainda conheci, já com o trabalho do tempo, mas lembrando, nitidamente, o que eram na época do levantamento pictórico.

A grande sessão de 24 de maio de 1883, na sala do plenário da Assembléia, teve como dirigente máximo o comendador Antônio Teodorico da Costa, Vice-presidente da Província. Compunha a mesa os ardorosos libertadores dr. Gonçalo de Lagos Bastos Vieira, comendador Antônio Pinto



Nogueira Acióli, dr. Frederico Augusto Borges e João Cordeiro. Inúmeros assistentes enchiam totalmente os espaços do amplo salão, todos na ânsia de ouvir os oradores que realçavam, com a mais justa vibração, o memorável acontecimento cívico. Fortaleza, que só naquela hora declarava redimidos os seus desgraçados cativos, bem podia ter o coração derramado de júbilo, pois que na capital é que germinou o movimento redencionista e nas suas ruas, nas suas praças, nas suas casas é que se agitou a corajosa e empolgante campanha, é que a campanha tomou volume e entusiasmo, para, ao fim, irradiar-se irresistivelmente pelo interior. Foi a primeira capital livre do Império.

A tela de José Irineu, comprada pelo Presidente da Província, dr. Manuel Sátiro Dias — o mesmo que a 25 de março do ano seguinte declararia estar o Ceará sem nenhum escravo a libertar — foi de logo transferida para a sede da Câmara Municipal: “O referido quadro comemorando um ato particularmente do município deve, por isso mesmo, ser confiado aos seus imediatos representantes; e assim tendo resolvido incumbir a essa Câmara de conservá-lo em lugar apropriado no seu paço, depois de o receber, em estado perfeito, do mencionado artista” — são palavras do ilustre governante. Ao ser instalado o Museu Histórico do Estado, obteve o seu organizador, dr. Eusébio de Sousa, viesse ela nele figurar. Daí, em 1970, veio para o Palácio da Abolição, onde se guarda, é admirada e orna o salão de recepções do Governo.

Mas o tempo cada dia se nos distancia dessa admiração da contemporaneidade da libertação de 1883. A cada instante se perde na relembração das gerações a identidade das fisionomias dos figurantes do quadro. E, hoje, nem é mais possível reconhecê-los todos. Quem o podia fazer, na quase totalidade já saiu da vida para o lado do Insondável.

Aproveitando notas do dr. Eusébio e valendo-me de pesquisas minhas, pude e posso apontar muitos, com a informação de seus traços biográficos feitos ao ligeiro.

Um esquema do quadro, abrangendo em perfil a nanquim as principais figuras retratadas, e de modo a indicar-se cada qual por um número, possibilitará o trabalho da desejada identificação. Basta confrontar este esquema com o original.

São estes os que identifico:

1 — Comendador Teodorico (Antônio Teodorico da Costa, pai). Farmacêutico. Nascido a 15 de julho de 1828, em Aracati. Político do Partido Liberal, foi deputado provincial, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza. Comendador da Ordem da Rosa. Por duas vezes, como Vice-presidente, dirigiu a Província, e na última teve o ensejo de presidir à sessão de 24 de maio. Faleceu em 25 de setembro de 1897.

2 — Dr. José Viriato de Medeiros.

3 — Comendador Acióli (Antônio Pinto Nogueira Acióli). Do Icó, onde nasceu em 11 de outubro de 1840. Bacharel em Direito de 1864, no Recife, Deputado Geral e Senador do Império e da República. Ninguém o superou em prestígio político no Norte do País. Ao Ceará presidiu em três quadriênios, até ser deposto do cargo em 24 de janeiro de 1912 por um revolução popular. Faleceu em 14 de abril de 1921, no Rio de Janeiro.

4 — Júlio César da Fonseca (pai). Aracatiense, nascido em 24 de agosto de 1828, tendo falecido nesta capital em 8 de junho de 1884. Major reformado do Exército.

6 — João Cordeiro. Porventura a figura máxima do abolicionismo no Ceará. Político de corajosas atitudes e de enorme prestígio. Foi Senador da República, amigo íntimo de Floriano Peixoto. Nasceu em Santana do Acaraú no dia 31 de agosto de 1842, e faleceu, em Fortaleza, a 12 de maio de 1931, aos 88 anos, portanto.

8 — Willian J. Ayres. Inglês que viveu no Ceará, como gerente do Cabo Submarinho (Western), identificando-se, integralmente, com a campanha abolicionista.

10 — Confúcio Augusto Pamplona. Comerciante de adiantadas idéias, em Fortaleza. Foi quem instalou e dirigiu a primeira empresa de telefones na Capital.

11 — José Joaquim Teles Marrocos. Nascido no Crato, em novembro de 1849. Professor. Latinista. Jornalista combativo e fervoroso adepto da libertação dos escravos. Faleceu em 14 de agosto de 1910, na então vila de Joazeiro do Norte.

13 — João Brígido (João Brígido dos Santos). A mais poderosa organização de jornalista, no Ceará. As suas atividades na Imprensa tornaram-no um respeitado, na verdade, um temido. UNITÁRIO, que fundou, foi a sua enxepugnável trincheira. "A dar combate a tudo e a todos. Num só tempo, contraditoriamente explosivo, ferino e frio, quer no estudo do passado, quer no trato do presente, agia sempre de acordo com os seus sentimentos, os seus pontos de vista, as suas inclinações filosóficos, políticas e pessoais." Nasceu em 1829 e faleceu em 1921. Advogado, historiador, mais cronista histórico que historiador, e de notável influência na política cearense.

15 — Francisco de Faria Lemos. Pernambucano, do Recife, onde nasceu em 23 de dezembro de 1828. Presidiu à sua Província, à do Ceará e à de Minas Gerais. Chefe de Polícia no Ceará e no Rio Grande do Norte. Desembargador do Tribunal de Relação do Ceará durante oito anos. Ministro do Supremo Tribunal Federal cargo em que se aposentou, em 1893. Faleceu no Rio de Janeiro em 7 de novembro de 1904.

16 — Henrique Théberge. Engenheiro. Um dos fundadores da Academia Cearense de Letras. Filho do historiador Dr. Pedro Théberge, francês que se radicou no Icó, tendo construído ali o Teatro e a Casa da Câmara e Cadeia Pública.

17 — Alfredo da Rocha Salgado. Grande comerciante. Educado no Europa, era um GENTLEMAN. Nasceu em Fortaleza (1 de agosto de 1855), onde faleceu em 13 de abril de 1947. Participou da campanha abolicionista do modo mais direto, por ela sempre empolgado.

18 — João da Costa Bastos. Comerciante de grande projeção em Fortaleza. Faleceu em 13 de fevereiro de 1912.

18 A — Antônio Felino Barroso. Comandou a Polícia Militar do Estado e por muitos anos exerceu o cargo de Escrivão de Órfãos e Ausentes, de Fortaleza. Pai de Gustavo Barroso. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 103 anos de idade.

19 — Barão de Aquirás (Gonçalo Batista Vieira). Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda, em 1843. Chefe do Partido Conservador no Ceará. Deputado Geral. Nasceu em Jucás (antigamente, São Mateus), em 17 de maio de 1819 e faleceu em Fortaleza, no dia 10 de março de 1896.

20 — Joaquim Manuel Simões. Comerciante em Fortaleza.

21 — José Albano Filho. Comerciante sócio, com o pai, da firma Albano & Irmão. Filho de José Francisco da Silva Albano (Barão de Aratanha). Cônsul da Alemanha, no Ceará. Nasceu em Fortaleza, onde faleceu em 1916. Pai do grande poeta José Albano e de Ildefonso Albano, deputado federal, Prefeito de Fortaleza e Presidente do Estado, completando o quadriênio (1920-1924) do Dr. Justiniano de Serpa.

22 — Luís Xavier de Castro. Foi notário público em Fortaleza. Substituto do velho tabelião Feijó. Nasceu em Fortaleza a 1 de julho de 1848 e faleceu em 17 de dezembro de 1918.

23 — Antônio Albano — Farmacêutico. Nasceu em Fortaleza, filho de Manuel Francisco da Silva Albano e Maria Teófilo Albano.

24 — Manuel Bezerra de Albuquerque. Nasceu em 23 de agosto de 1843. Tomou parte na luta contra o Paraguai, de onde voltou no posto de capitão. Reformou-se como major, em 1883. Republicano convicto, ajudou na implantação do novo regime no Ceará. Faleceu em 12 de abril de 1892.

25 — Martinho Rodrigues de Sousa. Professor, advogado, poeta, orador, jornalista, político de evidência decisiva. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Nasceu em

Canindé e faleceu em Porto Artur, Alto Purus, em 10 de agosto de 1908.

27 — Dr. Pedro de Queirós (Pedro Tomás de Queirós Ferreira), Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1880. Desembargador do Tribunal de Apelação do Ceará, homem de letras, outor de vários trabalhos literários e jurídicos. Nasceu em Beberibe a 5 de setembro de 1854 e faleceu em Fortaleza a 12 de julho de 1918. Pertenceu à Academia Cearense de Letras, sendo um dos seus fundadores.

30 — Miguelina Batista Vieira. Esposa do Dr. Ildefonso Correia Lima, médico e político, tendo sido deputado federal.

32 — Silvino Silva. Pai do Engenheiro Oto de Alencar, notável matemático cearense.

35 — Joaquim Feijó de Melo. Pernambucano, de Escada. Nasceu em 11 de fevereiro de 1837. Radicando-se no Ceará. Exerceu por longos anos o cargo de Tabelião Público de Fortaleza.

40 — Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira. Nasceu em 23 de outubro de 1849, nesta capital, onde foi comerciante. Político de muita projeção no Ceará. Filho de pai homônimo e pai de filho homônimo, que foi médico do Exército e Secretário de Estado no Ceará. Faleceu em 10 de abril de 1894.

41 — Pedro Nunes de Melo.

43 — Vitoriano Augusto Borges. De larga projeção no comércio e na sociedade de Fortaleza. Pai dos drs. Pedro Augusto Borges, médico, presidente do Ceará (1900 a 1904) e Frederico Augusto Borges, jornalista, deputado federal e notável abolicionista. Foi Guarda-Mor da Alfândega no Ceará. Nasceu em 8.8.1821 e faleceu em 14.9.1893.

45 — Prof. Lino Encarnação (Lino de Sousa Encarnação). Reputado educador, tendo-se diplomado pela Escola Normal do Ceará, da qual foi lente. Fundou e dirigiu, num verdadeiro sacerdócio, o velho e conceituado "Partenon Cearense." Nasceu em 28 de dezembro de 1851, no Ipu.

46 — Isaias Boris. Um dos chefes da Casa Boris (Boris Frères & Cie), empresa de matriz francesa e de enorme influência na vida econômica do Ceará. Fundada em 1869 e ainda hoje na plenitude de suas atividades mercantis.

51 — José de Barcelos. Nascido na cidade de Baturité, em 7 de julho de 1843. Mestre de humanidades e helenista de muita fama. Professor de Pedagogia e diretor da Escola Normal de Fortaleza e do Liceu do Ceará.

52 — Barão de Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire). Comerciante e possuidor de grandes cabedais, em Fortaleza. Político da maior projeção, governou a Província mais de uma vez, como Vice-Presidente em exercício. Chefiou o Partido Conservador no Ceará. Nasceu em Caucaia, no dia 18 de outubro de 1827 e faleceu no citado mês, em 1907, no Rio de Janeiro.

54 — Pedro Sampaio. Delegado de Polícia de Fortaleza. Tornou-se famoso nesse mister pela acuidade e espírito humano com que agia na preservação da ordem pública.

55 — Tito Rocha. Português naturalizado brasileiro. Comerciante em Fortaleza, em cujo meio granjeou as simpatias gerais. Deve-lhe a cidade a construção do Passeio Público, um dos logradouros, ao seu tempo, mais apreciados do norte do Brasil.

57 — Maria Georgina Nunes de Melo.

58 — Carolina Carlota de Castro Cordeiro. Esposa de João Cordeiro e uma das entusiásticas dirigentes do movimento da Abolição. Nasceu em 19 de junho de 1852 e faleceu em 4 de fevereiro de 1884. Era filha do médico José Lourenço de Castro e Silva, de grande reputação na sua época.

59 — Estefânia Nunes de Melo, segunda esposa de Alfredo Salgado. Nasceu em Fortaleza a 8 de setembro de 1865 e faleceu em 7 de março de 1919. Neta do Barão de Santo Amaro, o português Manuel Nunes de Melo, e filha de Antônio Nunes Teixeira de Melo e sua mulher Maria Firmina Nunes de Melo, falecidos, respectivamente, em 19 de fevereiro de 1879 e 19 de dezembro de 1878.

60 — Baronesa de Aquirás.

61 — Maria Tomásia Figueira Lima. A mais destacada expressão da mulher abolicionista. Sobralense, descendente das tradicionais famílias Figueira de Melo, Xerez e Viriato de Medeiros. Presidente da Sociedade das Senhoras Libertadoras. Líder das mais indiscutíveis qualidades.

62 — Elvira Pinho — Libertadora das mais corajosas. Nasceu em Maranguape, a 12 de julho de 1860. Professora de Música e espírito abertamente devotado às causas cívicas.

63 — Pedro Joaquim Barbosa. Comerciante do interessante estabelecimento comercial “Ship Chandler”, que o povo chistosamente chamava de Chico Pixane, nome que passou à família do proprietário. Estava a casa de comércio na esquina da Av. Alberto Nepomuceno (Rua de Baixo) e a Dr. José Avelino, outrora Rua do Chafariz.

65 — Joaquim Januário Jefferson de Araújo.

66 — José Gomes Barbosa. Comerciante.

68 — José Teodorico de Castro. Nasceu no Aracati em 8 de outubro de 1843. Comerciante. Falecido em 19 de março de 1901.

71 — Adolfo Herbestor. Engenheiro-Arquiteto, a quem Fortaleza deve incontáveis bons serviços no tocante ao seu planejamento urbanístico. Pernambucano descendente de pais suíços. Nasceu em 14 de maio de 1836.

72 — José Martiniano Peixoto de Alencar. Nasceu em Fortaleza a 18 de setembro de 1841 e faleceu em 1923. Fez a campanha do Paraguai, na qual muito se distinguiu. Deputado Provincial de 1882 a 1883.

73 — José Correia do Amaral. Ao lado de João Cordeiro, foi destemido comandante do batalhão antiescravista. Comerciante em Fortaleza, abriu, com o pai, o português João Correia do Amaral, a primeira loja de ferragens do Ceará. Nem um só minuto esteve ausente da gloriosa cruzada libertária. Nasceu em 23 de agosto de 1847, nesta capital, onde faleceu em 26 de junho de 1929.

74 — Dragão do Mar (Francisco José do Nascimento). Nascido no Aracati, em 15 de abril de 1839. Popularmente conhecido por Chico da Matilde, antes de tornar-se fomoso por sua atuação nos combates da Libertação. Exerceu o cargo de Prático de Barra, em Fortaleza, do qual foi injustamente demitido. Líder do movimento no setor praieiro. Faleceu em 6 de março de 1914 com as honras de 1.º Tenente Honorário da Armada.

75 — Manuel Albano Filho. Comerciante. Nasceu em Pacatuba a 9 de março de 1858. Faleceu em Fortaleza a 8 de agosto de 1887. Moço muito estimado em Fortaleza, popularmente conhecido por Manezinho.

76 — Monsenhor Bruno (Bruno Porto da Silva Figueiredo). De Aracati, onde nasceu em 6 de outubro de 1852 e faleceu no dia 29 de setembro de 1930. Grande latinista e genealogista. Membro do Instituto do Ceará. Paroquiou a sua terra natal durante longos anos.

77 — Filipe de Araújo Sampaio. Nascido em Itapajé, antigamente São Francisco da Uruburetama, no dia 13 de setembro de 1834. Tenente-coronel do Exército, posto em que se reformou. Desempenhou funções de chefia em Pernambuco e em Belém do Pará, onde faleceu em 27 de outubro de 1902.

78 — Pe. João Augusto da Frota. Ordenado no Colégio Pio Americano de Roma. Diretor da Instrução Pública e professor do Liceu do Ceará. Grande Cultura, notadamente nas matemáticas. Nasceu em Santana do Acaraú, no dia, 24 de maio de 1849.

79 — Comendador Luís Ribeiro da Cunha. Cônsul de Portugal no Ceará. Comerciante e grande proprietário.

80 — Barão de Studart (Guilherme Studart) O grande doutor da Historiografia do Ceará. Médico, deixou a Medicina para entregar-se afanosamente aos estudos de nossa História, que admiravelmente documentou. Nasceu em Fortaleza, no dia 5 de janeiro de 1856, e aqui faleceu em 25 de setembro de 1938. Líder Católico de arraigada convicção.

81 — Antônio Afonso de Albuquerque. Nasceu em Fortaleza no ano de 1852. Foi comerciante e guarda-mor da Alfândega, cargos em que se aposentou. Depois de ter vivido na Amazônia, voltou para esta capital, onde faleceu em 15 de novembro de 1903.

82 — General Tibúrcio (Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa). Nascido em Viçosa do Ceará, a 11 de agosto de 1837. Glorificou-se na guerra contra o ditador Lopes, do Paraguai. Homem de sólidos conhecimentos humanísticos e filosóficos, foi bem o tipo do militar culto. Faleceu no dia 28 de março de 1885. Teve atuação evidente no movimento abolicionista.

83 — Antônio Bezerra de Meneses. De Quixeramobim, onde nasceu em 21 de fevereiro de 1841, tendo falecido, em 28 de agosto de 1921, na sua casa do Distrito Barro Vermelho, desta capital, o qual lhe tomou o nome. Historiador seguro, de pesquisas sérias. Polígrafo, Jornalista e poeta. Membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, instituições culturais que ajudou a fundar. Um abnegado das campanhas em que se empenhava. Na abolição foi estrela de primeira dimensão.

84 — Barão de Aratanha (José Francisco da Silva Albano). Figura exponencial do comércio e da sociedade cearense. Nasceu em Fortaleza a 21 de maio de 1830, e aqui faleceu em 13 de junho de 1901. Digno representante da estirpe ilustre dos Albanos.

85 — Almino Alvares Afonso, Rio-grandense-do-norte radicado no Ceará. Nasceu na cidade de Patu que atualmente tem seu nome, em 17 de abril de 1840. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Magistrado. Procurador Fiscal da Fazenda, cargo de que foi demitido por ter acompanhado o movimento de extinção do elemento servil. Grande orador, latinista, homem de letras. Foi Senador pelo seu Estado. Faleceu em 13 de fevereiro de 1899.

87 — Antônio Martins (Antônio Dias Martins). De Fortaleza, nascido em 16 de junho de 1852. Jornalista, poeta e primoroso cronista. Faleceu em 31 de março de 1895, nesta capital.

88 — Isac Correia do Amaral. Nascido em Fortaleza a 18 de setembro de 1859. Estudou engenharia na Alemanha, sem contudo diplomar-se. Projetista e construtor, a sua cidade natal recebeu intensamente os influxos de sua técnica e arte.

89 — Justiniano de Serpa. Fulgurante inteligência a serviço da esmerada cultura. Professor de Direito. Jurisconsulto. Deputado Federal pelo Estado do Pará em várias legislaturas. Presidiu ao Ceará, tendo falecido sem terminar o mandato (1920-1924) em 1 de agosto de 1923. Nasceu na cidade de Aquirás, em 6 de janeiro de 1856.

90 — Frederico Augusto Borges. Bacharel em Direito, nascido em Fortaleza a 7 de abril de 1853. Promotor Público. Jornalista, Deputado Federal pelo Ceará em várias legislaturas. Advogado, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Orador fluente. Faleceu, nesta capital, em 11 de março de 1921.

91 — Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos. Nasceu em 16 de novembro de 1842, em Fortaleza. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Jornalista, Deputado provincial e proclamada a República, Deputado à Constituinte Federal. Faleceu em 17 de julho de 1896, quando representava o seu Estado na Câmara Federal.

CAPÍTULO XX

A IDEIA TRIUNFA

Reduzido a pó o bastião mor da fortaleza escravista, caíam, pouco a pouco, os demais redutos de resistência.

A soldadesca libertária invade em cheio o interior da Província e conflagra as cidades e os campos. Aque, ali, além, o ruído de uma vitória, outra pérola a engastar-se no luzente colar da redenção.

Quando terminou o ano, o somatório era de todo animador, pois a coluna das vantagens subira muito. Em 21 dos 58 municípios, os desventurados carapinhas se haviam transformado em cidadãos.

Soure (3 de junho), Pedra Branca (8 de junho), Pereiro (27 de setembro), Vila Viçosa (29 de setembro), Canindé (4 de outubro), S. Benedito e S. Pedro da Ibiapina (11 de outubro), Várzea Alegre (22 de outubro), Pentecoste (8 de dezembro) — eis a série cronológica das conquistas.

Na libertação de Canindé o trabalho coube a Cruz Saldanha, seu filho ilustre. A Libertadora fez-se representar por ele, Antônio Bezerra, Frederico Borges, José Marrocos e as senhoras Francisca Nunes Cruz, Joana Antônio Bezerra, Maria Teófilo de Moraes, Maria Nunes Façanha e Lina Josefina Bezerra. Aproveitaram o dia do padroeiro — o São Francisco miraculoso — para que tivesse o ato repercussão retumbante, como de fato aconteceu.

Para ali convergira um grupo de escravos, uns vinte foragidos do Piauí, e apelaram para os libertadores na sua aflição de fugitivos, entre rogos desesperados.

“Os pretos continuavam a chorar e maldizer-se, — conta Antônio Bezerra — quando o Dr. Frederico Borges concordou com os demais companheiros presentes que se atendessem ao pedido daqueles infelizes. Mandou vir papel e, ordenando ao 1.^o Secretário que escrevesse o que ele mandasse, começou a passar de um para outro lado da sala, ditando as cartas seguintes, que foram todas do mesmo teor: ‘Nós abaixo assinados, membros da terrível associação Libertadora Cearense, restituímos à liberdade o cidadão Fulano, e ordenamos-lhe se, pretendendo voltar à terra de sua residência, o seu ex-senhor quiser obrigá-lo ao cativoiro, o poderá matar com uma faca bem grande que lhe atravessasse o coração de uma banda para a outra. Canindé 5 de outubro de 1883’ (Assinaturas) Os pretos riram de verdadeira alegria e quase no mesmo dia voltaram para donde vieram e não tardou que eles chegassem a Fortaleza em plena liberdade, pois que os seus senhores, em vista daquele documento, não os quiseram mais conservar em sua companhia.” (1)

Era o absurdo batendo o absurdo, comenta Bezerra.

Meses antes os libertadores haviam enfrentado, outra vez de peito aberto, a reação do governo, no caso do Conselheiro Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, do Maranhão, que desejou reembargar uma escrava escape de bordo e nisso interessou o Chefe de Polícia, Dr. Benjamim de Oliveira Melo. Obtida ordem de habeas-corpus, pela Libertadora, em favor da preta Francisca, aquela autoridade se negou a cumpri-la. O Juiz, Dr. Joaquim Barbosa Lima, representou contra o D. Benjamin ao Tribunal de Apelação que o mandou processar.

A escrava não embarcou, afinal.

Bem costumava dizer o Presidente Sancho de Barros Pimentel que a Libertadora era o escolho onde naufragavam as administrações.

Mas, para compensação de tudo, viera presidir à Província o Dr. Sátiro de Oliveira Dias, médico baiano. Tomou posse

1) — O Ceará e os Cearenses, cit., p. 65.

no dia 21 de agosto e confirmou no cargo a sua profissão de té abolicionista, feita em 1869 na inauguração da Libertadora Baiana Sete de Setembro. Consultado sobre sua nomeação, por intermédio do Ministro da Justiça, Dr. Prisco Paraíso, explicara-lhe que iria para o Ceará com o intuito decidido de tomar a iniciativa na questão da escravidão, porém não aceitaria a indicação, se tal pudesse ferir a posição do governo geral em face do problema.

“Esperei a resposta e não a tive, esclarece o Dr. Sátiro, e levei a evasiva à conta do *pode ser que sim pode ser que não*, muito em voga nas altas regiões, e que, não obstante, me decidi a tomar a resolução de embarcar para o Ceará e ali proceder de acordo com as minhas próprias inspirações.

“Quando estava isto definitivamente assentado no meu espírito — diz o ilustre ex-governante — recebi a visita do meu distinto amigo, o falecido Almirante Carneiro da Rocha, que me aconselhou a disistir da presidência. S. Excia. voltara do Norte dias antes e estivera no Ceará. — ‘Aquilo é um vulcão, disse-me textualmente. Vai talvez suceder-lhe pior que aos seus antecessores. Não vá lá!’

Mas veio.

O clima oficial, portanto, amenizou-se para a campanha, e foi à suavidade dessa temperatura que amanheceu o dia 1 de janeiro de 1884, o terceiro Ano Novo da confraternização pelo ideal da igualdade “a aurora trouxe mais arrebois e o seu coche de rosas, mais incrustado de ouro e safiras, anuncia o derradeiro estrebuchar da escravidão nesta heróica plaga do Brasil!”

No dia 2, Sobral, o mais numeroso foco de cativeiro da Província, rompia os ferros, aliviando os últimos pulsos algemados. No mês de janeiro, também Trairi, Santa Quitéria, Aracati, Cachoeira, Lavras, Tamboril, Santana, Independência, Camocim, Cascavel, Morada Nova, Acaraú.

S. Bernardo das Russas e Granja a 2 e 10 de fevereiro.

Restava desferir o golpe final, que seria a 25 de março, o dia da anunciação da Virgem Santa. Passou a ser assunto

no dia 21 de agosto e confirmou no cargo a sua profissão de té abolicionista, feita em 1869 na inauguração da Libertadora Baiana Sete de Setembro. Consultado sobre sua nomeação, por intermédio do Ministro da Justiça, Dr. Prisco Paraíso, explicara-lhe que iria para o Ceará com o intuito decidido de tomar a iniciativa na questão da escravatura, porém não aceitaria a indicação, se tal pudesse ferir a posição do governo geral em face do problema.

“Esperei a resposta e não a tive, esclarece o Dr. Sátiro, e levei a evasiva à conta do *pode ser que sim pode ser que não*, muito em voga nas altas regiões, e que, não obstante, me decidi a tomar a resolução de embarcar para o Ceará e ali proceder de acordo com as minhas próprias inspirações.

“Quando estava isto definitivamente assentado no meu espírito — diz o ilustre ex-governante — recebi a visita do meu distinto amigo, o falecido Almirante Carneiro da Rocha, que me aconselhou a disistir da presidência. S. Excía. voltara do Norte dias antes e estivera no Ceará. — ‘Aquilo é um vulcão, disse-me textualmente. Vai talvez suceder-lhe pior que aos seus antecessores. Não vá lá!’”

Mas veio.

O clima oficial, portanto, amenizou-se para a campanha, e foi à suavidade dessa temperatura que amanheceu o dia 1 de janeiro de 1884, o terceiro Ano Novo da confraternização pelo ideal da igualdade “a aurora trouxe mais arreboís e o seu coche de rosas, mais incrustado de ouro e safiras, anuncia o derradeiro estrebuchar da escravidão nesta heróica plaga do Brasil!”

No dia 2, Sobral, o mais numeroso foco de cativeiro da Província, rompia os ferros, aliviando os últimos pulsos algemados. No mês de janeiro, também Trairi, Santa Quitéria, Aracati, Cachoeira, Lavras, Tamboril, Santana, Independência, Camocim, Cascavel, Morada Nova, Acaraú.

S. Bernardo das Russas e Granja a 2 e 10 de fevereiro.

Restava desferir o golpe final, que seria a 25 de março, o dia da anunciação da Virgem Santa. Passou a ser assunto

quase único a preparação da gloriosa data. Antônio Martins havia escrito o Hino da Redenção, encaixado em música de composição do maestro Pedro Gomes do Carmo, e os ensaios repetiam-se.

Cantá-lo-iam as cristalinas gargantas de Maria Teófilo, Isabel Teófilo Vieira, Sabina Teófilo Padilha, Amélia Vieira Teófilo, Maria Teófilo Padilha, Benvinda Xavier de Castro, Leopoldina da Frota, Ana Dias Ribeiro, Maria Marques Porto, Maria Herculana da Silva Amorim, Maria Petronília de Aquino, Maria Alves de Oliveira, Maria Salomé da Silva e Antônia Xavier de Castro.

A Colônia Portuguesa da Capital mandara gravar em Paris riquíssimo livro, do mais puro labor artístico, para nele ser lançada o ata da libertação final.

Centuplicave-se a iluminação das ruas e das casas, erguiam-se arcos triunfais de maravilhoso feito.

Os jornais consagrariam edições de luxo ao evento fulgurante e não se contavam as sugestões e idéias para vestir a cidade com as lantejoulas dos mais caprichosos adornos.

Cada município iria ser representado no desfile magno, por gentil senhorita e todas as aprestavam da melhor forma, a esperar, nervosas, que o momento chegasse. Chama-lhes os jornais os “Anjos do Quadro de Luz, encarnação brilhante do nosso patriotismo.”

A notícia da magnificente comemoração corria mundo e lá de Londres, todo orgulhoso, mandava dizer Nabuco aos da Libertadora, em carta primorosa, de 20 de fevereiro:

“Chega-me de diversas partes a notícia de que no dia 25 de março a província do Ceará ficará *para sempre*, livre da desonra e do opróbrio da escravidão

“Não quero que a minha voz deixe de perder-se no coro de admiração e entusiasmo com que de todos os cantos do Brasil o nome cearense será saudado naquele dia.

“Não há em nosso passado desde a Independência uma data nacional igual à que a província do Ceará vai criar.

“Longe como infelizmente me acho do Brasil, posso todavia dizer que não passou um único dia neste meu afastamento da pátria, em que a esperança de vê-la livre da escravidão não me deixasse indiferente ao meu destino individual.

“O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda — o Brasil da Liberdade; mas modifica tão profundamente o Brasil da Escravidão, que se pode dizer que a sua nobre província nos deu uma nova pátria.

“A imensa luz acesa no Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade.

“As outras províncias hão de querer imitar o exemplo, já que não souberam tomar a iniciativa. Os brasileiros hão de reconhecer no Cearense o precursor da transformação nacional, — o filho de uma terra onde não há mais propriedade sobre o homem, sobre o próprio compatriota; e da emulação que essa superioridade — a maior que os filhos de uma província já tiveram em nossa história sobre os das outras todas — resultarão no futuro novos e extraordinários esforços, à maneira dos jangadeiros e dos Cearenses, para alargar o solo livre do país e restringir a área negra da instituição maldita.

“No meio da emoção popular que há de causar o anúncio do que a escravidão desapareceu, para nunca mais ressuscitar, do solo Cearense a província toda há de recordar com admiração os primeiros resultado colhidos e os nomes dos organizadores do movimento de 1880 e 1881, que depois se tornou anônimo, caudal e irresistível.

“A Sociedade Libertadora Cearense há de ter na consumação gloriosa de 25 de março uma verdadeira coroa cívica!

“O governo procura cumprir o seu dever para com o país, fazendo barões e viscondes os senhores que foram escravos. Os serviços relevantes prestados ao Brasil e à humanidade pelos que organizaram o movimento libertador do Ceará, estão muito acima dos limites, quaisquer que sejam de aristocracia adventícia e híbrida, e só podem ser pagos numa moeda — a gratidão nacional.

“Agora, um pedido instante. Não deixem esse movimento em favor da liberdade humana cessar — porque a província ficou livre. Não deixem apagar-se esse fogo sagrado — porque ele já consumiu em suas chamas regeneradoras a podridão servil dentro do Ceará. Façam da Província Emancipada a praça forte do Abolicionismo no Brasil. Mostrem que o patriotismo, que os animou, não foi só local e Cearense, foi nacional e Brasileiro; façam a voz do Ceará ecoar em nosso Parlamento como a de uma província livre, que não cesse de chamar as províncias de escravos à comunhão da liberdade, e não descansem enquanto não tiver também o seu 25 de Março!

“O Ceará não é separatista, graças a Deus; e por isso nenhum Cearense deixará de sentir no dia da emancipação da província, misturado com a satisfação e contentamento e uma grande obra humanitária pacificamente realizada na mais completa unanimidade de sentimento, o pesar do Brasileiro — que continua a ver no seu próprio país, nos mercados e senzalas da escravidão, um milhão e duzentos mil entes humanos — porque não dizer um milhão e quinhentos mil? equiparando aos escravos perpétuos esses *escravos*, até aos vinte e um anos chamados ingênuos nos leilões judiciais de escravos.

“Pois bem. O Ceará está livre: agora o seu dever e a sua honra é não poupar sacrifícios nem esforços para atrair a si o resto do Brasil, do qual tão brilhantemente se destacou.

“Honra ao Ceará!” (2)

De todas as localidades do interior se recebiam informações de que as providências logravam bom êxito para os fins da festa grandiosa

“Venham todos — convidava o *Libertador*. Grandes e pequenos, ricos e pobres devemos concorrer na proporção de nossas forças para a maior solenidade possível desse dia, que tem de ficar gravado como um marco em nossa história, sinal

2) — Esta carta acha-se exposta no Museu Histórico do Ceará, oferta do Professor Dias da Rocha. O seu teor foi transcrito pelo *Libertador*, ed. de 25 de março.

de que uma nova era se abre a esta província. A festa é popular como todas as festas em honra de uma causa santa.”

As lojas comerciais anunciavam os seus artigos para o dia 25 de março, e nas vésperas os preparativos se aceleraram principalmente na Praça Castro Carreira — a Praça da Estação — com o aproveitamento do pavilhão do Grande Circo Americano. (3) Debaixo dele, armado no centro do logradouro, seria realizada a solenidade oficial da libertação, e nesse arranjo trabalhavam estafantemente a Fraternidade e Trabalho e a Classe Artística, sob a orientação de José do Amaral, Rodolfo Teófilo, Dr. Henrique Théberge, Heráclito Sousa Leão, José Severiano de Oliveira, Francisco Cerqueira Mano e Cândido Alves Maia.

“O que parecia um sonho — publicava a *Gazeta do Norte* — uma utopia aos olhos dos escravagistas, foi realizado com o único concurso de nossas forças e atividades. A voz dos profetas da emancipação ecoou nas cidades e nos caminhos desertos, descobrindo o quadro doloroso da escravidão e derrocando as ruínas desse colosal monumento, página negra da história, que como um fatal estilete sangrava as artérias das instituições do país.”

A cidade não cabia dentro na concha do seu tamanho nos desabafos do seu júbilo. Adejavam sobre o seu pequeno povo as dinvidades da Alegria e da Beleza com todas as suas inspirações e magias.

3) — Companhia Equestre e Ginástica, de João Gomes Ribeiro, fazia dias localizada naquela praça; esquina da Rua General Sampaio com a Rua Castro e Silva (antiga Rua das Flores).

CAPÍTULO XXI

A D E C L A R A Ç Ã O

O cântico guerreiro de Strasburgo, desde o primeiro instante, foi invocado pelos libertadores como o seu brado de coragem e fé. *Le jour de gloire...*

Passados três anos de suor e ânsia, chegava o Triunfo na sua carruagem de damascos e pedrarias.

Impossível traduzir e resumir o modo e o tamanho das vibrações de regozijo na capitalzinha de 30 mil pessoas.

Só quem viveu aquelas incendidas horas o narraria fielmente, desde as alvoradas das bandas marciais acordando de porta em porta as autoridades, os Bispos, os redatores dos jornais, os sócios da Perseverança e Porvir na rua *Rocha Negra*, até noite alta, com perdidos grupos a vaguear pelas ruas cansadas, como à espera de que alguma coisa viesse mais ao seu ainda não satisfeito contentamento.

Febris dias os da execução de programa esmeradamente traçado, em exageros de minúcia. Para o da véspera, para o dia glorioso que iria “abrir um ciclo épico no livro de oiro dos destinos de um povo”, para os dois crástinos de 26 e 27 não se dispunha de um só minuto para qualquer intercalação.

Nessa mesma véspera, como que introdutória, foram chamados a comungar dos festejos os indígenas da cidade, aos quais se ofereciam refeições apetitosas, “divinos ágapes da igualdade social”, sob as bênçãos de D. Joaquim José Vieira, com 58 convivas de cada vez, personificando os infelizes escravos das 58 comunas da Província. Na chácara de José Albano Filho, no Outeiro (Aldeota) outras distintas mesas enor-

mes eram servidas por Maria Tomásia e diversas damas, “heroínas da caridade.”

Outras, no Instituto Cearense de Humanidades, por Maria Fagels de Castro Chaves, auxiliada por “angélicas senhoras.”

Comensais, em número de 348, alimentaram-se do festim confraternizante. “O mendigo matou a fome e o indigente prelibou a felicidade.”

As quatro e meia da tarde efetuou-se a primeira marcha cívica, puxado à sua frente monumentoso carro alegórico, “com as suas nuvens de gaze e seda, conduzido por quatro cavalos ruços guiados a mão e elevando sobre o trono três lindas cearenses simbolizando, no esplendor do seu triunfo, a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade.” Seguiam-no os das Cearenses Libertadoras, todas vestidas de branco, flor ao cabelo, formando alas ao pé dos passeios. Na mesma ordem, atrás, os libertadores e os abolicionistas, também de branco, boné da mesma cor, mostrando no ombro esquerdo a cruz dos Cavalheiros de S. João d’Acre e à mão direita a lança encimada por miniatura da bandeira nacional.

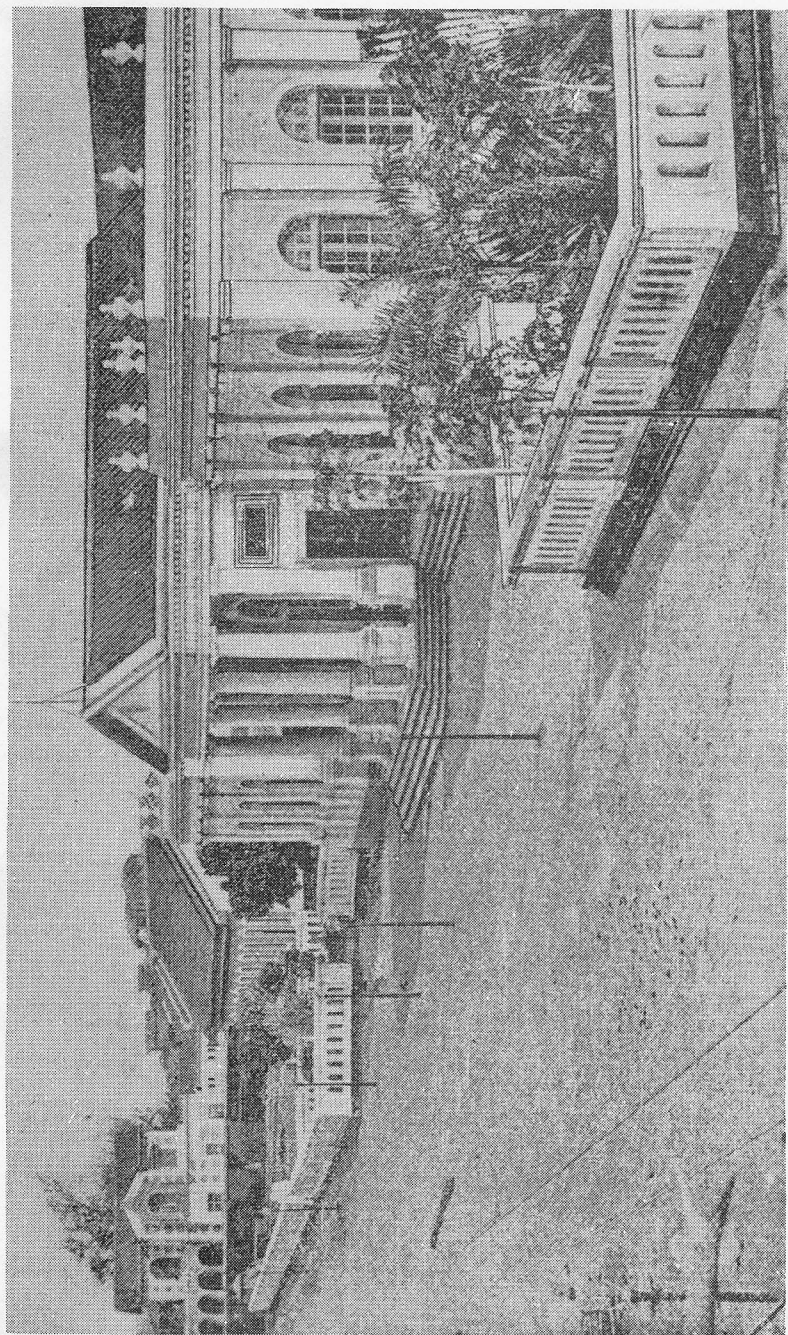
Dois batalhões de infantaria, a banda marcial e o povo completam o préstito, que se estira e move pelos logradouros regurgitantes, iluminados “à luz simples”, porque “se reservavam para as noites de 25, 26 e 27 os esplendores e deslumbrantes da grande iluminação a *giorno* e a capricho.”

As 8 horas, no Passo da Assembléia Legislativa, “magnífico e primoroso concerto.”

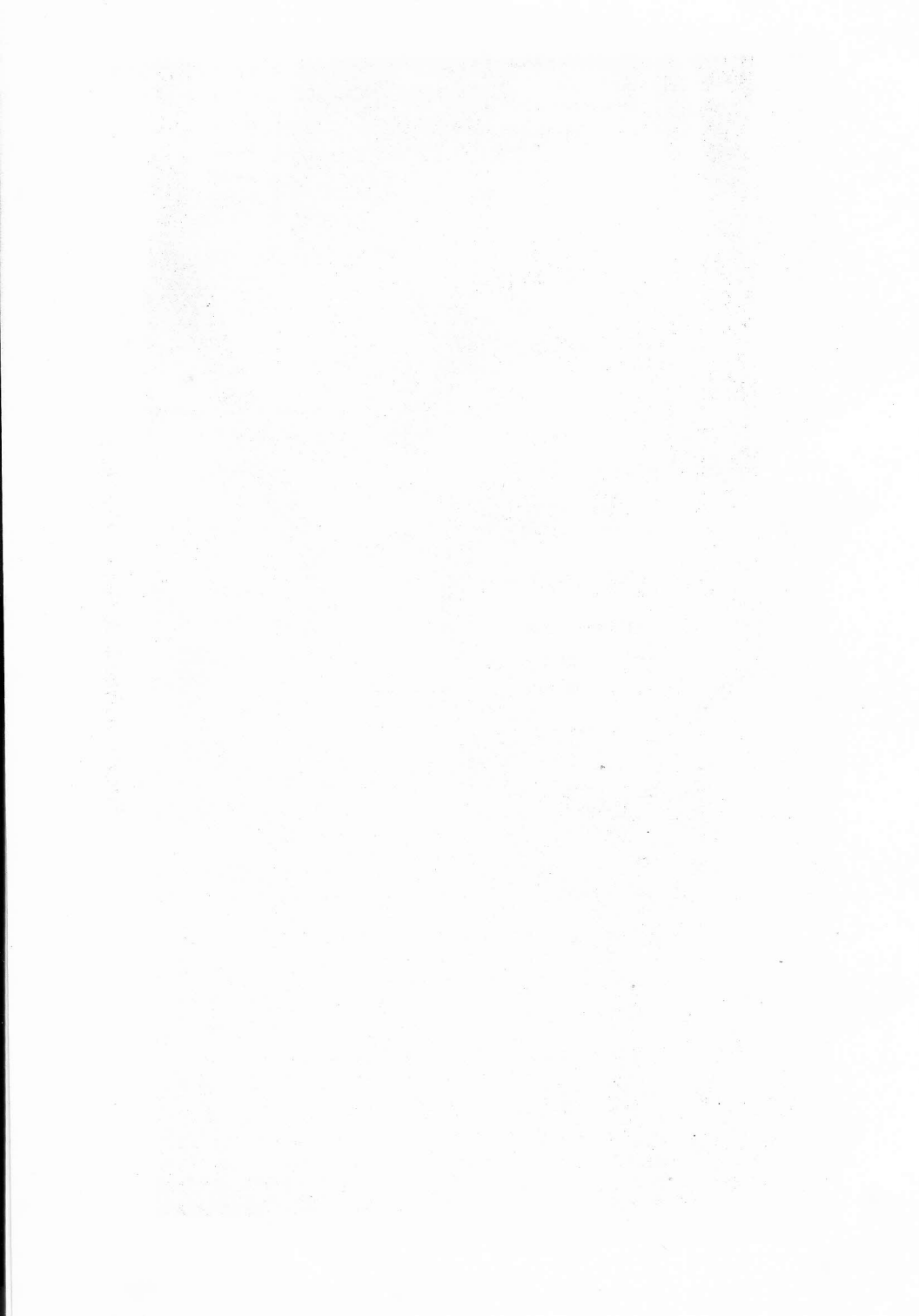
Eis que surge o dia 25, anunciado pelas salvas da fortaleza e as trombetas e tiros do 11.º Batalhão e da Força Policial, esplêndida manhã de sorrisos, prateada de sol, movimentada de bandeiras e flores, como um domingo de ramos para a passagem do Messias.

A sessão solene da redenção da Província começaria às 12 horas no pavilhão armado na Praça Castro Carreira, cuidadosamente decorado

Primeiro, dão entrada, na majestade das suas púrpuras, o Arcebispo D. Luís dos Santos e o Bispo D. Joaquim, recém-chegado ao Ceará (desembarcara fazia um mês), recebidos



Estação da Estrada de Ferro – Fortaleza



com saudações calorosas pelo fremente auditório, onde se viam os cônsules dos diversos países credenciados, os jornalistas, os libertadores e mais quem pôde penetrar, rompendo os cor-dões de isolamento.

Oferecendo admirável contraste naquele ambiente de tan-tas efusões, ostentavam a sua beleza e graça as 58 represen-tantes das cidades e vilas libertadas, trazendo as suas vestes alvas e, a tiracolo, o laço azul “onde se lia em letras de oiro o nome do município, empunhando lindos estandartes simbólicos dos ramos principais da lavoura de cada uma des-sas circunscrições municipais.”

Homenagiadíssima, aparece Maria Tomásia, “a incansá-vel protetora dos cativos”; e, logo mais, alvo de consideração e palmas, o Presidente Sátiro de Oliveira Dias, que é levado à mesa. Fica-lhe à direita o Senador Castro Carreira, o Chefe de Polícia, os homens da imprensa e, à esquerda, os Prelados Católicos, o Vigário-Geral e o Corpo Consular.

Abre a sessão o ilustre governante que é aclamado sócio benemérito da Libertadora, e ao terminar o seu expressivo e caloroso discurso convida os assistentes a levantarem-se pa-ra ouvir a declaração imorredoura: A PROVÍNCIA DO CEARÁ NÃO POSSUI MAIS ESCRAVOS!

Não era uma lei que se decretava, era uma Declaração de Direito da Liberdade. Não se consubstanciava na letra de um diploma legal, que a tanto faltava atribuição ao Presidente da Província e até mesmo ao Legislativo Provincial. Eram pa-lavras que se pronunciavam com o vigor e substância das frases que ficam no bronze da História.

“É indescritível então o que se passou! Aclamações gerais de prazer e entusiasmo cobriam a voz do orador; um como que delírio de alegria se apoderou de todos os ânimos.”

Comunicada pelo telefone à fortaleza de Nossa Senhora, (1) a proclamação teve eco no troar dos canhões, no repique

1) — Coube ao Sr. Carlos Monteiro de Sousa, concessionário das linhas telefônicas do Pará, a “honra e glória de dar a voz de fogo à bateria da Fortaleza de N. Senhora d'Assunção, que imediatamente salvou com 21 tiros, anunciando à Cidade e ao Oceano tão grande aconteci-mento”. Instalara ele previamente no pavilhão da festa o aparelho ligado à fortaleza.

alvissareiro dos sinos, no murmúrio da multidão, no descompassado pulsar do coração de todos.

Lá muito longe, fronteiras além pelos fios do cabo submarino e do telégrafo, a mensagem de júbilo ressoava na alma dos cearenses ausentes e na de quantos brasileiros já de alma aberta às efluências salutares do abolicionismo. (2)

Depois, uma série de orações esbraseadas, como a de Antônio Martins, “conciso e imensamente feliz”, em nome da Perseverança; a de Maria Tomásia, “em frases singelas e angélicas”, pelas “Cearenses Libertadoras”; e do Dr. Gonçalo de Lagos, pelos jornais *Constituição*, de Fortaleza, e *Diário de Notícias* e *Província do Pará*, de Belém; a do Dr. Lassance Cunha, “filho e representante da Província do Rio de Janeiro”; a do Dr. Guilherme Studart, pelo corpo de cônsules e pelo governo inglês; a do Cap. Manuel Bezerra de Albuquerque, pela Libertadora Militar e pelo 15.º Batalhão, “cujos companheiros d’arma compartilham as alegrias do triunfo”; a de João Brígido, pelo *Diário do Grão-Pará* e *Diário de Belém*; a de Confúcio Pamplona, pelo *Reform Club*; a de José Mariano da Costa Nunes, pela loja maçônica Igualdade; a de Almino Afonso, em nome de associações libertadoras nortério-grandenses; a do Padre Góis, pela Província da Bahia; a de João Lopes Ferreira Filho, pela Abolicionista Cearense da Corte; a de Antonieta Gurgel (3), pelo Município de Messejana.

Antônio Bezerra, “alma de poeta e verdadeiro bardo das campanhas abolicionistas”. Sousa Melo, “coração sempre aberta às grandes causas”, e Francisca Clotilde recitaram versos próprios; e só às três e meia terminou a delirante solenidade.

As 5 horas oficiou-se *Te-Deum* votivo, com magistral sermão do Padre João Augusto da Frota pedindo as graças de Deus para a Primeira Província Livre do Império Brasileiro.

2) — João Cordeiro recebeu, assinado pela Confederação Abolicionista, pela **Gazeta de Notícias** e por João Clapp, do Rio, este telegrama, além de muitos outros: “Entusiasmo geral. Concurso esplêndido do povo. A idéia da libertação do Ceará é recebida de um modo sem precedente. Todos compreendem que é a aurora da libertação geral. Glória ao Ceará!”

3) — Antonieta de Alencar Gurgel Castelo Branco, mãe do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República no período que se seguiu à Revolução de março de 1964.

No dia 26, novas e sensacionais comemorações. Recepção da Libertadora, festival da Classe dos Caixeiros, passeata do Clube Abolicionista Caixeiral, numa loucura de ovações e vivas.

A 27, o último do programa, vamos dizer da agitada orgia cívica, foram homenageados de maneira muito singular os detentos da Cadeia Pública, com a visita do Presidente da Província, do Chefe de Polícia, do Bispo Diocesano, acompanhados de comissões das sociedades libertadoras e numerosos cavalheiros e senhoras.

Cinquenta e oito detentos, personalizando as 58 divisões administrativas da Província, em cena comovente, falam pela boca do companheiro Anacleto, “a quem o dever fez mártir e a quem a justiça social reservou, como recompensa do seu louvável procedimento, as desgraças do cárcere, dizendo da sua desdita, mas confessando-se feliz por ver apagada, do chão do seu Ceará, a pegada ignominiosa do Átila da Escravidão.” — “Vivendo, como sabeis, nesta dolorosa masmorra, tropeçando a cada momento pelo peso das atribuições e angústias, não pude isentar-me de vir, em nome de meus infelizes companheiros, agradecer do íntimo d’alma o prazer que nos causastes em terdes vindo visitar esta casa de dor e deixar em nossos corações, embora amargurados, uma vivificante lembrança de tão faustoso dia.”

Quem proferia estas palavras era o futuro professor e educador Anacleto Cavalcante Pereira de Queirós. Ainda adolescente e analfabeto, voltando certa vez de uma caçada, — morava no sertão — encontrou a irmã mocinha a ser espancada por um tio que os criava a ambos, em orfandade triste. Revoltado, e depois de igualmente sofrer chicotadas do velho irritado, com a espingarda o matou em defesa incontestável. Fugiu para a Capital e desta procurou a Amazônia, ficando em Belém, onde assentou praça nas fileiras do Exército. Frequentou a escola e aprendeu.

Mas, já sargento, teve que responder a processo criminal e foi condenado a 14 anos de prisão. Ensinava na Cadeia de Fortaleza e, fora desta, acompanhado de sentinela, a rapazes

e moças em seus próprios lares. Doze anos decorridos, conseguiram-lhe o indulto, porém briosamente não o aceitou.

Cumprida a sentença e já muito conhecido e estimado, fundou um pequeno colégio — o Ginásio Cearense, que transformou num dos mais reputados estabelecimentos de ensino do Ceará. Ainda hoje é relembrado o seu nome, como paradigma de mestre-escola devotado e austero.

Ao concluir, foi Anacleto cumprimentado por Sátiro Dias: “Chamei-o para apertar-lhe a mão. O poder público e a sociedade não descem, mas se elevam, apertando a mão do infortúnio.”

Por todos os recantos, crescia a exultação popular.

“A tarde, cedo,” começam os aprestos do desfile que encerraria tantas demonstrações de patriotismo e calor por uma causa tão enobrecedora.

Carros triunfais, os sons do hino da Libertadora, a gente nas ruas, o sorriso nos lábios, tudo era claridade naquela tarde de pesadas nuvens e trovões reboantes de um inverno que se denunciava promissor.

O carro principal, “com dezesseis palmos de comprimento sobre doze e meio de altura, era franjado de nuvens, adornado de escudos com o nome dos 58 municípios cearenses, deslumbrante de galas, sobrepujado de troféus... Parecia exceder todas as fascinações do belo, todos os deslumbramentos da grande e engenhosa criação artística do primoroso talento do nosso prezado consórcio e amigo Antônio da Rosa e Oliveira” — descrevia o *Libertador*.

Ornavam-no três belas jovens — sempre o mesmo acariciado simbolismo, — caracterizando a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade: respectivamente, Maria de Moraes, de irradiante simpatia, “empunhando a espada como quem vinga uma afronta e reivindica um direito;” Inês Maria da Anunciação, “negra, mas formosa como a filha de Jerusalém,” centralizando os aplausos na mais autêntica encarnação da raça africana redimida; e Amélia Vieira Teófilo que, “com o porte e a majestade de uma deusa, desfraldava aos ventos o estan-

dar da República do Equador e parecia imprimir no coração do povo o heroísmo de seus mártires.”

Após o carro vinha o estandarte da Libertadora, guardado pelos Cavalheiros de S. João d’Acre — José Albano Filho, no centro, Cruz Saldanha, à direita, e João Tibúrcio Albano, à esquerda. Em seguida, o da Perseverança, o da Liberdade e Heroísmo, o do *Reform Club*.

Os “Anjos do Quadro de Luz,” os cônsules, as autoridades, o clero secular, a imprensa, o corpo de comércio, as associações abolicionistas e finalmente o povo formavam o lastro daquela imponente movimentação apoteótica.

Quando ao lusco-fusco a parada atingiu o seu ponto terminal — a Praça da Estação, eis que do prédio da Estrada de Ferro jogam sobre ela, em surpreendente efeito, a luz de potentes holofotes, o que levou Almino Afonso a exclamar arrebatadamente: “A noite fez-se dia e o sol nasceu do ocaso!”

“A Liberdade renovava o prodígio do Libertador da Galiléia, pára o sol no seu curso e dava ao dia da Pátria as auroras celestes da imortalidade” — escreveu um repórter testemunha do fato emocionante.

Dobrados cem anos, ainda se sente na leitura dos jornais do tempo a mais forte impressão de entusiasmo pelo amor e veemência inquebrantáveis que dominavam aqueles nossos antepassados na defesa de direitos tão humanos.

E refira-se que as homenagens finais, já fora dos dias do programa, se voltam para a jangada, que a sublimação da cruzada acabara transformando na sua simbolização maior.

O “frágil lenho” de Alencar, vencendo as ondas dos “verdes mares,” vencera igualmente as ondas da fama, tal como esta, pelo mesmo fenômeno de psicanálise, havia de transfigurar em Dragão do Mar o Chico da Matilde.

Dessa forma sublimados, um e outro, coincidentemente àquelas mesmas horas, sulcavam envaidecidos as águas da Guanabara e depositavam nos braços do Brasil os troféus da vitória arrebatada pela Terra da Luz!

“Foi estrondosa a repercussão do acontecimento em todo o Brasil — vamos concluir este capítulo com palavras de Sátiro Dias — e por isso mesmo a reação escravagista alçou o colo e nada poupou para o denegrir e amesquinhar. O próprio ministério se sentiu abalado pelo embate dessa reação, e eu me exonerei da presidência que deixei a 31 de maio. Descansando alguns dias na Bahia, fui ao Rio de Janeiro. Desejava ver-me acusar de perto, e queria julgar do efeito do libelo no grande centro da opinião nacional. Da condenação do governo já me não temia; porque de dois ilustres membros do gabinete recebera telegramas de aplauso à minha conduta.

“O nobre Sr. Cons. Antunes Maciel, ministro do Império, me escrevera logo a 26; ‘Felicito a V. Exa. por estar presidindo hoje uma província sem escravos e a província, pelo novo regime de trabalho que lhe é aberto pela ausência do elemento servil.’ Isto honrava o seu espírito liberal. E o Sr. Afonso Pena, Ministro da Agricultura, tendo-me telegrafado na mesma data, em tom doutrinário e esquivo, que a emancipação dos escravos em uma província, guardado o respeito devido à lei e à propriedade, era um fato auspicioso para todo o império,’ logo a 27, vencido pela opinião triunfante exprimia-se assim, em outro despacho: — ‘Todos os telegramas recebidos e publicados com excelente impressão. Aqui grandes festas e contentamento geral.’

“Do Imperador, que me recebeu num dos sábados tradicionais da varanda de S. Cristóvão, ouvi este expressivo conceito: — ‘O senhor fez no Ceará o que devia. Isto mesmo já disse ao Sr. Dantas!’

“O Ministério Lafayette havia caído, e o Cons. Dantas organizava o seu glorioso gabinete de 6 de junho. Fui à Câmara dos Deputados. Receberam-me, ou antes, me olharam como um indivíduo suspeito. Nesse tempo raros os que, como Joaquim Nabuco, se diziam desassombradamente abolicionistas. Alguns mais afoitos se confessavam ‘emancipadores.’ Um ano depois ali tive assento como deputado eleito pelo Amazonas; já os abolicionistas se numeravam por algumas dezes-

nas e a falange emancipadora havia engrossado. Isto era em 1885. “Três anos mais tarde, em 1888, a Câmara, o Senado, o Governo, tudo, tudo era abolicionista, e o Ceará estava glorificado.”

CAPÍTULO XXII

E TARDOU A LEI AUREA

A viagem do Dragão do Mar e sua *igapeba* à Corte, deslizando nas águas diferentes da baía famosa, após arriada de bordo do “Espírito Santo,” (1) meteu em alvoroço os paladinos nacionais da libertação. Polmou-se violentamente na alma da metrópole a ansiedade já meio decantada pelo cansaço de uma luta sem interregnos e salpicada de decepções.

Vê-se pela descrição das festas que o acontecimento acicateou os nervos do povo e o levou a maiores regalos de sua psique. O estado-maior do Abolicionismo estendeu efusivamente as mãos para receber o fogoso negro, lustoso de tez e de orgulho da missão que estava desempenhado.

A Confederação Abolicionista tinha ao seu lado a Sociedade Abolicionista Cearense no imenso cortejo que se formou, carregando as coroas de consagração que ao *lobo do mar* haviam carinhosamente preparado.

Nascimento agradece em lágrimas, tal a emoção que não pode dominar.

A homenagem é também à Cearense Libertadora, cujo hino é entoado delirantemente.

Depois de tudo, a jangada revolucionária vai para o Museu Nacional, colocada sobre rodas e puxada por vinte e quatro libertos, trajados de branco, com as cores da sociedade carbonária de João Cordeiro. Seria daí retirada e desapareceria.

1) — Havia embarcado em Fortaleza no dia 14 de março. Minúncias das festividades da recepção do Dragão do Mar estão resumidas por Edmar Morel, no seu *Vendaval da Liberdade*, Rio, Editora Civilização Brasileira S.A., 1967, cap. “O Começo do Fim”.

O Imperador, em pessoa, recebe o jangadeiro no Paço de São Cristóvão, falando-lhe animadamente durante vinte minutos, sobre assuntos da Abolição.

Mas a batalha vai prosseguir ainda cruenta, porque a conjura escravista nada cedia; pelo contrário, mais se enfurece à proporção que experimenta uma derrota.

O presidente da Confederação, o indômito João Clapp, depois de ler o relatório das atividades sociais do ano de 1883 e maio de 1884, durante o qual pudera anunciar algumas “gloriosas conquistas,” — não esquece de prevenir: “Ainda temos muito que fazer e muito que sofrer.”

E adverte mais: “É possível que a cegueira do interesse particular converta as ameaças em fatos. O país inteiro está presenciando envergonhado a organização de clubes e de planos sanguinários, para reagir contra a marcha vitoriosa e pacífica das falanges abolicionistas.” (2)

Efetivamente, no Parlamento porfiavam os escravocratas e os negociantes de negros em protelar o momento decisivo.

As correntes antípodas — abolicionistas e escravistas, sem cessar, atritam-se nas bancadas da Câmara e do Senado, e o clima ainda é visivelmente favorável à procrastinação. A remoção da montanha continuava difícil, alfinetada de estorvos de toda ordem.

As tropas da libertação, no entanto, mais se uniam e se estendiam na tática nova que os cearenses ensinaram. Os processos de combater serão agora aqueles mais audazes utilizados pelos pioneiros da Libertadora.

Patrocínio, João Clapp e Manuel Joaquim Pereira traçam planos “empregando os meios adotados na província do Ceará, para o mesmo fim.” (3)

Daí nasceria a Confederação, com estatutos organizados pelo *Tigre* e por André Rebouças, servindo ela de bússula às vontades amantes da bela campanha, a cada hora mais convergentes em procura de homogeneidade indispensável.

2) — Relatório de 12 de maio de 1884. Rio de Janeiro, Tip. Central, Travessa do Ouvidor, 7, p. 10.

3) — Relatório, cit., p. 3.

Em diversas províncias, o 25 de Março servia de motivo a manifestações de acendrada fé na luta empolgante.

Em Paris, José do Patrocínio oferece à imprensa francesa, em honra do feito, um banquete de confraternização, no correr do qual lê a mensagem de Vitor Hugo em resposta à carta que lhe fizera: — “Uma província do Brasil acaba de declarar extinta a escravidão no seu território. Para mim a notícia é extraordinária.” Os jornais da Cidade-Luz salientam o fato com francas simpatias e as notícias repercutem jubilosamente no Rio de Janeiro e nos demais recantos do Brasil.

Impossível, assim, deter a pedra que despencava.

No Amazonas os cearenses aliados ao Presidente Teodoro Carlos de Farias Souto, também *cabeça-chata*, põem por terra a escravatura, proclamada a libertação total da Província em 20 de junho. No Pará, em Pernambuco, na Bahia eram cada vez mais robustecidas as fileiras combatentes. No Rio Grande do Sul, governado pelo cearense José Júlio de Albuquerque Barros, várias cidades se libertam.

O Parlamento, no entanto, persistia na sua surdez, não querendo ouvir o barulho que vinha de fora, o clamor contra a demora do golpe de morte ao regime de exploração dos desventurados africanos.

O Gabinete formado pelo Conselheiro Lafayete Pereira nada fizera em benefício da solução almejada. O Imperador, sempre lembrado dela, mas preso à sua majestática prudência, andou catando estadista que a enfrentasse mais decididamente, até encontrar Sousa Dantas, que compôs o Ministério de 6 de junho (1884).

Antes, em 1870, havia sugerido a Itaboraí uma referência na Fala do Trono ao problema servil, mas o Visconde recuou. Incitou S. Vicente a elaborar um projeto emancipacionista — e foi por isso que S. Vicente elaborou um projeto emancipacionista. Fê-lo também a Zacarias. (4)

Ao apresentar-se Dantas na Câmara dos Deputados, expôs as suas intenções: “Cabe-me, agora, manifestar-vos o pen-

4) — Oliveira Viana. *Op. cit.*, p. 82.

samento do Gabinete na questão do elemento servil. Chegamos a uma quadra em que o Governo carece intervir com maior severidade na solução progressiva deste problema, trazendo-o francamente para o seio do parlamento, a quem compete dirigir-lhe a solução. É, pois, especial propósito do Governo caminhar nesta questão, não tão-somente como satisfação a sentimentos generosos e aspirações humanitárias, mas ainda como homenagem aos direitos respeitáveis da propriedade que ela envolve, e os maiores interesses do país, dependentes da fortuna agrícola que, entre nós, infelizmente se acha até agora ligada pelas relações mais íntimas com essa instituição anômala.”

Sousa Dantas, entre outras coisas, sugeria, desde logo, a libertação gratuita dos sexagenários. A sua proposição alegrou os adeptos do abolicionismo, mas espalhou o alarma entre os escravocratas. Tamanha foi a divergência, que o Imperador teve de dissolver a Câmara (3 de setembro), o que lhe valeu insultos e ameaças.

Na legislatura seguinte (março de 85) a confusão perdurou, querendo-se à fina força abafar o projeto, que acabou rejeitado, demitindo-se por isso o Conselheiro Dantas. Essa derrota, para o Abolicionismo, valeu como um “desafio da reação conservadora.”

Veio o Ministério Saraiva, de 6 de maio, sem nenhum melhor propósito de ativar o desfecho da questão servil. Devia-se apressar a libertação, porém condicionada a tempo bastante para que a lavoura reestruturasse o regime de trabalho, em ponto de não provocar desequilíbrio perigoso. A intenção é ainda simplesmente emancipacionista e não abolicionista. O projeto Saraiva objetiva, em tese, a emancipação total dentro de 14 anos, com a gradual substituição do braço escravo pelo braço livre, através de meios indicados, inclusive a liberdade dos sexagenários, porém com a obrigação de servirem eles os seus senhores ainda por três anos.

Nabuco aumentava então de porte nessa peleja parlamentar contra a mole proposta Saraiva, tendo de proa Andrade Figueira, o deus-pequeno do escravismo, mas escoran-

do-se vantajosamente no auxílio de Rui Barbosa, com a clava do seu verbo de fogo e de ironia.

Alvo de violentas frechadas jornalísticas de Patrocínio, é obrigado Saraiva a retirar-se. Organiza-se então o Gabinete Cotegepe (20 de agosto), “com a firme intenção de fazer passar o projeto Saraiva e reagir contra a propaganda radicalmente abolicionista.” (5)

Excede-se em autoridade esse Ministério, proibindo comícios e prendendo prosélitos libertários, sem maior proveito, pois a idéa dominava e já recebia abertamente o apoio da Princesa Isabel, ocupante no trono na ausência de Pedro II, que viajara, doente para a Europa.

O projeto Saraiva transforma-se em lei (28 de setembro), “deitando água na fervura abolicionista,” expressão de Ferreira de Araújo na *Gazeta de Notícias*.

A maior confiança agora é a Princesa—Regente que “não ocultava o grande apego à nobre causa, promovendo festas abolicionistas, ou nelas tomando parte e concorrendo para a propaganda da idéa no jornal do paço — *Correio Imperial*, que diziam redigido pelo Príncipe.” (6)

Despedido o teimoso e ferino Barão de Cotegepe em consequência de incidente provocado pela prisão de um oficial de Marinha, passa o Gabinete à responsabilidade do Conselheiro João Alfredo, que entrega à Câmara a Fala do Trono: — “A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente cooperar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, — confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições.”

5) — Ver Evaristo de Moraes. *Op. cit.*

6) — Reis Carvalho. *Os Feriados Brasileiros*, p. 132.

Não era preciso mais.

No dia 8 vem ao conhecimento daquela Casa a proposta: *É declarada extinta a escravidão no Brasil*, acrescentada, ali, da emenda: *desde a data da presente lei*.

Os renitentes do negreirismo ainda se encrespam, pela palavra, absolutamente sem eco, de Andrade Figueira e mais a de Alfredo Chaves, Lourenço de Albuquerque, Pedro Luís, Paulino de Sousa e Cotegipe, este numa parlenga “espécie de testamento político, misto de orgulho e de mal dissimulado receio pelo futuro das instituições monárquicas.”

Estava no fim.

No dia 13, às 15,15 h a proposição era a *Lei Aurea*, com a assinatura da Princesa, a cujos pés se ajoelha José do Patrocínio, teatralizando no gesto a gratidão da sua raça libertada. De pé, lá estava Nabuco, o outro grande campeão da Igualdade, traduzindo nessa atitude a firmeza das convicções.

Livrara-se deste jeito o Brasil da feia mácula, quatro anos depois que o Ceará o fizera intimoratamente.

Fizera-o a pequena Província e não ficara nas arquibancadas, indiferente ao resto. Pelo contrário, onde estivessem alistavam-se os cearenses no exército negrófilo, formando pelotão inconfundível.

Em Fortaleza a comemoração da vitória brasileira foi ardente. Retomaram as suas fardas os velhos gendarmes e, emperdigados nelas, renderam graças ao deus das vitórias e lhe recitaram os mais fervorosos ditirambos.

A Perseverança e Porvir — presente! A Cearense Libertadora — presente! A Sociedade das Cearenses Libertadoras — presente! O Centro Abolicionista — presente! Todos presentes, sem faltar um só.

“Aos vinte dias do mês de maio de mil oitocentos e oitenta e oito, nesta cidade de Fortaleza, Capital da heróico província do Ceará, em um dos salões do Club Iracema, a uma hora da tarde, o cidadão José Correia do Amaral abriu a presente sessão magna.”

Este, o início da ata da sessão que promoveu a velha Perseverança e Porvir, no seu contentamento pela extinção do elemento servil em todo o Império Brasileiro.

“Achavam-se presentes — prossegue o secretário — o Exmo. Sr. Dr. Antônio Caio da Silva Prado, ilustre delegado do Governo Imperial; S. Exa. Revma. o Sr. D. Joaquim José Vieira, digno Bispo Diocesano; os vereadores do Município; Corpo Consular, representantes da Imprensa, Venerandos Juizes, representantes da Lei, autoridades civis, representantes do Comércio, da Indústria e das Artes, conosco os sócios da Perseverança e Porvir, Srs. Antônio Cruz Saldanha, Joaquim José de Oliveira Filho, Antônio Martins, Alfredo Salgado, José Teodorico de Castro, Francisco Florêncio de Araújo.

“O Sr. Amaral, oferecendo ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da Província a presidência deste ato solene, declara que o fim desta sessão magna significa a manifestação jubilosa daqueles que primeiro arvoraram nesta terra a bandeira da revolta contra a escravidão, pelo epílogo imortal com que dissiparam-se as trevas da noite sem estrelas do cativeiro perante o mundo civilizado. Que esta democrática associação, progenitora dessa grande epopéia cívica que opulentou a história pátria sob o nome Libertadora Cearense, solenemente reconhecida ao Governo Imperial que fez da vontade nacional o ponto de apoio de seu programa de ação e reação, vem prestar as suas homenagens de amor e de gratidão aos poderes constituídos que fizeram, pela vez primeira, no segundo reinado, da opinião do país o mote de ordem para a nova evolução do progresso e da reorganização política e social do povo brasileiro. Assim, pois, a Perseverança e Porvir, por seus membros reunidos, vem presente o ilustre delegado do Governo Imperial exprimir a sinceridade do seu júbilo e beijar as augustas mãos de sua Alteza Imperial, a Princesa-Regente, que num rasgo ingente de amor fraternal conquistou o título sagrado de Mãe dos seus súditos e o de Princesa da Redenção, iluminando de alegrias o trono de seu Augusto Pai, o venerando Chefe de Estado.

“Ao benemérito Gabinete Dez de Março, o legendário e imortal promulgador da Áurea Lei da consolidação social do

povo brasileiro; à patriótica Câmara dos representantes da vontade nacional e ao Senado, onde se assentam os venerandos sacerdotes da Lei pátria, nós enviamos o entusiástico e sincero aplauso que nos inspira a idéia vencedora e a suprema gratidão do nosso reconhecimento e da nossa justa homenagem.

“Para ela, para a Excelsa Princesa da Redenção, nós os batedores que na obscuridade da terra querida do lar, minamos a primeira brecha na muralha secular da escravidão e fundimos, no cadinho de ouro do coração cearense, esse guante de ação feito do caráter diamantino destes Hebreus do Equador, guante ciclópico que sob o mote márcio da Libertadora Cearense alastrou de aurora os horizontes adormecidos da Pátria, vestindo de sóis a Terra da Luz; nós, os últimos representantes da Perseverança e Porvir, enviamos nestas entusiásticas expressões, animadas do mais fervoroso patriotismo e carinhoso respeito, a mensagem de veteranos satisfeitos e de súditos agradecidos.

“Para esta constelação dos grandes patrícios que iluminaram os conselhos da Coroa, com a projeção da opinião popular, as nossas mais rubras e entusiásticas palmas.

“As duas Câmaras que formam a representação nacional o profundo reconhecimento do nosso respeito e as homenagens da nossa mais sólida veneração.

* * *

“A Perseverança e Porvir — que abriu adiante da noite de seu país escravizado a primeira página da Libertação do Ceará; que tomou, na fila dos mais fortes da vanguarda, lugar perpétuo em todas as lutas desses imortais triunfadores, conquistando a posição que lhe assinala a rápida e gloriosa história dessa revolução humanitária, que foi o começo dessa grande reforma realizada entre flores e hinos para honra nossa e amor da humanidade, — vem agora com o justo direito que lhe conferem os fatos ainda palpitantes de emoção na memória pública, em pleno dia da glória, diante da confraternização comum de todos os brasileiros, saudar a pátria livre e engrandecida perante o congresso das nacionalidades.

“E é justo que aqueles livres que começaram a luta e evoluíram nessa esplêndida campanha, o povo como exército e a imprensa como campo aberto e vasto das vitórias profícuas; é justo, sim, que venham com esta assembléia, fortalecida e livre, congratular-se com o ponto final do triunfo completo da liberdade, vendo afundar-se para sempre, no lago estígio das dantescas legendas, e nefanda e asquerosa escravidão!

“Causou-nos um júbilo inafável a especiação desse deslumbrante e estupendo fato por nós tão ansiosamente esperado — a sanção da Áurea Lei que iniciou a presente legislatura; deste projeto dos dez dias, que deslumbrou as duas casas do Parlamento, percorrendo apenas a distância que identificou a coroa com o povo, a Lei com a opinião, de cujo contato nasceu como coesão social a igualdade brasileira.

“O sol da pátria, que alevantou-se por sobre a baía de Guanabara na áurea data da redenção nacional, devia ter as mesmas cores ardentes e iriadas do sol de 14 de julho na França, da alvorada do 1 de janeiro no Acarape, da nossa aurora do 25 de Março.

“O 13 de maio, como essas grandes datas das epopéias da civilização, nos descerrou a cortina velada do futuro opulento do Brasil, pleno de promessas altivas e risonhas, e apontou-nos lá no ocaso dos tempos o Passado, arrojando uma vez ao limbo das tiranias vendidas o pesadelo da escravidão!

* * *

“A pequena história da Perseverança e Porvir, associação constituída sob os mais sólidos preceitos de confraternização moral e social para fins econômicos, derivou, por uma gloriosa fatalidade, para a idéia libertadora, em cuja evolução se fundiu, alistando os mais altivos de seus consócios à sua primogênita obra social — a Libertadora Cearense.

“Organizada para negócios econômicos, o seu fim comercial teve sempre em vista a repulsa do tráfico dos negros e dessa idéia, que faz coesão natural com a data de sua constituição, veio a criação de pecúlios para escravos, a libertação por unidade, a constituição popular da Libertadora, e eman-

cipação dos Municípios, a redenção da Província, a abolição total da escravidão no Brasil!

“Quando a Perseverança e Porvir, surgindo diante da Província e convalescente das grandes enfermidades que acabavam de martirizá-la, concitou este grande povo fortalezense para as conquistas da liberdade dos oprimidos da Lei anacrônica da escravidão, pedindo pela Imprensa o concurso popular, (7) encontrou pronto e geral apoio na primeira sociedade, e a festa inaugural da Libertadora Cearense foi a mais bela promessa desejável para os convencidos iniciadores da grande idéia.

“Na noite de 26 de janeiro de 1881, José Amaral, entre alguns de seus consócios e outros amigos particulares, no teatrinho S. José, propôs a proibição forçada do tráfico de que o porto de Fortaleza era então lúgubre empório, não só pela exportação direta, como pela maior parte do trânsito das províncias limítrofes do Piauí, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte.

“Na manhã seguinte o intemerato chefe da Perseverança e Porvir e da Libertadora, ao lado de José Barros da Silva, nosso consócio ausente, de Francisco Nascimento e do liberto José Napoleão aliciavam os jangadeiros e todos os homens do mar promovendo a primeira vitória do 27 de janeiro.

“Magarefes nacionais e estrangeiros foram rechaçados no embarque, sem encontrar um só homem daqueles párias beneditos do oceano que o quisesse auxiliar na infamante sevandijagem da carne humana.

“A nobre mocidade cearense, todos moços da Capital, para ali afluíram e desposaram desde logo a causa dos escravizados.

“Os dias 30 e 31 de janeiro foram de subsequêntes e esplêndidas vitórias que consolidaram o partido abolicionista e deram-lhe no seio popular, nas asas da opinião pública, a pujança que fez medrar cento por um, como um milagre bíblico.

“Seria longo demais fazer aqui a narração, sucinta embora, da história legendária dessa campanha beneficente em que foram terríveis caudilhos, contra a banda negra, os beneméritos cidadãos João Cordeiro, José do Amaral, Dr. Frederico Borges, Antônio Bezerra, Antônio Cruz Saldanha, José Teodorico de Castro, Alfredo Salgado, José Marrocos, Francisco Nascimento, José Barros da Silva, Isac do Amaral, Dr. Pedro Borges, José Albano Filho, Manuel Albano Filho, Pe. João Augusto da Frota, Francisco Lopes d’Assis, João Carlos da Silva Jataí, Dr. Almino Álvares Afonso, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, Filipe de Araújo Sampaio, Cap. Joaquim Francisco dos Santos, o cidadão inglês J. W. Ayres, D. Maria Tomásia e a cândida legião das senhoras cearenses libertadoras, o liberto José Napoleão, muitos outros cidadãos e sobretudo os jornais *Libertador*, *Constituição*, *Pedro II* e *Gazeta do Norte*.

“As primeiras investidas da aguerrida legião dos *doze*, os jangadeiros abriram nas ondas dos verdes mares, onde nasceram brincando com as tempestades oceânicas, o tûmulo da lenda maldita onde juraram com a convicção rubra de patriotismo civil, do esforço fecundo do povo cearense, esta legenda feita de amor e abnegação: Não embarcam mais escravos no porto do Ceará!

“Este grito selvagem de dor e de indignação foi como a sentença de Dante, fechando, no seu inferno, a esperança dos que entraram no ôrco do egoísmo.

“A pátria de Alencar, aviltada por tão constantes e horrendas cenas do infamante tráfico, tinha inspirado, aos mais humildes filhos da terra infeliz da fome e das hecatombes climatéricas, o verbo sagrado da musa de Castro Alves, o poeta dos escravos, ensinando-lhes a indignação hiperbólica do seu verso flamejante:

‘Colombo, fecha as portas dos teus mares.’

“A carga enorme do formidoloso comércio dos magarefes-Cains arrojou-se arrogante sobre o frágil grupo aventureiro.

“Três vezes a hidra assoberbou o infante Holofernes! Três vezes consecutivas, dentro do mesmo mês, dentro da mesma

semana (27, 30, 31 de janeiro de 1881), a besta-fera do tráfico negro foi rechaçada! E o pugilo dos valentes cruzados da Abolição fez em cada vitória um exército de adesões, em cada exército um povo armado de patriotismo e invencível de dedicação dentro dos muros da opinião, da convicção e da verdade, límpida e serena como as auroras que nos iluminam o cérebro e o coração, há sete dias. As tentativas de tráfico, porém, arrefeceram.

“A causa dos cobardes — a traição e a insânia do egoísmo arraigados — inventou todos os planos da perfídia e da maldade.

“O combate decisivo de 30 de agosto de 1881 foi o último golpe que desiludiu os protetores e fatores do tráfico.

“O próprio Governo de então armou-se contra nós, contra os *anarquistas*. Então desabafaram as cóleras do Olimpo.

“O oficialismo rugiu o extermínio dos treloucados

“Foi um combate terrivelmente desigual!

“As tropas porém tinham por nós a simpatia fervorosa da admiração e do respeito que inspiram as causas santas. O Governo, que farejava sempre, saiu vencido e desmoralizado, nessa luta que provocou. A idéia venceu ainda, e a opinião exultou!

“O integérrimo Ten-Cel. Comandante da Força de Linha do patriótico Batalhão 15.^o de Infantaria, brioso e nobre soldado Francisco de Lima e Silva, foi por isso acintosamente removido; o Dr. Frederico Augusto Borges demitido de promotor público da Capital; demitidos dois oficiais da guarda urbana, Francisco Ferreira do Vale e Francisco Cerqueira Mano; ameaçados todos os que despendiam do governo e, em remate dessa opressão, mandou-se vir uma esquadrilha da Marinha de Guerra para... proteger o tráfico ou... bombardear a cidade dos revoltosos!

“Quando assim caía a opressão mais injusta sobre a opinião vencedora da grande causa comum dos brasileiros, caíam também as primeiras muralhas da Bastilha negra e em cada

pedaço de noite que desabava erguiam-se, à luz da igualdade promissora, os municípios livres.

“Veio ainda o Centro Abolicionista, como força de reação contra os demolidores anarquistas da instituição abjeta legalizada.

“Essa associação feita de ressentimentos e interesses feridos trazia por lábaro a lei, que amparava o direito absurdo do homem sobre o homem, e a liberdade do mísero cativo só podia ser entendida com o consenso generoso do *senhor*.

“A população alcunhou-a de *Sombra da Legalidade*.

“Havia entretanto muito sentimento bom nessa agremiação a que filiaram-se muitos moços honestos e crentes.

“Na sua instalação o Centro Abolicionista produziu cinqüenta e oito libertações.

“Além desse benéfico resultado e de muito serviço bom, o Centro produziu nas hostes da Libertadora Cearense a grande emulação que lhe cerrou as filas, a elevou sobremodo ao apogeu de sua glória e trouxe-lhe afinal a segurança legítima do apoio popular que colocou-se francamente a seu lado.

“A instalação imediata (logo após a inauguração do Centro) da Sociedade das Libertadoras Cearenses, em cuja festa se assinaram sessenta e quatro cartas de liberdade, foi o repto com que a Libertadora Cearense recebeu o cartel do Centro Abolicionista.

“Depois desta fase veio a porfia dos municípios, que se libertaram em massa.

“Mais uma vítima caiu sob as iras dos depositários do poder.

“Desta vez foi Francisco Nascimento, o Dragão do Mar, destituído do seu posto de prático-mor do porto por solicitações pequeninas de amigos do governo. Esse fato, que foi justamente anatematizado pela unanimidade do povo cearense, merece o mais solene desprezo, o esquecimento público desse pedaço do povo cearense.

“Também a vingança anônima apareceu contra o 15.º Batalhão, que foi cruelmente transferido para o Pará, por ter a sua biosa oficialidade criado um Clube Abolicionista.

“Entretanto, a idéia estava então dominando todas as consciências na Província e a abolição era o mote repetido por todos os ângulos da pátria de Pedro Pereira, o primeiro abolicionista cearense, o deputado que a 10 de março de 1850 apresentou a primeira palavra do projeto que imortalizou o atual gabinete libertador, 36 anos depois!

“Nessa época assumiu a administração da Província o ilustre baiano e benemérito cearense adotivo Dr. Sátiro Dias.

“A Assembléia Provincial promulgou a Lei de 19 de outubro de 1883, número 2.035, que foi aprovada e votada pelos deputados de então e redigida por Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues.

“Nesse dia os deputados provinciais viram a vez primeira juncar-se de flores aquele tabernáculo onde até então só tinham ingresso as urzes do partidarismo.

“Foi o último golpe, dado ainda por influência mui direta da Libertadora, por intermédio de seu chefe João Cordeiro.

“Libertaram-se todos os escravizados cearenses entre hinos e flores, e a Província, pelo órgão oficial do Governo, aclamou-se livre no memorável dia 25 de março de 1884.

* * *

“Tais são os acontecimentos que em um decurso de três anos fizeram desta terra, tão mal vista e tão injustamente vilipendiada pelos maus brasileiros, o Canaã do Brasil, a Terra da Luz!

“A Sociedade Perseverança e Porvir vem na memória destes fatos imperecíveis da áurea história cearense, lembrar um grande dia de glória, diante da Província e da Pátria, em presença de seus mais seletos cidadãos, os nomes e os serviços dos heróis desta campanha, que foi a precursora do augusto desenlace desta tragédia de horrores.” (8)

8) — Com o título de “O Revisionismo Histórico e a História do Ceará”, publica a **Revista do Instituto do Ceará**, nº 80, de 1966, trabalho em

que se pretende dar caráter mais sério às pesquisas feitas por Bill Chandler, bolsista da Universidade da Flórida, E.U.A., relativas a documentos que se referem à existência de escravos, ainda em 1886, na então vila de Milagres, ao sul do Ceará. Esses mesmos documentos mostram que as autoridades cearenses davam providências enérgicas para que fosse proibida a infração da Lei de impostos sobre cativos, e o pesquisador reconhece que as medidas adotadas pelo governo do Ceará, segundo o presidente provincial Enéas Torreão, tinham sido tomadas desde os começos de 1885, com o fim de punir os infratores. E acrescenta que “os esforços das autoridades da província, embora vagarosos, e o grito do jornal **Libertador** acabaram produzindo resultado”. Tal descoberta-da-pólvora conduz o bolsista a perguntar: — “Podem os historiadores, em face dos fatos apontados, continuar dando ao Ceará a honra de ser a primeira província do Império a ficar livre de seus escravos?” E responde que. “diante da documentação coligida, o autor crê que a verdadeira extinção do elemento servil, no Ceará, deveria ser alterada para 13 de maio de 1888, dia em que a Princesa Imperial decretou a extinção da escravidão no Brasil”. Caberia, nesse caso, a primazia ao Amazonas, depois do Ceará a outra província redentora a redimir os seus pobres negros. Vê-se que Bill Chandler é bom escarafunchador de arquivo, mas não denuncia possuir melhores qualidades de exegeta. Empolga-se com o achado e delira nas conclusões. A Declaração de 25 de Março, não revestindo o feito de lei, foi tão-somente proclamatória e registrou para os anais brasileiros o remate glorioso de fera pugna de vários anos, na qual, dia por dia, eram restituídos à liberdade as miseráveis vítimas da instituição servil. Os lances dessa luta estão inventariados neste livro com as cores mais realistas, sem nenhum adorno de imaginação e diz bem da coragem e magnitude do feito cearense de 1884, que ecoou em todo o Brasil e no mundo europeu, consagrando-se imorredoiavelmente, pois, como salienta Oliveira Viana, de todos os grandes ideais que agitaram o nosso povo durante o Segundo Império, nenhum foi mais difuso, mais geral, mais popular do que este do abolicionismo (*op. cit.*, p. 70). Com ele os cearenses se adiantaram e chegaram na frente, passando o exemplo a servir de argumento e estímulo para a vitória tão longamente esperada. Se, efetivamente, após o 25 de Março, ainda alguns senhores do sertão ermo, como era a vila de Milagres, fosse por ignorância ou por deliberação teimosa, mantinham escravos em suas fazendas, nunca, jamais, poderia este erro isolado, talvez criminoso, atingir, nódando-a, a esplendorosa virtude da libertação anunciada em festas pelo presidente Sátiro Dias. Sabe-se que, mesmo libertos, em regra os escravos continuavam a prestar serviços aos antigos donos, à falta de outras ocupações, e não é recusável fosse essa a hipótese. Em verdade, prova demais a ilação apressada do ilustre bolsista, como se pudesse, *v.g.*, ser aceito que o Dia da Independência nacional não foi o 7 de setembro, só porque ainda no ano seguinte se reagia fortemente na Bahia, no Maranhão e no Pará contra o acontecimento do Ipiranga. A lei Eusébio de Queirós, de 1850, extinguiu definitivamente o tráfico negreiro, mas até dois anos depois continuavam a chegar ao Brasil os barcos nefandos, burlando-a e infringindo-a, e nem por isso a glória de Eusébio se desfez e é aquela lei que marca oficialmente o estanco da mercancia condenada. Também a lei de redenção dos sexagenários de 1871, por muito tempo não foi respeitada, aqui e ali, e ninguém negará a beleza de seus efeitos desde o momento de sua

vigência. Nas grandes batalhas ganhas, quase sempre permanecem focos de resistência, que as chamadas operações de limpeza acabam por exterminar, às vezes a enorme custo, sem que tal resistência deva ser tida como negação da vitória alcançada. Valeria como simples operação de limpeza o trabalho de expurgo de Milagres, em bons termos tão insignificante que nunca foi objeto da menor notícia ou comentário, faz 100 anos da Libertação. Bem se poderá dizer, portanto, que a vesga interpretação do estudante americano nada mais é do que filha de grave falseio de raciocínio, ou, porventura, simples prurido novidadeiro. Ou melhor: veleidade de coxo e inglório revisionismo, despido de qualquer virtualidade construtiva.

CAPÍTULO XXIII

OS POETAS DA ABOLIÇÃO

Na sua *História Literária do Ceará*, (1) Mário Linhares mal se ocupa, numa vaga referência, do aspecto intelectual da propaganda abolicionista; e Dolor Barreira, autor da opulenta *História da Literatura Cearense*, não alude a ele senão em poucas linhas, mais de notícia que de comentário. Não vai além do esclarecimento de haverem sido publicadas, sob o nome genérico de *Três Liras*, algumas poesias que a Cruzada inspirou aos autores — Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa e Antônio Martins.

“Note-se — são as suas palavras — que foi no decorrer dessa década, *id est*, de 1881-1884, que se processou, no Ceará, a empolgante campanha cívica e social da Abolição, que agitou vulcanicamente nossa sociedade, das suas mais altas às mais baixas camadas, e que teve, como não podia deixar de ter, os seus bardos e realmente, os teve em quantidade infinita: toda a gente fez versos naquele tempo, — diz-nos Antônio Sales. Mas — acentua o exaustivo historiador da literatura cearense — os três poetas oficiais do glorioso movimento foram Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa e Antônio Martins.” (2)

Vê-se que a fonte é a resenha de Sales — “*História da Literatura Cearense*”, in *O Ceará*, de Raimundo Girão e An-

1) — In “Coleção Histórica da Literatura Brasileira” — tomo I, Rio de Janeiro, 1948, cap. VII.

2) — Dolor Barreira. *História da Literatura Cearense*, 1ª vol., Fortaleza, Editora do Instituto do Ceará, 1948, p. 128.

tônio Martins Filho, (3) na qual o romancista de *Aves de Arribação* ainda escreveu: “Seguiu-se a campanha da abolição: — Todos sabem o que foi essa época em que o Ceará se cobriu de glórias. Uma forte rajada de altruísmo invadiu os espíritos, varrendo todas as positividades interesseiras que constituem o mecanismo da vida prática. Foi órgão de propaganda o *Libertador*, jornal redigido com audácia, com independência e com energia que chegava por vezes à virulência. Depois das guerras patrióticas do começo do século, foi a abolição a única idéia que agitou profundamente a nossa sociedade e que conseguiu o real e sincero apoio do povo, sempre representado por propostos a quem aliás não deu procuração bastante.”

Efetivamente, a revolta abolicionista provocou trauma sentimental violento, arrastando as mentes ao delírio entusiástico, na peleja congeminada contra a réproba instituição. Sacudiu no idealismo do povo tudo quanto de potencial e dinâmico morava em silêncio no seu íntimo e só esperava o excitante para detonar.

Saíram fora, lado a lado dos combatentes de campo raso, os incendiários das idéias, os oradores dos discursos arrojados, os jornalistas dos editoriais atrevidos e os menestréis de rimas flamejantes.

E eram versos a retórica indignada de Almino Afonso, de Frederico Borges, de Papi Júnior, de Júlio César da Fonseca, de Lourenço Pessoa, de Gonçalo Souto, do Pe. João Augusto da Frota, de Guilherme Studart. Eram versos a pancadaria enraivecida dos panfletários do *Libertador* — José Marrocos, Martinho Rodrigues, João Lopes Ferreira Filho, Abel Garcia. Versos, ora canglor e incenso à liberdade, ora ferro-em-brasa na carne do monstro insaciado do sangue dos proscritos, eram os recitados, cabelos ao vento, pelos vates das *Três Liras* e de outros tantos, de cordas retesadas para as modulações dos hinos e loas redentoristas.

3) — Raimundo Girão e Antônio Martins Filho. *O Ceará*, Fortaleza, Editora Fortaleza, 1a. ed., 1939, e 2a. ed., 1945, p. 177.

Não eram poetas que sonhassem, ébrios de lirismo, mas poetas que se moviam irrequietos, clamando no estro as insatisfeitas ideações democráticas ou mandando as musas queimar as chagas pestilentas do negreirismo.

Entregavam a alma aos arrancos das asas condoreiras que sobrevoavam o panorama da poesia nacional em feliz evolução desde Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e mais vivamente, Gonçalves Dias; modificada depois na feição romântica de Álvares de Azevedo, Laurindo Rabelo e Casimiro de Abreu; finalmente, engrandecida de calor e altura com Tobias Barreto e Castro Alves, este, na realidade, “o único verdadeiro condor”, na expressão de Manuel Bandeira.

As hipérbolos, as anástrofes, as demasias subjetivas, os desconvenientes do condoreirismo de Castro Alves haviam completado a escola hugoana do Brasil. O épico baiano passou então a ser medelo e figurino da maioria dos nosso versejadores de todos os calibres.

Entre estes, necessariamente, os da Abolição no Ceará, — tanto mais que em Castro Alves se encarnava, com toda a força, de par com o lírico suave, a ardência do poeta social, com a sua sensibilidade e a sua imaginação de robustez ciclópica, toda ela a serviço das reivindicações dos negros sofredores.

As estrofes de *Cachoeira de Paulo Afonso*, em *Vozes d’África* e *o Navio Negreiro*, valiam radioso farol aos arautos da libertação, qual já vinha sendo para quantos se agitavam naqueles comenos da vida brasileira.

Como acentua Homero Pires, os poemas abolicionistas do cantor dos escravos, concebidos e escritos com superior beleza, eloquência e paixão, põem-no na dianteira dos defensores da grande causa, porque ninguém mais do que ele comoveu e agitou os espíritos.

“Só poesia, e uma poesia superior e alta como a sua, teria esse condão de abalar a cordilheira negra do escravismo brasileiro”, (4) palavras ajustadas que parecem desbancarem o

4). — “Prefácio” a *Poesias Escolhidas de Castro Alves*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (I.N.L.), 1947, p. XXIII.

conceito de Fialho de Almeida de ser a poesia, como agente de propaganda, o mais frouxo dos veículos literários.

José Osório de Oliveira não erra quando afirma que, pela primeira vez no Brasil, a poesia foi verdadeiramente, com Castro Alves, o cântico de um sentimento coletivo. (5)

Essa poética de tambores, exaltadamente verbal, mas intensamente generosa, imponentemente igualitária, é a que os cearenses ouviam ou liam dos poetas da Abolição, impregnados, até a medula, do castrativismo sonoro, pois só dez anos fazia da morte do famoso condoreiro, e, assim, ainda vivia fresco na memória de todos.

“As poesias de Castro Alves espalharam-se por todo o Brasil, fizeram grande sensação, foram decoradas e eram recitadas nos salões.” (6)

Três Liras afinaram por esse diapásão.

Eram moços, e quando eles cantam os povos acordam, escreveu Almino Afonso, no prefácio também gongórico, do livro de Bezerra, Serpa e Martins, (7) os quais, “se não são do tamanho de Homero, não são menores que os trezentos Fábios, nem inferiores aos trezentos Esparciatas”.

Pedro de Queirós, na introdução à mesma obra, igualmente um tanto derramado, vem com isto: — “Por entre as caligens dos erros e dos preconceitos resplende, brilhante, como a coluna de fogo do deserto, bela e majestosa como o íris da bonança, simpática e atraente como a imagem da esperança, a idéia da redenção do cativo. Os três poetas — almas de fogo — em estilo másculo e pomposo escrevem o itinerário da caravana da liberdade.”

A primeira parte — *Lampejos* — é de Antônio Bezerra, como os outros dois inflamado orador e jornalista de camartelo. Já publicara *Sonhos de Moço*, versos de estudante, e mais tarde veio a ser o mais atilado e um dos mais prolíferos historiadores do Ceará.

5) — *História Breve da Literatura Brasileira* (Nova edição). São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, p. 80.

6) — Sílvio Romero. *História da Literatura Brasileira*, t. 4º, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1949, p. 254.

7) — *Op. cit.*, Fortaleza, Tipografia Econômica, 1883

Na propaganda negrófila ninguém o excedeu, quer no terreno intelectual, quer no da execução atrabiliária do estatuto da Libertadora.

Começou da fundação desta, quando na sessão inaugural recitou:

“Moços! uma grande idéia
Nos anima os corações,
Quereis erguer no futuro
O mais belo dos padrões!
Sim, que vos sobra energia
E tendes n'alma a magia
Que gera as revoluções;
Se a turba não vos entende,
Dos moços é que depende
O destino das nações.

Sois poucos, mas resolutos,
Cheios de crença e valor,
São nobres vossos esforços
E mais nobre vosso amor;
Amor é causa sublime
Daqueles a quem oprime
O estigma da escravidão,
Ah! quem só coube por sorte
Miséria e dor — té que a morte
Os livre à degradação.

Avante, pois, que este século
É o século de grande ação,
Repugna à luz do progresso
A idéia de escravidão;
Bem firmes no vosso posto,
Oh! nunca volteis o rosto
Aos inimigos da luz,
Se vos é dura a prova
Tende no céu confiança
Que a glória ao fim vos conduz.

A pátria de tantas glórias
Que viu-nos livres nascer,
Embora lh'embarguem a marcha
Não pode escravos conter;
É tempo que a liberdade
Aos brados da mocidade
Erga os brios da nação,
Que igualados os direitos,
Batidos os preconceitos,
Seja o escravo um cidadão.

Eia, moços, atônita
Vos contempla a multidão,
Vinde aqui lançar as bases
Da mais santa instituição:
Cheios de nobre coragem
Deixai na vossa passagem
Um sulco imenso de luz,
Luz que derrama vitórias
Qu'ilustra ainda mais as glórias
Da Terra de Santa Cruz.

Seja-vos, pois, a constância
Companheira de labor,
Não tema duros trabalhos
Quem sabe lutar com ardor;
Avante! que a vossa idéia
Resume a grande epopéia
Que há de um povo remir,
Pois já com fé verdadeira
Gravais em vossa bandeira
— Perseverança e Porvir!"

Outros textos poéticos integram *Lanpejos*: "As Senhoras Cearenses". "Versos", no congresso abolicionista de Maranguape, "Liberdade", dedicado à Perseverança e Porvir. "A Vila da Redenção" e "A José do Patrocínio", no último dos quais saúda o crioulo genial:

"Salve, enlourado tribuno
Das turbas agitador!
Que tens na palavra a arrojo
Do arremessado condor;
Desde os salões té a praça
Teu nome à força s'enlaça
Que gera as revoluções,
A rigidez da granito
Não vence o ardor infinito
Das tuas convicções.

Ergue a fronte de bronze,
Terrível batalhador!
Que o escravagismo s'esb'roa
Da tua voz ao clangor;
Não tens tu n'alma a nobreza
Que constitui a grandeza
Dos verdadeiros heróis?
No crânio luz que incendeia
E que ilumina a candeia
Dos teus passados avós?"

Serpa, com *Cintilações*, enche a segunda parte. Aí estão onze das suas produções: "Bravos!", "A Redenção do Aca-rape", "Liberdade e Gratidão", "Marquês do Herval", "Preito ao Gênio", "Mocidade e Glória", "Palmas do Gênio", "*Ave Libertas*", Joaquim de Sousa", "Saudação" e Dobres".

Tribuno de raça, cedro frondente crescido do raso social, alcandorou-se aos elevados páramos nacionais: professor de Direito, juriconsulto, parlamentar da República, governante do seu Estado natal, cargo em que o encontrou a morte, em agosto de 1923.

Nas razias da memorável pugna jamais recuou. Armado do seu talento e do seu denodo, dir-se-ia um espartano.

“Bravos é oferecida às Libertadoras Cearenses:

“Estamos em pleno templo
Da Liberdade e da Luz!
Como é belo o vosso exemplo!
Como arreбата e seduz!
Redimis a quem na vida
Tinha a esperança perdida,
E como eterno o sofrer!
Da noite do esquecimento,
Onde dói tanto o tormento,
Oh, resgatais a mulher!

Quão bela é vossa missão,
Sublimes Libertadoras!
As sombras da escravidão
Vós transformais em auroras!...
Loiras filhas dos palmares,
Fazeis dos vossos olhares
Raios partindo grilhões;
E, querubins da vitória,
A oiro bordais a história
Das nossas revoluções!

Escreveis o vosso nome
No mapa dos imortais!
Feitos que nada consome
Eis o que à pátria legais!
Anjos bons do Paraíso,
Fazeis de cada sorriso
Poemas de Redenção;
Partis do escravo as cadeias,
Delas fazeis epopéias,
Em honra desta nação!

Eu vos saúdo heroínas,
No vosso posto a lutar!
Erguei a fronte às boninas
Da glória a vos enflorar!
Pedi mais luz às estrelas,
E escrevei ao clarão delas
— Milagres do vosso amor!
Repeti à Humanidade:
“Nesta terra a Liberdade
“Jorra luz, como um Tabor!”

Os versos finais — “Dobres” — são homenagem à memória do Visconde do Rio Branco, o campeão do Ventre-livre:

“Céus! A pátria do talento,
— Vestida de funeral,
Louca de dor, soluçante,
Pranteia o filho imortal!
Que ais, que longos gemidos,
Que lamentos, que alaridos
Desata na sua dor!...
Das sombras d’agra tristura
Fugir embalde procura,
Pois a detém seu amor!

É que no chão do sepulcro
Descansa o seu lutador!
— Crepe, crepe sobre a história,
Musas da pátria e da dor!
Depois d’Osório e Caxias
Enoita-lhe as faces frias
Esse desastre sem par...
Não bastava o grão poeta,
Desta geração profeta,
— O inspirador Alencar!

Atenas, berço do gênio,
Chora o divino Platão;
Roma — a vetusta — delira
Ante o vulto de Catão!
Lísia, a pátria dos condores,
O país de Adamastores,
Adora o mendigo seu...
Por que, pois, pátria querida,
Hás d'esquecer quem na vida
Nunca teu nome esqueceu?!..."

Não sabemos por que Serpa não incluiu em *Três Liras* o belo poema — “A Vila do Aquirás”, sua gleba natal, dedicado à Libertadora Aquirasense!

.....

“É esta a minha terra — a Ilha dos Amores,
Dos sonhos de ventura — a pérola de Ofir.
Princesa dos vergéis, adorna-se de flores
E solta as tranças d'ouro aos ventos do Porvir!

É esta a minha pátria — a noiva dos poetas,
A Betúlia ideal, esplêndida, louçã;
Da verdade e da luz surgiu com os profetas
E hoje empunha altiva a estrela da manhã!

Tem aos pés o oceano; o sol beija-lhe a fronte;
Segredos lhe murmura a brisa nos rosais;
Em seus olhos flameja a luz do horizonte
E circunda-lhe o clarão dos feitos imortais!

.....

É esta a minha pátria! O anjo da esperança
Inundando-a de glória, aclara-lhe o porvir!
Salvou-se do dilúvio, e o selo da aliança
Esplende pelo céu — livrar-se é progredir!

É esta a minha pátria! Os ais do sofrimento
Num'hora transformou em cantos festivos,
Aqui já não soluçam o céu, o mar e o vento,
Pois Deus fê-la imortal e berço de imortais!..." (8)

Durou pouco, no entanto, o seu colóquio com a poesia. Como assinala Hugo Catunda, era-lhe preciso ir além da mística harmoniosa, despertando do sonho orquestral dos ritmos, para a realidade do mundo exterior. Não podia ficar a meio do caminho, num entretenimento estúrdio com as musas, quem viera de longe, desajudado e só, no pelejar áspero de dominar a vida e atingir as suas alturas maiores. (9)

A última parte de *Três Liras* é de Antônio Martins e denomina-se *Harpejos*.

É da tríade o mais poeta, o que mais esteve na intimidade das filhas de Zeus. Poeta e fino cronista. Com os seus fragmentos literários, escondidos no pseudônimo de *Peri* (1) ou no de *Peri & Cia.*, quando os escreveu em parceria com João Lopes, conquistou o gosto dos leitores, ao ponto de torná-lo hábito ou vício, tais a sua riqueza verbal e a suavidade do seu estilo.

Das suas incontáveis inspirações tranpôs para *Harpejos*: "*Dies Irae*", "*Surge et Ambula*", "Estátua de Carne", "Versos ao rolar do trem para Acarape", "Versos à libertação da vila do São Francisco", "O Monge de Granito", "Visita de Família" e "Contrastes" (5 sonetos).

Em "Monge de Granito" a ênfase é puramente castralvina:

"Era da tarde ao fim, que o via de perto,
Já das brumas da noite o vulto incerto...

— Um gigante de pé;

Depois, à luz do dia contemplei-o,

Fui mais perto, mais perto — o mesmo enleio...

— Infinito galé!

8) — In *Libertador*, de 27-6-1883.

9) — Hugo Catunda, *Atualidade de Justiniano de Serpa*. Fortaleza, Tip. Royal, 1952, p. 10.

Como ele é majestoso! Viu passarem
Com os séculos gerações a se abismarem
Na tumba das idades;
(3) — Sentinela dos mundos em seu posto,
Tem das procelas rugas, pelo rosto
Sulcos das tempestades!

Fez-se monge... Preferiu à cela escura
O ambiente sagrado da natura,
Entre os muros azuis da cordilheira;
E aí, num paraíso aos céus abertos,
Constitui-se um marco no deserto
— Âncora da fé na crença derradeira.

Quem sabe a sua lenda? Altos mistérios...
(1) Dorme com as gerações nos cemitérios
A história desse herói...
Sondar quem pode a alma gigantesca
Dessa estátua sem luz — múmia dantesca
Que o tempo não destrói.

O povo aponta-o respeitoso e altivo,
Como a estátua fatal dum redivivo...
Do dilúvio... talvez?

Da arca de Noé caíra a nado,
Té que um dia aportou extenuado
Dos serros no convés!

Foragido dos mares da esperança,
Tanto lutou-que teve na bonança

O seu último alento; —
Hirtos os membros, cansados, sem conforto,
Ascendeu ao Calvário antes do Horto —
No hercúlio passamento.

Tem encelados os membros de granito,
Rolou lá das ameias do infinito
No dorso dos destroços;
Caiu de pé, que a raça dos gigantes
Se equilibra nos músculos dos Atlantes
Nos ombros dos colossos.”

Êmulo do de Castro Alves é o lirismo de Martins:

“Benedita:

Ioiô, eu vinha lhe pedir A ESMOLA
Pra mandar meu filhinho batizar,
— Vai-te! — Moleque a começar pachola
Não há de ter bom lombo p’ra sorrar.

Argentina:

— Papai... me dá um broche de brilhante;
Custa UM CONTO na loja do Judeu.
— Pois não, querida — quero deslumbrantes
Esses dons divinais que Deus te deu...

Enquanto a criancinha se batiza
Nua, co’as vestes sãs da natureza,
Vai-se um conto de jóias p’ra PRINCESA!

Ali — frugal festim a fé matiza,
Aqui — o oiro esgota-se e desliza
Nas divinas bacantes da nobreza!”

“*Dies Irae*” (10) é um protesto inspirado no verso de Frederico Severo — “Pois, pode alguém ser escravo nas brancas praias do Norte?” e dirigido contra os desmandos governamentais de 31 de janeiro de 1881:

10) — Recitado na passeata de 31 de janeiro de 1881 e difusamente divulgada em boletim.

"No solo da liberdade
A tirania caiu,
Do seio da humanidade
Um grito enorme estrugiu;
O povo entoia uma hosana
À trindade soberana
— Lei, Consciência e Razão.
A Liberdade sorrindo
Ergue ao céu um olhar infundo,
Esmagando a escravidão.

A pátria, qual hidra santa
De mil milhões de cabeças,
Seu brado ingente levanta
Em ondas fortes, espêssas.
São as vagas que topetam
Co'os Marselheses, soletram
Hosanas à Redenção,
E a mocidade do Norte
Decreta a pena de morte
A nefanda escravidão!

A barbaria recua
Antes as auras do porvir.
Caiu de pé, — que a raça dos Gigantes
Se equilibra nos musc'los dos Atlantes,
Nos ombros dos colossos.

Depois, exposta na rua,
procura afronte cobrir...
Galés, infames, vilões
Do Bem sob as maldições
Rugem os feros negreiros!
No lar, na cama, na ócio
Sempre o remorso é seu sócio,
Até nos trinta dinheiros!

É que o século robusto
Ilumina a Santa Cruz
E de Rio Branco o busto
Difunde na pátria a luz.
Fogem p'ra treva os vampiros,
— Hienas senzalas bestiais;
Só aí nesses sarcófagos
Há ceva p'ra os antropófagos
Há sangue pr'os canibais.

Repelindo tanta afronta
Aos brios de um povo nobre,
A mocidade desponta
A lança que a paz encobre,
E ei-la — firme, resoluta
Da liça no campo. — A luta!
Grita num brado arrogante!
E a velhice estremecida
Implora ao tempo — mais vida...
A morte — mais um instante!

O clarim do entusiasmo
Toca — a postos, à batalha;
E o eco é um pleonasma,
Aos povos o som espalha;
Ergue-se a santa bandeira
Da família brasileira
Numa cruzada viril:
Escuta a fala divina
De Hugo que nos vaticina
A grandeza do Brasil!

E qual o verbo possante
Do proscrito de Jersei,
Em ovações, delirante,
O povo ergue-se rei;
No Brasil! a tirania
Sente a última agonia

Co'as garras presas no chão...
Dos Andes rola disforme
— É o crânio da escravidão."

De Antônio Martins é a letra do

"HINO A REDENÇÃO DA PROVÍNCIA"

Cearenses, cruzados da Glória,
Nossa terra está livre de escravos!
Hoje abriu-se ao escopro da História
O padrão deste povo de bravos.

Vitória! Vitória. Bradai cidadãos!
No lar de Iracema são todos irmãos!

Já não geme algemado no açoite,
Oprimido, infeliz, nosso irmão;
Nem os ventos das trevas da noite
Chora os prantos da vil servidão.

Vitória! Vitória etc.

A Igualdade — esse sonho dourado
Dos fatores da Terra da Luz,
Nos aponta no céu constelado
O grande sinal de Jesus!

Vitória! Vitória etc.

Estas plagas da livre Jangada,
De Alencar e de Pedro Pereira
Hão de ser a Canaã inspirada
Da total Redenção Brasileira!

Vitória! Vitória etc.

Derruiu-se a Bastilha negreira
E a pátria ditosa sorriu:
Começou a Nação Brasileira,
A Igualdade co'a Glória surgiu!

Vitória! Vitória etc.

Hoje as águias dos livres países
Podem vir adejar no Equador:
Neste céu de iriantes matizes
Só ha luz, liberdade e amor!

Vitória! Vitória etc.

Salve! ó dia almejado da Glória,
Alvorada do Império da Cruz!
Salve! aurora da Paz, da Vitória!
Salve! ó filhos da Terra da Luz!" (11)

Muitos outros eleitos de Calíope entoaram hosanas à liberdade dos negros e fustigaram com veemência os vendilhões de gente.

Depois de Bezerra e Martins, aqueles que primeiro aparece com estrofes pelas colunas do *Libertador* é Barbosa de Freitas, o boêmio que estragou na cachaça o seu possante engenho artístico e de quem se guardam, felizmente, algumas "verdadeiras jóias preciosas", daquelas mesmas que ele escreveu nos balcões das tascas ou onde estivesse a vagabundear. (Até, não raro, servindo-se, por mesa, de barricas de bacalhau — como pessoalmente testemunhou o Barão de Stuardt. (12)

A esse desditoso filho da então vila do Jardim serve de veículo o *Libertador* de 3 de março de 1881, para trazer até nós estas admiráveis estâncias declamadas de improviso numa das festas da Libertadora, no Passeio Público:

11) — *Libertador*, de 24-5-1884.

12) — *Dicionário Biobibliográfico Cearense*, cit., 1º vol., pp. 62-63.

::LIBERTÉ, LIBERTÉ CHÉRIE!

É a hora da Liberdade
Em que dos céus nasce a luz,
Em que rasgam-se as cortinas
E os pensamentos em tropa,
Como nuvem que galopa,
Vêm rolar sobre o Brasil.
E lá nos serros desterrados,
Nos colossos deslocados,
O condor mostra o perfil.

É o vendaval lá da França
Que já transborda por cá;
É a voz dos Girondinos
Que os ventos trazem de lá.
Brasil acorda! desperta!
No espaço ressoa — alerta!
Ergue a fronte, Prometeu!
Ai! deixa o sono profundo.
Bravo, ó Rei do Novo Mundo,
Teu futuro apareceu!

Sacode a coma, gigante.
Fitando nos olhos teus...
Escuta! os anjos valsam
Sobre as almofadas dos céus
É a orquestra do infinito
Que num soar tão bonito
Faz o mundo extasiar!
Das auras escuta os cantos;
São tão divinos e santos
Que s'enlaçam sobre o ar!

É que as águias passadas
Plantaram doutrina e fé;
Na luta que o mundo abala
A liberdade é de pé.
É que a lei da prisca gente,
Que também lá no ocidente,
Tem por base — Galileu...
E passada fera batalha,
Despedaçando a mortalha,
Nos diz a loira — estou eu!

Sim, vós sois os filhos d'Águia
Que sobre as nuvens poisou.
Vós sois atletas do eco
Que do Ipiranga rolou;
Sois os Ateneus da idéia
Que mais sublime epopéia
Não poderia ofuscar!
Sois arrojados Colombos
Que o Novo Mundo dos tombos
Conseguiram libertar.”

Antônio Sales considera Barbosa de Freitas o mais genuíno boêmio das letras cearenses. Morreu o moço jardineiro no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, 24 de janeiro de 1883.

Frederico Severo, outro poeta do gosto popular e teatralógico de operetas de muita originalidade (*De Baturité à Lua* e *Sinos de Corneville em Arronches*), deu ao movimento emancipador muito de sua vibração. Compôs o hino da Sociedade Cearense Libertadora, que o mestre João Moreira da Costa musicou e foi entoado, pela primeira vez, na tarde de 25 de março de 1881:

“Eia! As armas, soldados livres,
Na vanguarda já soa o tambor!
Eis o mote de vosso estandarte:
— Liberdade, aos cativos, e amor —

CÓRO

Para sempre se apague da face
Da formosa auriverde bandeira
Esse negro borrão, que nos mancha
E que avilta a nação brasileira.

Os soldados da causa tão santa
Jamais podem na luta cair!
E se alguém sucumbiu na peleja,
Não caiu, mergulhou no — Porvir.

CÔRO

.....

Nossas armas tão brancas e puras
Têm no punho a palavra — Perdão!
Entre as dobras do nosso estandarte
Aninhou-se uma deusa — A Razão.

CÔRO

.....

Expulsai do país das palmeiras,
Onde o sol mais abrasa e mais arde,
Os vilões traficantes de escravos,
Raça infame, nojenta e covarde.

CÔRO

.....

Todo mundo que atento nos ouve,
Bate palmas aos nossos heróis,
Quando vir que não há mais senhores,
Nem escravos na pátria dos sóis!

CÔRO

.....

E que a águia altaneira que voa,
Pelo dorso dos serros azuis,
Leve aos astros, na garra gigante,
A bandeira banhada de luz!

CÔRO

.....”

Severo foi o pequeno Rouget de Lisle da revolução destas bandas de cá, e seu hino a Marselhesa cabocla a fremitir em todas as horas, e até o fim, no imo de um povo levantado em ira por um ideal da mais legítima reivindicação humana.

Cantor de grande evidência foi também Sousa Melo (José Damião de), norte-rio-grandense que vivia no Ceará e, de parrelha com Almino Afonso, deu-se inteiro à formosa insurreição. (13)

Os seus trabalhos poéticos, de singular musicalidade, mereciam as páginas de honra dos jornais. Entre inúmeros, convém ler os que se encontram no *Libertador*, edições ns. 1, 8, 25, 63, 81, 88, 111, de 1883.

Rodolfo Teófilo “o romancista das secas”, que mais tarde (1913) enfaixaria os seus versos de tanta espontaneidade e simplicidade bucólica em *Lira Rústica* e *Telésias*, não perdia lance na dedilhação das suas delgadas primas, de preferência ofertando ondes heróicas aos municípios que se iam livrando do cativeiro. Fê-las a Pacatuba, Icó, Baturité, Messejana, Maranguape... em ditirambos assim, em honra da primeira, a sua vila nativa por opção:

13) — Sousa Melo era tesoureiro do Clube Rio-Grandense do Norte, instalado em Fortaleza, num dos salões do Hotel do Norte, em 22 de abril de 1883. Almino Afonso, o orador. Presidente — Antônio Pereira de Brito Paiva (Ver *Libertador* de 23-4-1883, p. 2).

.....

“Nesta terra de heróis, e terra só de bravos,
É um crime infamante um homem ter escravos,
Vender o seu irmão!
Enquanto o Sul os compra a peso de dinheiro,
Aqui dá liberdade até ao jornaleiro
Sem impor condição!

Há pouco lá nos serros azuis do Acarape
Ecoou mais veloz que d'índios o tacape
Da liberdade o grito!

Vingava a mocidade o crime do passado,
Erguia o cidadão, que tinham prosternado,
Dava pátria ao proscrito!

E agora aos cegos dos hinos da vitória
Os sons das notas dos cânticos da glória

A Pacatuba entoa.

Aratanha de pé, gigante de granito,
Quebrou os ferros do mísero proscrito,
E cinge uma coroa.

E salve os denodados, salve! ó mocidade!
A chaga que roía a pobre humanidade,
Tu a viste sarar!

É nobre trazer luz ao cego que tateia,
Mais nobre é se quebrar os elos da cadeia,
Cativos libertar!”

Os jornais dos anos 1881-1884 acham-se refertos de criações emocionais doutros poetas vários, como Juvenal Galeno, Joaquim Dias da Rocha, João Batista Perdigão de Oliveira, Emília Freitas, Augusto Xavier de Castro, F. F. Bezerril, Cunha Werres, Antônio Olímpio da Rocha, Serafina Rosa de Pontes, todos trazendo aos altares da deusa Liberdade a mirra dos seus corações exaltados.

Sem faltar a do Padre Dr. João Augusto da Frota, notável nos dons tribunícios, mas igualmente aperefeiçoado na arte métrica.

Veja-se dele

“PACATUBA LIBERTADA (14)

Perpassa uma aura livre! Embalde o ouvido espreita
Do mísero cativo o pranto agro, pungente,
Estertorado de ais.

Poética Aratanha, ao som dos vossos ecos
Soltai ao mundo a nova, anunciai que é livre
O solo em que pousais.

Romperam-se os grilhões! Vingou-se velha injúria!
E ao mágico sorrir da deusa — Liberdade
Revive a morta grei.

Os filhos da senzala — os deserdados de ontem,
Privados té de si — recebem dote imenso:
São seus, têm pátria e lei.

Trocou-se o voz do mundo em hino de igualdade,
A BESTA da senzala em HOMEM de choupana
O triste de ontem ri.

Tem hoje outra feição, revelam gala insólita
O verde da campina e as linhas da montanha.
Tudo há mudado aqui!

Poética Aratanha, ao som dos vossos ecos
Soltai ao mundo a nova, anunciai que é livre
O solo em que pousais;
Já vos não queima o dorso a lágrima cativa;
Das vítimas de um crime os lúgubres lamentos
Já vos não pungem mais.”

(2.2.1882)

E ainda estoutro, a sua oblata a Maranguape e Messejana:

“DOIS ASTROS (15)

Surgem dois astros no turvo céu da pátria.

É livre Maranguape! É livre e humilde aldeia,

O berço de Alencar,

Da podre escravidão entre os letais bafejos.

Ventura! Aqui e ali — nos dois abertos claros

É livre o respirar!

Por isso a aldeia exulta e brinca e, em festa,

Olha a gentil cidade; esta lhe volve em torno

Um sorriso que seduz,

Das cristas do seu monte aos plainos de Paupina

Em vez de uma cadeia atroz, pesada e infame,

Desce um cordão de luz.”

(20.5.1883)

Não se feche este capítulo sem lembrar que ao magistrado José Patrício de Castro Natalense, residente na Viçosa da Ibiapaba, inspirou o feito vitorioso de 24 de maio o poemeto *Cearaida*, (16) que vem antecipado de uma “invocação” e com treze partes, algumas de pura imitação camonianiana, todas glorificando a Capital liberta:

“Da terra de Cabral — a terra ingente

De ilustres varões tão celebrados,

Que altaneiros caminham, erguida a frente,

Na vanguarda de feitos sublimados,

Pulsando o coração e o peito ardente

Por entre mil perigos acostumados

A vencer ou morrer, porém com glória,

Os seus nomes dourando a pátria história;

15) — **Libertador**, nº 109.

16) — Fortaleza, Tip. do **Libertador**, 1883.

Eu canto a terra ingente — a Fortaleza,
A maior de quantas há de Sul a Norte,
Nos brios — no heroísmo e na grandeza,
Que até mete terror à própria morte!
Princesa — soberana na beleza —
No gesto — no sorrir — na voz — no porte;
Em seus filhos preclaros, que não morrem,
Que nas asas da Fama o mundo correm!

Não se canta somente a espada invicta,
Os louros e troféus da guerra dura;
Por que causas mais altas nobilita
A terrena, frágil — humana criatura.
Desta plaga cosmop'lita à infinita
Plaga etérea — luzente — clara e pura,
Há homens que não morrem, — se eternizam!
Que a terra de Iracema immortalizam!

Cesse a musa sanguinária e incruenta
Que as ilíadas — Waterloo — além gerara,
Cantando em verso heróico, que alimenta
A soberba e vaidade, que abismara
Roma invicta nas armas! a opulenta
Tróia e Grécia que em cinzas se tornara!
Hoje a Musa só canta a mor grandeza
Deste povo de heróis da FORTALEZA!

Vem Cordeiro, qual outro Faetonte
Majestoso (quem pode fulminar-te?)
Os teus olhos cravaste no horizonte
Desta terra querida, em que pisaste;
Refletiste um momento — ergueste a fronte...
E a cruzada bendita alevantaste!
Vêm após — Frederico, os Amarais,
Os Bezerras — Alminos e outros mais.

Fugiram à vida de uma paz serena,
Mediram a empresa de dever cativos!
Quanta grandeza! — procuraram a pena
Firmes — possantes — varonis altivos!
Compraram tipos... se atiraram à arena
Da imprensa livre — palpitantes vivos!
Pelo globo já corre a veloz Fama,
Que este povo mais livre alto proclama!"

Patrício de Castro escreveu depois "Brasil Livre", epílogo da *Ceareida*, publicado somente em 1888. Quando estudante, havia dado à publicidade o livro *A Camponesa*, de versos promissores. (17)

17) — **Dicionário Biobibliográfico Cearense**, 2º vol., p. 185.

CAPÍTULO XX

INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

ALMINO ALVARES AFONSO — Filho de Francisco Manuel Álvares Afonso, rio-grandense do norte, e de Luísa Cândida Teles de Meneses, aracatiense. Nasceu na cidade de Patu, hoje denominada Almino Afonso, em 17 de abril de 1840. Faleceu em Fortaleza no dia 13 de fevereiro de 1899 e está sepultado, juntamente com a genitora e os irmãos Deocleciano Ribeiro de Meneses e Minervino Álvares Afonso, no Cemitério de S. João Batista, da capital cearense. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife e por decreto de 13 de março de 1874 veio servir como Secretário do Governo do Ceará. Em 1875 foi nomeado Juiz Municipal dos Termos Reunidos de Cascavel e Aquirás e, em 1879, Procurador Fiscal da Fazenda, do qual o demitiram em face de sua atitude francamente abolicionista. Orador imaginoso e arrebatado, emprestou ao movimento emancipador dos escravos o melhor da sua coragem e da sua eloquência. Cultor das línguas latina, grega, fracesa e do vernáculo, dava-se igualmente ao estudo da História. O seu Estado natal elegeu-o deputado à Câmara Federal Constituinte, tendo exercido o mandato até o fim da primeira legislatura republicana. Em seguida ele o mando para o Senado, por nove anos.

ANTÔNIO BEZERRA DE MENESES — Figura inconfundível nas Letras e na História cearense. Nasceu em Quixeramobim, no dia 21 de fevereiro de 1841, filho do Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra e de Maria Teresa de Albuquerque. Pesquisador tenaz, exegeta percuciente, muito lhe devem os estudos históricos, motivo das suas melhores preocupações.

Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), ao qual se dedicou apaixonadamente, tornado-se um dos seus mais seguros esteios. A *Revista do Instituto* contém apurados trabalhos de sua pena, inexcusavelmente fundamentados. O seu livro *Algumas Origens do Ceará* consagrou-o mestre da interpretação dos fatos relacionados com o povoamento do Ceará. Foi, também, um dos fundadores da Academia Cearense de Letras da qual é Patrono — Cadeira n.º 4. Amava de modo especial as ciências naturais, principalmente a Botânica e a Geologia e bem podemos sentir a sua arudição através da leitura das sus impressões de viagem, mui notadamente em *Maranguape — Notas de Viagem e Notas de Viagem ao Norte da Província*. Embora haja tentado formar-se em Direito, não chegou a fazê-lo, voltando de S. Paulo para o Ceará onde se tornou funcionário público. Por muito tempo residiu no Amazonas, tendo dirigido o Museu de Manaus e o jornal *Pátria*, de grande prestígio e circulação. As suas atividades literárias o guindaram ao maior apreço nos meios intelectuais, aparecendo Bezerra, em máxima evidência, nos principais movimentos desse caráter, tais como, além das duas instituições citadas, o Centro Literário e a Padaria Espiritual. Nesta, o seu criptônimo era André Carnaúba. Poeta, jornalista, homem de decisões obstinadas, sem qualquer timidez, pôde oferecer todos esses atributos à campanha da Abolição e nela, depois de João Cordeiro, é de considerar-se a sua mais destacada e desassombrada atuação. Do mesmo modo, na propaganda republicana. O nome de Antônio Bezerra é uma constante na tessitura dos fatos e dos feitos cearenses no último quartel do século passado e nos primeiros lustros centúria corrente. Bem justas, pois, são as palavras de Rodrigues de Carvalho: “No Ceará é figura obrigatória, a de Bezerra, em tudo que seja manifestação da inteligência.” Bem mais ajustadas ainda estas de outro seu biógrafo: “A obra de Antônio Bezerra, nas proporções em que se nos apresenta, é um milagre de amor ao torrão natal; vale, antes de tudo, como um prodígio da vontade sobre as mesquinhas contingências da vida.” Com efeito, o seu altruísmo nunca o deixou sair da pobreza material, que no reino do

espírito era ele um milionário estróina. Ninguém amou tanto e tão desprendidamente a sua terra. Viveu para ela, na simplicidade do seu tugúrio do Barro Vermelho (hoje Bairro ou Distrito de Antônio Bezerra) e o que a ela presenteou de esforço desinteressado, mas altamente construtivo não pode ser pago em moeda comum. Faleceu em Fortaleza, no dia 28 de agosto de 1921.

ANTÔNIO PAPI JÚNIOR — Nascido no Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1854, filho do austriaco Antônio Papi e da portuguesa Maria Papi. Praça do Exército, veio servir no Ceará, no 15.º Batalhão. Chegou em julho de 1875 e aqui ficou, saído da caserna por má saúde quase irre recuperável. Trabalhou de caixeiro e foi comerciante, “coisa que não durou muito, porquanto, tendo a concha da balança mais pendida para Minerva do que para Mercúrio, não se harmonizou convenientemente com o objetivismo do balcão e das prateleiras de mercadorias.” Andou pelo Pará a tentar melhor vida, porém retornou ao Ceará. Foi professor. Todavia, o que era, bem o dizia a sua fé de ofício militar, estava na irre quietude do espírito, ansiando por um objetivo de estética. Estética das letras, estética de idéias avançadas, das aspirações democráticas. Aderiu à Libertação, aderiu à República, aderiu à Literatura, à Arte, ao Teatro. Como libertador, forneceu o fogo de sua mocidade que, mais trabalhada de provas, ofereceu aos ideais republicanos, sempre na frente, puxando o cordão. As reviravoltas do destino meteram-no num recolhimento eremítico, a viver, como disse Leonardo Mota, “intensa e exclusivamente a vida interior, a vida daqueles em que as rajadas do infortúnio não pagam a lâmpada do sonho e do ideal”. Se o Ceará o amasse dez por cento de quanto ele o amou, estaria reabilitado da sua ingratidão do esquecimento. Como Antônio Bezerra, foi outra constante na série de acontecimentos que formam a nossa crônica intelectual e cívica nos fins do último século e nos começos deste que agora desanda, já na metade, para uma escuridão que só as deflagrações atômicas conseguem clarear. É valioso, brilhante, o depoimento de Papi Júnior — o esteta de *O Simas* e *Gêmeos*, os dois livros que agigantavam o escritor. Duas colunas resis-

tentes da Pompéia da nossa cultura, que as cinzas do Vesúvio dos tempos não lograrão abater. Papi Júnior morreu na Capital cearense em 30 de novembro de 1934.

ANTÔNIO TIBÚRCIO FERREIRA DE SOUSA — O General Tibúrcio da nossa vaidade gerreira. Valente, vitorioso, vistoso de porte, com o peito coberto de comendas de bravura. Nasceu em Viçosa da Ibiapaba, no dia 11 de agosto de 1847, fugiu menino da casa dos pais, entrou no quartel e voltou das lutas do Paraguai no gozo da mais alcandorada fama. Como o êmulo Sampaio, ficou a simbolizar a nossa galopice de militança: terra de Tibúrcio e de Sampaio! No entanto, dentro da farda garbosa estava o aprumo do homem de espírito e de cultura sólida. Humanidade e formação filosófica admiravelmente graníticas. Capazes de sofrer pancadas fortes, sem quebrar. Ornando tudo isso, o carráter dominantemente limpo, propenso às solidariedades benfazejas. Estas com a oportunidade, o conduziram ao abraço franco, à agitação libertária, à comiserção pelas dores do negro, dores morais da sujeição maiores que as da própria senzala, com eito e chicote, fome e sede. A ação do General Tibúrcio foi salutar e estimulativa. Acima de tudo, protetora e tranqüilizante. Havia necessidade da espada para assegurar a vitória prometida pelo punhal de João Cordeiro. O punhal era a desobediência à lei, afronta aos códigos, mas a espada era aquela e era estes. Decisivo o peso daquela lâmina embainhada, dando confiança aos tumultários da Libertadora. Tibúrcio foi acima de militar, o cidadão. o Cidadão da Liberdade, do Abolicionismo. Feleceu o grande soldado em Fortaleza, mal começara a noite de 28 de março de 1885. Um ano só, depois da Vitória Cearense de 25 de março.

PADRE BRUNO RODRIGUES DA SILVA FIGUEIREDO — O Monsenhor Bruno conhecido das gerações mais novas. Viera do Aracati, celeiro de libertadores. De lá haviam saído Pedro Pereira, o Cônego Antônio Pinto de Mendonça, Júlio César da Fonseca, o Cons. José Liberato Barroso, Francisco José do Nascimento, José Teodorico de Castro. Faltavam batinas à causa e a do Padre Bruno, com a do Padre Frota e a do Mons. José Albano Sobrinho quebrando o medo do clero. Dono

de um educandário, levou-o para a peleja a aprender civismo. Professor, latinista afamado, genealogista prodigioso, era um poço de saber que não se abriu infelizmente às páginas impressas para o deixar perpetuado nas estantes seculares. Um ambulante da sabedoria, como aqueles da Grécia, ensinando, educando e trancando-se afinal no túmulo com a sua ciência só para si. Disseram, e bem: "Era um mestre no sentido ateniense. Entre os seus ouvintes não figuravam apenas principiantes, mas, também, intelectuais e professores." Nasceu em 6 de outubro de 1852 e morreu em 29 de setembro de 1930. Seus pais foram Camilo Rodrigues da Silva Figueiredo e Francisca Cândida da Silva.

CARLOS AUGUSTO PEIXOTO DE ALENCAR — Filho do Pe. Carlos Peixoto de Alencar, que foi Cura da Sé de Fortaleza e político de firme prestígio, e de Josefa do Carmo Cavalcânti, nasceu em 22 de outubro de 1852. Oficial do Exército, faleceu no posto de Major em 20 de março de 1900, no Rio de Janeiro. Pode dizer-se que foi um abolicionista maníaco. Onde andasse, estava a trabalhar pela alforria de escravo. Fundou no Amazonas a Libertadora, quando Comandante das Armas em Manaus (1882). Em 1883 demorou no Ceará mais tempo e tomou parte ativa nas libertações, tendo integrado as comissões que agitaram a extinção da escravatura no Icó, no Acarape e em Messejana. Na Capital Federal, era membro influente da Confederação Abolicionista e, indo servir em Mato Grosso, ali ativamente tratou da libertação dos cativos, conseguindo fazê-lo, sem demora, em Cuiabá e Corumbá. Nesta última cidade fundou o jornal *O Escravo*. Republicano buliçoso, fundou em 1877, com José do Patrocínio, Sousa Campos, Padre Trindade e outros o Clube Republicano, o que lhe custou o desterro para o Rio Grande do Sul. No dia da proclamação da República achava-se em São Borja. Esteve em diversas conjunturas militares difíceis, inclusive na de Canudos, como oficial da malograda expedição Artur Oscar. Aliava os deveres da farda aos deleites da cultura mental, com especial gosto pelo teatro, para o qual escreveu a interessantíssima comédia — *A Procura de um Casamento*.

FELIPE DE ARAÚJO SAMPAIO — Nascido na então vila de S. Francisco de Uruburetama, hoje cidade de Itapajé, em 13 de setembro de 1834. Aos dezenove anos de idade seguiu para a Corte, onde se matriculou na Escola Militar. Concluído o curso, foi mandado para Belém a fim de montar um laboratório pirotécnico, conservando-se na capital paraense até 1865 quando partiu para o Paraguai, cuja campanha fez até aos derradeiros instantes em 1870. Voltando ao Ceará, ingressou na política, tendo sido deputado provincial. Ardoroso abolicionista, manteve posição sempre avançada na batalha antiescravista, a ele devendo-se a libertação de Itapajé em 2 de fevereiro de 1883. Abandonando a política, entregou-se com entusiasmo aos ideais altruísticos, de fundo sinceramente católico. Graças às suas iniciativas e à sua tenacidade é que foi instituída, em Fortaleza, a Sociedade das Senhoras de Caridade. Presidiu por longo tempo a Sociedade de S. Vicente de Paulo no Ceará. Mudando-se para o Recife, continuou ali a mesma atividade generosa, ao mesmo passo que exercia a subgerência da Companhia Ferro-Carril. A convite desta, transferiu-se para Belém, onde exerceu o cargo de Chefe do Tráfego da Companhia Urbana Paraense. Faleceu na cidade de Castanhal em 27 de outubro de 1902. Possuía todas as medalhas de campanha do Brasil, Uruguai e Argentina. Um de seus filhos, em segundas núpcias com D. Paulina Braga, é José Maria Sampaio muito conhecido no Rio de Janeiro pelas suas habilidades artísticas. Filipe Sampaio era filho de José de Andrade Sampaio e de Vicência Ferreira.

FREDERICO AUGUSTO BORGES — Filho de Vitoriano Augusto Borges e Umbelina da Rocha Moreira, nasceu no dia 7 de abril de 1853. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, da turma de 1875. Nomeado Promotor Público de Fortaleza, conservou-se no cargo até ser demitido, em 1881, em virtude de sua manifesta e fervorosa cooperação ao movimento libertador. A sua pena de jornalista valente muito ajudou a vitória abolicionista. Colaborava no jornal *Constituição*, órgão do Partido Conservador, facção do Barão de Ibiapaba, e após a sua demissão passou a dirigi-lo. Foi deputado à Câmara Federal pelo Ceará em várias legislaturas. No Rio de Janeiro

redatoriou diversos periódicos, entre outros a *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados*, a *Gazeta de Sapucaia*, o *Tempo* e *Diário do Comércio*. Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Advogou os interesses do Ceará na questão de limites com o Rio Grande do Norte (Questão de Grossos), tendo produzido eruditas Razões. Era excelente orador. Faleceu em 11 de março de 1921, nesta Capital, onde havia nascido.

FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO — É o “Dragão do Mar”, o Chico da Matilde antes da fama. Nasceu em Aracati, de origem humilde e viveu a vida perigosa do mar. Primeiramente, embarcadço, depois comandante do cúter “Tubarão”, depois prático da barra em Fortaleza, depois Prático-mor. Os fatos da Abolição o projetaram na História. A exoneração injusta do cargo, por motivo de sua filiação ao movimento, aumentou-lhe o renome. Superpôs-se ao liberto José Luís Napoleão como líder dos praieiros necessários ao fechamento do pôrto da Capital, medida preliminar para a vitória da reação antinegreira. E soube fazê-lo, utilizando a sensatez e a crescente ascendência sobre os jangadeiros, até ombrear-se com a “gente de cima” — os libertadores. A esposa, Joaquina Francisca, igualou-se às Cearenses Libertadoras, trabalhando par a par, decidindo, executando. No dia 6 de março de 1914 morreu. Tinha a idade de 75 anos e ostentava no braço o galão de 1.º Tenente honorário da Armada. Também morreram os dragões.

FREDERICO SEVERO — Inspirado poeta e possante tribuno. Bem moço, fez a campanha do Paraguai, com elogios merecidos. Ficou-lhe a honraria de Major do Exército, de tantos serviços prestar a este em funções diversas. Em 1889 fundou na ilha do Bom Jesus, no Rio, a Escola Honório Ribeiro, sob o patrocínio da Associação Comercial e destinada a instruir e educar os filhos dos inválidos da Pátria. Nesse mister incansavelmente trabalhou, até falecer em 11 de maio de 1906. A luta abolicionista se entregou com o mais vivo ardor empolgando o povo com a vibração dos seus versos. É dele o Hino da Cearense Libertadora. Para o teatro escreveu várias peças, da máxima aceitação. Foram seus pais Mi-

guel Severo de Sousa Pereira e Cândida Julieta de Sousa Pereira.

GONÇALO DE LAGOS FERNANDES BASTOS — Bacharel de 1865 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Filho do Des. André Bastos de Oliveira e D. Joana Angélica Fernandes Vieira, filha do Visconde do Icó. Jornalista de feitio redatoriu por longos anos o jornal *Pedro II*. Deputado provincial e, proclamado o regime de 89, deputado à Constituinte Federal. Nasceu a 16 de novembro de 1842, em Fortaleza, e cerrou definitivamente os olhos em 17 de julho de 1896, como representante do Ceará na Câmara dos Deputados.

GUILHERME STUDART — Barão de Studart. Uma das grandes colunas da Cultura cearense. Polígrafo. Médico. Grande expressão, por certo a maior, do vicentismo no Ceará. Fundador de institutos e sustentáculo de quantos fundou. Encheu a existência construindo. Foi a figura máxima dos abolicionistas conservadores, não daqueles de João Cordeiro, de “matar ou morrer”. A imparcialidade histórica já o colocou no ápice dos triunfos. Gastar palavras com o seu elogio é demasia.

ISAC CORREIA DO AMARAL — Filho de João Antônio do Amaral e Maria Correia de Melo, nasceu em Fortaleza no dia 18 de setembro de 1859. Faleceu em abril de 1942 na sua aprazível granja “Bonfim”, na serra de Guaramiranga. Aos 12 anos de idade (1871) viajou para a Alemanha, onde cursou o Liceu Prussiano, na cidade de Altona. Titulou-se em Humanidades e teve que, ao voltar, demorar mais tempo em Lisboa, a fim de reaprender convenientemente o português. Assim retornava por haver-lhe morrido o pai. No Ceará alistou-se como endiabrado partidário das refregas libertadoras, perfeitamente integrado no valioso concurso que toda a sua família prestava à campanha. Finda esta, procurou o Amazonas onde ainda pôde participar da abolição na vasta Província do Norte. Projetista consumado, de sua autoria foi o plano do teatro que seria construído no centro da atual Praça José de Alencar e do qual chegou a levantar os alicérces... Construiu a igreja do Pequeno Grande e o Parque da Independência, hoje Parque da Liberdade. Era homem de ânimo inquebrantável e de mentalidade muito arguta.

PADRE JOÃO AUGUSTO DA FROTA — Nascido na fazenda “Arara”, de Santana do Acaraú, no dia 24 de janeiro de 1849, tendo como genitores Antônio da Frota e Vasconcelos e Ana Joaquina de Meneses. Ordenou-se no Colégio Pio Latino-Americano, de Roma, e acumulou enorme erudição, principalmente da astronomia e das matemáticas, que ensinou durante muitos anos no Liceu do Ceará. Modesto, arredio, deixou de aceitar a mitra da Diocese do Pará. Sacerdote sobretudo, mas padre de idéias arejadas, indulgente aos menos aferrenhados nas crenças. Quando o ambiente eclesiástico ainda era de hesitação ante as algaras do redentismo negro, ele, como o Padre Bruno Figueiredo, não hesitou. Desafiou os laços das conveniências e incluiu-se franco na luta irrecusável. Nunca o esperaram, porque cedo havia de chegar, sem temor. Fundador, com 11 outros, do Instituto do Ceará. Foi Diretor da Instrução Pública do Estado. Faleceu a 2 de abril de 1942, aos 93 anos de idade, portanto.

JOÃO CARLOS DA SILVA JATAÍ — Aracatiense. Nasceu em 11 de agosto de 1842 e faleceu aos 88 anos de idade, em Fortaleza. Para aqui viera muito moço e começou a vida profissional como aprendiz de carpinteiro. Habilíssimo artista da marecnaria. Líder operário, representou a classe na Câmara Municipal ao tempo da Monarquia. Mais tarde ocupou o cargo de Diretor das Obras Públicas do Estado. Desempenhou papel evidente nos conflitos da Libertadora. Não houve “comando” perigoso a que não estivesse presente, com as suas façanhas espadachinescas. Padrão de honradez, dessa que se realça com a dignidade de uma modéstia imperturbável.

JOÃO CORDEIRO — O grande polo da gravitação redentora, no Ceará. Temperamentalmente, um sacudido, um impulsivo talvez. Não media, nem contava, quando era preciso agir. A sua vida é uma linha que não se define, tantas as direções que procura. Dir-se-ia que o cérebro de João Cordeiro não raciocinava dificuldades. Vencia-as dum lance, zás-trás. Nos empregos que ocupou, no comércio, nos cargos públicos, na política. Ora estava no alto, dominantemente decidido e decidindo, ora vinha ao baixo, mas dominado os aca-brunhamentos ou qualquer moleza. Ninguém historia as suas

idas e vindas como ele próprio, nas notas a lápis que deixou, armação de biografia de que só a muito custo se fará o recheio. A *Revista do Instituto do Ceará* publicou-as, aquelas notas, para gáudio dos seus futuros biógrafos (vol. de 1945, p.. 270). E para estes fique esta advertência: — qualquer livro que se escrever sobre o abolicionismo e o republicanismo do Ceará terá, da primeira à última página, o nome de cearense tão inquieto, tão integral nos atos, como no caráter. Era filho de João Cordeiro da Costa e Floriana Angélica da Vera Cruz. Nasceu em Santana do Acaraú, no dia 31 de agosto de 1842 e morreu em Fortaleza a 12 de maio de 1931. Viveu, assim, 88 anos, o “invicto general da campanha da abolição”. Foi Senador da República, grande amigo de Floriano Peixoto.

JOÃO BATISTA PERDIGÃO DE OLIVEIRA — Teve como pais Antônio Joaquim de Oliveira e Leopoldina Carolina de Oliveira e nasceu em 23 de agosto de 1854, na Capital do Ceará. De índole, um inconformado, tocando à rebeldia. Porventura se excedia na sinceridade para consigo mesmo. Esses atributos parece o fizeram um agarrado ao esforço, timbrando em dar conta do recado, sempre e literalmente. Um esforçado, pois. Ia às últimas em tudo o que enfrentava, e daí o não ter temporizado com os imperativos da vida comum que não pode ser marcada a ferro e a fogo. Uma existência de sacrifícios, a sua, de burocrata intransigente. Felizmente, o seu ânimo refratário o carregou para os estudos penetrantes e o transformou no mais insatisfeito dos pesquisadores. A historiografia não sabe pagar-lhe o que lhe deve. Profundidade e exatidão absoluta possuem os seus inúmeros trabalhos culturais. Não deixava crosta no oiro que perseguia. Rebuscava, revolvía, até achar a verdade. No Instituto do Ceará, do qual foi um dos fundadores, não houve quem o superasse nesse afã do correto, escrupulosamente correto. Faleceu em 6 de abril de 1929.

JOSÉ JOAQUIM TELES MARROCOS — Nascido em novembro de 1849, na cidade do Crato, filho do Pe. João Marrocos Teles. Estudou no Seminário de Fortaleza e esteve a ordenar-se. Se não o fez, pôde todavia apurar ali os conhecimentos clássicos, muito mais o do latim, de que era mestre

abalizado. Jornalista por propensão, foi um dos fundadores do *Libertador*, através de cujas páginas auxiliou ativamente a campanha antiescravista. Tinha sobre os ombros as mais arriscadas sortida. Voltando ao Cariri, montou colégio e não esqueceu o jornalismo; pelo contrário, criou jornais, tais como *A Vanguarda*, no Crato, e *O Jornal do Cariri*, em Barbalha, este de grande formato. Espírito fundamente religioso, muito concorreu para a ereção da igreja de São Benedito, de Fortaleza. Faleceu na cidade de Juazeiro do Norte em 14 de agosto de 1910. No município há um distrito com o seu nome. Leia-se EM DEFESA DE UM ABOLICIONISTA, Fortaleza, Ed. Batista Fontenele, 1956, do Pe. Azarias Sobreira.

JÚLIO CÉSAR DA FONSECA FILHO — Aracatiense. Seus pais: Major Júlio César da Fonseca e Joana Ramos. Dia do seu nascimento: 10 de outubro, 1850. Ledor inveterado e daí a sua enorme cultura. Polimórfica e vertical. Vocabulário riquíssimo, vestindo idéias cheias de imaginação, apuraram o orador à Demóstenes. Que beleza de expressão e energia de palavra eram os seus discursos! Dos poucos que proferiu, porque lia demasiadamente e escrevia só de espaço a espaço. Valente na defesa dos seus princípios, foi talvez o mais entusiasta da República no Ceará, até que no dia da vitória se decepcionou, declarou a decepção e retirou-se para a vida privada. Nos combates da emancipação foi estrela de superior grandeza, mas sem a faíscação das estrelas da Libertadora. Saiu no começo, que não era do seu jeito “matar ou morrer”. Com Studart, ficou no Centro Abolicionista, agüentando as saraivadas dos mosqueteiros, porém firme na marcha pela extinção da escravatura sem precipitações e indisciplinas. Caráter sem jaça, pautando a vida na modéstia e na decência moral. Disseram com todo o acerto: “Poucos homens se apresentaram no cenário de nossa vida intelectual com as mais belas credenciais.” No Instituto do Ceará, que ajudou a criar, era um talismã. Pena é que, avaro dos seus dotes de inteligência e de cultura, por exagerada desambição, não lhe tivesse dado mais.

JUSTINIANO DE SERPA — Majestosa coluna coríntia feita com o barro pobre do Aquirás, cozinhado em fina e re-

luzente cerâmica. A beleza ariana dos seus cabelos emoldurava as feições somáticas do caboclo nordestino. Saiu da bastardia genealógica para a mais pura linhagem do espírito. Serpa nasceu em 6 de janeiro de 1856, pobre como Jó. Mas veio crescendo com a força íntima, indomável, dos talentos. De secretário da Câmara de sua cidade, cargo incolor, veio para o mundo da inteligência e ei-lo, em 1888, com as lúureas de Direito dadas com distinção pela Faculdade do Recife. Deputado provincial, mestre de ginásios, advogado, mestre de Direito, deputado federal, presidente do seu Estado, elevado posto em que o encontrou a morte, em 1 de agosto de 1923, sem poder, assim, terminar o mandato. Com a pena e a palavra tribuniária foi tacape inclemente a bordoar a gentilha escravocrata, comerciante de negros. Patrono da Academia Cearense de Letras, Cadeira n.º 22.

JOSÉ LIBERATO BARROSO — Conselheiro de Estado, saído do Aracati, onde nasceu em 21 de setembro de 1830. Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade do Recife, da qual foi professor. Deputado provincial, deputado geral, Ministro do Império, novamente deputado, senador, Juriscunsulto e homem de letras, conhecedor total das línguas inglesa, alemã e castelhana, tendo para elas vertido várias obras de escritores franceses. Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1885. Honrou o Ceará.

MARTINHO RODRIGUES DE SOUSA — Mestiço de talento, mestre-escola, advogado, jornalista, orador, político de evidência. Deu-se todo pela causa da abolição, jamais ausente nas horas difíceis. Republicano de luta, viu chegar a República e dela não se afastou, garantindo-lhe os momentos perigosos do começo. Fez parte do primeiro Conselho Municipal Republicano de Fortaleza e da Constituinte Federal. Membro conspícuo do Centro Republicano. Sofreu as agruras da prisão, porém não cedeu na convicção dos seus pensamentos. “Solto oito meses depois, concluiu o curso jurídico, recebendo o grau de bacharel pela Faculdade do Recife”. Mudando-se para a Amazônia, passou a residir em Porto Artur, no Alto Purus, onde faleceu de febre palustre em 10 de agosto de 1905.

MAÑUEL AMBRÓSIO DA SILVEIRA TORRES PORTUGAL — Filho de Manuel Antônio Torres Portugal, português, e Francisca de Paula Torres Portugal, nasceu em Aquirás no dia 7 de dezembro de 1845. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, político deputado provincial, deputado geral, professor. Na República, esteve na Câmara de Deputados como representante do Ceará, mas rompendo com o seu partido — o Conservador, abandonou para sempre as lides políticas. Foi professor de português do Liceu do Ceará e por muitos anos dirigiu o afamado instituto “Ateneu Cearense” que fora fundado pelos irmãos Costa Mendes em 1863. Faleceu em 14 de fevereiro de 1916.

PEDRO AUGUSTO BORGES — Médico. Do corpo Médico do Exército, no qual chegou ao posto de General. Filho de Vitoriano Augusto Borges e Umbelina da Rocha Moreira. Nascido em Fortaleza, no dia 29 de abril de 1851. Homem de muita personalidade, deu as melhores provas de verticalidade moral, na vida pública, como na particular. Não cedia a imposições. Desde rapaz, quando estudava no Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas, na Bahia. Quando tomaram vulto os acontecimentos abolicionistas no Ceará, depressa se lhes filiou, apesar da qualidade de militar, com toda a ostensividade. Por isso foi exilado para a Colônia Chopin, no Rio Grande do Sul. Proclamado o regime republicano, fez-se político militante, sendo eleito deputado federal. De 1900 a 1904 governou o Ceará e em seguida foi levado, como seu representante, ao Senado da República. Faleceu no Rio de Janeiro.

PEDRO PEREIRA DA SILVA GUIMARÃES — De Aracati. Nasceu em 29 de junho de 1814, filho de João Pereira da Silva Guimarães e Ana Rodrigues Pereira. Bacharel em Direito em 1837. Foi Promotor e Juiz Municipal de Fortaleza. Também Juiz em Vigia e Cintra, no Pará. Professor do Liceu Cearense. Deputado Federal, ruborizou os pudicos sonsos da Câmara com os seus projetos contra a escravatura. “Jornalista de impressionante veia sarcástica, vigoroso e combativo”. Um pioneiro que o futuro consagrou, merecidamente.

RODOLFO MARCOS TEÓFILO — Veio ao mundo acidentalmente em Salvador, mas batizou-se em Fortaleza e nun-

ca deixou de considerar-se cearense puro-sangue. Escritor notável e fecundo. Como escreveu Leonardo Mota, “decantou em rimas singelas a pulcritude destas plagas e historiou os nossos movimentos cívicos”. Poeta, romancista, historiador, com efeito. Imensa e ótima a sua bagagem cultural. Porém, acima de tudo, foi o filantropo, o combatente infatigável. A sua luta contra a varíola edificou. Coragem contra o vírus, contra os potentados, contra o governo. Venceu-os a todos, no fim, e dele pode dizer-se, sem nenhum favor, com Lourenço Filho: “Rodolfo Teófilo não é apenas escritor, mas uma lição viva de civismo, exemplo aos moços e honra de sua geração”. Nasceu em 6 de maio de 1853 e faleceu em 2 de julho de 1952. A Academia Cearense de Letras o tem como Patrono, Cadeira n.º 33.

SATIRO DE OLIVEIRA DIAS —Esta notícia é da *Revista do Instituto do Ceará*, vol. de 1915, p. 365: — “Nasceu a 12 de janeiro de 1844 em Inhambupe, Estado da Bahia, onde estudou as primeiras letras e princípios de francês e latim. Fez o curso de humanidade no afamado Ginásio Baiano, fundado pelo Dr. Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, sendo o aluno premiado com a grande medalha de ouro em 1859. Nesse colégio foi redator do *Ginásio*, jornal literário criado pelos alunos, e que chegou a ter alguns números impressos (1861 a 1862), Matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1863. Já no 4.º ano do curso seguiu para o Paraguai, como cirurgião voluntário, e esteve na campanha durante três anos, voltando em 1869 e recebendo o grau de doutor em 1870. Foi nesse tempo assíduo freqüentador e auxiliar do Barão de Macaúbas no Ginásio e coube-me, como aluno interno que eu era então do estabelecimento, conhecê-lo de perto e a ele ligar-me por laços da amizade, que mais estreitos se fizeram por ocasião de sua vinda ao Ceará no cargo de presidente, que tanto nobilitou. Seus colegas de turma escolheram-no para orador na solenidade do doutoramento, e durante alguns anos do curso médico foi, com Pacífico Pereira, José Olímpio, Egas Moniz, Américo Pacheco e outros, redator da *Revista Acadêmica*. Foi no Paraguai promovido a 1.º cirurgião e condecorado com o Hábito da Rosa. Contraiu casamento em 1874

e nesse mesmo ano partiu para a Europa a fim de aperfeiçoar-se nos estudos médicos. Tencionava inscrever-se para concurso no magistério da Faculdade, mas depois de inscrito para a seção médica, tendo o governo suspenso os concursos por tempo indeterminado, entrou a colaborar no *Diário da Bahia*, sob a direção de Dantas e Leão Veloso, e desviando-se para a carreira política foi eleito deputado provincial em 2 legislaturas, nomeado depois secretário da Bahia e depois presidente do Amazonas e Rio Grande do Norte. Teve nesta última a missão especial de dar execução à lei Saraiva (eleição direta), missão em que se houve de modo a merecer do governo imperial a graça da comenda da Ordem da Rosa. De volta desta presidência, tomou assento na Assembléia provincial, e ocupou o lugar de líder da minoria (administração do Cons. Pedro Luís Pereira de Sousa, 1882-1883). Em 1883, foi nomeado presidente do Ceará, por C. Imperial de 30 de junho e prestou juramento a 21 de agosto. O fato capital de sua administração aqui foi a total libertação dos escravos da Província. O grandioso acontecimento, solenizado de modo deslumbrante e inesquecível, realizou-se a 25 de março de 1884, presidindo a todas as festividades o Dr. Sátiro Dias, que das ocorrências daquele tempo que tanto levantaram o nome cearense aos olhos do mundo, e dos efeitos trazidos ao país pelo movimento abolicionista, saído primeiro da Província a que administrara, deixou luminosa narração publicada nos jornais e tirada em folhetos em 1911. Exonerado de presidente por decreto de 10 de maio de 1884, passou a administração a 31 ao 2.º vice-presidente Dr. Nogueira Acióli e este a 12 de julho ao presidente Dr. Carlos Otoni. Outros fatos de importância ocorreram em seu tempo como fossem a chegada e posse do 2.º Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira e a inauguração da Escola Normal de Fortaleza, criada pela lei n.º 1.790 de 28 de dezembro de 1878. Eleito no fim de 1884 deputado-geral pelo Amazonas, tomou assento na sessão de 1885; mas sendo logo dissolvida a Câmara, por ter caído o Partido Liberal, recolheu-se a sua terra natal, onde se entregou ao exercício da sua nobre profissão até que, subindo ao poder o Partido Liberal em 1889, foi chamado a exercer o lugar de Diretor-Geral da Instrução Pública. Neste cargo veio encon-

trá-lo a República. Mantido nele, foi em 1890 eleito deputado à Assembléia Constituinte, da qual foi vice-presidente, e mais tarde presidente da Assembléia Republicana. Nesta e na Constituinte colaborou nos trabalhos da Constituição Baiana e suas leis complementares. Nomeado em 1895 Inspetor-Geral do Ensino (governo Rodrigues Lima), deixou este cargo para ocupar o de Secretário do Interior no governo Luís Viana. Durante este governo e o anterior promoveu a reforma completa da legislação escolar, fez resturar o edifício do Instituto Normal, e deixou em via de construção o atual edifício do Ginásio Bahia. Apresentado em 1899, foi eleito deputado federal pelo 3.º distrito em duas legislaturas consecutivas (1900-1905). Não conseguindo a reeleição, foi nomeado delegado fiscal do Ginásio Carneiro Ribeiro, cargo em que se conservou até 1911. Depois desta data não exerceu cargo público. Ao regressar do Paraguai, publicou uma brochura sobre aquelas operações da guerra, sob o título *O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Como diretor e inspetor geral do ensino deu a lume diversos relatórios e outros trabalhos sobre instrução, destacando-se dentre eles uma *Exposição e Proposta* ao Marechal Hermes da Fonseca e outra ao governador Rodrigues Lima. Foi vice-presidente da Câmara Federal e presidente da respectiva comissão de instrução pública, e além de alguns discursos sobre ensino, escreveu em substancioso parecer muito elogiado sobre o regime universitário e a instrução secundária no Brasil. Nunca deixou de colaborar na imprensa periódica, sobretudo no *Diário da Bahia*. Sei que deixou inédita uma monografia de estudo econômico-social sobre São Paulo e Bahia. Foi vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Faleceu a 19 de agosto de 1913. Sátiro Dias, que foi um forte, um patriota, um abnegado, bem mereceu da Pátria.”

(Esta notícia é de autoria do Barão de Studart.)

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Brás. **Fatos da Vida do Brasil**. Bahia, Tip. Naval, 1941.
- Anais da Assembléia Provincial do Ceará**, vols. de 1870 e 1882.
- Anais de Olinda**, dezembro, 1955.
- Anais do Parlamento Brasileiro**, Vol. de 1870.
- ARMITAGE, João. **História do Brasil**, 3a. ed., Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1942.
- BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948.
- BARRETO, Paes. **A Abolição e a Federação no Brasil**, Paris, G. Giard e E. Brière, 1906.
- BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza, Tip. Minerva, 1906.
- Três Liras** (de colaboração com Justiniano de Serpa e Antônio Martins). Fortaleza, Tip. Econômica, 1883.
- BONFIM, Manuel. **O Brasil**. Rio de Janeiro, Brasiliana, nº XLVII.
- BRÍGIDO, João. **Ceará — Homens e Fatos**. Rio de Janeiro, Tip. Bernard Frère, 1919.
- CALMON, Pedro. **O Rei Filósofo**. Rio de Janeiro, Brasiliana, nº CXX.
- CAMPOS, Manuel Eduardo Pinheiro. **Revelações da condição de vida dos Cativos do Ceará**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- CARVALHO, Reis de. **Os Feriados Brasileiros**.
- CATUNDA, Hugo. **Atualidade de Justiniano de Serpa**. Fortaleza, Tip. Royal, 1952.
- Cearense (O)** — Jornal de Fortaleza, de 16-6-1870.
- COSTA, Pereira da. **Pernambuco ao Ceará**, Recife, Tip. Central, 1884.
- FURTADO, Antônio. **Antônio Bezerra e a Abolição**, Ceará, 1937.
- DENIS, Ferdinand. **Descrição Histórica do Brasil**.
- Estado (O)** — Jornal de Fortaleza, ed. de 25-2-1945.
- FROTA, D. José Tupinambá da. **História de Sobral**. Fortaleza, Pia Sociedade de S. Paulo, 1952.
- GIRÃO, Raimundo. **O Comendador Machado e sua Descendência**. (Separata da **Rev. do Instituto do Ceará**), 1947.
- História Econômica do Ceará**. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1947.

Jornal do Ceará — Fortaleza, eds. de 4-1-1868 e 18-2-1868.

Jornal de Fortaleza — Fortaleza, eds. de 4-12-1869 e 5-12-1869.

Libertador — Jornal de Fortaleza, eds. diversas.

LINHARES, Mario. **História Literária do Ceará**. Rio de Janeiro, Coleção da História da Literatura Brasileira, vol. 1.

Livro de Registro de Correspondência, do Arquivo Público do Estado do Ceará, 1834.

MARTIN, Percy Alvin. **La Esclavitud y su Abolición en el Brasil**. Buenos Aires, 1936.

MARTINS, Carlyle. **Antônio Martins**, Fortaleza, 1953.

MELO NETO, José Gonçalves. **No Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1947.

MENESES, Raimundo. **A Vida Boêmia de Paula Nei**. Livraria Martins Editora, s/d.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937.

MORAIS, Evaristo de. **A Escravidão Africana no Brasil**. Rio, Brasiliana, nº XXIII.

MOREL, Edmar. **Dragão do Mar — O Jangadeiro da Abolição**. Rio, Tip. do Povo, 1949.

Vendaval da Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, S.A., 1967.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo, Inst. Progresso Editora S.A., 1949.

NOBRE, Freitas. **João Cordeiro abolicionista e republicano**. São Paulo, Letras Editora, 1943.

Nordeste (O) — Jornal de Fortaleza, ed. de 24-3-1934.

OLIVEIRA, José Osório de. **História Breve da Literatura Brasileira**, (nova ed.). São Paulo, Livraria Martins Editora.

ONOFRE, Manuel. **A Abolição antes da Lei Áurea**, Rio, 1972.

ORICO, Oswaldo. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1931.

PARANHOS, José Maria da Silva. **Visconde do Rio Branco**. Buenos Aires Editora, 1944.

Pedro II — Jornal de Fortaleza, ed. de 2-7-1870.

PIRES, Homero. In **Poesias Escolhidas de Castro Alves**. (Prefácio). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

POMPEU, Senador (Tomás Pompeu de Sousa Brasil). **Ensaio Estatístico do Ceará**. Fortaleza, Tip. Brasileira, 1863.

RAMOS, Artur. **Le Métissage au Brésil**. Paris. Hermann et cie., 1952.

Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará, diversos.

Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, vols. 1, 3, 4, 8, 9, 20, 25, 32, 36, 38, 41, 56 e 61.

- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1949.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**, 3a. ed. (Revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). São Paulo, Companhia Melhoramentos.
- MARIA THOMAZIA. **O Amor à Liberdade**. Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1980.
- SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Trad. de Luís J. de Oliveira Castro, vol. 6. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1862.
- STUDART, Barão de. **Datas e Fatos**. Fortaleza, Tip. Studart, 1896. (Coleção Studart — documentos). Arquivo do Instituto do Ceará.
- Dicionário Biobibliográfico Cearense**. Fortaleza, Tipo-Litografia a vapor, 1910.
- Geografia do Ceará**. Fortaleza, Tip. Minerva, 1924.
- Notas para a História do Ceará — Segunda Metade do Século XVIII**. Lisboa, Tip. do Recreio, 1893.
- Para a História do Jornalismo Cearense (1824-1924)**. Fortaleza, Tip. Moderna de F. Carneiro, 1924.
- TEÓFILO, Rodolfo. **História da Seca do Ceará**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.
- Tricentenário da Vinda dos Portugueses no Ceará**. Fortaleza, Tip. Minerva, 1903.
- VEIGA, Luís Francisco. **Livro do Estado Servil e Respectiva Libertação**. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1876.
- VIANA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. São Paulo, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925.
- VIEIRA, Roberto Átila do Amaral. **Um Herói sem pedestal**, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1958.

APÊNDICE

EDICIÓN

A LIBERTAÇÃO DO CEARÁ (*)

(25 de Março de 1884)

Quando passei ao meu sucessor a presidência do Ceará, em 31 de maio de 1884, deixei escritas em documento oficial estas palavras a respeito do grande acontecimento da libertação dos escravos naquela província do Império:

“Convém estudar de perto, sem paixão e refletidamente, a história da emancipação do Ceará, examinando as causas naturais e de outra ordem que para ela concorreram, e estou certo de que justiça se fará, pelo menos ao aspecto geral da questão, que por alguns há sido mal apreciada.”

Entrava neste meu desejo o pensamento de oferecer campo à justificação e defesa da minha atitude naquela memorável campanha abolicionista, levemente condenada nos círculos da opinião escravista, e na própria Câmara dos Deputados, por homens do quilate de Andrade Figueira e Coelho Rodrigues.

Com efeito, se é verdade que a notícia da libertação do Ceará levantou, de norte a sul do país, uma dessas raras explosões de júbilo, assinaladas na história dos povos pelo seu caráter intensamente vibrante e unísono, não é menos certo que ela fulminou a modo de raio o espírito de alguns homens, aliás notáveis pelo talento e pela cultura, mas obcecados pelo terror da extinção de uma instituição, que eles reputavam esteio e fundamento da vida nacional.

Que eles não tinham razão, o tempo já o demonstrou sobrejamente; e hoje, que não preciso mais defender-me, nem

(*) Monografia do Dr. Sátiro de Oliveira Dias. Bahia, Tipografia do **Diário da Bahia**, 1911.

ao Ceará, daquilo que no momento pareceu “uma doidice” ao próprio Martinho Campos, temível paladino do Partido Liberal, não escrevo esta nota senão como grata reminiscência de uma luta, na qual só tive o mérito de obedecer à vontade e ao mando do povo cearense, mais do que ao governo, cujo representante e delegado era.

Deveria dá-la a público, e foi esta a minha intenção, no 25.^o aniversário da famosa data cearense. Não o pude fazer. Desempenho-me agora deste compromisso, entregando-a à imprensa, como homenagem à era culminante da vitória da abolição em todo o Brasil. O “25 de Março de 1884” e o 13 de Maio de 1888” se equivalem e completam. Sem o primeiro, o segundo não chegaria tão cedo; sem ele, não teria aquele tamanho relevo na história pátria; e neste sentido, vale a pena reler o altíssimo juízo de Joaquim Nabuco, proferido no Congresso antiescravista de Paris, em 1900:

“Os escravos do Norte, disse ele, eram exportados em massa para o Sul, onde os preços eram quádruplos. No Ceará, para chegarem a bordo dos paquetes que os levavam para o mercado de venda, tinham, que ser trazidos na pequena embarcação chamada jangada. Movidos pelos abolicionistas, cujos chefes eram João Cordeiro e Amaral, os jangadeiros, com um Nascimento à frente, negavam-se a transportar a carga humana.

“Houve greves, quase combates; mas a cabotagem negra foi bloqueada, e a escravidão, fechada na província, dentro em pouco desaparecia por um esforço do amor próprio local, pelo desejo do Ceará de ser a primeira província de solo livre no país. A jangada, o pequeno soalho à flor das ondas, o destroço flutuante no qual os pescadores percorrem os mares verdes do norte do Brasil, tornou-se o símbolo abolicionista. A EMANCIPAÇÃO DO CEARÁ FOI O ACONTECIMENTO DECISIVO PARA A CAUSA ABOLICIONISTA. O EFEITO MORAL DA EXISTÊNCIA DE UMA PROVÍNCIA LIVRE, RESGATADA, E DESDE ENTÃO FECHADA PARA A ESCRAVIDÃO, FOI IMENSO; O EFEITO POLÍTICO IMEDIATO.”

Deste autorizado julgamento do egrégio propagandista da extinção de elemento servil no Brasil, não há que deduzir somente a influência preponderante da libertação do Ceará na solução final da questão: há que admirar também o vigor e perfeição dos traços com que ele pinta a situação geral do problema na província, e o esboço magistral da legendária fase da luta no mar, travada a céu aberto pelos intrépidos jangadeiros, sob a direção destemida do heróico Nascimento.

Para dar um sinal de que foi, na campanha cearense, essa verdadeira muralha flutuante, constituída pelas jangadas, e tenazmente oposta à entrada e saída da “mercadoria negra”, basta lembrar um dos muitos episódios que então se passaram, à flor daqueles “verdes mares bravios” da terra de José de Alencar:

Fundearam certa manhã no porto de Fortaleza um dos vapores nacionais da carreira de navegação entre as províncias do Norte e o Rio de Janeiro.

Viajava nele o Senador Nunes Gonçalves, trazendo consigo do Maranhão a família e nove escravos, por ir de muda para aquela Capital. Poucas horas depois de ancorado o navio, haviam os escravos desaparecido de bordo. Avisado o Senador do “audacioso passe” dos jangadeiros, reclamou para terra providências imediatas, e a polícia pôs-se em movimento de caça aos fugitivos.

O presidente da província, que era o Senador Leão Veloso, homem de grande prestígio e autoridade pelos seus talentos e posição política, tomou o caso a peito, e pela tarde lhe entrava por palácio o chefe de polícia trazendo a notícia de que os escravos haviam sido capturados e iam embarcar sob a guarda da milícia da cidade, reforçada por um contingente da tropa de linha. Eram de prudência estas cautelas e seguranças, porque o fato da fuga e caça aos negros havia posto toda a Capital em alvoroço de hostilidade. Pois o aparato militar nada valeu: na praia de embarque, coalhada de povo, e do meio da tropa, evidentemente contaminada do micróbio abolicionista, fugiram de novo os escravos aos olhos do chefe de polícia atônito, e desta vez para sempre, porque

deles não houveram mais notícia as autoridades provinciais, e o senador maranhense teve que seguir viagem desenganchado de reaver a sua perdida propriedade.

Daqui se evidencia o grau de intensidade a que havia chegado o sentimento abolicionista no Ceará, e o perigo a que se exporiam aqueles que o tentassem abafar, ou simplesmente contrariar. Se nos limites estreitos do porto, cenas iguais se repetiam freqüentemente, imagina-se quantas, e quão mais dramáticas, não se desenrolavam na capital e pelo interior!

Faziam-se quase diariamente na Fortaleza apreensões de cativos, com imediata manutenção em juízo; e os magistrados, em cujo sangue também penetrara o bacilo daquela santa revolta social, matavam moralmente a propriedade escrava, proferindo e homologando sentenças, em virtude das quais desceu ela ao preço ínfimo de 3\$200 por cabeça!

* * *

Era este o estado moral e de fato das coisas no Ceará, quando fui nomeado seu presidente. Eu não as conhecia miudamente; mas repercutia em todo o país o eco da cruzada abolicionista, e me pareceu desde logo que era grave a minha missão, pois que, ou teria que me opor à onda libertadora, ou abrir-lhe caminho à vitória final.

O primeiro alvitre repugnava a minha índole e sentimentos, além de desmentir a minha profissão de fé abolicionista, solenemente feita em 1869, na grandiosa festa de inauguração da Libertadora Baiana Sete de Setembro.

Era presidente do conselho o ilustre sr. Cons. Lafayette Rodrigues Pereira, e Ministro da Justiça o meu saudoso amigo Cons. Prisco Paraíso, por cujo intermédio me fora feito o convite para aquela presidência.

O governo guardava reserva sobre o problema do elemento servil, e o próprio Imperador, que era intimamente pela abolição, mostrava-se ainda mais discreto que os seus Ministros. Era o velho e mau vezo de querer as coisas, e ao mesmo tempo haver-lhes medo. Refleti, por isso, sobre o caso maduramente, e provoqueei a palavra de ordem oficial, numa carta

expressiva que dirigi ao presidente do Conselho. Disse-lhe em resumo que só iria para o Ceará levando o intuito decidido de tomar a iniciativa na solução da questão; e que, se isto contrariasse o programa e interesse ministeriais, me declarasse francamente, que eu abriria mão da honra que me fizera o governo imperial, por indicação do chefe do meu partido, o benemérito Cons. Dantas.

Esperei resposta, e não a tive.

Outro sistema de evasiva, que eu level à conta do “pode ser que sim, e pode ser que não”, muito em voga nas altas regiões, e que, não obstante, me decidiu a tomar a resolução de embarcar para o Ceará, e ali proceder de acordo com as minhas próprias inspirações.

Quando estava isto definitivamente assentado no meu espírito, recebi a visita do meu distinto amigo e falecido Almirante Carneiro da Rocha, que me aconselhou a desistir da presidência. S. Exa. voltara do Norte dias antes, e estivera no Ceará. “Aquilo é um vulcão, disse-me textualmente. Vai talvez suceder-lhe pior do que aos seus antecessores. Não vá lá”.

Agradei ao nobre marinheiro o seu sincero ofício de amizade; e, expondo-lhe as minha intenções e plano de ação, poderei-lhe que a minha resolução estava tomada, e não me era lícito recuar dela. E embarquei para o Ceará, cujo governo assumi em 21 de agosto de 1883.

* * *

Escusado é dizer que a minha preocupação dominante foi ali a questão do elemento servil; por isso, para assenhorear-me fundamente de todas as suas condições e circunstâncias, empenhei o máxima esforço da minha atenção e do meu estudo, ao mesmo passo que procurei captar a confiança dos principais chefes abolicionistas, cujo auxílio me era indispensável para deslocar do mar e das ruas o movimento reacionário, e encaminhá-lo à assembléia provincial, que se devia abrir dentro de quarenta dias.

A Cearense Libertadora, havia três anos fundada com o intuito decisivo de extinguir a escravidão na província, era

intransigente e invencível nos seus meios de ação. Os seus primitivos fundadores foram dez homens; mas, na época em que ali me achei, os seus adeptos eram inumeráveis, podendo-se afirmar sem exageração que a população inteira da capital lhe estava filiada, inclusive as senhoras de maior distinção, a cuja frente figurava a inolvidável D. Maria Tomásia. Os membros da sua direção eram então os senhores: José Amaral, João Cordeiro, Antônio Bezerra, Frederico Borges, Antônio Martins, Teodorico de Castro e Teles Marrocos. Existem ainda quase todos, senão todos estes cearenses beneméritos, inclusive o primeiro, José Amaral, que consumiu na luta o seu heroísmo e os seus haveres, e a cujo respeito li recentemente no *Jornal do Ceará* estas linhas desoladoras: “Hoje vemo-lo passar como um desconhecido, e a modo que os patrícios têm medo de o encarar!” Como é enganosa a glória, e quantas vezes mente a história! Quantas figuras não fulguram com falso brilho nas suas páginas, tomando o lugar dos verdadeiros heróis e benfeitores da humanidade!

As minhas antigas relações de colégio e academia com os dois distintos irmãos Pedro e Frederico Borges, e com outros contemporâneos de estudos, pertencentes às ilustres famílias Studart, Rocha, Castro e Silva, Sombra e Costa, me foram de grande valia para desarmar as prevenções e desconfiança, com que eram recebidos os homens de governo. Posso até dizer que poucos dias após a minha chegada entrou a luta num período de tréguas, que me deu espaço a por em ação o meu plano de conduta. * * *

Eu precisava, antes de tudo, dar aos libertadores um sinal da minha lealdade, e o fiz indiretamente expedindo às juntas de classificação de escravos, em data de 28 de agosto, isto é, oito dias depois da minha posse, uma circular em que lhes dizia:

“Esta presidência liga a mais séria importância ao serviço da libertação de escravos, e por isso recomenda muito particularmente a V. Mcês. que, tendo na maior consideração as condições em que se acha o elemento servil nesta província, empenhem todos os seus esforços para que a quota atualmente distribuída pelo fundo de emancipação seja aplicada de modo

a produzir o mais avultado número de libertações que for possível. Procedendo de acordo com este pensamento, e opondo-se com decidido empenho ao abuso dos preços excessivos, essa junta satisfará aos melhores desejos desta presidência, e prestará um real serviço ao bem social desta província. Aos sentimentos de patriotismo e humanidade dessa junta tenho por muito recomendada esta importante questão.”

Esta circular produziu grande efeito no espírito dos abolicionistas; a trégua acentuou-se; e eu pude, já seguro do êxito da campanha, dizer à assembléa em 1 de outubro, dia da sua abertura solene:

“Se as juntas se compenetrarem, como espero, do meu pensamento, que está de acordo com os intuitos do governo imperial, com o grande *desideratum* da Áurea Lei de 28 de setembro, e com a corrente da opinião nesta província, tenho fé que prestaremos todos um assinalado serviço à grandiosa causa da libertação dos escravos. Não é só aqui que aquela santa lei está produzindo os seus humanitários efeitos: em todo o país estão avultando os seus admiráveis resultados. Aqui, porém, tomou a iniciativa e filantropia individual tal pujança, que a extinção da escravatura é uma questão vencida. Por isso mesmo se observa que vai passando a grande efervescência das paixões, continuando a propaganda sempre vivaz, mas serena e tranqüila, como convém que sejam sempre as lutas da liberdade. Continuemos assim, amparados à lei, ao direito e à razão, e não tardará o dia em que o Ceará possa, a primeira entre suas irmãs, e por entre os hinos gloriosos da vitória final, gravar em suas fronteiras a luminosa legenda de PROVÍNCIA LIVRE!”

* * *

Não me iludi na minha previsão. A assembléa provincial tinha que vencer a dificuldade máxima de dissensão dos partidos políticos, divididos em quatro grupos irreconciliáveis. Ela a superou, unindo-se todos como um só homem, para servirem à causa libertadora; e, dez dias depois do início dos seus trabalhos, me enviava à sanção a lei que elevava a cem mil réis o imposto sobre escravos residentes na província, estabelecendo para a arrecadação desse imposto uma matrícula

especial nas coletorias, e que localizava os escravos na província, sob a cominação da taxa de 1:500\$000, qualquer que fosse o motivo da saída para outra província.

Todo mundo percebeu que no dia em que esta lei fosse executada, estava extinta a escravidão no Ceará, e por isso se esperava a sua sanção com ansiedade inexprimível.

Nesta conjuntura decisiva, reconheci a gravíssima responsabilidade da minha posição, colocado como estava entre a reserva silenciosa do governo imperial e a agudeza da crise que eu mesmo fomentara. A lei pecava por inconstitucional, e naqueles tempos estas nugas de hoje eram seriamente consideradas. Ou eu a sancionava, e corria o risco de indispor-me com o governo, sacrificando porventura a minha carreira política, ou lhe negava sanção, e lá vinha a lava incandescente de que me falara o avisado Almirante. Cheguei a pensar em consultar o ministério; mas temi o silêncio do oráculo oficial. Queimei então “os meus navios” e sancionei a lei. O júbilo extraordinário em que se expandiu a opinião da Fortaleza, me demonstrou à saciedade que eu houvera cometido um erro político irreparável, se tivesse vetado a lei. E por que o faria eu? Era do meu conhecimento o precedente de leis semelhantes promulgadas em São Paulo e Rio, e que, vetadas pelos respectivos presidentes, e levadas à consulta do Conselho de Estado, dormiam o sono dos arquivos daquela douda corporação, que se eximira prudentemente de as condenar. E por fim o meu espírito não vacilou mais, quando nele entrou a convicção de que tão constitucional devia ser o imposto já consagrado sobre a propriedade escrava, quanto à imposição de qualquer taxa sobre a importação e a exportação da “mercadoria negra”.

Essa lei de extermínio do elemento servil no Ceará tomou nos anais da província o número 2034 e a data de 19 de outubro de 1883.

* * *

Entrou daí por diante a fase ativa da sua execução, sem uma violência, sem uma reclamação, sem um protesto, em todo o território cearense.

Isto não me surpreendeu, porque, nos primeiros quarenta dias de governo, eu havia estudado escrupulosamente a questão da escravatura na província, e vi claramente que a sua solução dependia de um último esforço decisivo, lealmente combinado entre as forças abolicionistas e a suprema autoridade política e administrativa; e foi este o meu único serviço naquela campanha humanitária, se algum me pode ser atribuído nela.

Com efeito, o campo de peleja estava tão desbravado pelas hostes da propaganda, que o honrado barão de Guarujá escrevera o seguinte, no relatório com que entregara a administração, no ano anterior ao 2.^o vice-presidente, o digno Comendador Antônio Teodorico da Costa:

“No Ceará, a questão do elemento servil, retraída dos meios menos regulares, mereceu o geral apoio, e elevou-se à altura de uma aspiração, para a qual todos concorreram com o mesmo empenho e franca cooperação. Admira o desapego com que hoje, assim o possuidor de um só escravo como o de dezenas, acodem solícitos a depor o seu tributo nas aras da liberdade, alforriando gratuitamente o que muitas vezes constitui o seu único e exclusivo patrimônio.”

Já eram livres naquela data os municípios da Fortaleza, Acarape, Pacatuba, S. Francisco, Icó, Baturité, Maranguape e as vilas de S. João do Príncipe, Soure e Messejana. A estatística da população escrava orçava por 19 mil “folegos”, caindo essa cifra, logo após, a 16 mil; e acreditavam todos que no momento da matrícula especial instituída pela recente lei, não excedia de 3 a 5 mil o número de escravos existentes na província. Por outro lado, a depreciação do escravo havia chegado a tal ponto, que o seu valor oficial, atestado pelas liberações realizadas com a aplicação da quarta e última quota do fundo de emancipação, não excedeu de 85\$!

Era, como se vê, uma intuição moralmente morta, não tendo por isso causado espanto, mas intessíssimo sentimento de regozijo, a boa nova, mandada publicar pela presidência; quatro meses depois de promulgada a lei redentora, de que estavam na sua secretaria as certidões autênticas de todas as

coletorias, atestando que não haviam procedido àquela matrícula, por já não existirem escravos nas suas circunscrições fiscais. Os senhores de escravos preferiram declará-los livres a pagarem o imposto da lei por essa mercadoria profundamente avariada.

Chegou então a hora da grande Consagração; e a 25 de março de 1884 realizou-se na Praça Castro Correira, e em presença de toda a população da Fortaleza, a majestosa festa da “Libertação”, na qual, “para glória imortal do povo cearense, e em nome e pela vontade desse mesmo povo, proclamei ao país e ao mundo — QUE A PROVÍNCIA DO CEARÁ NÃO POSSUIA MAIS ESCRAVOS!”

Foram estas as palavras textuais com que fechei o meu discurso naquela solenidade inolvidável; entretanto, acusaram-me até de haver decretado “a independência do território cearense”!

* * *

Foi estrondosa a repercussão do acontecimento em todo o Brasil, e por isso mesmo a reação escravista alçou o colo, e nada poupou para o denegrir e amesquinhar. O próprio ministério se sentiu abalado pelo embate dessa reação, e eu me exonerei da presidência, que deixei a 31 de maio.

Descansando alguns dias na Bahia, fui ao Rio de Janeiro. Desejava ver-me acusar de perto, e queria julgar do efeito do libelo no grande centro da opinião nacional. Da condenação do governo já me não temia; porque de dois ilustres membros do gabinete recebera telegramas de aplauso à minha conduta. O nobre sr. Cons. Antunes Maciel, Ministro do Império, me escrevera logo a 26: “Felicito a V. Exa. por estar presidindo hoje uma província sem escravos, e a província, pelo novo regime de trabalho que lhe é aberto pela ausência do elemento servil.” Isto honrava o seu espírito liberal. E o sr. Afonso Pena, Ministro da Agricultura, tendo me telegrafado na mesma data, em tom doutrinário e esquivo, “que a emancipação dos escravos em uma província, guardado o respeito devido à lei e à propriedade, era um fato auspicioso para todo o Império”, logo a 27, vencido pela opinião triunfante, exprimia-se

assim, em outro despacho: "Todos os telegramas recebidos e publicados com excelente impressão. Aqui grandes festas e contentamento geral".

Do Imperador, que me recebeu num dos sábados tradicionais da varanda de S. Cristóvão, ouvi este expressivo conceito: "O senhor fez no Ceará o que devia. Isto mesmo já disse ao Sr. Dantas." O ministério Lafayette havia caído, e o Cons. Dantas organizara o seu glorioso gabinete de 6 de junho.

Fui à Câmara dos Deputados. Receberam-me, ou antes, me olharam como um indivíduo suspeito. Nesse tempo raros eram os que, como Joaquim Nabuco e Sodré, se diziam desassombradamente abolicionistas. Alguns mais efoitos se confessavam "emancipadores". Um ano depois, quando ali tive assento como deputado eleito pelo Amazonas, já os abolicionistas se numeravam por algumas dezenas, e a falange emancipadora havia engrossado. Isto era em 1885. Três anos mais tarde, em 1888, a Câmara, o Senado, o Governo, tudo, tudo era abolicionista, e o Ceará estava glorificado.

13 de maio de 1911

CARTAS DE JOAQUIM NABUCO A JOSÉ CORREIA DO AMARAL

Rio 29 de setembro de 1881.

Ilmo. Amigo e Sr. José Corrêa do Amaral,

Tive o prazer de receber diversas comunicações que V. S^a. teve a bondade de fazer-me em cartas de 30 de agosto, 31 do mesmo mês, 9 e 10 de setembro assim como a carta coletiva que me dirigiram os representantes da Cearense Libertadora. Tinha antes recebido o seu telegrama que muita alegria nos causou a todos, e que me pede desse em boletim. Julguei mais conveniente mandá-lo à *Gazeta da Tarde* que tão bons serviços nos presta por ser melhor a publicidade do jornal do que a de boletim. A *Gazeta de Notícias* comentou em um bom artigo o procedimento dos Cearenses. Apareceu uma publicação contra os abolicionistas do Ceará, mas o articulista inepto quem quer que seja fez-nos antes bem

do que mal transcrevendo o seu Manifesto que sem isso teríamos mandado publicar no *Jornal*. Recebí também uma carta sua relativa ao Dr. Antônio Pompeu a quem já mandei a carta de apresentação. Quando soube da demissão do Dr. Frederico Borges dirigí-lhe um telegrama felicitando-o pela sua atitude; suponho que é esse o telegrama ao qual V. S^a. se refere. Fico ciente de que a palavra aí registrada para as nossas comunicações é a palavra Trincheiras. Muito me interessa o que me diz sobre o Leão Veloso; será possível?

Agora que tenho respondido às suas cartas menos quanto ao ponto relativo ao Sr. Nunes de Melo cujo caso parece grave — deixe-me dizer-lhe que no “Abolicionista” ontem publicado vem um artigo meu comentando o procedimento do Ceará. Não são mais ou menos boletins nem artigos de jornais que podem aumentar o brilho da campanha abolicionista no Ceará. Felizmente já há no país uma província cujo sentimento unânime repele a escravidão, já há uma porção do solo brasileiro que não precisa de ser regada pelo suor do escravo. Quando penso no que tem feito o Ceará tão nobremente depois da seca pela liberdade humana sinto que ele tem pago a dívida que contraíra com a pátria na melhor moeda que a sua gratidão podia cunhar. O movimento dos jangadeiros, a cooperação de todas as classes da sociedade na obra que é a glória do nome Cearense pertencem à História. Com qual ufania não lemos há dias um telegrama ditado ao próprio *Jornal do Comércio* de Pernambuco dando conta dos progressos da emancipação no Ceará e atribuindo-os à eficaz, enérgica e decidida ação da “Cearense Libertadora”! Os senhores estão na vanguarda e muito breve, espero, os Brasileiros todos terão a consolação de dizer que há no seu país uma província de solo livre, onde a escravidão não medra porque o caráter do povo tornou-se viril, sadio, e honesto. Não se deixem entimara por nos ser impossível no meio em que atuamos imitar o seu exemplo. A capital do Império é ainda e será, Deus sabe até quando, um torpe mercado de escravos; aqui não vibra o sentimento abolicionista senão através de camadas refractárias ou inertes, lá ele tem repercussão em cada filho da terra. A obra do Ceará

é grande, é imensa, e o nome da “Libertadora Cearense” há de ficar para sempre imortal na história da nossa civilização, que estamos todos iniciando com sacrifício próprio. Aceite para si para cada um dos seus companheiros as saudações entusiásticas que lhes dirijo em meu nome e no dos abolicionistas que acompanho. A minha candidatura luta com sérias dificuldades, e é muito provável não entrar eu para o Parlamento. Não importa; conseguimos já fazer da emancipação, da qual ninguém mais se ocupava, um fator em nossa política — cada concessão acarretará outras — cada reforma determinará novas aspirações. Os homens não são senão instrumentos da idéia e a deputação Cearense honrará o nome da sua província continuando diariamente a obra encetada. Remeto-lhe alguns exemplares de circulares minhas, vou publicar um Manifesto eleitoral abolicionista. Sem lugar para mais, creia-me sempre, meu caro Amaral, Seu Companheiro de causa,

Joaquim Nabuco

Cópia da carta que dirijo à Sociedade “Anti Slavery” de Londres recomendado o Dr. Antônio Pompeu de Sousa Brasil.

Caro Sr. Allen,

Tenho a maior satisfação em apresentar-lhe assim como à “Anti Slavery Society” o Dr. Pompeu Brasil, membro da Assembléia Provincial do Ceará que tomou uma parte muito importante no movimento abolicionista dessa província. Ele pertence à “Libertadora Cearense”, a sociedade abolicionista à qual tanto devemos. De fato muito antes do Brasil abolir a escravidão, ela terá desaparecido do Ceará que será assim a primeira região do solo livre no Império. Eu desejo que a Anti Slavery manifeste o seu apreço pelo movimento do Ceará dirigindo os seus agradecimentos a obra realizada pela Cearense Libertadora. Essa sociedade escreveu a página mais brilhante na história do movimento abolicionista na América do Sul. A oposição feita pelos jangadeiros ao embarque de escravos no porto do Ceará, arrastou consigo a determinação do tráfico de escravos d’aquela província para as suas vizi-

nhas e fez para a exportação das carregações de negros. Eles continuam a sua obra do modo mais nobre com o mais elevado espírito, e eu sou obrigado a confessar que nós não podemos fazer no Rio, nem podem os outros abolicionistas no resto do país, nada que se compare à obra dos Cearenses. Tenho prazer em que se me ofereça uma oportunidade tão favorável como a ida do Dr. Pompeu Brasil à Europa, para pedir-vos que manifesteis à Cearense Libertadora o vosso devido reconhecimento pelos nobres esforços do partido abolicionista do Ceará. Sou, meu caro Sr. Allen, Sinceramente vosso

Joaq. Nabuco

Rio, 29 de setembro de 1881.

Londres, 7 de março de 1883.

Ilm.º Sr. José Corrêa do Amaral,

Vou pedir-lhe perdão de haver demorado a resposta que devo a duas cartas suas e os meus agradecimentos pela remessa do "Libertador". O que se está passando no Ceará é maravilhoso. Parece incrível que essa Província faça parte do Império. Pacatuba é mais do que um farol para todo o país: é o começo de uma pátria livre. Não leio o "Libertador" sem orgulho por pertencer ao número dos Brasileiros que lutam pela grande causa, — mas como ainda estamos longe do fim! É pena que o Ceará não se possa derramar no Brasil, invadir os baluartes da Escravidão, onde ela é realmente poderosa, e julga ter as nossas instituições como reféns.

Estou trabalhando num livro de propaganda, que espero terminar dentro de dois meses. Quando estiver impresso, mandar-lhe-ei alguns exemplares. Será a minha modesta contribuição para esse grande movimento Cearense. Peço-lhe que me dê sempre notícias dos resultados que forem obtendo, e far-me-ia especial favor mandando-me os nomes dos que mais têm concorrido para acelerar dessa forma no Ceará o progresso de uma idéia, que infelizmente não caminha no resto do país com a velocidade que exige a morte diária no cativeiro de tantos infelizes.

Aqui estou, esperando sempre ter ocasião de servir, — enquanto durar a minha ausência, em Londres e quando puder voltar para o Brasil, onde me ache, — a “Sociedade Cearense Libertadora”, cujo nome, não é preciso que eu o diga, há de figurar, no futuro, na mais bela página da história nacional.

Peço-lhe que transmita os meus ardentes votos pelo completo sucesso da árdua empresa que encetaram à Sociedade Redentora Acarapense, ao Clube dos Libertos, à Libertadora Artística Acarapense, à Sociedade Abolicionista Pacatubana, à Libertadora Baturiteense, à Libertadora de Pentecostes, à Redentora Baturiteense, ao Clube Abolicionista Militar, ao Clube Emancipador Acarapense, à Libertadora Mecejaneense, à Libertadora Maranguapense, ao Clube Abolicionista Caixeiral, ao Clube Abolicionista de Soure, à Libertadora Aquiraeense, à Libertadora de Russas, à Libertadora da Conceição, e a qualquer outra associação Abolicionista que exista nessa Província.

Vou dar notícias desse nobre movimento a alguns dos nossos amigos na Europa, para que chegue pela imprensa ao conhecimento do mundo.

Creia-me, meu caro Sr. Amaral,

de V. Sa.

Corregilionario e Amigo
muito obrgº

Joaquim Nabuco.

Reservada Londres, 31 de maio de 1883.

Particular

Ilmo. Sr. Amaral,

Recebi no dia 25 o seu telegrama contendo a palavra “Triunfo”. Suponho à vista dele que todo o primeiro distrito eleitoral do Ceará é hoje *solo livre*. Digo *suponho* porque a

sua segunda carta deu-me a impressão de que Soure, Mecejana e Aquirás não se resgatariam com a mesma prontidão que Fortaleza.

A notícia, é inútil dizer-lhe, causou-nos a maior satisfação possível. Contamos em breve ter um pequeno jantar como ocasião para nós, Brasileiros, que nos achamos em Londers, de trocar as nossas idéias sobre esse acontecimento de tanta significação para a nossa pátria. O dia 24 de maio foi convertido de data de guerra em data de liberdade e progresso. Tanto melhor. As nossas festas devem ser todas pacíficas. Apesar de ser o Sul refratário à ação moral do Abolicionismo, espero muito do efeito causado por essa notícia. É o começo de um novo país; a célula de um organismo nacional diverso, e superior ao que se formou da escravidão. Os senhores devem estar contentes com a sua obra. Tornem o Ceará uma província livre, e terão feito tudo quanto está ao seu alcance para mudar a reputação do nosso país, e o seu caráter.

Os que generosamente desistiram dos direitos que tinham sobre homens como eles, reduzidos à condição de animais, serão recompensados pelo menos com o melhor futuro que assim prepararam para os seus filhos. É uma grande e nobre ação coletiva o que fez o Ceará, e a "Cearense Libertadora", assim como aos jangadeiros, cuja *parede* ficará sendo uma das nossas melhores tradições nacionais, o Brasil deve uma grande dívida.

Se resgataram o primeiro distrito, tratem agora de fazê-lo o baluarte do Abolicionismo, o centro de formação de uma nova política e de um partido verdadeiramente nacional. O representante desse distrito, único do país sem escravos, deve ser o melhor homem que se possa encontrar no país para promover a emancipação no Parlamento, seja Liberal, Conservador ou Republicano, e esse homem os senhores o devem buscar onde ele se acha, no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, e escolhê-lo unicamente pela sua eficiência Parlamentar para afirmar na Câmara a gloriosa iniciativa dos Cearenses. Se for um Cearense, tanto melhor para a província; mas o espírito local deve ser subordinado aos inte-

resses gerais da comunhão e nesse caso da Humanidade. Tenho medo depois dessas palavras de que pensem que estou apresentando a minha candidatura nesses termos imodestos. Lembra-se de que conversamos uma vez no Rio sobre a minha apresentação pelo Ceará? Se entre os que podiam na Câmara servir a causa abolicionista, representando a Fortaleza, o meu nome fosse o escolhido, por todos os motivos essa honra seria para mim mandato mais agradável e a maior recompensa que se me poderia dar. É claro que o meu nome está sempre à disposição de qualquer distrito que me queira mandar à Câmara advogar a causa dos escravos, e que se o distrito que me elegeisse fosse exatamente o primeiro que se libertou da escravidão, eu entraria no Parlamento com dobrada força.

Mas neste momento o que faço é dar um conselho como homem político a homens políticos. Dispondo de um só lugar na Câmara, esforcem-se para que esse lugar tenha maior importância na Legislatura do que a importância numérica: dêem-no ao homem que for julgado, depois de pesadas todas as circunstâncias individuais, os títulos e aptidões de cada um, mais próprio para fazer do Parlamento o centro de agitação abolicionista. Não votem por Liberal, Conservador, ou Republicano, como tais, mas por Abolicionista, de qualquer partido que seja, e entre os Abolicionistas pelo que tenha em si a maior parte da alma da nação e se faça ouvir de toda ela. Deus nos livre de uma eleição, como foi a passada, no Ceará, em que o Abolicionismo não seja o mandato imperativo de alguém, pelo menos, dos distritos da província.

Tudo o que lhe escreveu a esse respeito, fique certo, é sem pensar em mim, e atendendo tão-somente às necessidades da nossa causa e por saber o que pode fazer hoje por ela um deputado que tenha a confiança de todos os abolicionistas e perfeita consciência da missão do abolicionismo.

O meu livro deve ficar pronto (impresso) por todo o mês de junho, e será, tenho esperança, um instrumento eficaz de propaganda nacional que iniciamos.

Estou à espera dos jornais para mandar uma notícia à imprensa.

Queira recomendar-me a todos os nossos correligionários e aceitar, ainda uma vez, as minhas felicitações pelo "Triunfo" que me fez o obséquio e a honra de telegrafar-me.

Am.º e Correligionário Obr.º

Joaquim Nabuco.

P. S. Pus a nota de "reservada e particular" pela parte em que me refiro à eleição, e na qual quem não me conhece pode ver um interesse pessoal. Pode entretanto fazer (com essa reserva) o uso que quiser dela entre os nosso amigos.

J. N.

Londres, 21 de fevereiro de 1884.

Meu caro amigo Sr. Amaral.

Com esta envio-lhe uma carta para os outros da Sociedade Libertadora Cearense, para que seja lida no dia 25 de março. Desejo significar-lhe o entusiasmo que sinto pelo acontecimento que vai ter lugar. O fato de haver eu sempre merecido a confiança do partido Abolicionista Cearense e de ter de alguma forma concorrido para avivar no seu começo a chama que hoje brilha com uma luz tão pura e tão intensa é uma das maiores satisfações da minha vida.

Conto partir em fins de abril ou antes princípio de maio para o Brasil a interromper esta longa e triste separação de dois anos e meio. Não sei se poderei ir ao Ceará, mas talvez tenha o prazer de encontrar na Corte os *heróis* do movimento libertador Cearense se tiver lugar o Congresso Abolicionista, cuja convocação (*ilegível*) *nossos amigos do Rio* (*ilegível*) deliberar (*ilegível*) especialmente aos seus colegas da Libertadora.

Am.º Obr.º

Joaquim Nabuco

Londres, 7 de abril de 1884

Meu caro Sr. Amaral,

Hoje mandei-lhe o número do *Times* que contém a carta que eu escrevi sobre a libertação da Província. Recebi o seu telegrama, que com o outro guardarei para sempre. Parto no dia 24 de Southampton pelo *Tamar*. Eu quisera, sendo possível, ir ao Ceará, parando em Pernambuco. Mas há circunstâncias que tornam precisa a minha chegada ao Rio o mais cedo possível. O Ceará já está livre — é preciso atender às províncias de escravos. Espero encontrar uma carta sua no Recife. Escreva-me pela agência da Linha Real. Eu vou fazer esforços para ler a notícia comentada em algum jornal, mas o *Times* é bastante. Não descansem sobre os seu loiros! Muitas recomendações minhas a toda a *Libertadora*.

Am.º Obr.º

J. Nabuco.

N.º 1 rua Bela da Princesa

Rio, 23 de maio de 1884

Meu caro Amigo Sr. J. C. do Amaral,

Tive o prazer de receber a sua carta e devo-lhe uma explicação sobre um ponto para mim importante. Eu vim da Europa com muito desejo de passar pelo Ceará. Depois do que o Ceará fez, quem como eu teve durante três anos toda a sua esperança voltada para essa província não podia, ao voltar à pátria, ter maior ansiedade do que a de visitar o primeiro torrão livre do Brasil. A minha saúde, porém, do que lhe dariam testemunhos todos quantos me vêm (veja o retrato incluso da *Pátria* de Niterói) tem sido há meses, desde novembro, muito afetada por uma forte dispepsia e a bordo eu passei tão mal que só tinha pressa de chegar ao Rio e entrar em sério tratamento. Todavia apesar do mal que com certeza me faria a viagem ao Ceará em tais condições, eu tê-la-ia efetuado se tivesse achado em Pernambuco uma pa-

lavra da “Cearense Libertadora” sugerindo-me a utilidade e conveniência oportuna de tal visita. Na falta de semelhante animação pareceu-me que seria vista a minha viagem por conta própria à Fortaleza como uma execução eleitoral, uma espécie de sondagem política; e como não era isso o que estava na minha intenção adiei para mais tarde a satisfação que queria dar-me de pisar na terra livre do Ceará.

Diversos Cearenses, entre eles o Dr. Araripe Júnior, o Dr. Jaguaribe Filho e o Dr. Antônio Pinto me têm falado ou escrito sobre a conveniência para a causa Abolicionista da minha apresentação pelo Ceará. É claro que em tal matéria eu nada posso fazer por mim mesmo: Seria presumir demasiado. Deixo semelhante iniciativa ao espírito emancipador do Ceará, se ele reconhecer que por tal meio a obra cearense de 24 de maio de 1883 e 25 de março de 1884 poderia nacionalizar-se, isto é, estender-se fora dos limites da província. Um acordo dos chefes políticos, ou promovido ou favorecido pela Cearense Libertadora, que tornasse a minha candidatura certa e a colocasse no puro terreno Abolicionista, acima e além das divisões partidárias, seria para mim uma grande honra e dar-me-ia politicamente para a defesa da nossa causa comum grande força no Parlamento se eu para lá entrasse. Não me cabe, porém, apresentar-me pelo Ceará e se lhe escrevo é porque semelhante eleição, a ser possível e a ser útil, deve ser promovida por outros — e não por mim. Converse com os nossos amigos João Cordeiro, Frederico Borges e outros e veja se a Cearense Libertadora pode fazer alguma coisa.

Mas qualquer que seja o resultado da minha candidatura, o que particularmente desejo submeter ao critério dos Cearenses é a necessidade absoluta de organizar na província uma representação vinculada à idéia Abolicionista e à causa da Emancipação como o seu primeiro mandato. O Ceará deve eleger uma deputação que continue no Parlamento a exercer a influência que a gloriosa iniciativa da Província já começou a exercer no país: uma deputação que seja o verdadeiro baluarte do Abolicionismo na Câmara — sem o que a obra da Cearense ficará mutilada, incompleta, abandonada, cer-

cada pelo deserto e banhada durante anos ainda pelas lágrimas dos escravos do resto do Brasil.

Escreva-me sobre os passos que derem no sentido do que hoje é uma ardente aspiração minha: ver o Ceará representado na Câmara por oito deputados, entre os quais se não possa encontrar diferença na lealdade, dedicação e zelo pela idéia com que a província se identificou e que constitui a página brilhante da sua história.

Aqui há neste momento uma certa reação escravagista, mas isso em vez de prejudicar-nos, faz-nos bem. Não cesso de repetir que a propaganda só faria mal o silêncio dos contrários. Desde que eles mesmos se encarregam de espalhar o receio e a ansiedade entre aqueles de sua classe que se mostravam indiferentes a agitação vai por diante levada por eles, senão por nós.

Creia-me, meu caro sr. Amaral, com toda a estima e consideração.

de V. S.^a

Am.^o M.^o Obr.^o e Correligionário

Joaquim Nabuco

Recife, 24 de outubro de 1884.

Meu caro Amigo,

É com surpresa que encontro em minha pasta a carta que lhe escrevi acompanhando a remessa que lhe fiz pelo Dr. Teodorico Souto das ações da Baturité e do parecer de meu irmão Sizenando. Acredito porém que imaginou logo que a carta explicativa tinha ficado atrás.

Minha eleição é muito duvidosa, mas não desanimo.

Lembre-me a todos os nossos correligionários. Eu quiseira possuir um retrato do João Cordeiro e dos que mais tenham concorrido aí (fora os da "Perseverança e Porvir" cuja fotografia possua há anos) para o grande feito Cearense de 24 de maio.

Todo seu sempre,

Joaquim Nabuco

OBRAS DE RAIMUNDO GIRÃO:

- O Fenômeno Freudiano e a Criminologia** (Tese de Doutorado). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.
- A Receita Pública — Aspecto Brasileiro.** Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
- Esboço de uma Genealogia.** Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
- Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro.** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.
- Fiscalização dos Gastos Públicos.** Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.
- O Ceará** (em colaboração com Antônio Martins Filho). 1ª ed., 1939; 2ª ed. 1945; 3ª ed., 1960. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.
- O Comendador Machado e a sua Descendência.** Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.
- Coronel Tibúrcio Cavalcânti** (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.
- Cidade de Fortaleza.** Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.
- História Econômica do Ceará.** Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.
- Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará.** Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1949.
- Três Gerações (Ensaio).** Fortaleza, Edições Clá, 1950.
- A Princesa Vestida de Baile.** Fortaleza, Instituto do Ceará, 1950.
- Pequena História do Ceará.** Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953; 2ª ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962, 3ª ed. Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará, 1971, 4ª ed., idem, 1984.
- A Abolição no Ceará.** Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1956; 2ª ed. revista, Imprensa Universitária do Ceará, 1969.
- Antologia Cearense.** Fortaleza, Imp. Oficial, 1957 (publicada sob os os auspícios da Academia Cearense de Letras).
- Geografia Estética de Fortaleza.** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará,

- 1959; 2ª ed., Fortaleza, publicação do Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- História da Faculdade de Direito do Ceará.** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960.
- Matias Beck — Fundador de Fortaleza.** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará — 1961.
- História Econômica Geral e do Brasil.** Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.
- Ecologia de um Poema (Ensaio).** Fortaleza, separata da revista Clã, 1966.
- Vocabulário Popular Cearense.** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- Montes, Machados, Girões.** Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.
- Palestina, uma Aguiha e as Saudades (Memórias).** Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1972.
- Famílias de Fortaleza (Apontamentos genealógicos).** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- A Academia de 1894.** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema (Ensaio).** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.
- Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil.** Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.
- O Senador Pompeu.** Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.
- Bichos Cearenses na Obra de Alencar (Ensaio).** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.
- A Cidade do Pajeú.** Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982.
- Eduardo Henrique Girão (1882 - 1982).** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1982.
- Uma Dignidade Militar (1882 - 1982).** Fortaleza, Tipografia Minerva, 1982.
- Páginas Exumadas (Miscelânea).** Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- Os Municípios Cearenses e seus Distritos.** Fortaleza, publicação da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), 1983.
- Fortaleza e a Crônica Histórica.** Imprensa Universitária, 1983.

Preparados:

- **Descrição da Cidade da Fortaleza,** de Antônio Bezerra de Meneses. (Introdução e Notas de Raimundo Girão).
- **História Geral do Ceará** (700 páginas datilografadas).

IMPrensa OFICIAL DO CEARÁ — IOCE